

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

EMILLY GABRIELA MENEZES FRANCO

**“Tem o elevador de serviço, só use ele”**: Significados, resistências e  
ressignificações em relatos de trabalhadoras domésticas

Maringá  
2023

EMILLY GABRIELA MENEZES FRANCO

**“Tem o elevador de serviço, só use ele”:** Significados, resistências e  
ressignificações em relatos de trabalhadoras domésticas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Hilton Costa

Maringá  
2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

F825s	<p>Franco, Emilly Gabriela Menezes</p> <p>"Tem o elevador de serviço, só use ele" : significados, resistências e ressignificações em relatos de trabalhadoras domésticas / Emilly Gabriela Menezes Franco. -- Maringá, PR, 2023. 171 f.color., figs., tabs.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Hilton Costa. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2023.</p> <p>1. Trabalho doméstico remunerado - Relatos. 2. Análise de discurso. I. Costa, Hilton , orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.</p>
CDD 23.ed. 305.43	

EMILLY GABRIELA MENEZES FRANCO

**“Tem o elevador de serviço, só use ele”:** Significados, resistências e  
ressignificações em relatos de trabalhadoras domésticas

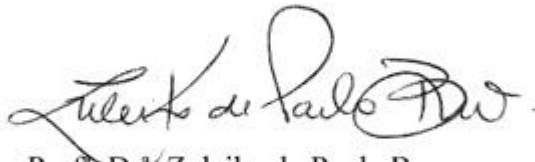
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA

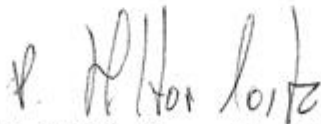


Prof. Dr. Hilton Costa  
(Presidente)

Universidade Estadual de Maringá - UEM



Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Zuleika de Paula Bueno  
Universidade Estadual de Maringá - UEM



Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Thays Almeida Monticelli  
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Aprovada em: 15 de fevereiro de 2023.

Local de defesa: Bloco H-12, sala 014, *campus* da Universidade Estadual de Maringá.

À minha mãe, Angela Maria de Menezes.

Ao professor Hilton, por ter acreditado em mim desde o início.

## AGRADECIMENTOS

São inúmeras as pessoas que gostaria de agradecer por terem colaborado na trajetória até que este texto pudesse estar concluído. De fato, não seria possível ter realizado tal feito sem a colaboração de todas as pessoas que estiveram comigo durante os últimos dois anos – alguns, por um período de tempo um pouco maior.

Primeiro, sou muito grata aos meus pais, Angela e Elias, por estarem sempre ao meu lado, incentivando para que eu continuasse estudando, comemorando a cada nova etapa. Antes mesmo que meus sonhos pudessem sequer serem nomeados, vocês estiveram lá. Aos meus irmãos Maria e Luiz, por todo amor que me ofereceram desde que começaram a fazer parte da minha vida.

Agradeço aos professores e colegas do Departamento de Ciências Sociais como um todo, por todas as discussões, conversas e aulas onde eu pude construir a minha pesquisa desde o início, principalmente àqueles que me acompanharam desde o começo da licenciatura e recentemente durante a conclusão do bacharel e do mestrado.

Do mesmo modo, sou imensamente grata à professora Zuleika de Paula Bueno, que para além de ter me acompanhado desde o primeiro ano da graduação, por me supervisionar no estágio docência e por trazer considerações muito importantes na banca de qualificação. Agradeço também à turma de Didática e Metodologia de Ensino em Ciências Sociais por me receber e por promover discussões e reflexões essenciais no Estágio Docência.

Agradeço também à professora Thays Monticelli, uma das primeiras referências que tive quando comecei a estudar trabalho doméstico remunerado e que me trouxe preciosas sugestões para o meu trabalho durante o exame de qualificação.

Ao professor Hilton Costa, não existem palavras que possam explicar o tamanho da minha gratidão. Agradeço pelos cinco anos de parceria, por ter acreditado em mim desde o início, por todas as aulas e cursos que dividimos, pela paciência, pelo afeto, pelo conhecimento compartilhado. Agradeço pelas broncas, pelos abraços, pelas orientações, pelas músicas, piadas e conversas na mesa do bar. Eu não poderia ter um orientador melhor e mais dedicado.

Sou muito grata a todos os meus amigos, que estiveram comigo durante os melhores momentos e também os mais difíceis, obrigada especialmente Pedro Henrique, Gabriel, Erick, Saulo, Micheli, Natiely, Jean, Pedro Souza e Aline; por terem me ouvido falar sem parar, por sorrirem e chorarem comigo, por terem lido os inúmeros textos e rascunhos, por assistirem minhas apresentações de trabalho, pelo incentivo e por caminharem ao meu lado.

Aos meus amigos de samba, muito obrigada por compartilharem a paixão pela música, por terem sido o meu amparo nos meus dias ruins. Agradeço pelos blocos tocados, as risadas, pelas cervejas e principalmente pela força que me transmitiram, vocês moram no meu coração!

Sou grata, por fim, por ter conseguido concluir um mestrado em um momento tão difícil como foi a pandemia de coronavírus. Por isso, agradeço à CAPES e Fundação Araucária por terem financiado integralmente esta pesquisa, para que eu pudesse ter a melhor dedicação possível.

E, obviamente, sou grata por ter conhecido inúmeras trajetórias de mulheres do Brasil inteiro, compartilhadas na página *Eu, Empregada Doméstica*. Obrigada também Preta-Rara, por impulsionar esse movimento.

*Elevador é quase um templo*  
*Exemplo pra minar teu sono*  
*Sai desse compromisso*  
*Não, vai no de serviço*  
*Se o social tem dono, não vai*  
*(Identidade – Jorge Aragão)*



## **“Tem o elevador de serviço, só use ele”:** Significados, resistências e ressignificações em relatos de trabalhadoras domésticas

### **RESUMO**

A presente dissertação tem por objetivo compreender os sentidos e significados construídos sobre o trabalho doméstico remunerado a partir das experiências escritas sobre a profissão por trabalhadoras, familiares destas e pessoas de convivência próxima publicados na página do Facebook *Eu, Empregada Doméstica*, entre os anos de 2016 a 2020. No Brasil, o serviço doméstico é uma das profissões que mais emprega mulheres, somando uma população de mais de 4 milhões de pessoas. Através de teorias sociológicas sobre análise de discurso e discurso sobre si, amparando-se principalmente nas concepções do feminismo negro sobre o serviço doméstico enquanto profissão atravessada pelos vieses de gênero, raça e classe, objetiva-se compreender de que maneira as interlocutoras e interlocutores se apresentam e constroem suas narrativas através dos relatos e de que maneira tais discursos apresentam o trabalho doméstico remunerado no Brasil. Percebeu-se, por fim, que os relatos apresentam sobretudo narrativas de desabafo e denúncia, motivando outras pessoas a compartilharem as também as suas experiências. Também se notou que o surgimento da página foi impulsionado pelo crescente movimento em prol dos direitos das trabalhadoras domésticas, que surge, sobretudo após os anos 2000. Espera-se, por fim, que esta pesquisa possa contribuir no debate sobre a profissão, primeiro pela fonte primária serem relatos sobre si, trazendo questões subjetivas e específicas de quem fala; como também por conta do advento das mídias digitais ter tornado mais facilitada a possibilidade de comunicar-se na sociedade e conseqüentemente tornado mais visível as narrativas das trabalhadoras domésticas, que não acessavam com facilidade espaços onde fosse possível compartilhar suas experiências.

**Palavras-chave:** Trabalho doméstico remunerado. Relatos. Análise de discurso.

## **“Hay ascensor de servicio, úsalo solamente a él”:** sentidos, resistencias y resignificaciones en los relatos de trabajadoras del hogar

### **RESUMEN**

La presente disertación tiene por objetivo comprender los sentidos y significados construidos sobre el trabajo del hogar pagado a partir de las experiencias escritas sobre la profesión por trabajadoras, miembros de sus familias y personas conocidas, publicados en la página de Facebook *Eu, Empregada Doméstica*, entre los años de 2016 a 2020. En Brasil, el servicio del hogar es una de las profesiones que más emplea mujeres, con una población de más de 4 millones de personas. A través de teorías sociológicas sobre análisis de discurso y discurso sobre sí, apoyándose principalmente en los conceptos de género, raza y clase, se objetiva comprender cómo las interlocutoras y interlocutores se presentan y construyen sus narrativas través de los relatos y cómo los discursos presentan el trabajo del hogar en Brasil. Se notó, por fin, que los relatos presentan sobre todo narrativas de desahogo y queja, motivando otras personas a también compartir sus experiencias. También se notó que el surgimiento de la página fue impulsado por el creciente movimiento por los derechos de las trabajadoras del hogar, que ha surgido sobre todo después de los años 2000. Se espera, al final, que este estudio contribuya con la discusión sobre la profesión, primer por la fuente primaria son relatos sobre sí, trayendo cuestiones subjetivas y específicas de quien habla; así como también por el surgimiento de los medios digitales han quedado más simples la posibilidad de comunicarse en la sociedad y por lo tanto quedado más visible las narrativas de las trabajadoras del hogar, que antes no accedían con facilidad espacios donde fuese posible compartir sus experiencias.

**Palabras-clave:** Trabajo del hogar pagado. Relatos. Análisis de discurso.

**“There is a service elevator, only use it”:** Meanings, resistances and resignifications in reports of domestic workers

**ABSTRACT**

The present dissertation aims to understand senses and meanings built about paid housework based on experiences written about the occupation by workers, their families and people close to them, published on the Facebook page *Eu, Empregada Doméstica*, between the years 2016 to 2020. In Brazil, domestic service is one of the professions that most employs women, with a population of more than 4 million people. Through sociological theories of discourse analysis and discourse of self, based on the conceptions of black feminism about the domestic work as a profession crossed by gender, race and class, the objective is to understand how the interlocutors present themselves and build your own narratives through the reports and how such discourses present the paid housework in Brazil. Finally, realized that the reports mainly present narratives of outburst and complaint, motivating other people to share their experiences. It was also noted that the advent of the page was promoted by the growing movement for the rights of domestic workers, which emerged, especially after the 2000s. The expectation, in conclusion, that this research can contribute to the debate about the profession, firstly because the primary source are reports about themselves, bringing subjective and specific questions of those who speak; as well as the advent of digital media making it easier to communicate in society and consequently making the narratives of domestic workers more visible, who did not easily access spaces where it was possible to share their experiences.

**Keywords:** Paid housework. Reports. Discourse Analysis.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Relato de K. A. F. ....	37
Figura 2: Relato de C. S. ....	38
Figura 3: Imagem anexada ao relato de A. M. ....	47
Figura 4: Relato de P.A. ....	53
Figura 5: Visualização da Página Eu, Empregada Doméstica.....	54
Figura 6: Anúncio abusivo ....	56
Figura 7: Reações do Facebook.....	56
Figura 8: Sobre a página.....	57
Figura 9: Laudelina de Campos Melo ....	80
Figura 10: Relato de T. R. ....	94
Figura 11: Relato de M. S. N.....	95
Figura 12: Relato de H. O. E. ....	96
Figura 13: Relato de D. C.....	100
Figura 14: Relato de G. B.....	101
Figura 15: Relato de T. C. ....	102
Figura 16: Relato de C. L. P. ....	105
Figura 17: Relato de Gabriela.....	106
Figura 18: Relato de Preta-Rara ....	107
Figura 19: Vista do apartamento de Joyce.....	108
Figura 20: Relato de R. Q.....	109
Figura 21: Relato de G. F. ....	110
Figura 22: Relato de L. A. ....	111
Figura 23: Relato de G. ....	112
Figura 24: Relato de J. A.....	113
Figura 25: Relato de M. O.....	114
Figura 26: Relato de M. A.....	116
Figura 27: Relato de R. R. ....	117
Figura 28: Relato de Mariah Oliveira.....	118
Figura 29: Relato de R.O.....	119
Figura 30: Relato de R. O.....	121
Figura 31: Relato de M.....	121
Figura 32: Relato de J. P.....	123

Figura 33: Relato de G. M.....	124
Figura 34: Relato de A. S. ....	125
Figura 35: Relato de L. Q. ....	126
Figura 36: Relato de T. M. ....	128
Figura 37: Relato de Y. S. ....	128
Figura 38: Relato de A. A.....	129
Figura 39: Relato de D. C. F.....	131
Figura 40: Relato de J. S. B.....	131
Figura 41: Relato de D. F. ....	136
Figura 42: Relato de G. J.....	136
Figura 43: Relato de S. B. ....	137
Figura 44: Relato de G. P. ....	138
Figura 45: Relato de J. F.....	139
Figura 46: Relato de filho de Mirian .....	140
Figura 47: Relato de P. B. ....	141
Figura 48: Relato de V. P. ....	143
Figura 49: Relato de M. A.....	143
Figura 50: Relato de S. P. A.....	144
Figura 51: Relato de filha da M. A. M. B.....	145
Figura 52: Relato de E. B. M.....	146
Figura 53: Relato de C. T. ....	147
Figura 54: Relato de Y. F. ....	148
Figura 55: Relato de V. T.....	149
Figura 56: Relato de L. M. B.....	150
Figura 57: Relato de F. T.....	151
Figura 58: Relato de B. P. ....	152
Figura 59: Relato de M. B. ....	154
Figura 60: Relato de J. S.....	155
Figura 61: Relato de A. S. ....	157
Figura 62: Relato de E. L. ....	158
Figura 63: Relato sem identificação .....	159

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relatos separados por autoria.....	59
Tabela 2: Direitos das trabalhadoras domésticas previstos por lei (1923-2015).....	84
Tabela 3: Relatos de trabalhadoras domésticas, separados por categorias.....	97
Tabela 4: Relatos de filhos e netos, separados por categorias.....	134
Tabela 5: Relatos de outras pessoas, separados por categorias .....	134

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

OIT – Organização Internacional do Trabalho

LC – Lei Complementar

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

IC – Iniciação Científica

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>1. LOCALIZANDO O DISCURSO: CAMINHOS METODOLÓGICOS E CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS</b> .....	26
1.1 (RE)VISITANDO O ACONTECIMENTO: ENTRE HISTÓRIA, MEMÓRIA E DISCURSO .....	29
1.1.1 O ato de contar-se: a construção dos relatos como discursos de si .....	35
1.2 BECOS DA MEMÓRIA: ENCONTROS ENTRE GÊNERO, RAÇA E CLASSE.....	38
1.2.1 Disputas e desentendimentos analíticos: o caminho até o encontro de gênero, raça e classe.....	41
1.3 CIBERCULTURA: PENSANDO O DISCURSO EM NOVOS ESPAÇOS DE COMUNICAÇÃO.....	46
1.3.1 <i>Eu, Empregada Doméstica</i> : denúncia e mobilização através de uma rede social.....	50
<b>2. “LIMPANDO A ESTANTE REPLETA DE LIVROS”: REVISÃO TEÓRICA DOS ESTUDOS SOBRE SERVIÇO DOMÉSTICO NO BRASIL</b> .....	61
2.1 O FEMINISMO MARXISTA E OS ESTUDOS SOBRE SERVIÇO DOMÉSTICO .....	64
2.2 AS QUESTÕES RACIAIS E O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO .....	69
2.3 RESISTÊNCIA, DIREITOS E MOVIMENTOS POLÍTICOS DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS.....	78
2.4 O AFETO E A SUBJETIVIDADE NO SERVIÇO DOMÉSTICO .....	87
<b>3. “OBRIGADA PELA OPORTUNIDADE DE DESABAFAR”: COISAS DITAS E RESSIGNIFICAÇÕES SOBRE EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS</b> .....	93
3.1 RELATOS DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS .....	97
3.1.1 Assédio sexual .....	98
3.1.2 Humilhação.....	103
3.1.3 Distinção.....	108
3.1.4 Referências à escravidão e racismo .....	115
3.1.5 Acusações de roubo e desconfiança .....	120
3.1.6 Sobrecarga e acúmulo de funções .....	122
3.1.7 Direitos trabalhistas .....	127
3.1.8 Boas experiências .....	129



<b>4. “NÃO SOU EMPREGADA DOMÉSTICA MAS JÁ PRESENCIEI VÁRIOS ABSURDOS”: A PERSPECTIVA DOS FILHOS, NETOS E OUTROS ATORES SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO .....</b>	<b>133</b>
4.1 RELATOS DE OUTRAS PESSOAS.....	134
4.1.1 Assédio sexual .....	135
4.1.2 Humilhação.....	138
4.1.3 Distinção.....	142
4.1.4 Referências à escravidão e racismo .....	144
4.1.5 Acusações de roubo e desconfiança .....	148
4.1.6 Sobrecarga e acúmulo de funções .....	151
4.1.7 Direitos trabalhistas .....	153
4.1.8 Boas experiências .....	157
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>160</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>165</b>
<b>GLOSSÁRIO .....</b>	<b>170</b>

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação é resultado da vivência de inúmeras mulheres. Em primeiro lugar, é a interpretação de uma mulher pesquisadora sobre as experiências de centenas de mulheres trabalhadoras domésticas, amparando-se nas concepções de diversas mulheres intelectuais. Entremedio a estes espaços foi possível perceber os distanciamentos e aproximações entre o que pode significar “ser mulher” de acordo com as experiências aqui situadas e, expressando inúmeras formas de ser e se compreender enquanto mulher, indicando significados compartilhados e distintos entre nós.

Portanto, falar de trabalho doméstico remunerado no Brasil é falar diretamente sobre gênero, mas também se relaciona diretamente com questões raciais, de classe e da construção de ideias e práticas no imaginário da sociedade brasileira. Para cada relato que compõe este trabalho, existe um recorte do que significa ser, conviver e pensar sobre o serviço doméstico, oriundo de perspectivas, espaços e tempos históricos distintos, ainda que exista uma frequente continuidade entre tais experiências em relação à profissão.

De maneira formal, de acordo com a Lei Complementar Nº 150, de 2015 (LC 150/2015), considera-se trabalhadora doméstica aquela que “presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de dois (2) dias por semana”<sup>1</sup>. O serviço doméstico<sup>2</sup> é uma das profissões que mais emprega mulheres no Brasil, país com a maior população ocupada em atividades domésticas remuneradas do mundo, somando cerca de 4,9 milhões de pessoas, segundo dados divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Além de se diferenciar de outras profissões pelo grande número de mulheres ocupadas, existem outros aspectos que tornam a profissão de trabalhadora doméstica<sup>3</sup> distinta da maior parte dos demais empregos exercidos por brasileiros. Dados da PNAD de 2020 revelam que cerca de 92% da categoria é composta por mulheres, sendo deste percentual 63%

---

<sup>1</sup> BRASIL. Lei Complementar nº 150/2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp150.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm)>. Acesso em: 05 dez. 2021.

<sup>2</sup> Durante a pesquisa, optou-se por se referir à profissão, sempre que possível, como “serviço doméstico” ou, ainda, “trabalho doméstico remunerado”, para que houvesse a diferenciação entre a atividade profissional e o trabalho doméstico não-remunerado, realizado nas casas sobretudo por familiares, sem vínculo empregatício. Ainda assim, nos momentos em que houver a menção à atividade não-remunerada, a diferenciação ocorrerá pelo termo “não- remunerado” ou pelo contexto.

<sup>3</sup> Apesar da profissão empregar também homens, a escolha de se referir sempre com o artigo feminino se deu por conta de o número de mulheres na profissão ser muito superior ao de homens, ultrapassando os 90%, segundo dados da OIT e da PNAD de 2021. Além disso, todos os relatos que compõem a fonte desta pesquisa se tratam de experiências de mulheres trabalhadoras domésticas.

de mulheres negras, além de também existirem aspectos econômicos distintos, como a faixa salarial abaixo de um salário-mínimo e da maior parte dessas mulheres trabalharem na informalidade, sem contrato ou registro em carteira, impedindo o acesso a diversos direitos fundamentais, como férias remuneradas, FGTS e aposentadoria.

Nas últimas décadas, o Brasil avançou consideravelmente em termos legais em relação aos direitos das trabalhadoras domésticas, principalmente após a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 66/2012, conhecida popularmente como “PEC das Domésticas”. Ainda assim, quase uma década depois da aprovação da PEC, os dados sobre a profissão não mudaram drasticamente, conforme é possível perceber na PNAD mais recente, referente a dados de 2020: Das 4,9 milhões de pessoas ocupadas no serviço doméstico, 3,4 milhões não possuem carteira assinada, cerca de 75%. A pesquisa também aponta a diferença salarial entre trabalhadoras com carteira assinada e na informalidade: R\$ 1.262 com carteira assinada e R\$ 748 sem carteira assinada, o que demonstra que a maior parte das trabalhadoras ainda recebe um salário abaixo do mínimo.

A realidade expressada nestes dados é vivenciada por boa parte da população feminina brasileira e conseqüentemente por boa parte das famílias, uma vez que estas mulheres também são chefes de família, responsáveis por toda a renda familiar ou pela maior parte dela. Além dos aspectos econômicos, existem também aspectos sociais que envolvem a profissão e as relações estabelecidas através dela. Assim sendo, compreender fatores da realidade das trabalhadoras domésticas é de certa forma, compreender também fatores da própria realidade brasileira, visto que a vivência destas mulheres atravessa também as vidas de seus familiares, das famílias de suas patroas e de outras pessoas ao entorno destas relações, conforme será possível perceber no decorrer deste trabalho.

Diante disso, o presente trabalho busca pensar a realidade brasileira através de um ponto específico, porém essencial, que compõe as relações sociais no Brasil: as relações estabelecidas no âmbito doméstico, no domínio da vida privada da família, das relações pessoais. No entanto, antes de avançar para a exposição do processo de construção desta pesquisa, é necessário retornar para os caminhos que a antecedem, para que as escolhas tomadas aqui se tornem mais evidentes.

No processo de elaboração de uma dissertação, existem diversos aspectos que se atravessam até que haja a conclusão das ideias (se é que elas se concluem de fato em algum momento), desde a concepção inicial da ideia, dos processos de aprendizado e das inúmeras modificações feitas até a concretização do que restou até o “final”. Existem, ainda, os

aspectos que antecedem este processo, que acompanham a trajetória de quem constrói a pesquisa (obviamente que em coletivo com as inúmeras pessoas que fazem parte deste processo). O pontapé inicial no caminho até esta pesquisa se iniciou em 2018, em um projeto de iniciação científica (IC), onde também a parceria com o professor Hilton Costa começou, em meio às discussões da disciplina de Pensamento Social Brasileiro, no segundo ano da graduação em Ciências Sociais. O projeto em questão tratou sobre as discussões difundidas na mídia em torno da aprovação da PEC das Domésticas, analisando os discursos publicados online que argumentavam favorável ou contrariamente à Proposta.

Como ocorre na maior parte das pesquisas científicas, diversas questões permaneceram sem resposta com o fim dos 12 meses dedicados à IC. A maior de todas, sem dúvidas, era em relação aos sujeitos da pesquisa: como a maior parte dos discursos analisados partia de pessoas identificadas como patroas e patrões, questionou-se quais seriam as possíveis perspectivas das trabalhadoras domésticas diante do que estava sendo discutido sobre direitos trabalhistas que atingiriam diretamente suas vidas. Foi então que, em uma apresentação de trabalho em 2019, no IX Congresso Internacional de História, houve questionamentos relacionados às perspectivas das trabalhadoras domésticas na pesquisa e foi então apresentada à página do Facebook *Eu, Empregada Doméstica*, onde relatos de trabalhadoras domésticas são publicados.

Estando no fim da iniciação científica em questão, nos últimos anos da graduação, não seria então possível realizar uma nova pesquisa sobre a página até a graduação chegar ao fim e ao mesmo tempo, já existiam ali planos de cursar um mestrado. Assim como na IC, esta segunda possibilidade de tema de pesquisa também se tratava de discursos veiculados no ambiente da internet, ou *ciberespaço*, o que de pronto aumentava o interesse em realizar o projeto de dissertação sobre, visto que a internet proporciona formas de comunicação e interação novas e cada vez mais presentes no cotidiano dos indivíduos, se tornando um objeto de estudo relevante para as Ciências Sociais. Assim, o projeto foi elaborado durante o fim de 2019 e meados de 2020, desde conhecer leituras mais específicas sobre o tema a mais especificamente elencar quais objetivos seriam possíveis de realizar em uma pesquisa que se dedicasse a analisar os relatos publicados na página do Facebook *Eu, Empregada Doméstica*.

A partir disso, surgiram inúmeras dúvidas relacionadas em como realizar tal pesquisa, como pensar relatos publicados em uma rede social online, considerando que campo dos estudos nas Ciências Sociais sobre relações estabelecidas na internet ainda ser relativamente recente; além da própria questão de lidar com relatos públicos e não com entrevistas, por

exemplo, caminho mais comum escolhido nas pesquisas das Ciências Sociais sobre trabalho doméstico remunerado, principalmente no âmbito da Antropologia. O ponto principal nesta questão, no entanto, é que o objetivo nunca foi realizar entrevistas ou estudos tradicionais de campo, mas sim estudar aquilo que estava sendo dito pelas pessoas que escreviam para a página do Facebook, e esta foi a primeira decisão importante para a elaboração desta pesquisa. Tomada a decisão de realizar uma pesquisa que investiga relações estabelecidas no *ciberespaço*, logo também seria necessário conhecer uma literatura que tratasse sobre o tema de maneira adequada, para isto recorreu-se, sobretudo às produções de Raquel Recuero, para compreender como as relações ocorrem no âmbito online e de que maneiras é possível interpretá-las.

A página *Eu, Empregada Doméstica* surgiu em julho de 2016, após sua administradora Joyce Fernandes, mais conhecida pelo nome artístico Preta-Rara, ter compartilhado em seu perfil no *Facebook* um relato de quando trabalhou como empregada doméstica. Joyce utilizou no fim do relato a hashtag “#EuEmpregadaDoméstica” e, em poucas horas, o seu relato viralizou e suas redes sociais e demais canais de comunicação online foram inundados de mensagens de pessoas querendo compartilhar seus relatos na profissão. Assim, Preta-Rara criou a página no Facebook e passou a publicar os relatos enviados e a página logo se tornou viral na internet.

A escolha destes relatos enquanto material para a realização desta pesquisa se deu por considerar que o fenômeno ocorrido em torno da criação da página e do envio massivo de relatos demonstra como as pessoas se mobilizaram para dividirem suas histórias publicamente. Acredita-se, portanto, que a criação da página possibilita um ambiente de visibilidade e importância para o que é trazido à tona pelos relatos, como também é uma forma de estabelecer redes de apoio e interação que se tornam impactantes para as milhares de pessoas que acompanham a página, pois ainda que não se estabeleçam interações diretas entre quem escreve e compartilha os relatos, estas pessoas estabelecem trocas sociais no ambiente do *ciberespaço* (RECUERO, 2009), retomando lembranças muitas vezes traumatizantes que sobreviveram durante muito tempo, permanecendo vivas, esperando o momento propício para serem expressas (POLLAK, 1989).

Compreender a construção desse espaço de circulação dos relatos e de estabelecimento de relações em um ambiente *online* foi sem dúvidas um dos maiores desafios, pois a internet modificou drasticamente a maneira como as pessoas se relacionam, e conseqüentemente também modificou como elas se expressam. Assim, não seria apenas necessário pensar nos

relatos enquanto discursos proferidos por trabalhadoras domésticas e pessoas que mantinham certo nível de proximidade com elas, mas sim compreender que, além disso, estes eram discursos pensados e escritos para serem publicados em uma página na internet, cujas implicações das intenções ainda precisavam ser compreendidas em conjunto disso e para além de. Ainda, foi preciso pensar qual a melhor maneira de trazer o conteúdo dos relatos para o presente trabalho: optou-se por manter a grafia original dos textos, exatamente da maneira em que foram publicados na página, para manter no conteúdo todas as expressões e intenções de quem escreveu, o que implicou na necessidade de se construir um pequeno glossário de gírias e expressões utilizadas na internet, o *internetês*, para auxiliar o entendimento do leitor no que se buscou transmitir nos relatos. Além disso, entende-se que os relatos devem ser lidos exatamente assim, como foram escritos e publicados por suas autoras e autores. Ainda, por conta de serem publicados em sua maioria anônimos, os relatos serão identificados pela data de publicação seguida das iniciais de identificação da autoria e, nas poucas situações em que nomes são dados, estes substituirão as iniciais. Como todos os relatos são públicos<sup>4</sup>, as referências poderão ser acessadas através das notas de rodapé após cada relato.

A cada uma destas etapas, a cada relato lido, novas inquietações surgiam e as indagações originais do projeto foram sendo transformadas a partir não mais de hipóteses, mas do estava sendo dito de fato. Antes da experiência de estar em contato com os relatos, muitas das perguntas da pesquisa se dedicavam a pensar sobre a formalização de relações de trabalho e direitos trabalhistas, efeito, sobretudo das conclusões adquiridas com a pesquisa anterior sobre a PEC das Domésticas. No entanto, estando diante dos relatos a partir de uma observação mais minuciosa, diversos outros assuntos e particularidades estavam sendo levantados ali, e falar sobre direitos trabalhistas era um entre os inúmeros assuntos que as pessoas desejavam tratar, e de longe não se tratava do que era considerado mais importante por aquelas sujeitas e sujeitos.

Por mais que os relatos trouxessem uma série de assuntos diferentes, alguns apareciam com uma constância maior, sendo possível perceber semelhanças entre o que estava sendo dito nas centenas de diferentes narrativas publicadas. Juntamente a esse processo, as leituras

---

<sup>4</sup> Em casos de pesquisas documentais como esta, com acesso irrestrito ao ambiente sem requerer inscrição ou autorização do administrador para obter acesso aos documentos e dados, dispensam avaliação ética e registro de consentimento, desde que esteja em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), uma vez que: “Art. 4º - Esta Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais: [...] II- Realizado para fins exclusivamente: [...] b) Acadêmicos, aplicando-se a esta hipótese os arts. 7º e 11º desta Lei (...)”. Tais artigos tratam das condições de tratamento dos dados pessoais, no entanto, por conta dos relatos utilizados terem sido publicamente fornecidos pelas autoras e autores, como dito anteriormente, dispensam registro de consentimento. Ainda, quase todos os relatos são anônimos.

do campo do feminismo, sobretudo a vertente do feminismo negro brasileiro, também foram responsáveis por orientar um caminho fundamental da pesquisa: pensar, enquanto categorias possíveis de análise, as interseções entre raça, gênero e classe para compreender o cotidiano do serviço doméstico. Isto porque, nas Ciências Humanas, sobretudo nas Ciências Sociais, o campo que mais se dedicou a pensar as questões relacionadas ao trabalho doméstico remunerado foi o feminismo negro, justamente porque este é um aspecto essencial para compreender as desigualdades que atravessam as vidas de mulheres negras no Brasil, conforme exposto através dos dados no início desta introdução. Além disso, algumas feministas brancas e estrangeiras também se ocuparam em pensar sobre as questões do serviço doméstico, sendo também consideradas como essenciais nesta discussão. Isto posto, esta pesquisa ampara-se principalmente nas considerações teóricas de Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento e Heleieth Safiotti para compreender como utilizar tais categorias.

De modo geral, buscou-se compreender, através dos relatos publicados na página *Eu, Empregada Doméstica*, de que maneira as interlocutoras e interlocutores se apresentam e se constroem através da elaboração de relatos sobre si e quais os significados atribuídos pelas sujeitas e sujeitos às experiências relatadas e de que maneira tais discursos o trabalho doméstico remunerado no Brasil, considerando principalmente o contexto político no momento em que a página surge, em meio a diversas mudanças e movimentos de trabalhadoras domésticas. Com isso, objetiva-se entender como esses discursos são construídos e quais aspectos e contextos os permeiam, compreendendo-os enquanto experiências que são atravessadas pelos eixos de raça, gênero e classe.

Dentre as primeiras hipóteses, acredita-se que os relatos se apresentam como uma valiosa fonte de compreensão do universo das trabalhadoras domésticas, pois trazem memórias que remontam situações vividas e relatadas em sua maioria por elas e por pessoas próximas (em sua maioria filhos), como também possibilitaram o estabelecimento de um espaço de compartilhamento dessas memórias e trajetórias através dos relatos sobre si, que além de trazerem a público suas experiências – no momento de redação desta pesquisa, a página conta com mais de 161 mil curtidas –, também construíram uma rede de protesto, denúncia, apoio e solidariedade entre essas mulheres e suas famílias, considerando que boa parte das experiências relatadas são consideradas traumáticas e violentas por quem escreve.

Um aspecto importante a ser considerado ao analisar tais discursos é compreender por quais processos pré-discursivos as interlocutoras e interlocutores foram submetidos até

resolverem compartilhar suas experiências de maneira pública, pois, conforme pontua Michel Foucault (1996), a produção dos discursos é controlada, selecionada e distribuída de acordo com os poderes, perigos e dominações presentes na sociedade. Ou seja, que é necessário compreender os processos de fala e silenciamento dos sujeitos a partir da posição em que ocupam nas estruturas de poder e dominação. Desse modo, a teoria do discurso foucaultiana e mais especificamente da produção de discursos sobre si é aqui essencial para a compreensão dos relatos. É importante também ressaltar a importância apontada por Foucault de se atentar aos contextos históricos nos quais os discursos se vinculam, sendo essencial para compreender a produção de tais relatos também entender o contexto no qual eles emergem.

Portanto, as perguntas que estruturam esta pesquisa são: Como se constroem os discursos veiculados na página *Eu, Empregada Doméstica*, e de que maneira eles podem auxiliar na compreensão das experiências das trabalhadoras domésticas? Como essas experiências afetaram a vida das trabalhadoras e de seus familiares? O que tais relatos buscaram transmitir? E, ainda, o que motivou as interlocutoras e os interlocutores a enviarem suas experiências através dos relatos para serem publicados em uma página na internet?

Acredita-se que com a internet, sujeitos que até então eram silenciados nos espaços de fala puderam acessar com mais facilidade espaços onde o discurso é cerceado com menos efetividade, sendo possível, portanto privilegiar tais narrativas de modo a perceber significados, representações e aspectos subjetivos capazes de evidenciar perspectivas distintas sobre a sociedade brasileira e até então pouco relatadas de maneira pública por conta das relações de poder em que se situam os sujeitos e seus discursos. Portanto, é através da internet que novos movimentos políticos surgem e que movimentos já existentes conquistam mais espaço. No entanto, apesar do advento das mídias digitais possibilitarem um acesso mais facilitado a diversos grupos que antes não possuíam espaço de fala na sociedade, isso por si só não anula completamente os mecanismos de exclusão que tais grupos sofrem, ponto essencial a ser problematizado na análise.

Estas questões serão abordadas no decorrer desta dissertação através de quatro capítulos. No primeiro “Localizando o discurso: Caminhos metodológicos e considerações teóricas sobre o serviço doméstico”, serão levantados os aspectos metodológicos escolhidos para a realização da pesquisa, a relação das categorias raça, gênero e classe com o trabalho doméstico e de que maneira é possível compreender os relatos analisando os discursos a partir destes conceitos, amparando-se numa perspectiva feminista de análise científica, mobilizando os conceitos de memória e discurso em conjunto com o que se discute no campo da análise de



discurso, considerando os relatos enquanto discursos-narrativas construídas sobre si (FOUCAULT, 1993) ou experiências vivenciadas de maneira próxima de si, compreendendo os enunciados de acordo com as posições de poder ocupadas pelos sujeitos que os proferem. Questões como os espaços onde se pode ocupar, quais roupas se pode usar, o que se pode ou não comer, de que maneiras se deve agir, vestir e falar. Todos estes aspectos, conforme será exposto no capítulo, se relacionam com aspectos que atravessam questões de raça, de gênero e de classe. Também se optou por trazer neste capítulo um embasamento teórico em relação ao espaço em que a pesquisa se insere e uma descrição deste, por se tratar da análise de discurso veiculados em um ambiente online, ou *ciberespaço*. Nesse sentido, considera-se também importante adentrar nas discussões sobre análise de discurso online, pois a maneira como as pessoas constroem os discursos sobre si é transformada com o advento dos espaços online, ou ciberespaços.

No segundo capítulo “‘Tirando o pó da estante de livros’: Considerações teóricas nos estudos sobre serviço doméstico no Brasil”, serão abordadas as questões teóricas já produzidas no campo das Ciências Humanas sobre o tema no Brasil, tendo início por volta da década de 1970, através de estudos feministas mais voltados para a discussão de classe, com grande influência do marxismo da época. A partir da década de 90, os estudos enfatizaram muito mais as questões raciais e implicações históricas entre o serviço doméstico e o passado escravista. Após os anos 2000, diversos estudos no campo da Antropologia surgiram para tratar mais especificamente da convivência no ambiente doméstico em si, sobre a vida das trabalhadoras mais especificamente. Além disso, é também a partir de 2000 que os estudos se tornam mais enfáticos em tratar sobre questões legislativas, por conta da intensificação das discussões a partir de então.

O terceiro e quarto capítulos complementam um ao outro e trazem um aprofundamento maior na análise dos relatos, tendo sido dividido em duas partes tanto por conta da organização na disposição dos capítulos quanto pela autoria dos relatos analisados ter sido considerada.

No terceiro capítulo “‘Obrigada pela oportunidade de desabafar’: Coisas ditas e ressignificações sobre experiências de trabalhadoras domésticas”, serão apresentadas as discussões a partir dos relatos enviados pelas trabalhadoras domésticas, permeando os motivos pelos quais elas foram motivadas a compartilhar suas experiências, quais foram as ênfases feitas por elas através de seus discursos sobre suas experiências e de que maneira

estas mulheres se relacionam emocionalmente com essas memórias e com a ação de compartilhar publicamente estas experiências na página.

Por último, no quarto capítulo ““Não sou empregada doméstica mas já presenciei vários absurdos: a perspectiva dos filhos, netos e outros atores sobre o trabalho doméstico remunerado”, serão apresentadas as discussões sobre os relatos enviados por outras pessoas sobre experiências de trabalhadoras, em sua maioria, seus filhos e netos, além de diversas outras pessoas cuja proximidade cotidiana com trabalhadoras domésticas permitiu observar alguma situação que estes julgaram pertinente compartilhar na página. Neste capítulo, serão discutidas as hipóteses do que pode ter motivado estas pessoas a compartilharem relatos de vida de outras, além de também buscar compreender de que maneira estas experiências podem de certa forma também afetar as vidas de quem compartilha, ainda que não tenham vivenciado de maneira direta as experiências relatadas.

Desse modo, espera-se com esta pesquisa elaborar interpretações sobre a profissão de trabalhadora doméstica no Brasil e de que maneira as trabalhadoras e sujeitos próximos a elas se relacionam com seus relatos. Ainda, espera-se também compreender de que maneira o *ciberespaço* pode ser utilizado para estabelecer relações entre pessoas que buscam compartilhar suas experiências e qual a importância deste espaço para a subjetividade e ação política dessas pessoas e os significados que estas pessoas atribuem para este espaço. Assim, esta pesquisa busca construir aspectos que interessam os campos dos estudos de Gênero e de Pensamento Social Brasileiro, por entender que é possível indicar possibilidades de interpretação sobre a realidade brasileira através da investigação da vida doméstica e cotidiana desvelada pelos relatos.

## 1. LOCALIZANDO O DISCURSO: CAMINHOS METODOLÓGICOS E CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Eu já fui empregada doméstica, em um dos lugares que trabalhei, eu fui babá de 3 meninos, por muitas vezes, agi como se eu fosse da família, sempre tinha algum parente dos patrões para me colocar no meu lugar, eu me sentia injustiçada, mas sabia que a culpa era minha por me envolver emocionalmente, fiquei doente e não quero nunca mais trabalhar de empregada doméstica.<sup>1</sup>

Ao construir uma narrativa sobre si, é comum que quem fala se localize em seu discurso. No entanto, alguns mais do que outros têm o poder de definirem-se enquanto sujeitos, enquanto atores de fato, por conta das relações de poder e da posição em que ocupam na sociedade. Ainda, estes sujeitos que detém o poder de definirem a si por vezes também acabam por definir “o outro”, seu lugar e atribuições. Ainda que por vezes S. G. tenha agido “como se fosse da família”, ela era sempre retirada deste espaço, por não pertencer; o que ilustra que ela está localizada, mas em uma posição deslocada da família que a emprega. Sendo assim, considera-se como ponto de partida a noção de que os discursos aqui discutidos partem de uma posição e perspectiva parciais.

Segundo Donna Haraway (2009), amparar-se a partir de uma objetividade feminista significa pensar a partir da concepção de “saberes localizados”. Ou seja, que a natureza de todos os saberes é corpórea, parte de uma visão e um local específico à vivência dos sujeitos. Ainda que a construção da ideia de conhecimento científico ocidental tenha sido atrelada à concepção de que existem posições “não marcadas” de sujeito, onde a figura do cientista deveria se encontrar, Haraway argumenta que toda visão perpassa uma posição e que “o olhar que inscreve todos os corpos marcados”<sup>2</sup>, ainda que a categoria não marcada alegue ter “o poder de ver sem ser vista, de representar, escapando à representação” (HARAWAY, 2009. p. 18). Tais concepções surgem em oposição ao olhar do Homem Branco, categoria de sujeito construída pelos ideais do Iluminismo (HALL, 2006. p. 10-11), que pressupõe a existência de

---

<sup>1</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de S. G.** [...]. Espírito Santo, 21 jul. 2016. Facebook: [euempregadadomestica](https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0BkeZ7AuTLjKZb1swEiJ1dDEa2hiwmgickx1yvpc4H7neMAdSnEw44Zx34M2muALnl). Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0BkeZ7AuTLjKZb1swEiJ1dDEa2hiwmgickx1yvpc4H7neMAdSnEw44Zx34M2muALnl>>. Acesso em: 30 nov. 2022.

<sup>2</sup> Donna Haraway argumenta que a construção da ciência ocidental se dá através do olhar do Homem Branco, o sujeito tido como “não marcado”, o dominante, que está além das demarcações da identidade, diferente dos outros sujeitos, os frequentemente intitulados “dominados”, que seriam, portanto, os sujeitos “marcados”. Tais diferenças são construídas, segundo Joan Scott (1990), a partir dos discursos que as fundam e legitimam na sociedade.

uma neutralidade científica, de uma posição não localizada na “diferença”, que se opõe aos demais sujeitos.

Partindo, portanto, do entendimento que até mesmo o discurso que se diz objetivo e imparcial é dotado de parcialidades, pois se revela como algo que promete a transcendência de valores e limites, mas que parte de um sujeito que está localizado mesmo que negue a sua posição; buscou-se trabalhar com a concepção de uma objetividade feminista, compreendendo a localização limitada, o conhecimento localizado, pois apenas assim é possível ser responsável pelo que fomos ensinados a ver (HARAWAY, 2009. p. 21). Ainda segundo a autora:

Posicionar-se é, portanto, a prática chave, base do conhecimento organizado em torno das imagens da visão, é como se organiza boa parte do discurso científico e filosófico ocidental. Posicionar-se implica em responsabilidade por nossas práticas capacitadoras (HARAWAY, 2009. p. 27).

Da mesma maneira, segundo Michelle Perrot (1989), existe um olhar próprio das mulheres em relação à história, um ponto de vista próprio ao abordar os acontecimentos do passado, olhar este muito vinculado à memória, ao registro do verbo, da oralidade e do espaço privado (PERROT, 1989. p. 15). Para a historiadora, tal olhar aparece tanto na posição de pesquisadoras quanto interlocutoras de uma pesquisa. Em relação à perspectiva de Perrot:

[...] existiria uma maneira feminina de fazer/escrever a história, radicalmente diferente da masculina? E, ainda, existiria uma memória especificamente feminina? Em relação à primeira questão, Perrot respondia simultaneamente sim e não. Sim, porque entendia que há um modo de interrogação próprio do olhar feminino, um ponto de vista específico das mulheres ao abordar o passado, uma proposta de releitura da história no feminino. Não, em se considerando que o método, a forma de trabalhar e procurar as fontes não se diferenciavam do que ela própria havia feito antes como pesquisadora do movimento operário francês (RAGO, 2021. p. 372).

Para Margareth Rago (2021), o feminismo tem produzido, para além de uma crítica ao modo dominante de produção de conhecimento, uma proposta alternativa de ciência. Concordando com o argumento de Michelle Perrot, Rago pontua que as mulheres “trazem uma experiência que várias já classificaram como das margens, da construção miúda, da geração do detalhe, que se expressa na busca de uma nova linguagem, ou na produção de um contradiscurso” (RAGO, 2021. p. 373). Essa proposta alternativa de ciência feminista critica os princípios da racionalidade burguesa e ocidental, que não se configura fora da dimensão da criação masculina e excludente, que por si só não dá conta de pensar a diferença (RAGO, 2021. p. 374). A epistemologia feminista, portanto, não é concebida com a intenção de

substituir o racionalismo científico de modo a redefinir as relações de saber e poder com o intuito de controlar o pensamento e o saber científico, mas sim propor uma maneira diferente de explicação e compreensão do mundo, partindo de visões parciais e localizadas dos sujeitos.

Segundo Margareth Rago:

Portanto, o feminismo propõe uma nova relação entre teoria e prática. Delineia-se um novo agente epistêmico, não isolado do mundo, mas subjetivo e afirmando sua particularidade. Ao contrário do distanciamento do cientista em relação ao seu objeto de conhecimento, o que permitiria produzir um conhecimento neutro, livre de interferências subjetivas, clama-se pelo envolvimento do sujeito com seu objeto (RAGO, 2021. p. 280).

Para além da compreensão que a visão do sujeito pesquisador é uma perspectiva parcial, é necessário também enxergar o sujeito “objeto” do conhecimento como um ator e agente, mobilizador nas relações e espaços em que ocupa na sociedade, sendo contraditório e complexo, composto de diversas identidades, muitas vezes contraditórias e conflitante entre si (HALL, 2006), fugindo das noções reducionistas de que ocupam um mundo fixo predeterminado, da construção de figuras passivas diante da vontade e do olhar dominante do observador imparcial.

É considerando tais especificidades do discurso que se localiza esta dissertação, compreendendo a localização tanto da pesquisadora quanto das sujeitas autoras das narrativas presentes na pesquisa, alinhando-se com a construção de uma ciência feminista que privilegia uma análise que parte da diferença, as especificidades do Outro e de sua percepção sobre si próprio e seu meio. Durante este capítulo, serão apresentados os caminhos metodológicos e teorias pelas quais se orientaram a análise, perpassando as noções de memória, discurso e relato sobre si e as relações com as categorias gênero, raça e classe. E, por fim, uma breve discussão sobre as possibilidades de pesquisa diante de fenômenos ocorridos no ambiente virtual e de que maneira a Sociologia pode ser útil nos estudos sobre o *ciberespaço*.

Por conta da multiplicidade de assuntos a serem debatidos no presente capítulo, se tornou necessária a discussão de perspectivas teórico-metodológicas igualmente múltiplas, e que inicialmente podem parecer incompatíveis se considerarmos as orientações que originam o pensamento de cada um dos autores e autoras utilizados. No entanto, é pretendido demonstrar no decorrer das seções a maneira como é possível obter aproximações de tais concepções para o estudo dos relatos sobre o serviço doméstico; compreendendo que, na pesquisa científica, ainda que se busquemos realizar o máximo de diálogo entre as teorias utilizadas, não é possível explicar um fenômeno a partir de uma única linha teórico-

metodológica, pelo contrário, os fenômenos sociais exigem que as técnicas de pesquisa se adequem para que seja possível estudá-los, segundo Ecléa Bosi (2003, p. 55).

O principal aspecto que une as perspectivas distintas das autoras e autores citados é a noção presente em suas concepções em considerar a importância da construção das memórias e dos discursos a partir dos contextos, sociais e históricos, nos quais os sujeitos estão inseridos. Foucault pontua a importância de se atentar aos elementos pré-discursivos, que os discursos são constituídos de maneira histórica e que é a partir desse processo da linguagem que se constitui o sujeito; Ecléa Bosi se aproxima dessas concepções ao ressaltar a historicidade presente nos discursos construídos a partir da memória; da mesma maneira que Conceição Evaristo ao enfatizar o processo da transformação da memória através do tempo.

As autoras e autores mobilizados também compreendem as relações de poder que implicam nos processos de fala na sociedade, pois não se pode dizer qualquer coisa, como também não são todos os sujeitos que são autorizados a falar em determinados espaços. É nessa direção que caminham as afirmações das feministas aqui abordadas, enfatizando a importância de se pensar onde se localizam os sujeitos na sociedade para que se possa compreender a construção de seus discursos e memórias. No caso do trabalho doméstico, o caminho indicado por elas, sobretudo por nomes como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, é atentar-se às questões de gênero, raciais e de classe.

E, por fim, somam-se as questões anteriores o fato de que os relatos não são discursos públicos comuns, mas relatos de si – e publicados online. Por mais que as formas de comunicação que utilizamos na sociedade estejam em constante transformação com o advento da internet, os aspectos discursivos mencionados anteriormente não escapam na comunicação online, apenas são transformados por ela. Nesse sentido, buscou-se demonstrar como todas estas questões se fazem presentes nos relatos, sendo fundamentais para compreendê-los e, por esse motivo, a partir de teorias tão distintas encontram-se intersecções possíveis de serem feitas.

## 1.1 (RE)VISITANDO O ACONTECIMENTO: ENTRE HISTÓRIA, MEMÓRIA E DISCURSO

Minha mãe, após o meu pai abandonar a ela e a seus 06 filhos foi morar com minha avó e para nos sustentar ela e minha avó trabalhavam de empregadas domésticas. Em 1989 na cidade de Goiânia, minha mãe trabalhava em uma casa e eu com 09 anos, ia para ajudá-la. Nessa casa havia uma menina que contava também com seus 09 anos de idade e ao fim do dia, quando encerrava meus afazeres ela me chamava para brincar e a brincadeira era bem parecida com a minha rotina de doméstica

infantil. Eu era a empregada dela na brincadeira de casinha, de forma "lúdica" ela me chamava de escrava. Dizia: você é a minha escrava, vá buscar água...na minha inocência não via nada de mal nesse comportamento a época...minha mãe não tinha coragem de se opor a essa situação pois necessitávamos dessa renda. É lamentável, pois muitas vezes aceitamos certos aspectos em uma relação seja ela de trabalho ou qualquer outra por sentirmos que não merecemos nada além do desprezo, humilhação...

A vida segue e embora minha história atual e a de meus filhos seja o oposta da que vivi, ainda carrego em mim, várias lembranças infelizes que me fizeram forte por certo, mas que as vezes são como espinhos na carne. Fico sempre a pensar que se em mim a lembrança doi, imagino que em minha mãe e que em minha avó doa muito mais, pois de forma mesmo que alegórica, elas aceitavam a "chibata" para podermos comer o pão.<sup>3</sup>

Entre a narrativa de um acontecimento e aquilo que se pode considerar enquanto "verdade", existe um abismo de possibilidades. Ainda que correntes clássicas da ciência amparadas na concepção racionalista tendam a afirmar que o conhecimento científico se configura enquanto uma verdade diante do acontecimento, atualmente se discute principalmente nas Ciências Humanas que o papel do conhecimento científico está muito mais relacionado à apresentação de interpretações da realidade do que no compromisso em oferecer uma única perspectiva enquanto verdade.

Segundo Ecléa Bosi (2003), a maneira como estudamos tradicionalmente a história aborda o passado de maneira a tratá-lo como uma sucessão unilinear de tomadas de poder e lutas de classes, afastando a análise dos aspectos do cotidiano, dos microcomportamentos, perspectivas tão importantes para se entender o acontecimento quanto a clássica – e potencialmente excludente por conta do seu viés heteronormativo-masculinista – "história universal". Nesse sentido, a História Oral tem se tornado um campo muito valorizado na construção desse conhecimento escondido "atrás do episódio" (BOSI, 2003. p. 15) através dos estudos da memória.

Na compreensão do que foi dito através de um relato, portanto, preocupa-se em captar aquilo que se buscou transmitir com ele, os sentidos imbricados naquilo que foi dito, os entrelaçamentos entre a memória e o acontecimento segundo quem fala. Isto não significa dizer que o relato de infância de A. C. não trouxe verdade alguma, ou trouxe a verdade completa, a importância de se considerar relatos e experiências pessoais se encontram justamente em outro sentido, o da possibilidade de compreender um fenômeno através do

---

<sup>3</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de A. C.** [...]. s.l, 23 set. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0os5aXwDFcZPKEW291os9eLVibksMnkxP1PzX9Do7XwDXyChphVTBpWbcs9HEwQkRI>>. Acesso em: 30 nov. 2022.

particular, da interpretação singular de um acontecimento, submetido à experiência de quem conta.

Conceição Evaristo (2017) enfatiza que a memória ativa tanto o acontecimento quanto a invenção, aquilo que se sente em relação ao que se lembra e aquilo que o tempo foi capaz de transformar na memória. Para a autora, todas as histórias passam pela invenção<sup>4</sup>, mesmo as reais, quando contadas (EVARISTO, 2017. p. 11). Ou seja, na elaboração do discurso de si, o acontecimento é narrado a partir das transformações que a memória sofre através da experiência do sujeito, não importando se quem narra está dizendo completamente a “verdade” ou não. O mais importante a se considerar, nesse sentido, é que aquilo que um sujeito fala não pode ser dito por qualquer um (FOUCAULT, 1996), e aí está a especificidade de se considerar os relatos de si de um grupo específico.

Diante do que se considera enquanto memória existe segundo Maurice Halbwachs (1990) a “memória individual” e a “memória coletiva”. A construção dessa memória coletiva, de acordo com Halbwachs, se dá pela conciliação de pontos de contato entre as memórias individuais para que a lembrança trazida possa ser reconstruída a partir de uma base comum (HALBWACHS, 1990. p. 30). Desse modo, não é possível que se constitua uma memória coletiva sem que as memórias individuais tenham elementos comuns de determinado grupo. Nesse sentido, a memória coletiva definiria o que é comum a um grupo, o que “o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais” (POLLAK, 1989. p. 3). Ainda que Halbwachs não entenda a memória coletiva enquanto coercitiva e imposta, se pensada a partir da lógica de uma análise durkheiminiana como indica Michel Pollak<sup>5</sup> (1989), o autor a entende enquanto uma “comunidade afetiva”, sendo a memória nacional um exemplo de memória coletiva.

No entanto, o fato de que as memórias coletivas se constroem através do consenso entre memórias individuais não significa que todas as memórias dos indivíduos estão em constante frequência entre si, principalmente considerando a heterogeneidade de tais grupos, como na constituição da memória nacional. Nesse sentido, em relação à História Oral, Pollak argumenta:

---

<sup>4</sup> Considera-se um processo de “invenção” a relação entre acontecimento e memória, uma vez que o sujeito reelabora o ocorrido através dessa memória, quando já não se faz mais presente na cena (BUTLER, 2015).

<sup>5</sup> Não se pretende utilizar os conceitos de memória segundo Halbwachs e Pollak, porém ambos são essenciais para a compreensão da relação entre memória e discurso. Assim sendo, suas concepções são úteis para compreender este aspecto, porém as perspectivas privilegiadas metodologicamente para compreender memória enquanto um conceito se dão a partir principalmente de Ecléa Bosi e Lélia Gonzalez, conforme será apresentado no decorrer da seção.



Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõe à “Memória oficial”, no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão o silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. **Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes.** (POLLAK, 1989, p. 4, grifo nosso).

A escolha metodológica de privilegiar discursos considerados marginalizados proporciona à análise a reconstrução do olhar sociológico sobre um fenômeno social de acordo com perspectivas que potencialmente se opõe à memória coletiva ou pelo menos apresentam novos aspectos à narrativa. Conforme será apresentado com mais atenção no próximo capítulo, durante muito tempo a narrativa sobre o serviço doméstico se amparou no discurso oficial de que o Brasil se funda enquanto uma democracia racial, tendo as relações mantidas entre a Casa-Grande e a Senzala ocorrido de forma harmoniosa e que é justamente a partir de tal associação que se origina a nação. É a partir de estudos mais recentes, que se atentam às narrativas das próprias trabalhadoras domésticas sobre si, que novas perspectivas em relação à profissão estão surgindo.

Isto não significa dizer, no entanto, que as trabalhadoras domésticas não falavam no passado, ou que as pesquisas recentes têm “dado voz” a elas, pelo contrário. Ao tratar da narrativa do Outro, principalmente se tratando de um grupo marginalizado na sociedade, é necessário ter o cuidado de não “falar por”, mas ao invés disso, “falar com” (SPIVAK, 2010), pois o subalterno tem voz, ele pode – e deve – falar por si.

No resgate histórico dos movimentos ocupados por trabalhadoras domésticas e até mesmo através de documentos oficiais é possível perceber que suas vozes sempre ecoaram, por mais que o discurso oficial pouco ou nada trouxesse de suas narrativas. Segundo Lélia Gonzalez (1984):

A gente tá falando das noções de **consciência** e de **memória**. Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das

mancadas do discurso da consciência. O que a gente vai tentar é sacar esse jogo aí, das duas, também chamado de dialética. E, no que se refere à gente, à crioula, a gente saca que a consciência faz tudo prá nossa história ser esquecida, tirada de cena. E apela prá tudo nesse sentido. Só que isso tá aí... e fala (GONZALEZ, 1984, p. 226-227, grifos da autora).

Para além da concepção clássica de memória de Halbwachs, memória para Lélia Gonzalez não é apenas um conceito para se compreender os enunciados dentro da História Oral, ela vai além: é um espaço de rejeição diante da Consciência, do discurso dominante que rejeita e exclui aquilo que a memória representa. É através dela que os sujeitos excluídos pela Consciência apresentam e preservam a sua fala, e sua história, o “não-saber que conhece”, que existe.

Por conta disso, os estudos que se amparam na memória são ainda hoje tão importantes: em busca de reinterpretar o acontecimento a partir de uma perspectiva localizada, ou mesmo para observar fenômenos até então brevemente abordados pelos estudos científicos, a memória traz em si uma perspectiva que se apoia em outros aportes além dos documentos oficiais e discursos de “sujeitos autorizados a falar”. Em relação a este último:

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de *exclusão*. O mais evidente, o mais familiar também, é a *interdição*. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa (FOUCAULT, 1996. p. 8-9).

Michel Foucault (1996) compreende o discurso enquanto objeto que passa por controle e sanções, pois é através dele que se conjura e mantém as relações de poder na sociedade. Assim, através de procedimentos de exclusão e interdição, é possível controlar quais sujeitos tem ou não o direito de falar, o que pode ser dito e o que não se está autorizado a falar. Tais mecanismos operam também através da exclusão pela separação e rejeição do outro: Foucault usa como exemplo a oposição entre a razão e a loucura, onde a figura do “louco” aparece como alguém cujo discurso é deslegitimado pela sociedade, assim como a sua convivência com o restante também passa por essa separação. Além disso, ele também apresenta a dicotomia entre verdadeiro e falso, sendo a fala legitimada o discurso científico, ou médico, jurídico etc.

Ou seja, para que algumas pessoas permaneçam destituídas de poder e seus discursos permaneçam sem legitimidade perante a sociedade, os mecanismos de exclusão precisam se

manter efetivos e é através do próprio discurso que isso ocorre, pois para Foucault, o sujeito se constitui na e pela linguagem (FISCHER, 1997). Assim como o discurso sobre a loucura, outro exemplo é dado por Foucault (2005) em relação ao nascimento do biopoder legitimado pelo discurso médico, que seria neste caso o discurso tido como oficial e mecanismo de legitimação do racismo de Estado. Dessa maneira, na manutenção de poder na sociedade ocidental, uma série de outros discursos tidos como oficiais são responsáveis pela manutenção da exclusão de certos grupos enquanto sujeitos que não estão aptos a falar. Historicamente, além dos tido como loucos, Foucault apresenta que as mulheres e os homossexuais também estiveram inseridos enquanto grupos sem legitimidade de discurso, o que dificulta que as suas pautas sejam abarcadas nos meios jurídicos, que seus direitos sejam protegidos e até mesmo que as suas histórias de vida sejam conhecidas pelas outras pessoas.

Por isso, segundo Foucault (2009), para compreender de que maneira determinado discurso opera, é necessário primeiro demarcar as superfícies de sua emergência, ou seja, de que maneira surge, se dissemina e é legitimado pelo meio; assim como é preciso perceber qual é a posição do sujeito falante, em quais espaços esse sujeito obtém o seu discurso e em quais ele é autorizado a proferi-lo. Segundo o autor:

[...] quem fala? Quem, no conjunto de todos os sujeitos falantes, tem boas razões para ter esta espécie de linguagem? Quem é seu titular? Quem recebe dela sua singularidade, seus encantos, e de quem, em troca, recebe, se não sua garantia, pelo menos a presunção de que é verdadeira? Qual é o **status** dos indivíduos que têm – e apenas eles – o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso? (FOUCAULT, 2009. p. 56, grifo do autor).

Os grifos do autor nos trechos citados demonstram a importância de se atentar às posições ocupadas pelos sujeitos em relação aos seus discursos. Ou seja, se o indivíduo possui prestígio em meio à sociedade ou se passa por processos de exclusão, tal aspecto é muito relevante ao considerar aquilo que por ele é dito, pois para o filósofo o discurso perpassa os processos de poder. Assim, ao analisar aquilo que foi dito ou escrito, é necessário também compreender os lugares institucionais ou de legitimação de determinado discurso (FOUCAULT, 2009. p. 57).

Se, portanto, existem espaços onde circulam o discurso considerado legítimo e os sujeitos que estão autorizados a proferi-lo; por outro lado existem os espaços, sujeitos e discursos que passam pelos processos de exclusão mencionados por Foucault, que não possuem a legitimidade diante da sociedade ou que travam longas batalhas de resistência para que possam conquistá-la a força. Tais espaços, sujeitos e discursos, todavia, não deixam de

existir e, conforme Lélia Gonzalez (1984) expõe, possuem estratégias para se fazerem ouvidos, se expressando “através das mancadas do discurso da consciência”, criando caminhos onde outrora não existiam, falando onde anteriormente não se tinha autorização, escrevendo, protestando, (r)existindo.

### 1.1.1 O ato de contar-se: a construção dos relatos como discursos de si

Diante de discursos produzidos por sujeitos ou grupos, entender os contextos exteriores ao enunciado é um aspecto importante para compreender a própria existência e construção de espaços de subjetividade dos sujeitos, uma vez que estes se constituem, segundo Foucault (2006), na e pela linguagem. Nesse processo, ao focalizar o indivíduo em seu discurso é possível dimensionar, em um contexto mais amplo, os contextos onde ele se insere (FISCHER, 1997, p. 11) e, assim, compreender a realidade através das lentes deste indivíduo ou grupo. Sendo assim, ao questionar o porquê dos sujeitos escrevem sobre si; a depender de quem escreve, as respostas podem ser diferentes.

Um relato de si não é uma simples narrativa sobre si, sua elaboração está intrinsecamente ligada a relações de poder e a expectativas dos sujeitos em situar as suas narrativas dentro de um contexto. Diferente de outros tipos, portanto, o relato de si “não se baseia apenas na prática do relato comum (“contar uma história”) mas refere-se a um espírito crítico de fabulação moral capaz de dar conta das próprias atitudes em relação ao *ethos* vigente em um determinado espaço (MARQUES *et al.*, 2022, p. 31). Desse modo, além do relato de si mobilizar a própria maneira como o sujeito reflete sobre as suas experiências e sua identidade a partir do gesto político de elaborar uma narrativa sobre si, ele também questiona sistemas e padrões que organizam as visões de mundo e hierarquias de uma sociedade (BUTLER, 2015).

Desse modo, além do sujeito reconstituir a sua própria identidade na ação de construir uma narrativa sobre si mesmo, ele também elabora interpretações sobre a realidade e as relações estabelecidas em seu convívio. Nesse sentido, a abordagem foucaultiana indica um caminho possível de se compreender o discurso, pois considera, segundo Fischer (1997):

[...] que todo conhecimento será sempre parcial, de que a realidade é uma construção e de que a identidade é sempre um **estado** em processo. Desta forma, a utilização de depoimentos ou relatos de alguém sobre si mesmo tem como objetivo menos a busca da **verdade** e muito mais a identificação das condições de possibilidade para que determinada narrativa emergja enquanto discurso (FISCHER, 1997, p. 13, grifos da autora).

Assim, ao considerar os discursos veiculados na página *Eu, Empregada Doméstica* enquanto fontes principais da pesquisa, não se objetiva concluir se os acontecimentos relatados ocorreram exatamente ou parcialmente da maneira como foram relatados; por outro lado, a utilização de tais relatos vai em direção de identificar nos discursos tanto a ótica das interlocutoras e interlocutores sobre o trabalho doméstico e suas experiências relacionadas à profissão, quanto as condições de surgimento de tais narrativas enquanto um discurso que surge para ser veiculado em uma página de internet em um tempo histórico específico.

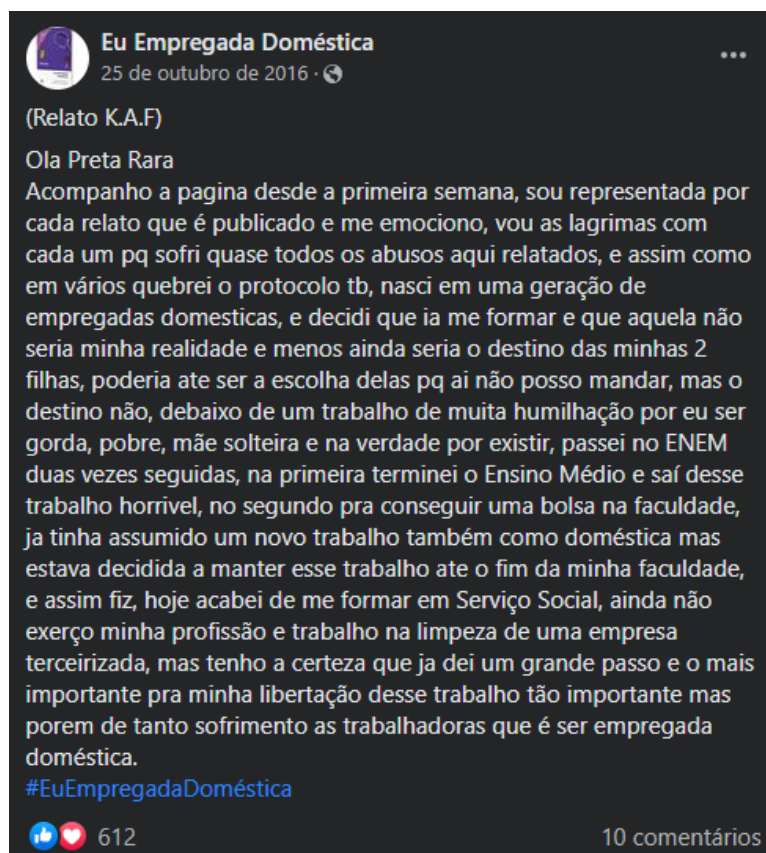
Outra especificidade dos relatos sobre si é que, normalmente, eles apresentam situações de assimetria entre os sujeitos, o que os aproxima a uma espécie de narrativa testemunhal (MARQUES et al, 2022, p. 32-33), contendo muitas vezes situações de violência e consideradas injustas por parte de quem relata, conforme é possível perceber ao ler os relatos publicados na página. Esse exercício do querer “tornar público” aquilo que se viveu relaciona-se com:

[...] assumir o controle da própria vida, tornar-se sujeito de si mesmo pelo trabalho de reinvenção da própria subjetividade possibilitada pelo relato de si. Trata-se de tornar autor do próprio *script*, a partir de uma relação específica do indivíduo consigo mesmo (MARQUES et al, 2022, p. 33).

O dito se torna, portanto, o resultado da constituição do sujeito através do ato de dizer – ou, neste caso, escrever – onde contar a sua própria história implica na necessidade de se reconhecer nela primeiro. Ainda, conforme indica Margareth Rago (2013), lembrar de experiências traumáticas é uma forma de reatualizar a dor sentida no passado e também um modo de criar novos horizontes para o futuro e construir caminhos para a superação das dores. Isso ocorre em vários exemplos de relatos onde primeiro se evoca uma experiência do passado, seguida por um desfecho otimista do presente ou de um futuro que se almeja. No seguinte relato de K. A. F, ocorre algo semelhante.

Ainda que o relato de K. A. F. não apresente especificamente uma memória pontual do seu passado, ela aponta durante o texto que sofreu quase todos os tipos de situações compartilhadas em outros relatos da página e, ainda que ao fim do relato ela apresente que ainda não trabalha no emprego almejado da sua área de formação, ela considera o fato de se formar em um curso superior “um grande passo” em sua vida.

Figura 1: Relato de K. A. F.



Fonte: Facebook<sup>6</sup>

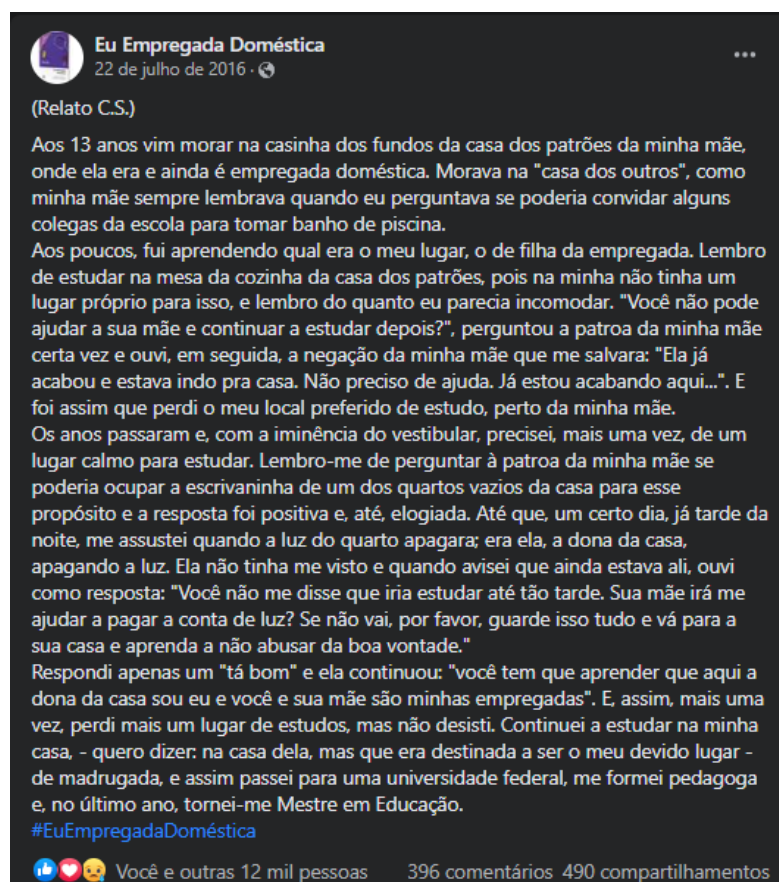
\*As palavras abreviadas podem ser consultadas no anexo Glossário.

Ainda que nem todos os relatos sejam necessariamente autobiográficos<sup>7</sup> – tendo como interlocutoras e interlocutores, além de trabalhadoras domésticas, familiares e pessoas próximas delas, o sujeito evocado como principal nas narrativas é quase sempre o “si mesmo”, a sua própria perspectiva e vivência diante da experiência do outro, que neste caso é a trabalhadora doméstica. Principalmente em relatos de filhos e netos, a narrativa perpassa a experiência da mãe ou avó trabalhadora doméstica e os impactos dessa experiência na vida de quem relata, como por exemplo:

<sup>6</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de K. A. F.** [...]. s.l., 25 out. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid09Bgg6GAfNCm9iWHDPEtSwf1dLzoTAXRWvjXyLgzy6x97ctQA7sEki5CCKUAoQz1cl>>. Acesso em: 30 nov. 2022.

<sup>7</sup> Baseando-se nas concepções de Rago (2013), buscou-se diferenciar aqui “relato de si” de autobiografias pois o primeiro se caracteriza por uma narrativa menos linear no sentido de contar sobre a própria vida. Ainda que alguns relatos apresentem uma narrativa mais linear e uma preocupação maior em situar o leitor desde o início da vida de quem conta, na maior parte das situações os relatos abordam situações mais específicas, acontecimentos mais pontuais e desconexos. Por esse motivo, considera-se relatos sobre si ou ainda “histórias de vida” ao invés de autobiografias.

Figura 2: Relato de C. S.



Fonte: Facebook<sup>8</sup>

Ao escrever sobre si, C. S. relaciona as suas vivências com as de sua mãe, que é a trabalhadora doméstica em questão, sendo possível perceber que ela relaciona diretamente as suas experiências à profissão ocupada pela mãe, pois o tratamento recebido por ambas decorre disso. Assim como no relato anterior, neste também é possível perceber um encerramento que expõe de certa maneira um novo horizonte no presente, pois logo após expor que foi repreendida pela patroa por estudar, "abusando da boa vontade" desta, ela conclui que ainda assim conseguiu se formar e tornar-se Mestre em Educação.

## 1.2 BECOS DA MEMÓRIA<sup>9</sup>: ENCONTROS ENTRE GÊNERO, RAÇA E CLASSE

<sup>8</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de C. S.** [...]. s.l., 22 jul. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid02EDVZUZvJY74MUtjwxNUbRrkmyFBC9oU3ZQrEqawKeXCggNB8VdvdxBjvTnPeoXN31>>. Acesso em: 30 nov. 2022.

<sup>9</sup> O título da seção é inspirado no livro homônimo de Conceição Evaristo (2017), que mobiliza a concepção de memória e escrita de mulheres negras de maneira central em sua obra, que retrata lembranças de durante toda sua vida.

Eu sou uma mulher negra, falo um bom inglês, formada em Relações Internacionais e estou no quinto período de Ciências Contábeis. Estudei na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, que na capital fica em um bairro de classe média. Um dia, me dirigindo ao ponto de onibus para ir pra casa, uma senhora parou o carro ao meu lado e disse algo. Eu, pensando que precisava de informação, decidi parar para responder. Ela me perguntou quanto eu cobrava pela faxina!! Sim, porque mulher preta em bairro bom tem que ser doméstica!! De jeito nenhum desmereço a profissão: minha mãe trabalha com serviços gerais e foi na limpeza que pagou meus 4 anos de curso de inglês, passagens, xerox, livros, lanche. Mulher forte e decidida, aguenta as humilhações que sofre sem deixar a peteca cair. O que não entendo é porque as pessoas acham que essa é a única profissão que uma mulher negra tem capacidade para ter. No prédio onde moro, quando tinha me mudado a poucas semanas, mandaram eu e meu irmão subirmos pelo elevador de serviço. Ficamos parados olhando para a cara da pobre metida a “rika” que estava falando isso até ela se tocar e pedir desculpas. É difícil. Muito obrigada pela oportunidade de expressão que essa página nos dá.<sup>10</sup>

Não existe hierarquia de opressão. Através de tal afirmativa, breve e direta, Audre Lorde (2019) expressa de que maneira compreende os encontros entre gênero, raça e classe, sendo inconcebível, para ela, “que certa parte de minha identidade possa se beneficiar com a opressão da outra” (LORDE, 2019. p. 235). Ela afirma que, por se encontrar em todos esses grupos, entende que a opressão e a intolerância existem de maneiras diferentes e que os grupos oprimidos anseiam pela mesma coisa: sua libertação. Sendo assim, não poderia existir uma hierarquia entre as opressões.

Ainda que tais opressões incidam sobre os diferentes corpos de maneiras distintas, é importante, na análise, enxergar as categorias de gênero, raça e classe enquanto mecanismos de compreensão da realidade de acordo com o contexto em que se encontram as sujeitas-atoras da pesquisa. Ou seja, que tais categorias não são meramente conceitos fixos e imutáveis diante da realidade que “se encaixa” em seus moldes, pelo contrário, que o uso depende justamente da materialidade, da maneira como pode ser útil pensar o real através da lente conceitual da associação de tais categorias.

Isto significa que, ainda que em contextos específicos seja possível pensar a realidade a partir de uma ou outra categoria, na maior parte dos momentos é mais provável que se enxergue os três eixos em uma mesma situação por conta da multiplicidade de aspectos que compõem a identidade de um sujeito, como o caso das trabalhadoras domésticas no Brasil. O debate atual, levantado principalmente por feministas negras, é o de que tais opressões não surgem uma em decorrência das outras, mas que se entrelaçam de forma complexa<sup>11</sup>, fazendo

<sup>10</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de F. P.** [...]. Minas Gerais, 10 set. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid02RfVY6xuYDkgc33Z8nhey3W2h4BkHLcC Hx8iMbqY27hct8AEnYRGhzsxU55CbLtQl>>. Acesso em: 3 dez. 2022.

<sup>11</sup> Segundo Patricia Collins (2016), o fato de as mulheres negras ocuparem uma posição denominada pela autora como *outsider whitin*, alguém como um “estrangeiro de dentro” faz com que elas produzam um olhar específico



com que boa parte das interpretações do mundo social precise incorporar simultaneamente os três eixos (BIROLI; MIGUEL, 2015. p. 28).

Esse exercício de considerar as opressões interligadas é, sem dúvidas, uma contribuição do pensamento feminista negro, que surge segundo Patricia Collins (2016) por conta das múltiplas intersecções entre as estruturas de dominação que incidem sobre mulheres negras, fazendo com que sejam capazes de produzir visões mais nítidas de suas experiências. Em seu relato, F. P. nos traz algumas situações onde foi confundida com uma trabalhadora doméstica por ser uma mulher negra que transita em espaços de classe média, a levando a refletir que, apesar de exercer outra profissão e frequentar tais espaços por fazer parte deles, ainda assim ela não é lida pelas pessoas de seu meio como alguém pertencente a aquele local – a menos que seja na posição de trabalhadora doméstica. É possível perceber aí o que Patricia Collins (2016) aponta como a posição de *outsider within* de mulheres negras, pois estas só podem ocupar espaços em meio a classe média e alta, se for na função de servir estas pessoas, nunca como alguém que efetivamente faz parte.

No seguinte trecho, Lélia Gonzalez (1984) dialoga exatamente com o que foi trazido pelo relato de F. P:

E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras da classe média, cada vez mais crescentes. Não adianta serem “educadas” ou estarem “bem vestidas” (afinal, “boa aparência”, como vemos nos anúncios de emprego é uma categoria “branca”, unicamente atribuível a “brancas” ou “clarinhas”). Os porteiros dos edifícios obrigam-nos a entrar pela porta de serviço, obedecendo instruções dos síndicos brancos (os mesmos que as “comem com os olhos” no carnaval ou nos oba-oba [...] só pode ser doméstica, logo, entrada de serviço (GONZALEZ, Lélia, 1984. p. 230-231).

Por conta de tais aspectos, é fundamental compreender como as categorias de gênero, raça e classe se entrecruzam, o que pode ser percebido também a partir de Sueli Carneiro (2011):

No mercado de trabalho, o resultado concreto dessa exclusão se expressa no perfil da mão de obra feminina negra. Segundo dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e pelo Ministério da Justiça na publicação Brasil, gênero e raça, “as mulheres negras ocupadas em atividades manuais perfazem um total de 79,4%”. Destas, 51% estão alocadas no emprego doméstico e 28,4% são lavadeiras, passadeiras, cozinheiras, serventes (CARNEIRO, 2011. p. 128).

---

sobre a sociedade por conta da sua posição marginalizada, podendo observar certos fenômenos de perto, mesmo estando "de fora" de tais dinâmicas.

A autora argumenta que, ainda hoje, o serviço doméstico é o lugar onde a sociedade definiu como ocupação prioritária das mulheres negras, que somam dois terços da população total da profissão, ou seja, 3 milhões em 4,5 milhões de pessoas no total, segundo a PNAD 2021. Sueli Carneiro utiliza a expressão “matriarcado da miséria”, cunhada pelo poeta Arnaldo Xavier como forma demonstrar a experiência das mulheres negras brasileiras, marcadas pela exclusão e discriminação, de modo a revelar “o seu papel de resistência e liderança em suas comunidades miseráveis em todo país” (CARNEIRO, 2011. p. 130).

### 1.2.1 Disputas e desentendimentos analíticos: o caminho até o encontro de gênero, raça e classe

Inicialmente, o termo “gênero” aparece como uma maneira social de se compreender aquilo que estava sendo atribuído anteriormente ao “sexo”, afastando-se do determinismo biológico implícito na utilização do termo “diferença sexual” (SCOTT, 1990). De acordo com Djamila Ribeiro (2016)<sup>12</sup>, a inserção do gênero como categoria analítica foi um passo muito importante na construção de novos pensamentos, fruto de disputas políticas travadas pelo enfrentamento da opressão histórica sofrida pelas mulheres em busca de um saber científico que confrontasse a universalidade masculinista na produção de conhecimento. Além disso, houve também o exercício de se reinterpretar processos e acontecimentos posicionando o gênero como aspecto central da análise, proporcionando, mais do que uma nova posição de se enxergar as produções futuras, também uma maneira de se olhar para o passado.

O que se buscou transmitir, nas disputas da consolidação do campo, é que não se deve pensar na construção de uma narrativa sobre as mulheres de maneira alheia ao acontecimento, como uma linha secundária na organização da história e do pensamento (PERROT, 2013). Da mesma maneira que se entende o trabalho, o trabalhador e a classe enquanto componentes de uma narrativa que não está alheia do restante do mundo, certamente no caso do gênero também não poderia ser diferente; pois por mais que existam socialmente as delimitações e hierarquizações entre público e privado, segregando a existência feminina à posições secundarizadas nessa dinâmica, as mulheres nunca estiveram separadas da existência do restante da sociedade, ainda que a sua participação fosse suprimida ao se eleger a história oficial a ser contada. Em relação a este ponto, Scott (1990) expõe:

---

<sup>12</sup> RIBEIRO, Djamila. **A questão das mulheres negras precisa ser central**. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/03/08/a-questao-das-mulheres-negras-precisa-ser-central/>>. Acesso em: 2 dez. 2022.

Para os/as historiadores das mulheres, não tem sido suficiente provar que as mulheres tiveram uma história, ou que as mulheres participaram das principais revoltas políticas da civilização ocidental. A reação da maioria dos/as historiadores/as não feministas foi o reconhecimento da história das mulheres e, em seguida, seu confinamento ou relegação a um domínio separado (“as mulheres tiveram uma história separada dos homens, em consequência deixamos as feministas fazer a história das mulheres que não nos diz respeito”; ou “a história das mulheres diz respeito ao sexo e à família e deve ser feita separadamente da história política e econômica”) (SCOTT, 19. p. 74).

Nesse momento “embrionário” da discussão do gênero enquanto uma categoria social de análise, menos atrelada ao aspecto essencialmente biológico que cercava os discursos feministas anteriores à guinada do conceito de gênero, a historiadora Joan Scott (1990) já menciona a tríade “raça, gênero e classe” como uma possibilidade de organização do pensamento. No entanto, a autora sugere que as três categorias não possuem uma paridade em termos analíticos, sendo o gênero e a raça conceitos que careciam de uma base teórica mais complexa como Marx está para a classe<sup>13</sup>.

De fato, assim como na construção da ideia de classe existiram disputas, ainda que o marxismo seja efetivamente a linha de pensamento mais dedicada a pensá-la; o mesmo ocorre na constituição do gênero e da raça como categorias possíveis de se pensar a realidade, a partir de bases teóricas tão sólidas quanto as do marxismo. É possível que, naquele momento, tais questionamentos estivessem sendo feitos por conta da tendência de se pensar a mulher, o gênero e suas implicações de modo a separar tais discussões daquilo que seria a história oficial, o assunto universalizante, ou as questões entendidas como mais importantes de serem “centrais”. O mesmo pode ser entendido para a discussão racial, que será melhor desenvolvida em seguida.

Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (2015) argumentam que a construção dos estudos em torno dos eixos gênero, raça e classe se deu principalmente através de três frentes – as duas primeiras já apresentadas brevemente na revisão teórica desta pesquisa –, que seriam o movimento marxista, o feminismo negro e a noção de interseccionalidade<sup>14</sup>:

---

<sup>13</sup> Relevante mencionar que, em 1981, Angela Davis publica “Mulheres, raça e classe”, articulando as três categorias como chave interpretativa da condição da mulher negra estadunidense, perpassando a experiência do passado escravista, da ascensão do movimento feminista e o embate com as feministas brancas em relação à pauta racial e de classe e a apresentação da perspectiva das mulheres negras e das mulheres comunistas. Davis consegue enfatizar, da mesma maneira, a importância dos três eixos na compreensão da realidade da mulher negra estadunidense, o que de certa maneira contraria a afirmação de Scott (1990) sobre a disparidade entre os conceitos.

<sup>14</sup> De acordo com Patricia Hill Collins (2021), interseccionalidade é uma ferramenta analítica que considera categorias como raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre

Em todas elas, a análise conjunta de gênero, raça e classe se apresenta, mas varia o peso relativo de cada uma e as clivagens que estabelecem conjuntamente são interpretadas de modo distinto. De maneira sintética, é possível dizer que enquanto o feminismo marxista e socialista privilegia o par gênero-classe (embora isso não signifique que suspenda a raça como problema), o feminismo negro e os estudos das interseccionalidades privilegiam o par gênero-raça (embora isso não signifique que suspendam a classe como problema) (BIROLI; MIGUEL, 2015. p. 30-31).

As teorias do feminismo marxista surgidas, sobretudo entre os anos 1970 eram chamadas de “teorias de sistemas duais” por conta do entendimento tanto do capitalismo quanto do patriarcado como sistemas distintos que agem em conjunto na produção das desigualdades, demonstrando serem sistemas interdependentes. No entanto, a questão racial aparece de maneira muito superficial na produção dessas análises, sendo muitas vezes assimiladas às questões de classe por esse feminismo marxista “clássico” (BIROLI; MIGUEL, 2015. p. 34).

Desse modo, é a partir da discussão das feministas negras que o debate racial ganha mais relevância nas teorias feministas. Segundo Biroli e Miguel (2015), a relação entre raça e classe desenvolvida pelas feministas negras está, sobretudo em sua origem popular, que além de trazer novas discussões ao debate, também modificaram a forma como certos temas eram vistos a partir de perspectivas mais “gerais”, para posições mais relacionais de sujeito, partindo de suas próprias vivências.

Nessa direção, o que autoras do feminismo negro como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento buscaram transmitir em seus discursos é que a mulher negra assume e sempre assumiu papéis de resistência e liderança dentro dos espaços que ocupam. Seja em suas casas, comunidades, movimentos sociais ou empregos, suas trajetórias sempre buscaram afirmar suas identidades e reivindicações. Tais nuances, portanto, não podem ser vistas apenas pelo viés do gênero, da raça ou da classe, mas sim através do panorama que abarque – no mínimo – as três categorias.

O que torna o feminismo negro o campo mais adequado para discutir o trabalho doméstico é justamente o modelo de associação que as autoras fazem a partir dos três eixos analíticos, perpassando em boa parte das discussões a questão do acesso ao mercado de trabalho e emprego das mulheres negras no Brasil. Suas análises enfatizam a influência da permanência de certos padrões na sociedade que não se modificam drasticamente mesmo após o fim da época colonial.

---

outras. A autora afirma que através da interseccionalidade é possível se explicar “a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas” (COLLINS, 2021. p. 16).

Segundo Beatriz Nascimento (2021), a sociedade colonial organizou-se de maneira extremamente hierarquizada, podendo-se considerar inclusive a noção de “castas” para diferenciar os diferentes grupos que a compunham, tendo o senhor de terras a posição mais alta e, no polo oposto, as pessoas escravizadas. Entre esses dois polos, encontravam-se as mulheres e homens livres, ainda que em condições precárias. Com o fim da escravidão, certas atividades ainda permaneceram sujeitadas pela organização desses dois polos, incluindo no que concerne às mulheres na sociedade. Ou seja, enquanto a mulher branca das classes dominantes permanece como a figura de esposa do homem, mãe dos filhos e objeto do amor, do respeito e da idealização do que significa ser “mulher”; no polo oposto se encontra a mulher negra, que por ser considerada uma mulher essencialmente trabalhadora, a ela tais idealizações não se aplicam (NASCIMENTO, 2021. p. 56-57). Pelo contrário, em diversas situações a sua condição de mulher é deixada em segundo plano.

Desse modo, a autora enfatiza que, por conta do manutenção de tais padrões de hierarquização na nossa sociedade, os critérios raciais permaneceram enquanto mecanismos de classificar as pessoas e selecioná-las para preencher os espaços. Do mesmo modo, o gênero e a classe são mobilizados para definir quais pessoas estão sujeitas a determinadas profissões e espaços. Através do olhar privilegiado pelo feminismo negro, é possível perceber tais aspectos de maneira mais assertiva.

Portanto, por mais que os estudos mais focados em gênero e no conceito de interseccionalidade possuam uma vasta contribuição para se compreender a realidade; no que se refere ao caso do emprego doméstico, o campo do feminismo negro produz interpretações mais direcionadas, pois se por um lado o feminismo marxista mais tradicional privilegia pouco a concepção racial da discussão, por outro lado a redução do peso da classe pelos estudos da interseccionalidade é também um aspecto importante a ser considerado. Diferente de ambas as situações, o feminismo negro trabalha constantemente com os três eixos em conjunto, abordando inclusive o serviço doméstico na maior parte dos trabalhos, discursos e movimentos de maneira direta, trazendo a discussão para o centro das disputas<sup>15</sup>.

As discussões prosseguidas pelas feministas negras apontam para questões que conflitam com as concepções mais essencialistas dos conceitos de gênero e classe: diferente da indagação de Scott (1990), que entende que gênero e raça não compõem equivalência à noção de classe em termos teóricos; e da ideia clássica da opressão feminina como oriunda do

---

<sup>15</sup> Contudo, escolha metodológica por privilegiar a perspectiva do feminismo negro não elimina as considerações do feminismo marxista e da interseccionalidade na construção da pesquisa, mas sim delimita o espaço no qual a análise se delinea.

patriarcado; Angela Davis (2016) chama atenção para outras contradições no conceito de gênero e na própria luta feminista: boa parte das pautas tomadas como prioridade pelo movimento feminista desconsideravam as questões de raça e de classe<sup>16</sup>, preocupando-se, sobretudo com as reivindicações das mulheres brancas e ricas nos Estados Unidos. Assim sendo, os direitos das mulheres negras e trabalhadoras não estariam, segundo Davis, sendo considerados. De maneira parecida, as feministas negras brasileiras apontam para o mesmo problema, a citar Djamila Ribeiro (2016):

O que observamos é que a teoria feminista nasce no sentido de questionar o discurso hegemônico, mas também, de certa forma, acaba o incorporando, ao ser brancocêntrica e heterossexual. Sim, estamos falando de mulheres, mas mulheres negras possuem situações diferentes de mulheres brancas. Assim como mulheres lésbicas possuem situações diferentes de mulheres heterossexuais. Então querer atribuir uma identidade comum a categorias diferentes poderia ser considerado um erro de categoria. [...]O que faz que questionemos: como buscar a emancipação para mulheres negras tendo como base a categoria de mulheres brancas? (RIBEIRO, 2016).

A dissociação dessas categorias, segundo Biroli e Miguel (2015), pode levar a análises parciais e distorções na compreensão das dinâmicas de dominação e desigualdades, uma vez que análises mais focadas nas relações de classe podem não se ater ao modo como gênero e racismo configuram a dominação no capitalismo, por exemplo, reduzindo a capacidade explicativa de relações que só são percebidas ao privilegiar a utilização das três categorias.

Por isso, é essencial compreender tais questões a partir de perspectivas que se afastem da ideia de que existem categorias essencialmente universalizantes. Isto não significa que seja necessário pensar a partir de cada aspecto da subjetividade dos sujeitos, o que se tornaria improvável por conta da multiplicidade de fatores que perpassam as identidades na modernidade tardia; mas sim que é pouco eficiente pensar a partir de uma chave analítica universalizante o suficiente para apagar aspectos norteadores da identidade desses sujeitos, responsáveis por situá-los socialmente. “O problema, então, não seria somente a universalização da categoria ‘mulher’ com vistas a sua representação, mas também a questão da subordinação universal, ignorando assim as diversas situações econômicas, sociais e políticas de mulheres de diferentes sociedades” (RIBEIRO, 2016).

---

<sup>16</sup> Diferente de outras concepções do feminismo marxista, Angela Davis enfatiza com frequência a agência tanto da raça, do gênero e da classe na organização da opressão sofrida pelas mulheres negras.

Outros debates contemporâneos mobilizam ainda outras novas categorias, como , por exemplo, sexualidade, geração, etnia, deficiência física e neurodiversidade<sup>17</sup>. É por isso que, segundo Stuart Hall (2006) a identidade do sujeito pós-moderno é descentralizada, mutável e muitas vezes até contraditória em si própria, pois considerando as sociedades da modernidade tardia caracterizadas pela “diferença”, cada vez mais as sociedades são “atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes “posições de sujeito” - isto é, identidades - para os indivíduos” (HALL, 2006. p. 17).

Em relação a isso, não se descarta a possibilidade de que as trabalhadoras domésticas sejam perpassadas por inúmeras outras características constituintes de sua identidade, no entanto, a presente pesquisa não poderia abordar satisfatoriamente uma análise que abarcasse tantas categorias identitárias. É possível, em conjunto com boa parte da literatura feminista contemporânea, que a importância da convergência dos eixos raça, gênero e classe seja suficiente para pensar o emprego doméstico em suas especificidades por conta da assertividade dos conceitos diante das desigualdades fundantes da sociedade ocidental; o debate no campo está longe de ser esgotado.

### 1.3 CIBERCULTURA: PENSANDO O DISCURSO EM NOVOS ESPAÇOS DE COMUNICAÇÃO

Olá Preta rara, boa tarde.

Primeiramente eu gostaria de agradecer muito a iniciativa de criar uma página que dá voz a tantas mulheres e que denuncia as situações de exploração praticada pelos senhores do século XXI.

Um dia espero tomar coragem para colocar o meu relato aqui, e, só de pensar em escreve-lo eu choro, pois sofri muito no passado.

Enfim, por hora vi algo na tv que muito me intrigou, uma situação desses programas caça-audiência que visa explorar a imagem de alguém sem atacar a situação de opressão que uma empregada ou babá vive (muitas vezes sinônimos).

No programa do Rodrigo faro, agora à tarde uma babá é apresentada e, a situação da mesma não dispôr de suas folgas é colocada como um motivo de orgulho, e não como exploração da sua força de trabalho.

A imagem no anexo diz mais que mil palavras.

Observe por você mesma

Tudo de bom para você.<sup>18</sup>

<sup>17</sup> Recentemente, o debate em torno dessas “novas” categorias de identidade se desenvolvem fortemente nas discussões no campo das interseccionalidades; da noção de gênero e sexualidade enquanto performance (BUTLER, 2003), nas discussões sobre democracia, acessibilidade e o direito à diferença.

<sup>18</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de A. M.** [...]. s. l., 26 mar. 2017. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/photos/a.1099847636728644/1316567638389975/>>. Acesso em: 3 dez. 2022.

Conforme se pretende demonstrar adiante, os discursos veiculados na página *Eu, Empregada Doméstica* surgem a partir de um contexto político específico, tanto por conta da ampliação das discussões em torno dos direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil como um todo, como também por conta da possibilidade de se comunicar de maneira mais fácil com o advento da internet e das redes sociais. Um fenômeno como este não poderia ocorrer da mesma maneira sem a influência de ambas situações.

Percebe-se, pelo relato de A. M., que apesar de ela não trazer especificamente uma experiência a ser compartilhada na página, ela resolve enviar suas opiniões ainda assim, citando uma situação vista por ela em um programa de TV. A seguinte imagem foi anexada à publicação:

Figura 3: Imagem anexada ao relato de A. M.



Fonte: Facebook

Em outro contexto que não o da página, dificilmente ela poderia compartilhar suas opiniões publicamente recebendo a mesma visibilidade, pois os outros meios de comunicação operam de maneira muito diferente da internet, o que coloca o fenômeno aqui estudado como uma situação muito singular.

Nos estudos sobre a internet, “ciberespaço” é definido inicialmente como “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores” (LÉVY, 2010. p. 94). Uma das principais funções deste espaço, segundo Pierre Lévy, é o acesso à distância aos recursos entre computadores, estabelecendo conexões anteriormente impossíveis para a humanidade, que se comunicava, sobretudo através da televisão e dos telefones. De acordo com Manuel Castells (2021):

No fim do segundo milênio da Era Cristã, vários acontecimentos de importância histórica transformaram o cenário social da vida humana. Uma revolução



tecnológica concentrada nas tecnologias de informação começou a remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado (CASTELLS, 2021. p. 61).

Cada vez mais, as mídias e realidades virtuais fazem parte do cotidiano das pessoas e da maneira como as informações circulam na sociedade, transformando o modo como as pessoas escolhem conversar, de que maneira se organizam e se relacionam com os seus discursos e os discursos alheios, onde passam a buscar informações e inclusive a maneira como tais informações circulam também se transforma com o advento das tecnologias digitais e a internet. Desse modo, surge com a emergência de tais tecnologias um novo espaço antropológico e, portanto, dependente de técnicas, significações, linguagens, cultura, convenções e representações das emoções humanas (LÉVY, 1999. p. 22). Da mesma maneira, Manuel Castells (2021) argumenta que a emergência de novas abordagens diante das transformações oriundas da sociedade em rede<sup>19</sup> é imprescindível diante de todos os acontecimentos que se sucederam, como a crise financeira global; as mudanças climáticas; as mudanças no mercado financeiro e no modo de produção etc. (CASTELLS, 2021. p. 11).

Isto porque, em tempos de transição é comum que ocorram confusões e guinadas teóricas diante dos novos desafios e contextos da sociedade em transformação, como é o caso do estabelecimento das novas tecnologias que datam a segunda metade do século passado, sobretudo a partir dos anos 1990. Em específico neste caso, a sensação de desorientação perante a nova realidade é ainda maior por conta da maneira como a comunicação de massa se transforma com o advento da internet, provocando uma transformação cultural tão impactante ao passo da virtualidade se tornar uma dimensão essencial do cotidiano de todas as pessoas (CASTELLS, 2021. p. 11), em alguns momentos indispensável para a realização de tarefas básicas do dia a dia.

De todas as mudanças que o advento da internet proporcionou, o mais relevante de todos eles é justamente a maneira como as pessoas passaram a se comunicar. Com o advento das comunicações sem fio, nos anos 1990, juntamente com a popularização da internet, o acesso a espaços virtuais de comunicação se tornou cada vez mais comum. Mais do que permitir aos indivíduos que se comuniquem, a comunicação mediada pelo computador proporciona a amplificação da capacidade de comunicação, permitindo que as conexões entre

---

<sup>19</sup> Castells utiliza o termo “sociedade em rede” para denominar a nova etapa da sociedade diante das modificações causadas pelo advento das novas tecnologias digitais. O autor afirma que é importante pensar as sociedades no mundo do século XXI a partir de novos conceitos e propostas justamente por conta das transformações oriundas dessa “sociedade em rede”, tendo como norteadora a ideia de que é imprescindível pensar a sociedade atualmente considerando que tais tecnologias são parte indissociável dela, ainda que não sejam exatamente a sociedade.

computadores e pessoas alcancem mais pessoas, de maneira cada vez mais rápida, fazendo com que os processos se tornem também cada vez mais instantâneos.

De acordo com Castells (2021):

[...] a internet, e sua variada gama de aplicações, é a base da comunicação em nossas vidas, para trabalho, conexões pessoais, informações, entretenimento, serviços públicos, política e religião. A internet é cada vez mais usada para acessar os meios de comunicação de massa (televisão, rádio, jornais), bem como qualquer forma de produto cultural ou formativo digitalizado (filmes, música, revistas, livros, artigos de jornal, bases de dados) (CASTELLS, 2021. p. 19-20).

Dessa maneira, à medida que as pessoas se apropriaram dessas novas formas de comunicação proporcionadas pela internet, elas passaram a construir seus próprios sistemas de comunicação e redes de sociabilidade, como blogs, podcasts e redes sociais, sendo este último o espaço privilegiado na análise desta pesquisa. É a partir disso que Castells afirma que a nova cultura que está a se formar seria uma “cultura da virtualidade real”, processo que torna as redes digitalizadas de comunicação tão essenciais à humanidade que passam a fazer parte de todas as expressões culturais e pessoais das pessoas, transformando a virtualidade em uma dimensão da própria realidade (CASTELLS, 2021. p. 23-24).

Neste caminho, os estudos dedicados a pensar as comunicações online indicam que estes fenômenos ocorridos na internet não são apenas expressões de redes sociais offline, mas ocorrem de maneira específica dentro do espaço virtual e se relacionam diretamente com as transformações ocorridas na sociedade (RECUERO, 2009. p. 16) por conta da possibilidade dos usuários de construir-se, interagir e se comunicar com outros atores. E, através desse processo, segundo Raquel Recuero (2009), surge uma nova possibilidade de estudos, amparada, sobretudo na análise dos rastros e informações deixadas pelos atores em suas redes.

Ela argumenta:

É o surgimento dessa possibilidade de estudo das interações e conversações através dos rastros deixados na Internet que dá novo fôlego à perspectiva de estudo de redes sociais, a partir do início da década de 90. É, neste âmbito, que a rede como metáfora estrutural para a compreensão dos grupos expressos na Internet é utilizada através da perspectiva da rede social (RECUERO, 2009. p. 24).

Justamente por conta de a internet ter transformado drasticamente a maneira como as pessoas se comunicam, buscam informação e se organizam, não se pode considerar o espaço virtual enquanto um local “à parte” da realidade, como uma entidade à parte, um espaço

descolado da realidade material, pois segundo Suely Fragoso, Raquel Recuero e Adriana Amaral (2011):

A perspectiva da internet como **artefato cultural** observa a inserção da tecnologia na vida cotidiana. Assim, favorece a percepção da rede como um elemento da cultura e não como uma entidade à parte, em uma perspectiva que se diferencia da anterior, entre outras coisas, pela integração dos âmbitos online e offline. A ideia de artefato cultural compreende que existem diferentes significados culturais em diferentes contextos de uso (FRAGOSO *et al.*, 2011. p. 42, grifos das autoras).

Ou seja, da mesma maneira que as transformações decorrentes do advento da internet transformaram a vida cotidiana, os movimentos, espaços e assuntos veiculados online também sofrem influência constante da realidade material, caminhando em conjunto através da interação dos indivíduos.

Trabalhou-se, portanto, com a concepção de que uma rede social é um conjunto definido por dois elementos: os atores e atoras (no caso desta pesquisa, pessoas) e suas conexões (interações ou laços, no caso desta pesquisa, os relatos publicados). Sendo assim, a análise se preocupa tanto com os sujeitos quanto com as conexões e informações produzidas por eles.

Antes de avançar na descrição da análise dos relatos, é necessário compreender o que o fenômeno do Facebook significa no contexto da popularização das redes sociais no advento da era digital. Segundo a própria plataforma, o Facebook conta com mais de 2.9 bilhões de contas criadas, sendo a maior rede social atualmente. Além dos perfis pessoais existentes no Facebook, a plataforma permite que outros tipos de espaços sejam criados na rede social: os grupos e as páginas. Os grupos são espaços que podem ser privados ou não, onde as pessoas estabelecem relações compartilhando publicações e interagindo. As páginas, por outro lado, normalmente são utilizadas como perfis profissionais de figuras públicas e empresas, como espaços de difusão de informação das novas mídias e para a criação de comunidades de sociabilidade em torno de assuntos comuns, como o caso de movimentos sociais e comunidades de compartilhamento de memes, por exemplo.

### 1.3.1 *Eu, Empregada Doméstica*: denúncia e mobilização através de uma rede social

A página *Eu, Empregada Doméstica* surge, nesse contexto, com o intuito de estabelecer um espaço de compartilhamento de experiências entorno do trabalho doméstico remunerado, espaço este que se define especificamente por conta das novas possibilidades proporcionadas pelas transformações da sociedade em rede.

Se antes as trabalhadoras domésticas enfrentavam dificuldades para publicizar os seus discursos por não comporem os espaços onde se fala com propriedade, tendo seus discursos sido conscientemente silenciados por aqueles que detêm o poder sobre a narrativa oficial (FOUCAULT, 1996; POLLAK, 1989), com a transformação da comunicação através da internet o processo de tornar público os discursos se torna um processo um pouco mais facilitado, pois as redes sociais permitem que qualquer pessoa possa compartilhar suas experiências, além de conectar com mais facilidade as comunidades de indivíduos que possuem interesses em comum. Assim, tanto a organização e conexão entre atoras e atores se tornou mais simples, quanto a manifestação dos discursos.

Na definição das atoras e atores desta pesquisa, é necessário atentar-se para a especificidade da constituição dos sujeitos em uma pesquisa que trabalha com redes sociais na Internet: diferente de outros tipos de pesquisa, por conta do distanciamento entre os indivíduos envolvidos na interação social, em algumas situações os atores não são imediatamente discerníveis (RECUERO, 2009. p. 25). Segundo Fragoso *et al* (2011):

Essa peculiaridade ajuda a chamar a atenção para o fato de que a internet pode ser tanto *objeto de pesquisa* (aquilo que se estuda), quanto *local de pesquisa* (ambiente onde a pesquisa é realizada) e, ainda, *instrumento de pesquisa* (por exemplo, ferramenta para coleta de dados sobre um dado tema ou assunto) (FRAGOSO *et al*, 2011. p. 17, grifos das autoras).

Nesse sentido, se pode considerar que a internet neste caso é tanto o objeto da pesquisa, uma vez que o objeto central são os relatos veiculados na página *Eu, Empregada Doméstica*; quanto o local da pesquisa, já que a página se encontra em uma rede social online; como também é o instrumento da pesquisa, pois os dados foram coletados exclusivamente através da internet.

No decorrer dos relatos, são poucos os momentos em que as pessoas optaram por se identificar, permanecendo na maioria das vezes anônimas, identificadas somente pelas iniciais de seus nomes, que aparecem como um padrão no início de todos os relatos.

Ainda, segundo Raquel Recuero (2009), um ator no contexto das redes sociais na Internet pode ser até mesmo um perfil coletivo em uma rede social, constituído de publicações que não partem de um único sujeito. Isto porque, ainda que inicialmente não sejam atores sociais, este se configura enquanto uma representação de atores sociais, ou seja: é um espaço de interação, um lugar constituído pelos atores e pelos elementos de suas expressões. Nesse sentido, tanto os sujeitos autores dos relatos quanto a própria página *Eu, Empregada Doméstica* podem ser entendidas enquanto atores sociais, pois representam, o primeiro

individualmente uma experiência de vida; o segundo uma manifestação coletiva de expressão de memórias e denúncias; sendo ambos, ao mesmo tempo, expressões pessoalizadas dos sujeitos.

Outro aspecto específico da comunicação nas redes sociais na internet é a presença da personificação do discurso, ou seja, de uma “narrativa do eu”. O ciberespaço, principalmente pelas redes sociais, é um espaço muito utilizado para apropriações individuais da construção sobre si, desde a publicação de fotos, de acontecimentos da vida cotidiana, ou mesmo de relatos trazidos à tona pela memória dos atores, que decidem publicizar suas histórias para que sejam lidas por outros. Nessa direção, é preciso ser visto para existir nesse ciberespaço, constituindo-se enquanto parte da sociedade em rede através da construção de um “eu” no ambiente online. Segundo Raquel Recuero (2009), mais do que ser visto, essa visibilidade pode significar a tendência do que é a sociabilidade mediada pelo computador, perpassada pela influência direta do fenômeno globalizante.

Seguindo a lógica da construção de espaços e discursos sobre si, as mídias sociais também proporcionaram a criação de novas maneiras de organização e mobilização, fazendo com que surgisse um ambiente propício para novos tipos de ativismo que facilitam a incorporação de pessoas, mas que por outro lado seguem a tendência da individualização. Segundo Maiara Garcia Orlandini (2019), os movimentos de ação na internet são marcados por um alto grau de personificação, sendo compatíveis com a lógica de compartilhamento das mídias digitais principalmente pelo uso de hashtags<sup>20</sup> para se comunicar. Ainda segundo Orlandini (2019), o ativismo por hashtag

[...] ocorre quando grande número de comentários aparece nas mídias digitais, indexando uma palavra ou frase como hashtag, sempre com teor de reivindicação e protesto. Como esses comentários consistem em inúmeras histórias pessoais, elas assumem uma forma narrativa personificada à medida que são reconhecidas de forma coletiva pelo público (ORLANDINI, 2019. p. 141-142).

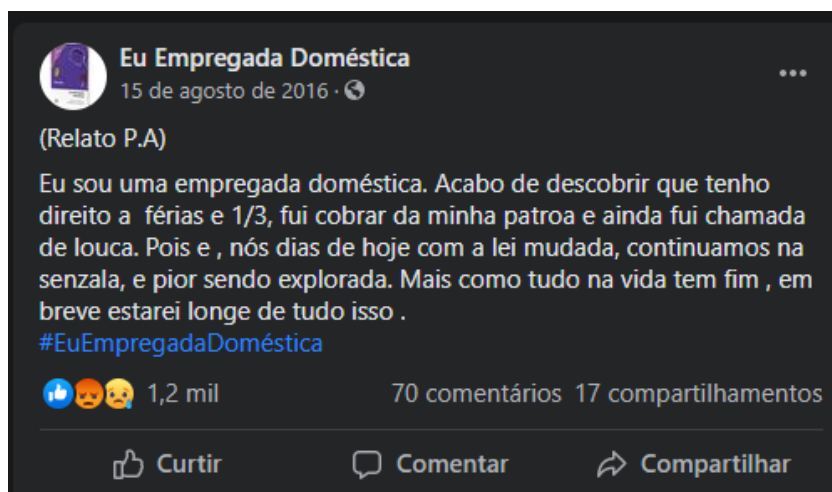
Desse modo, apesar do ativismo nas redes ser marcado por um forte teor individualizante, o reconhecimento das experiências pessoais por um coletivo de pessoas faz com que surjam espaços de compartilhamento, convivência e mobilização. Além disso, essas mobilizações ganham visibilidade por recrutar celebridades e atores políticos em seu apoio, ainda que sejam criticadas por teoricamente ficarem confinadas ao domínio online

---

<sup>20</sup> A utilização das hashtags (#) na internet permite a indexação dos conteúdos através de assuntos, permitindo os usuários de acompanhar tópicos específicos de acordo com o seu interesse, por conta da recomendação oriunda dos algoritmos, que relacionam perfis, assuntos e até anúncios personalizados para cada usuário.

(ORLANDINI, 2019. p. 142). No entanto, exemplos como a página *Eu, Empregada Doméstica* demonstram que mobilizações online transcendem as barreiras da internet e, inclusive, são impulsionados por movimentos que surgem fora dela. Conforme se pretende abordar com mais profundidade no próximo capítulo, o cenário político de surgimento da página é marcado pela crescente mobilização das trabalhadoras domésticas em busca da ampliação dos seus direitos trabalhistas, sobretudo no período pós-anos 2000, quando cada vez mais o assunto conquistou espaço nas discussões públicas e no âmbito político, culminando na aprovação da PEC das Domésticas no ano de 2013. Desse modo, a página se estabelece enquanto um espaço de denúncia, desabafo e informação para as trabalhadoras domésticas.

Figura 4: Relato de P.A.



Fonte: Facebook<sup>21</sup>

No relato de P.A. é possível perceber o tom de denúncia trazido na página, com o objetivo de expor às outras pessoas que, apesar das mudanças propostas pela Lei, os direitos das trabalhadoras domésticas ainda não são totalmente garantidos por conta da resistência de quem emprega. Ao fim do relato, a hashtag é utilizada para que a publicação seja indexada no assunto, para além da própria página em si.

A origem da página que compõe o objeto de investigação desta pesquisa se deu através justamente da publicação de um relato sobre si: No ano de 2016, a rapper e professora de

<sup>21</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de P. A.** [...]. s. l., 15 ago. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0sDaxnmWfkft3VSYBzqCV1D5vNsvfxkkSEuTTZcEKa2guBACC2kYCKidtfyGvEcLol>>. Acesso em: 6 dez. 2022.

história Joyce Fernandes – conhecida como Preta-Rara – resolveu compartilhar em seu perfil do Facebook um relato de sua última experiência como trabalhadora doméstica, inserindo no fim da postagem a hashtag “#EuEmpregadaDomestica”. Segundo Joyce Fernandes:

Como eu já escrevia algumas reflexões com viés político em meu perfil do Facebook, resolvi postar minha última experiência como doméstica e inventei uma *hashtag*. Falei para as pessoas que tiveram e tivessem experiências como a minha, escrevessem e me marcassem, assim eu poderia ler também. Reforcei que não esquecessem de colocar #EuEmpregadaDomestica, assim pois eu conseguiria acompanhar os relatos. Isso aconteceu no dia 19 de julho de 2016.

Lembro que fiz essa postagem, limpei minha casa e fui para o estúdio ensaiar, pois tinha um show grande para fazer. Quando cheguei no estúdio já era umas 21h e os caras da minha banda começaram a falar: “Meu, você mexeu num vespeiro. Tá todo mundo falando sobre isso, já tem até matéria em *site*.”

Fiquei sem saber do que eles estavam falando. Foi quando um deles me mostrou o post no Facebook com quase 10 mil *likes* e mais de 5 mil compartilhamentos. Aquele meu *post* tinha viralizado no Brasil com menos de 24 horas. (FERNANDES, 2019. p. 26).

Com a popularização do seu relato, a historiadora recebeu centenas de relatos de outras pessoas em seu perfil, o que motivou a criação da página *Eu, Empregada Doméstica*, em julho de 2016. Logo nos primeiros dias, os relatos passaram a serem enviados por e-mail, sendo Joyce a responsável por lê-los e publicá-los na página<sup>22</sup>. Alguns anos depois, em 2019, com o crescimento considerável da página, Preta-Rara publicou um livro<sup>23</sup> homônimo à página, contendo uma parte<sup>24</sup> dos relatos publicados na rede social.

Atualmente, a página encontra-se com 163 mil seguidores e 161 mil curtidas. Na apresentação da página constam “Relatos de empregadas domésticas”. É possível também enviar mensagens diretas para a página e existe também um botão direto de “enviar email” logo no topo da página. Tanto a foto de perfil quanto capa da página são referências ao livro publicado em 2019, com os relatos enviados para Joyce.

Figura 5: Visualização da Página Eu, Empregada Doméstica

<sup>22</sup> O fenômeno de “viralizar”, ou seja, tornar um conteúdo extremamente popular, é comum na internet quando um acontecimento conecta experiências individuais semelhantes. No caso dos relatos, eles demonstram que os episódios ocorridos com as trabalhadoras são, sobretudo, semelhantes e recorrentes.

<sup>23</sup>PRETA-RARA. **Eu, Empregada Doméstica: A senzala moderna é o quartinho da empregada**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

<sup>24</sup> Por conta de os relatos contidos no livro estarem disponíveis na página, optou-se por não os considerar na análise proposta neste trabalho, mantendo-a voltada somente para os relatos publicados na página, que possui um número maior de relatos, além de outras publicações indisponíveis no livro. Além disso, diferente da página, o livro não possui nenhuma identificação nos relatos, enquanto na página existem as iniciais dos nomes das autoras e autores, além da data de publicação dos relatos.



Fonte: Facebook

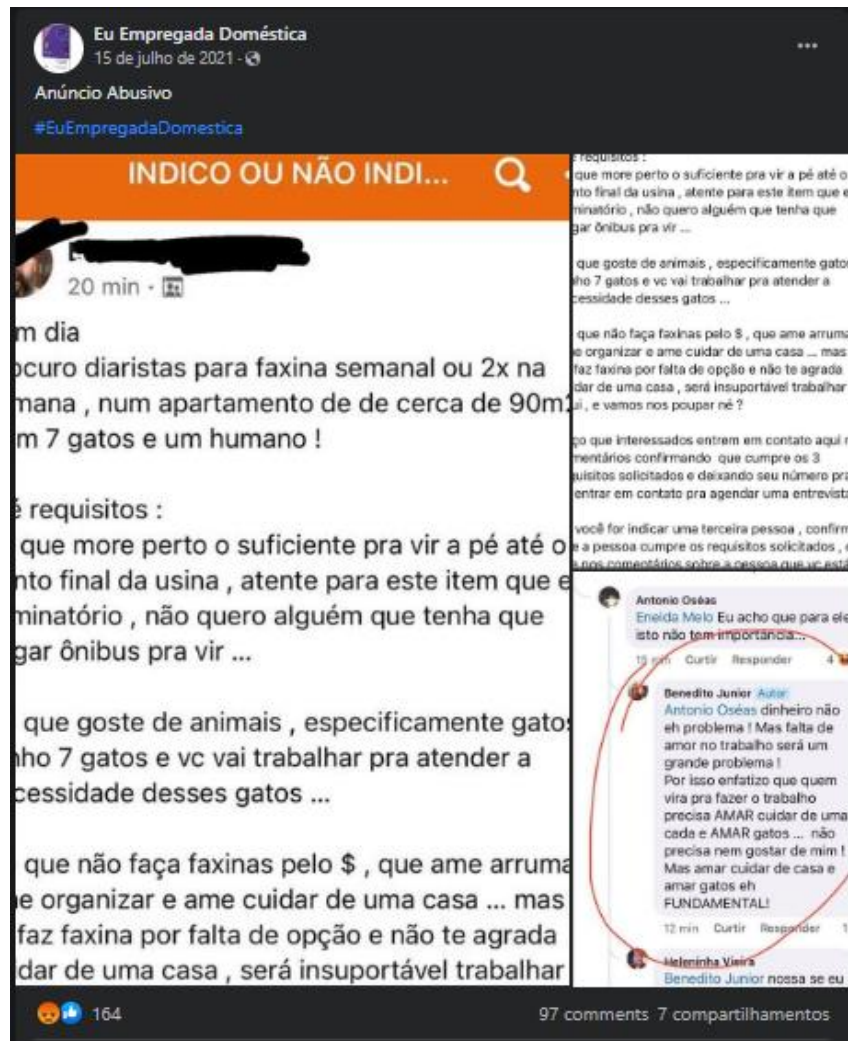
Até onde se pôde perceber, a única pessoa a administrar a página é Joyce Fernandes, responsável pela publicação dos relatos que são enviados para o endereço de e-mail [euempregadadomestica@gmail.com](mailto:euempregadadomestica@gmail.com), criado por Joyce. Como página padrão da rede social Facebook, é possível curtir e seguir a página, interagir com as publicações através de comentários, curtidas, reações e compartilhamentos.

Além dos relatos, a página também compartilha notícias e publicações relacionadas com trabalho doméstico de maneira geral, além de denunciar anúncios e declarações de empregadores consideradas abusivas ou ofensivas por quem envia<sup>25</sup>.

<sup>25</sup> Apesar de existirem tais publicações na página, optou-se por não as incluir na análise por tais publicações se afastarem do objeto principal do presente trabalho. Enquanto os relatos são discursos produzidos sobre experiências vivenciadas, as demais publicações normalmente não possuem textos escritos por quem envia.



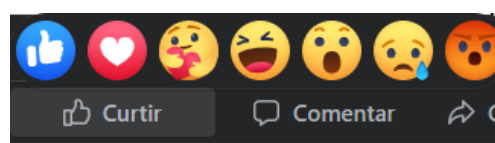
Figura 6: Anúncio abusivo



Fonte: Facebook

Como o limite de caracteres para uma publicação no Facebook é muito grande (63.206), todos os relatos foram publicados de maneira única, não havendo divisão em mais de uma publicação, por exemplo. É possível reagir de 7 maneiras diferentes nas publicações, sendo estas: “Curti”, “Amei”, “Força”, “Haha”, “Uau”, “Triste” e “Grr”, que são representadas, da esquerda para a direita, pelas figuras abaixo:

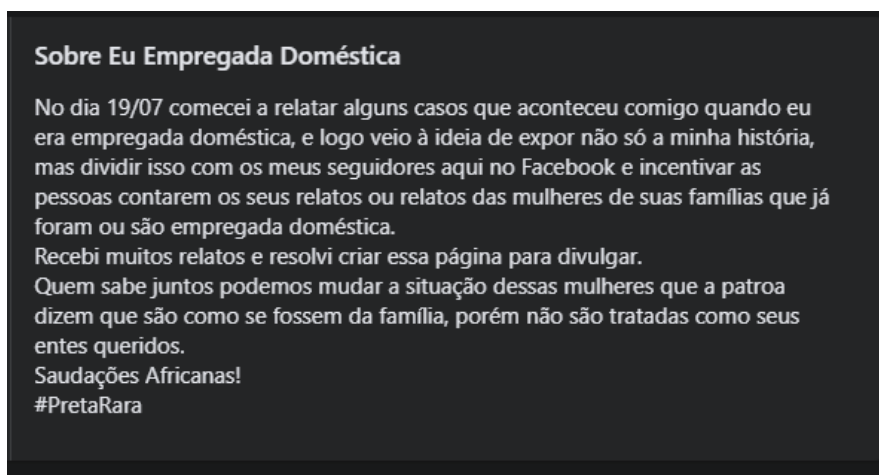
Figura 7: Reações do Facebook



Fonte: Facebook

Nas informações da página, Joyce escreve:

Figura 8: Sobre a página



Fonte: Facebook<sup>26</sup>

Em relação aos relatos, os assuntos mobilizados pelas autoras e autores perpassam diversos aspectos distintos, sendo o fato de se tratarem de discursos públicos sobre si, mobilizados através de memórias o único ponto efetivamente compartilhado em comum. Sendo assim, para realizar a análise do discurso, se fez necessário a criação de categorias para mobilizar os relatos, de acordo com as categorias de raça, gênero e classe, para perceber quais aspectos permeiam estes discursos.

No decorrer da análise, as categorias foram aparecendo de maneira orgânica, para além das hipóteses que se tinham sobre os possíveis assuntos visitados nos relatos, aspecto que comumente ocorre em pesquisas de caráter qualitativo. Segundo Fragoso *et al* (2011):

Também porque estão diretamente relacionados ao problema de pesquisa, os critérios e estratégias de amostragem qualitativa podem se alterar conforme o desenvolvimento do trabalho de campo. Escolhas iniciais podem revelar-se menos relevantes que o esperado, o desenvolvimento das observações pode sugerir a importância de comparações que não haviam sido previstas, o aprimoramento da compreensão de um aspecto do universo de pesquisa pode conduzir a uma reestruturação dos problemas e objetivos ou a um reescalamento das unidades de análise (FRAGOSO *et al*, 2011. p. 69).

<sup>26</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. Sobre. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <[https://www.facebook.com/euempregadadomestica/about\\_details](https://www.facebook.com/euempregadadomestica/about_details)>. Acesso em: 6 dez. 2022.

Desse modo, a partir das considerações de Michel Foucault (1999), a primeira grande separação dos relatos se deu a partir de suas autorias, por compreender que a ordem do discurso depende primordialmente de quem mobiliza aquilo que é dito, para assim compreender o contexto do que é dito. A identificação da autoria se deu a partir da autodeclaração dos autores no contexto do relato. Pensando nisso, três grandes primárias foram delimitadas:

- a) Relatos publicados por trabalhadoras domésticas sobre si;
- b) Relatos publicados por filhas(os) e netas(os) de trabalhadoras domésticas;
- c) Relatos publicados por outras pessoas.

A divisão se deu desta maneira considerando o grau de proximidade das experiências relatadas com o contexto do trabalho doméstico em si. Nesse caminho, os relatos de filhos e netos foram separados da categoria “c” por apresentarem, em seus discursos, uma proximidade maior com a experiência das trabalhadoras domésticas, o que não ocorre da mesma forma na terceira categoria, como se pretende demonstrar nos capítulos seguintes. Percebeu-se, nos relatos da categoria “b”, que não somente as trabalhadoras eram mobilizadas nas narrativas compartilhadas, mas seus filhos e netos também demonstraram na redação dos relatos a percepção de que a experiência de suas mães e avós na profissão também impactava suas próprias vidas.

A segunda divisão de categorias se refere aos assuntos mobilizados no conteúdo dos relatos pelas autoras e autores, totalizando 9 categorias distintas, sendo elas:

1. Relatos que apresentam situações de assédio sexual;
2. Relatos que apresentam uma “distinção” entre patrões, patroas e trabalhadoras;
3. Relatos que apresentam acusações de roubo e desconfiança por parte dos patrões e patroas;
4. Relatos sobre reivindicação de direitos trabalhistas;
5. Relatos contendo boas experiências na profissão;
6. Relatos de sobrecarga e acúmulo de funções;
7. Relatos que mobilizam referências à escravidão;
8. Relatos que apresentam sentimento de humilhação;
9. Relatos de situações de racismo.

De todos os relatos coletados de junho de 2016 até dezembro de 2020, foram consideradas as experiências que relatavam situações ocorridas dentro do recorte das categorias acima, desconsiderando os relatos que tratavam de experiências no trabalho doméstico em outros países, por considerar que esta pesquisa se delimita no que se refere ao contexto da profissão no Brasil. Ainda, é importante ressaltar que os relatos foram publicados em maior quantidade principalmente nos dois primeiros anos de existência da página, em 2016 e 2017. Por conta disso, a maior parte dos relatos analisados e presentes do decorrer do texto são destes dois anos.

Tabela 1: Relatos separados por autoria

Relatos de trabalhadoras domésticas	178
Relatos de filhos/netos	114
Relatos produzidos por outras pessoas	65
Desconsiderados*	6
Total	363

\*Foram desconsiderados relatos de experiências vivenciadas em outros países.

É importante mencionar que, em algumas categorias é possível perceber um espaço mais delimitado das categorias de análise, como por exemplo: Nos relatos enquadrados na categoria “1”, é possível perceber os impactos do gênero mais explícitos, enquanto na categoria “9” é possível notar a presença da questão racial um pouco maior; no entanto, a tríade “raça, gênero e classe” permeia em conjunto a totalidade dos relatos, não sendo possível compreender as experiências privilegiando ora uma categoria, ora outra. Aqui, elas funcionam como mecanismos em conjunto, tanto na operação das desigualdades narradas, quanto para a interpretação dos discursos.

Ainda, em diversas situações as atoras e atores optaram por compartilhar em um mesmo relato diversas experiências ocorridas em momentos diferentes, mobilizando diversos assuntos diferentes no decorrer do relato. Para fins quantitativos, os relatos foram alocados nas categorias do assunto mais recorrente, por exemplo: se um relato trata sobre direitos trabalhistas e acusação de roubo, dedicando-se mais ao segundo, ele será alocado na categoria 3 “Relatos que apresentam acusações de roubo e desconfiança por parte dos patrões e

patroas”. Ainda assim, pelo privilégio da perspectiva de análise qualitativa, buscou-se interpretar os relatos de acordo com sua totalidade, considerando os aspectos trazidos nos relatos como um conjunto, se importando menos em adequá-los de modo a produzir dados quantitativos.

## 2. “LIMPANDO A ESTANTE REPLETA DE LIVROS”: REVISÃO TEÓRICA DOS ESTUDOS SOBRE SERVIÇO DOMÉSTICO NO BRASIL

Fui empregada doméstica desde os 11 anos de idade.

Aos 14 comecei a trabalhar na casa de um casal. Ele médico, ela advogada.

Uma vez estava limpando a estante repleta de livros e comecei a admirar a coleção de livros médicos que estavam ali. Ele se aproximou e perguntou se eu gostava, falei que sim, que meu sonho era ser médica como ele um dia. Ele riu e me falou que eu teria que largar a faxina e fazer muito programa pra conseguir ser pelo menos técnica em enfermagem.

Naquele dia quando cheguei em casa chorei até soluçar.

Esse ano passei pra medicina, numa federal, mas não pude ir por não ter dinheiro pra viagem.

Quando isso aconteceu aquilo que ouvi, que já tinha esquecido, voltou arrebatando o meu peito. Chorei com dor em dobro.

Não desisti do meu sonho e não vai ser por pessoas como ele que vou desistir.<sup>1</sup>

A depender dos olhos de quem observa, uma estante de livros pode significar inúmeras coisas diferentes. Para alguns, pode significar apenas uma referência material do exercício de seu ofício; para outros, um refúgio de inúmeros romances, contos e poemas onde se pode adentrar. Para T.M., admirar “a estante repleta de livros” ao limpar remetia ao seu sonho de se tornar médica um dia. Ainda que, segundo ela, tenha passado no vestibular alguns anos depois do ocorrido relatado, não pôde realizar seu sonho naquele momento por não possuir meios financeiros de custear a permanência na universidade. Diante disso, o sofrimento é dobrado: por não conseguir concretizar o seu sonho e por se lembrar que outra pessoa, um dia, havia dito que de fato ela não conseguiria, por conta da natureza de seu trabalho.

Isto, para além do fato de T.M. ser trabalhadora doméstica desde os 11 anos de idade e, segundo seu empregador, continuaria sendo a não ser que substituísse o serviço doméstico pelo sexual para que pudesse se tornar “pelo menos” técnica em enfermagem. Essa imagem é uma parte das várias hereditariedades advindas do período escravocrata: a ideia de depravação sexual e inferioridade das trabalhadoras domésticas (TEIXEIRA, 2021). Nas últimas décadas, várias pesquisadoras e pesquisadores se preocuparam em pensar tais aspectos que permanecem no cotidiano da profissão.

Apesar do serviço doméstico ser uma das profissões que mais emprega mulheres no Brasil, é recente a construção de campo dos estudos dedicados a pensar e analisar especificamente a profissão e as trabalhadoras domésticas em si. Antes disso, algumas teses pressupunham que o serviço doméstico tenderia a desaparecer por conta da industrialização e

<sup>1</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de T. M.** [...] s.1, 23 abr. 2019. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0ANGeEUhXjovhhTgs4XdSryju1Spk4UUnCbNdeNRyDM1dtLi4y9SJ8xZ4oMfZbYql>>. Acesso em: 2 dez. 2022.

as novas tecnologias (BRITES, 2000), capazes de substituir as atividades manuais do trabalho doméstico, já outras indicavam que tal desaparecimento se daria por conta de que a mão de obra da profissão se transferiria para outros setores, com o avanço de tal processo de industrialização (SAFFIOTI, 1978).

Existe, ainda, quem afirme que apenas a divisão de tarefas entre os gêneros não seja o suficiente para encerrar o caráter opressivo que as atividades domésticas exercem sobre os indivíduos, como é o caso de Angela Davis (2016), uma vez que “nem as mulheres nem os homens deveriam perder horas preciosas de vida em um trabalho que não é nem estimulante, nem criativo, nem produtivo” (DAVIS, 2016. p. 226); para ela, a transformação radical das tarefas domésticas é possível através do uso da tecnologia oriunda da economia industrial, onde o trabalho passaria a ser realizado por equipes de pessoas com aparatos tecnológicos de limpeza, de forma rápida e eficiente. No entanto, ainda que exista hoje serviços mais automatizados no campo do trabalho doméstico remunerado, principalmente nos Estados Unidos, realidade a partir de onde a autora pensa e escreve, estes ainda ocorrem de maneira precária, mal remunerada e sobretudo utilizando mão-de-obra feminina e imigrante (MESSIAS, 2001). Ou seja, muito pouco efetivamente se transformou.

Olhando para a realidade brasileira, o fato é que o trabalho doméstico não desapareceu conforme algumas suposições, seja ele não-remunerado, realizado por familiares e membros de uma mesma casa; seja ele remunerado, realizado por trabalhadoras contratadas para se responsabilizarem pelas tarefas de residências de outras famílias que não as suas. Da mesma maneira, ele não se transformou drasticamente, sendo realizado quase que totalmente por mulheres pobres, sejam elas donas de casa ou trabalhadoras contratadas. Nesse contexto, existe a discussão sobre a naturalização de tais atividades como naturalmente femininas, uma vez que são realizadas, sobretudo por mulheres, tema amplamente debatido pelo movimento feminista, levantando questões como a opressão causada por este processo e de que maneira este sustenta desigualdades de gênero por conta de não haver o compartilhamento das responsabilidades e tarefas (MONTICELLI, 2013).

Contudo, apesar das questões de gênero serem as mais debatidas nesse contexto, é necessário compreender os limites que tal discussão alcança: apesar da evidente naturalização que o espaço das tarefas domésticas é amplamente feminino, é preciso atentar-se para quais mulheres estão sujeitas à feitura do trabalho doméstico em si. Em vista disso, os limites das diferenças de classe e poder aquisitivo são relevantes, pois se existe condições financeiras de se contratar uma trabalhadora doméstica, logo tais atividades passam a ser tarefa de outra

mulher que não a patroa<sup>2</sup>, dinâmica inclusive presente em quase todos os relatos analisados neste trabalho. Ou seja, a condição socioeconômica de uma mulher também define se esta será responsável pelas tarefas domésticas ou não. Ainda, em países como o Brasil, onde o trabalho doméstico se configura e ressignifica desde a formação histórica do país, vinculado a uma estrutura escravagista (MONTICELLI, 2013), é necessário também compreender quais aspectos deste passado são ainda presentes nos dias atuais. Sendo uma profissão perpassada por diversas especificidades, como as desigualdades sociais, raciais e de gênero, é necessário mobilizar diversas matrizes de pensamento para se pensar a profissão (TEIXEIRA, 2021).

Apesar de integrar uma parte fundamental do cotidiano brasileiro, diferente de outros fenômenos o serviço doméstico é um objeto de estudo recente, o que pode indicar pelo menos dois caminhos: o primeiro, que ainda existem muitos aspectos da sociedade brasileira a serem pensados a partir do serviço doméstico; enquanto que o segundo leva ao questionamento do porquê uma profissão tão antiga, permeada por tantos aspectos, passou por tanto tempo às margens do interesse dos intelectuais e das discussões construídas no ambiente acadêmico.

É importante considerar de antemão que as disputas no campo intelectual acontecem em conjunto com o que se discute na sociedade durante o período em questão, ou seja, que é necessário considerar o contexto histórico ao qual um estudo ou um intelectual está inserido. Ou seja, se determinado assunto ou grupo de pessoas estão à margem na sociedade, muito provavelmente também o serão dentro do espaço intelectual. Por isso, no decorrer deste capítulo, serão considerados tanto os estudos quanto as circunstâncias sociais de acordo com o tempo histórico em questão, para que os contextos de construção das ideias e análises possam ser compreendidos de acordo com o que ocorria no período. Assim, além de uma divisão temática dos trabalhos, estes também serão considerados a partir das discussões teóricas feitas naquele período, dos trâmites legislativos sobre direitos trabalhistas e serviço doméstico, a atuação dos movimentos sociais etc.

Além disso, os estudos aqui mencionados fazem parte da grande área das Ciências Humanas, principalmente das Ciências Sociais e da História. Apesar de se ter o conhecimento

---

<sup>2</sup> Segundo Joan Scott (1990), as palavras, assim como as ideias e o que elas significam têm uma história. Assim sendo, os sentidos e significados atribuídos às palavras empregadas em um discurso estão em constante disputa na sociedade. Nas discussões atuais dos trabalhos do campo, questiona-se o uso de certas palavras no vocabulário sobre serviço doméstico no Brasil, principalmente ao se referir às trabalhadoras domésticas como “empregadas” e empregadores enquanto “patrões” e “patroas”. Durante a maior parte deste trabalho, optou-se pela utilização da palavra “patroa” em concordância com a alcunha que as próprias trabalhadoras domésticas e sujeitas desta pesquisa escolheram denominar suas empregadoras. Ao mesmo tempo em que se compreende os significados que um discurso carrega a partir das palavras escolhidas, também se entende a importância da apropriação de vocabulários e ressignificações, quando feitas por grupos de pessoas socialmente desconsiderados enquanto sujeitos aptos a falar.



de que existem contribuições relevantes nas áreas do Direito, do Serviço Social e da Psicologia, por exemplo, somando mais de 200 títulos entre teses e dissertações no sistema da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), optou-se por considerar estudos que abordassem elementos mais próximos do campo deste trabalho, seja na abordagem metodológica, nos objetivos a serem alcançados e, principalmente, nas interpretações produzidas<sup>3</sup>. Portanto, serão apresentados os estudos separados pelas categorias: 2.1 O feminismo marxista e os estudos sobre serviço doméstico; 2.2 As questões raciais e o Pensamento Social Brasileiro; 2.3 Resistência e movimentos políticos de trabalhadoras domésticas; e, por último 2.4 O afeto e a subjetividade no serviço doméstico.

## 2.1 O FEMINISMO MARXISTA E OS ESTUDOS SOBRE SERVIÇO DOMÉSTICO

Eu tinha 19 anos, quando perdi meu emprego em uma padaria, e pra não ficar desempregada, aceitei trabalhar em uma casa de família, indicada por uma tia que era doméstica.

Eu fazia todo o trabalho, menos cozinhar. A patroa estava estudando pra concurso e ficava em casa.

Era férias, então vieram uns parentes deles de Minas passear em Brasília, e aí o trabalho dobrou, porque eram 4 crianças a mais para bagunçar o que eu arrumava.

Fui numa sexta feira que aconteceu o absurdo: a minha patroa, com as visitas iriam passar o dia fora e eu ficaria sozinha em casa, pois o patrão saía cedo pro trabalho. Então estranhei que poucos minutos depois dela sair, o patrão chegou lá na casa, dizendo que tinha batido o carro, se irritado e que precisaria relaxar um pouco antes de voltar ao trabalho. Achei estranho, mas continuei fazendo meu serviço. Ele entrou no quarto e saiu de lá só de roupão, e foi pra cozinha, onde eu estava. Comecei a fugir dele pela casa, que era grande. Até que determinado momento eu estava limpando o corredor, e ele me encurralou e ficou pelado na minha frente!! Fiquei branca de medo, mas pra minha sorte, ele não tentou nada (eu já estava planejando quebrar o rodo na cara dele), então pedi licença e saí de lá. Fiquei na esquina, até ele sair de casa. Voltei, terminei minha obrigação e fui embora antes deles chegarem. Chorei horrores, e não voltei mais. No sábado de manhã liguei pra patroa e avisei que não voltaria. Combinamos o dia pra ela me pagar, e lá olhando na cara dela disse o motivo da minha saída repentina, mas pude ver que ela não se surpreendeu. Depois disso nunca mais trabalhei na casa de ninguém.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Entende-se que os trabalhos mencionados durante o decorrer deste capítulo não representam a totalidade de discussões realizadas no campo de estudos sobre o trabalho doméstico remunerado, mas são contribuições relevantes nas temáticas em que abordam, contemplando discussões essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa. Portanto, objetiva-se neste capítulo não fazer uma exposição minuciosa da totalidade de discussões levantadas pelo campo dos estudos sobre trabalho doméstico, mas sim realizar um apanhado das produções mais relevantes para a construção desta pesquisa.

<sup>4</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de T. C.** [...]. s.l, 2 jun. 2017. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0CMACwggSPGf8jUdZXHEVAhzpt1Q9KDhLQh7FBdmNWSprS7APPqv4wpJAbz5LxEh11>>. Acesso em: 2 dez. 2022.

De acordo com Heleieth Saffioti, “sempre que se faz uma pesquisa com a finalidade de se verificar quais são as maiores preocupações dos brasileiros, aparecem, infalivelmente, o desemprego e a violência” (SAFFIOTI, 2015, p. 11). No relato de T. C., tanto o desemprego como a violência aparecem, primeiro pela inserção na profissão de trabalhadora doméstica “para não ficar desempregada”, depois com o assédio sexual por parte do empregador. Historicamente, tanto o desemprego e a informalidade quanto processos de assédio e abuso sexual são recorrentes no emprego doméstico (GONZALEZ, 1984; CARNEIRO, 2011, TEIXEIRA, 2021), principalmente por conta da naturalização da violência contra mulheres, como também pelas influências do passado escravista e da transposição da figura da “mucama” para a trabalhadora doméstica (GONZALEZ, 1984). Além disso, é importante considerar que o serviço doméstico é uma profissão composta quase que totalmente por mulheres, as maiores vítimas de violência sexual no Brasil, incluindo mulheres adultas e menores<sup>5</sup>.

Em face disso, é a partir do pensamento feminista que ocorrem as primeiras discussões acerca do trabalho doméstico no Brasil, por conta da ocupação amplamente feminina na profissão e a concepção de que tais atividades são naturalmente tarefas destinadas às mulheres, além da preocupação em se compreender as violências sofridas mais frequentemente por pessoas do gênero feminino, como a violência sexual por exemplo. Tais discussões, naquele momento, elencavam como foco principal os conceitos de patriarcado e posteriormente de divisão sexual do trabalho para orientar suas análises, tendo como pautas principais os direitos políticos das mulheres, a adesão ao mercado de trabalho e as condições de desigualdade econômica e social entre elas e os homens, em consonância com o que se discutia em outros locais do mundo sobre o assunto.

Nesse sentido, o argumento das feministas num primeiro momento questionava os princípios de igualdade e de participação entre homens e mulheres no âmbito público, que estavam se modificando no plano jurídico ao redor do mundo, mas que permaneciam distantes de um horizonte prático na vida das mulheres, sobretudo no contexto brasileiro, onde as mulheres conquistaram o direito ao voto somente em 1932, restrito às mulheres assalariadas e alfabetizadas. Além disso, as questões relativas ao privilégio da masculinidade no âmbito privado também estavam sendo postas em xeque, alinhando as críticas tanto em relação ao

---

<sup>5</sup> Entre março de 2020 e dezembro de 2021, foram registrados mais de 100 mil boletins de ocorrência de estupros de pessoas do gênero feminino, incluindo vulneráveis, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O estudo não contabiliza violências não notificadas, o que é comum em casos de violência sexual. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2022.

caráter patriarcal que permanecia nas sociedades modernas ocidentais, quanto em relação às novas formas de organização oriundas do capitalismo, que passaram a incorporar também a mão-de-obra feminina, mas que por si só não equiparava mulheres e homens, perpetuando a desigualdade econômica entre ambos.

Para Heleieth Saffioti (2013, p. 160), “no que tange aos sexos, a sociedade competitiva não fez senão dilatar as diferenças entre homens e mulheres”, ou seja, não diminuiu as diferenças entre ambos, mas o contrário; pois enquanto aos homens se conferiam mais espaço em seus horizontes sociais para atuação fora do âmbito privado, a participação das mulheres fora do âmbito da família só se conferia para que pudesse vender a sua força de trabalho, estando ainda subordinada à lógica patriarcal da repressão familiar e do poder absoluto do homem.

Sendo assim, tanto o patriarcado como a divisão sexual do trabalho desempenhavam papéis em conjunto na opressão das mulheres, provocando a desvalorização tanto das mulheres e de sua atuação na vida pública quanto das tarefas desempenhadas por elas, incluindo o trabalho doméstico. Tal aspecto foi amplamente explorado pelas feministas entre as décadas de 70 e 80, período que obteve forte influência marxista nas interpretações sobre o assunto, tendo ocorrido boa parte das discussões em torno da divisão sexual do trabalho a partir das interpretações das feministas sobre a obra de Friedrich Engels *Origens da Família, da Propriedade Privada e do Estado* escrito baseando-se principalmente em anotações feitas por Karl Marx nas obras de Lewis Morgan.

Durante o livro, Engels apresenta aspectos da organização da instituição familiar, incluindo o ponto principal considerado pelas feministas marxistas de que a divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres é uma forma de exploração e desigualdade alinhada ao antagonismo de classes no processo de dominação. Ainda que a obra tenha influenciado em grande medida as questões pontuadas pelas feministas no período, é comum encontrar em seus trabalhos críticas pontuais, por conta do grau de prioridade que as questões da mulher eram debatidas por Marx e Engels:

É um fato porém que em sua vasta obra teórica e jornalística Marx e Engels raramente se ocuparam, explicitamente, da opressão específica da mulher na sociedade e das condições de sua libertação. A questão emergia de vez em quando, de modo secundário, durante o estudo de outros temas como, por exemplo, a análise da divisão social do trabalho, a crítica à família burguesa, o exame do processo da produção e do trabalho etc (ALAMBERT, 1986. p. 15).

Apesar de considerar a contribuição dos estudos de Marx e Engels sobre o assunto em um período em que pouquíssimos intelectuais se preocupavam em mencionar questões relativas às mulheres, Zuleika Alambert (1986) reconhece que o tema era tratado sempre relacionado a outras questões entendidas como “maiores”. Portanto, é a partir desta lacuna nos estudos na área que parte a contribuição do feminismo marxista, buscando colocar a questão da mulher, diferente do que se concebia até então, como um tema central ao discutir a exploração capitalista.

No entanto, Heleieth Saffioti (1978) aponta que embora as discussões sobre o trabalho doméstico estivessem ganhando cada vez mais fôlego pelo mundo, os estudos concentravam-se, sobretudo nas atividades realizadas pelas donas-de-casa, ou seja, em uma forma de trabalho doméstico não-remunerado. Segundo a autora, isso se dá pela presença insignificante do trabalho doméstico remunerado nos países mais desenvolvidos, o que explicaria a maior incidência de trabalhos científicos sobre o trabalho das donas-de-casa, sendo estas as maiores responsáveis pelas atividades do lar nessas circunstâncias. Porém, nos países em desenvolvimento “impõe-se a necessidade de estudos sobre o problema, já que é extenso o contingente de mulheres que se dedicam aos serviços domésticos remunerados e que eles desempenham papéis importantes na economia destas áreas do mundo” (SAFFIOTI, 1978. p. 17).

Nesse contexto, Heleieth Saffioti publica em 1978 o estudo *Emprego Doméstico e Capitalismo*, tornando-se um dos marcos iniciais nas análises sobre o trabalho doméstico remunerado no Brasil (BERNARDINO-COSTA, 2007; MONTICELLI, 2013; TEIXEIRA, 2021). O estudo conta com resultados obtidos através de 1.186 entrevistas realizadas no ano de 1974, na cidade de Araraquara, com o objetivo de compreender as especificidades do que Heleieth Saffioti denomina de “problema da mulher”<sup>6</sup> especificamente no âmbito do trabalho doméstico remunerado. Apesar de Saffioti fazer algumas considerações sobre outras categorias de emprego, o foco do estudo é o trabalho doméstico remunerado. Saffioti argumenta que o capitalismo coexiste com formas não-capitalistas de trabalho, fazendo com que a força de trabalho migre entre atividades capitalistas e não-capitalistas. Diante disso, a

---

<sup>6</sup>Ao mencionar “o problema da mulher”, Saffioti faz uma referência direta à obra clássica “A mística feminina” da feminista estadunidense Betty Friedan, publicado pouco mais de uma década antes dos trabalhos de Saffioti, no ano de 1963. No livro, Betty questiona aspectos de como se constrói o papel da mulher nos Estados Unidos no período que sucede a Segunda Guerra Mundial, definida como sujeita ao marido, à casa e aos filhos. Com isso, Betty explica que as mulheres brancas e de classe média estariam passando por um problema sem nome, causado pelo vazio existencial de estarem vivendo suas vidas devotadas ao âmbito privado e às vidas de outras pessoas. Apesar de estar se referindo a um recorte de mulher bem diferente (negras, pobres e brasileiras), Saffioti utiliza-se do conceito para desenvolver que as mulheres em situação diferente também estariam sendo acometidas por um problema não nomeado, marginalizado e pouco estudado.

autora busca compreender de que maneira uma atividade “pré-capitalista” como o serviço doméstico integra um mundo capitalista<sup>7</sup>.

Heleieth Saffioti observa que boa parte das trabalhadoras domésticas se origina da zona rural, tendo migrado para a cidade em busca de melhores condições de vida e, ao não encontrar oportunidade de emprego na indústria crescente, acabaram por se ocupar no serviço doméstico. A partir disso, a autora compreende que as trabalhadoras domésticas seriam um exército de reserva para outros segmentos de emprego, alinhando-se, sobretudo à teoria marxista para pensar o trabalho doméstico como uma categoria de trabalho que está fora da lógica capitalista. Ainda que Saffioti tenha influências claras da teoria marxista, ela se distancia das discussões realizadas na época ao questionar como a industrialização crescente no período afetou pouco a empregabilidade da mulher brasileira, não absorvendo a mão de obra feminina, trazendo para a análise a questão do sexo além da questão de classe. Segundo ela:

Para o ano de 1970, as estimativas da representação de empregadas domésticas na PEA feminina variam de 27% a 33,2%. Portanto, pode-se presumir que estivesse em torno de 30%, sendo o emprego doméstico a ocupação que maior número de mulheres absorve no País. Ora, em 1872, as empregadas domésticas representavam 33% da PEA feminina brasileira. Caberia, então, indagar que benefícios trouxe a mulher brasileira a industrialização intensiva de capital que teve lugar no País, se a percentagem de empregadas domésticas permanece, um século mais tarde, praticamente inalterada. [...]

Não sendo o emprego doméstico uma atividade organizada em moldes capitalistas, é-se obrigado a concluir que grandes contingentes femininos são deixados à margem do modo de produção capitalista. (SAFFIOTI, 1978. p. 411-412).

Considerando a natureza não-capitalista do emprego doméstico, Saffioti entende que tal característica faz com que as mulheres sejam ainda mais deixadas à margem no que se refere ao seu trabalho. Pouco antes da publicação do estudo de Saffioti, em 1972, ocorriam as primeiras movimentações legislativas responsáveis por regulamentar especificamente o trabalho doméstico, em especial a Lei nº 5.859 de 1972, responsável por estabelecer condições de admissão, registro obrigatório em carteira, direito a 20 dias de férias

---

<sup>7</sup> Outras feministas como a italiana Silvia Federici (2019) argumentam que são justamente os trabalhos de natureza “não-capitalistas” realizados pelas mulheres os responsáveis por alicerçar a economia capitalista, compreendendo o que a corrente feminista marxista denomina de trabalho de “reprodução social”, sendo estas atividades responsáveis pela manutenção da força de trabalho da economia capitalista, pois gera e mantém novos sujeitos para compor os empregos e sustenta o ambiente privado para que outras pessoas possam trabalhar fora. É importante citar que o conceito não abarca somente o trabalho das empregadas domésticas, mas todas as mulheres responsáveis pelo cuidado em si. Na obra de Saffioti, ela indica que é o trabalho de natureza não-capitalista das empregadas domésticas que permite que as mulheres sobretudo pertencentes à classe média possam integrar outros espaços e empregos na indústria e demais setores, pois deixam de ser responsáveis pelo trabalho de reprodução social.

remuneradas e acesso à previdência social. A lei, no entanto, aplicava-se apenas aos “serviços de natureza contínua”, por dois ou mais dias, ou seja, não abarcava diaristas. Diante disso, Heleieth Saffioti pontua: “Ainda que seja difícil a inspeção do trabalho em residências, o que facilita a burla dos dispositivos legais, há muito a fazer ainda, no Brasil, em matéria de legislação trabalhista, pelos empregados domésticos” (SAFFIOTI, 1978. p. 43). Já naquele momento se compreendia as dificuldades em se estabelecer formalizações em uma profissão exercida dentro do espaço privado das residências, o que é ainda mais grave para o caso das diaristas, que não eram nem consideradas na legislação da época, possuindo ainda menos segurança por vias legais.

Dessa maneira, ainda que as análises das feministas marxistas no período tenham expandido a maneira como se interpreta a questão do trabalho e da desigualdade social a partir da perspectiva da divisão sexual do trabalho e do que isso significa para a sociedade brasileira como um todo, alguns aspectos importantes sobre a população de mulheres pobres e afetadas pelo problema permaneceram pouco visitadas pelas autoras. Ainda que a discussão sobre a invisibilidade do trabalho feminino tenha se iniciado, sobretudo com tais contribuições, pouco se debateu nos estudos do feminismo marxista sobre as demais desigualdades que perpassam as mulheres trabalhadoras, principalmente no que concerne às trabalhadoras domésticas, tendo sido somente Heleieth Saffioti a citar a profissão de maneira mais direta em suas análises, mesmo sendo uma das profissões que mais emprega mulheres no Brasil.

Ainda que o conceito de divisão sexual do trabalho não esgote as discussões sobre o trabalho doméstico remunerado, este contribui para compreender a maneira como a naturalização de tais atividades como femininas se desenvolveu. As interpretações que se seguiram não abandonam os aspectos pontuados pelas feministas marxistas da década de 70 e 80, mas contemplam outras especificidades que atravessam o serviço doméstico e tornam a análise mais complexa nesse sentido.

## 2.2 AS QUESTÕES RACIAIS E O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Em 1940 minha avó foi entregue pelos pais dela que moravam na roça para uma sinhá da cidade que prometeu dar uma vida melhor pra ela. Ela estudava de manhã (o que já era maravilhoso porque na roça não tinha escola) e era escrava doméstica à tarde e à noite. Digo escrava porque ela trabalhava em troca de restos de comida e um tato em cima da cabeça. A patroa mandava alguns trocados para o meu bisavô, mas com certeza era uma quantidade ridícula porque eles eram realmente miseráveis. Segundo a

minha avó, ela apanhava de vara de marmelo até sangrar sempre que fazia alguma coisa errada ou quando a sinhá estava estressada demais[...]”<sup>8</sup>

Minha mãe foi empregada doméstica desde os 11 anos de idade até aproximadamente aos 18, hoje está com 62 anos aposentada, e mesmo depois de tantos anos ela ainda conta as histórias com um nó na garganta. Uma das situações que ela já contou e me marcou muito era que na casa de uma família Portuguesa para qual trabalhou durante alguns anos havia também babá, branca, que não era restrita a comidas e nem bebidas na casa, somente minha mãe, negra, que não podia comer nem beber sequer a água que havia na casa, os patrões diziam que as raças não podiam se misturar.<sup>9</sup>

Segundo Valeria Ribeiro Corossacz, a comparação entre trabalho doméstico remunerado e escravidão surge constantemente nas pesquisas (COROSSACZ, 2014, p. 5). Isso ocorre, pois se conclui que, mesmo passados mais de 130 anos do fim do período da escravidão, certos comportamentos ainda se fazem presentes na sociedade, como o racismo sofrido recorrentemente por trabalhadoras domésticas. No primeiro relato, D. V. conta que sua avó era “escrava doméstica”, pois “trabalhava em troca de restos de comida” e que “apanhava de vara de marmelo até sangrar sempre que fazia alguma coisa errada ou quando a sinhá estava estressada demais”. Já no segundo relato, R. P. conta que sua mãe, negra, trabalhava como babá e recebia tratamento diferente da outra babá, branca, sendo impedida de comer e beber na casa, pois “os patrões diziam que as raças não podem se misturar”.

A questão racial é um tema extremamente presente nas discussões sobre a formação do Brasil desde os primeiros trabalhos desenvolvidos por intelectuais nacionais e estrangeiros. Principalmente a partir do século XIX, com o surgimento dos primeiros estudos antropológicos no Brasil<sup>10</sup>, buscou-se formular hipóteses sobre o impacto dos processos de “mestiçagem” na sociedade brasileira, principalmente influenciados pelas ideias evolucionistas que permearam fortemente a produção de conhecimento da época em diversas áreas. Tais discussões compreendiam a existência de “raças humanas” e que existiam

<sup>8</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de D. V.** [...]. s.l, 10 ago. 2017. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid04ZaM3erMaN7N7PtRAZ3E17tVkkY6z3YqcHXgKv5hSGmjcyUyuhEJEbT3TsawhnWbl>>. Acesso em: 2 dez. 2022.

<sup>9</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de R. P.** [...]. Rio de Janeiro, 9 ago. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0LvB662UmPpNgMFAkobb1fhnS28JAgBYz6jr5qYd51EPg8UbZNNKUEcF4AGcp4WCsl>>. Acesso em: 2 dez. 2022.

<sup>10</sup> Durante este período, os estudos antropológicos no Brasil eram realizados sobretudo por médicos, os precursores da Antropologia no Brasil. Destacam-se os nomes de Roquette-Pinto e Arthur Ramos no Rio de Janeiro, Raimundo Nina Rodrigues e Thales de Azevedo na Bahia, Oswaldo Cabral em Santa Catarina, José Loureiro Fernandes no Paraná e René Ribeiro em Pernambuco. A maior contribuição de Nina Rodrigues, o estudo “Os Africanos no Brasil”, escrito entre o fim do século XIX e início do XX e publicado postumamente em 1932 é uma das maiores referências do período, sendo considerado um dos primeiros textos antropológicos produzidos por um autor brasileiro, buscando conhecer as procedências dos povos negros trazidos de África para a Bahia – ainda que sua postura diante do estudo possa ser considerada racista (LARAIA, 2018. p. 7).

hierarquias de desenvolvimento entre elas, localizando cada grupo humano a partir de um “grau evolutivo” distinto, sendo o grau civilizatório mais alto alcançado pelos povos europeus<sup>11</sup>.

Os estudos que se seguiram buscavam contrariar a concepção de que existiam raças mais ou menos evoluídas, buscando discutir as questões sobre miscigenação a partir de outro viés, sendo este mais voltado para os aspectos culturais estabelecidos entre os povos no Brasil. Destacam-se, neste período, as obras de Gilberto Freyre<sup>12</sup>, que traçam uma descrição minuciosa dos aspectos da vida íntima da sociedade brasileira em construção, focando principalmente nas dicotomias entre a “Casa-Grande” e a “Senzala”, a figura do senhor patriarcal e sua criadagem etc.

Sendo o trabalho doméstico no período colonial brasileiro realizado por mulheres escravizadas, nas funções de amas-de-leite, mucamas e criadas, estas mulheres integravam boa parte do cotidiano das casas, o que significava que existia certa distinção entre as mulheres escravizadas da lavoura e as “domésticas”, o que contribui para compreender de que maneira surge a personagem social da trabalhadora doméstica (TEIXEIRA, 2021). Por mais que a proximidade maior com a Casa-Grande trouxesse certos “benefícios”, como roupas, proteção e alimentação um pouco melhores do que nos engenhos, também acarretava grandes constrangimentos e violência, como abusos sexuais e submissão para com os senhores.

É dessa corrente, sobretudo influenciada por Gilberto Freyre, que surge a interpretação de que as relações entre as criadas e os senhores foram capazes de estabelecer uma “harmonia cultural e racial” entre as diferentes etnias no Brasil, compreendendo que houve o compartilhamento de culturas entre o convívio íntimo e diário entre os povos. De fato, as

---

<sup>11</sup> A ideia de raça se transforma no século XIX, se tornando um significado político e social capaz de ser compreendida de maneira independente ao conceito de raça na ciência biológica, ainda que seu surgimento tenha sido influenciado por esta. Ainda que existisse no período a necessidade de se construir uma identidade própria nos estudos sobre o Brasil, os intelectuais do período receberam forte influência de estudos europeus, sobretudo aqueles que utilizavam a raça como um dos preceitos centrais de análise, como o darwinismo social e o positivismo (COSTA, 2004). Amparados por uma ideia de progresso linear de evolução da sociedade, entendia-se que certos povos se encontravam em estágios distintos de evolução, tendo a humanidade um único caminho para desenvolver-se. Tal perspectiva permitia hierarquizar os povos de acordo com o estágio que se acreditava ocupar diante do dito progresso, sendo os povos europeus a referência tida como mais evoluída.

<sup>12</sup> Em relação às controvérsias que envolvem a obra de Gilberto Freyre, cabe ressaltar que, ainda que seja contrário ao racismo científico que antecede os seus estudos, como exposto no parágrafo anterior; o autor é um dos responsáveis pela defesa da ideia de um mito da democracia racial (embora nunca tenha mencionado o conceito em termos em suas obras), e é necessário compreender que suas obras em muitos momentos tratam da miscigenação de maneira a reproduzir certos estereótipos e concepções racistas, que romantizam práticas que ocorreram com pessoas escravizadas, sobretudo mulheres. Assim sendo, entende-se aqui tanto a importância da contribuição dos estudos de Freyre e por isso cabe citá-lo neste capítulo, da mesma maneira que se compreende as críticas direcionadas ao autor e o viés de suas interpretações. Aqui, como em outros trabalhos, Freyre é utilizado como uma referência para pensar de que maneira os estudos sobre trabalho doméstico no Brasil foram constituídos.



mulheres negras escravizadas participavam do âmbito íntimo das Casas-Grandes, amamentavam os filhos das mulheres brancas e muitas vezes faziam parte deste convívio próximo das senhoras, que se casavam jovens entre os 12 e 13 anos, sem muito amparo de outras mulheres. No entanto, é importante atentar-se para o que tais fatos significavam para as mulheres escravizadas:

A escrava de cor criou para a mulher branca das casas-grandes e das menores condições de vida amena, fácil e na maior parte das vezes ociosa. Cozinhas, lavava, passava a ferro, esfregava de joelhos o chão das salas e dos quartos, cuidava dos filhos da senhora e satisfazia as exigências do seu senhor. Tinha seus próprios filhos, o dever e a fatal solidariedade de amparar seu companheiro, de sofrer com os outros escravos da senzala e do eito e de submeter-se aos castigos corporais que lhe eram, pessoalmente, destinados. (HAHNER apud GONZALEZ, 2020a. p. 81).

No entanto, mesmo que a abolição da escravatura tenha significado uma transição formal para a população negra no Brasil, que passava a ser compreendida na condição de livre, as estruturas sociais não se modificaram para que os negros pudessem ser integrados à sociedade<sup>13</sup>. Assim, a forma como a sociedade brasileira compreendia o trabalho também não mudou significativamente, da mesma maneira que as relações estabelecidas com a população negra, pois estes se encontravam impossibilitados de adquirir bens e terras, empregos formais e conseqüentemente integrar a sociedade de fato; o que resultou na permanência da população negra em relações de trabalho estabelecidas com seus antigos senhores, pois não encontravam outras oportunidades (TEIXEIRA, 2021). Segundo Florestan Fernandes (1978):

O regime extinto não desapareceu por completo após a Abolição. Persistiu na mentalidade, no comportamento e até na organização das relações sociais dos homens, mesmo aqueles que deviam estar interessados numa subversão total do antigo regime (FERNANDES, 1978. p. 248).

Ainda que, segundo Fernandes (1978) não houvesse efetivamente barreiras criadas para impedir a ascensão da população negra na sociedade, a omissão dos brancos que possibilitou que tal processo ocorresse, através da permanência das relações estabelecidas no regime colonial:

---

<sup>13</sup> Por conta disso, em “A Integração do Negro na Sociedade de Classes” e em “O Negro no Mundo dos Brancos”, Florestan Fernandes argumenta contra a ideia de que o Brasil é uma “democracia racial”, pois o autor considera que as condições de desigualdade e exclusão que a população negra enfrentava impedia que houvesse qualquer harmonia entre as relações sociais estabelecidas. Durante a maior parte de suas obras, Florestan reafirma os conflitos raciais existentes no Brasil e, por conta disso, o autor se contrapunha constantemente à teoria de Gilberto Freyre.

Não se formaram, por conseguinte, barreiras que visassem impedir a ascensão do “negro”, nem se tomaram medidas para conjurar os riscos que a competição desse elemento racial pudesse acarretar para o “branco”. Em síntese, não se esboçou nenhuma modalidade de resistência aberta, consciente e organizada, que colocasse negros, brancos e mulatos em posições antagônicas e de luta. Por paradoxal que pareça, foi a omissão do “branco” – e não a “ação” – que redundou na perpetuação do status quo ante. (FERNANDES, 1978. p. 250)

Desse modo, após a abolição da escravatura, a situação das ex-escravizadas domésticas permaneceu muito próxima às condições anteriores ao processo de extinção formal da escravização. Muitas permaneceram residindo nas casas dos seus patrões e antigos senhores, enquanto outras se empregavam em novas residências em troca de moradia, comida e roupas, sem horários estabelecidos, remuneração adequada e ou direitos básicos. Nesse contexto, no que concerne aos estudos sobre trabalho doméstico, a interpretação mais veiculada considera que existe na profissão aspectos de uma herança da escravização, tanto na concepção que as pessoas possuem sobre a profissão e seus afazeres como nos próprios comportamentos desempenhados pelos sujeitos em seu cotidiano, por conta da maneira como a realidade das trabalhadoras domésticas permaneceu pouco alterada, mesmo após o processo de abolição.

Ainda que a temática racial estivesse sendo abordada com frequência nos estudos sobre a formação do Brasil e seus aspectos sociais e culturais; e, por mais que a figura da “doméstica” apareça em trabalhos como o de Gilberto Freyre como integrante desta sociedade, a trabalhadora doméstica permanece pouco citada nos trabalhos, e quando mencionada, aparece em estudos que não enfatizam a questão racial atrelada ao serviço doméstico, como é o caso da pesquisa de Heleieth Saffioti (1978). Buscando preencher tal lacuna que surgem os estudos da década de 80, sobretudo no campo da História, com objetivo de compreender o período de transição do trabalho escravizado para o livre e de que maneira tal acontecimento impactou – ou deixou de – a vida das domésticas.

Em seu livro *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860 – 1910*, a historiadora estadunidense Sandra Lauderdale Graham remonta a realidade do Brasil no século XIX, buscando compreender o cotidiano das criadas, como eram vistas por seus patrões e pela sociedade no período de transição entre o trabalho escravizado e o livre. Sandra Graham utiliza os conceitos de Roberto DaMatta de “casa” e “rua”, constituindo o cotidiano e as relações estabelecidas pelas criadas. A casa significava um domínio seguro da vida, enquanto a rua era um lugar suspeito, sujo e perigoso, no entanto, para os criados a casa podia ser um local de injustiça e punição, enquanto a rua podia ser um ambiente de maior liberdade. Segundo a autora:

[...] além de examinar o trabalho, os locais de trabalho e as relações das criadas com seus patrões, trata também, em grande parte, da vida dos trabalhadores pobres nos cortiços, da própria cidade e das transformações na vida doméstica urbana. Ser uma criada significava sobretudo viver proximamente a um amo ou senhor; assim, compreender suas vidas requer consideração dos pressupostos culturais que viabilizavam a vida doméstica cotidiana. As criadas atendiam às exigências de trabalho e obediência e, em troca, recebiam proteção (GRAHAM, 1992. p. 15).

As noções de “proteção” e “obediência” também estavam relacionadas com o domínio dicotômico da casa e da rua, sendo regidas através da família e do poder privado e pessoal, uma vez que “os dependentes não podiam apelar para nenhuma instituição pública em sua defesa para contrabalançar o peso do poder privado ou temperar as decisões pessoais dos seus senhores” (GRAHAM, 1992. p. 15), pois tais práticas eram endossadas pela tradição escravocrata. Além disso, ainda que existisse uma relação de proteção e obediência entre criadas e senhores, segundo a autora, existia também a desconfiança e as consequências de se viver na presença constante uns dos outros no âmbito mais íntimo de suas vidas.

Assim, existia a desconfiança e a insegurança de se ter alguém que ameaçasse a harmonia do ambiente da família através dos seus costumes e das doenças “da rua”, mas que ao mesmo tempo não se dispensava a presença, pois dependiam dos criados não apenas para suprirem suas necessidades diárias, mas também por conta da posição social de privilégios que se desenhava por se ter criados para lhe servir (GRAHAM, 1992. p. 20). Por conta da proximidade que o cotidiano impunha, os senhores dificilmente poderiam evitar que criados testemunhassem aspectos de sua vida privada. Nesse contexto, as mulheres representavam o maior “risco”, pois desempenhavam os papéis mais pessoais no serviço doméstico, o que consequentemente fazia com que presenciassem mais ainda a intimidade de seus patrões e patroas. Assim sendo, as atividades desempenhadas pelas criadas determinavam o grau de supervisão ao qual estavam sujeitas, sendo amas-de-leite ou mucamas, as que estavam nos aposentos mais íntimos da família, as mais vigiadas de todas (GRAHAM, 1992, p. 18).

O trabalho de Sandra Graham é muito importante na construção dos estudos sobre serviço doméstico no Brasil, pois analisa um período de transição decisivo para a compreensão de como a profissão se desenha na realidade brasileira. A autora observa que, ainda que boa parte do trabalho doméstico fosse realizado por mulheres escravizadas, as criadas livres também desempenhavam atividades semelhantes e recebiam tratamentos não muito melhores do que as escravizadas, aspecto também percebido por outros trabalhos que serão mencionados em seguida. Para Sandra Graham (1992, p. 18), “o serviço doméstico atravessava essas diferenças. Mulheres das duas ‘condições’ podiam trabalhar uma ao lado da

outra, e ambas em tarefas similares”. Além disso, a autora reconstrói aspectos minuciosos da cidade do Rio de Janeiro do fim do século XIX, permitindo adentrar em um universo complexo que apresenta o dia a dia das criadas e dos espaços em que circulavam, entre a riqueza e as mansões dos patrões e os cortiços em que moravam: “A cidade não era apenas o pano de fundo de suas vidas, mas também configurava uma parte integral de suas histórias” (GRAHAM, 1992. p. 20).

Em relação à produção de intelectuais nacionais no período, Lélia Gonzalez se dedicou a pensar a situação da mulher negra brasileira durante toda a sua obra, enfatizando a multiplicidade de fatores que atravessam suas vivências. Apesar da autora produzir desde o período em que adentrou a academia, tendo boa parte dos seus escritos produzidos na década de 1980, a incorporação de suas interpretações sobre o Brasil nas discussões é um resgate recente da última década, onde boa parte de seus artigos e palestras foram publicados sobretudo em coletâneas de livros. A autora aponta, em um dos seus textos mais famosos *A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica*<sup>14</sup>, as contradições existentes na construção da história oficial sobre o Brasil em relação ao racismo e o mito da democracia racial. Ela complementa:

A história oficial, assim como o discurso pedagógico internalizado por nossas crianças, fala do brasileiro como um ser “cordial”<sup>15</sup> e afirma que a história do nosso povo é um modelo de soluções pacíficas para todas as tensões ou conflitos que nela tenham surgido. [...] Assim como a história do povo brasileiro foi outra, o mesmo acontece com o povo negro especialmente. Ele sempre buscou formas de resistência contra a situação sub-humana em que foi lançado (GONZALEZ, 2016. p. 400-401).

Lélia afirma que boa parte do protagonismo negro, sobretudo das mulheres, é ocultado da história oficial, de modo a colocá-las enquanto figuras secundárias na narrativa da nação, quando na verdade, desde o início, as mulheres negras foram protagonistas em diversos aspectos, principalmente em termos de mobilização política e trabalho. Além disso, ela afirma que a discriminação racial opera como um discurso de exclusão, responsável por manter as

---

<sup>14</sup> Artigo publicado originalmente no ano de 1982: GONGALEZ, Lélia. “A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica”. In: MADEL, Luz *et al.* O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 89-105.

<sup>15</sup> Aqui, Lélia Gonzalez (2016) faz referência ao conceito de “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda (1995). É importante ressaltar que, ainda que o sociólogo compreenda a “cordialidade” do sujeito brasileiro enfatizando “a lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam” (HOLANDA, 1995. p. 146) como traços do caráter brasileiro, em seguida o autor enfatiza que seria engano supor que tais virtudes fossem expressões de “boas maneiras”, pelo contrário. Isto pois, para o autor, a cordialidade não significa necessariamente a expressão de um bom comportamento, mas que tais expressões são “de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante” (HOLANDA, 1995. p. 147). Isto significa que, ao mesmo tempo que o homem cordial pode ser um sujeito hospitaleiro e generoso, ele também pode apresentar atitudes de violentas, pois estas também são fruto dessa “emoção” evocada pelo autor.

mulheres negras nas posições mais desfavoráveis da sociedade brasileira, sendo a possibilidade de ascensão social praticamente nula para a maioria dessa população (GONZALEZ, 2016. p. 407).

Por isso, a antropóloga afirma que ser negra e mulher no Brasil “é ser objeto de tripla discriminação” (GONZALEZ, 2016. p. 408). A autora continua:

[...] uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais alto nível de opressão. Enquanto seu homem é objeto da perseguição, repressão e violência policiais (para o cidadão negro brasileiro, desemprego é sinônimo de vadiagem; é assim que pensa e age a polícia brasileira), ela volta-se para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira. Enquanto empregada doméstica, sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” que lhe seriam peculiares (GONZALEZ, 2016. p. 408).

Além de apontar a exclusão do protagonismo das mulheres negras no discurso oficial, Lélia Gonzalez também afirma que o movimento feminista comete o mesmo problema. Segundo ela, a maioria dos textos feministas trata de dominação sexual, social e econômica da mulher, mas não menciona a opressão racial enquanto um aspecto conjunto, o que levanta uma grande questão: a exploração da mulher negra pela mulher branca, aspecto fundamental para se compreender as relações de serviço doméstico.

Indo ao encontro do argumento de Lélia Gonzalez, a historiadora Beatriz Nascimento (2021) – cuja produção intelectual é dedicada principalmente à questão racial no Brasil – chama atenção à centralidade da mulher negra na compreensão de como se estruturam as desigualdades no país. Ela atribui à “herança escravocrata” a continuidade de opressões sofridas pelas mulheres negras, que sobrevivem como mecanismos de dominação e manutenção dos privilégios do grupo dominante. Nesse sentido, ela continua:

Mecanismos que são essencialmente ideológicos e que, ao se debruçarem sobre as condições objetivas da sociedade, têm efeitos discriminatórios. Se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, isso se deve tanto ao fato dela ser uma mulher de raça negra quanto a terem sido escravos seus antepassados (NASCIMENTO, 2021. p. 58).

Tanto Lélia Gonzalez quanto Beatriz Nascimento indicam que uma possível solução para o problema da desigualdade estaria na ascensão social das mulheres negras, no aumento das possibilidades de emprego. No entanto, o que ambas destacam é que tanto o racismo no mercado de trabalho, que perpetua a preferência pela contratação de pessoas brancas; quanto a dificuldade de acesso à educação ser maior para mulheres negras; se tornam obstáculos para a

superação da opressão em que se situa a mulher negra. Ou seja, essa população acaba situada ou entre o desemprego, ou em empregos precários, incluindo o trabalho doméstico.

Como dito anteriormente, o período de transição entre o fim da escravização e o estabelecimento do regime de trabalho livre constitui uma temporalidade essencial para compreender como se desenham as práticas em relação ao serviço doméstico. Diante disso, em sua dissertação, *Libertas entre sobrados: Contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão*, Lorena Telles (2011) se utiliza dos livros de inscrições e contratos de trabalho livre para reconstruir a realidade e experiências de mulheres escravizadas, libertas e descendentes livres empregadas no trabalho doméstico durante o período do fim do século XIX e início do século XX. Através de tais documentos, Telles buscou reconstruir o cotidiano e os trabalhos desempenhados por estas mulheres, através do exercício de se compreender o que se encontra nas entrelinhas do discurso, uma vez que eram escritos por oficiais e policiais.

Lorena Telles (2011) expõe que a reivindicação de uma regulamentação do trabalho doméstico bem como de registros em caderneta era uma maneira de controlar a conduta dos “maus criados”, visando a proteção e vontade dos patrões no período pós-escravidão<sup>16</sup>. Já aqueles que se colocavam de maneira contrária à regulamentação do serviço doméstico não aceitavam práticas de formalização de contratos e restrições que ameaçassem a esfera de dominação doméstica, pois ainda que se mantivessem as relações de dependência entre patrões e empregadas, existia a sensação de que a abolição e a regulamentação das atividades traziam a perda do controle por parte dos patrões. Vale lembrar, ainda, que tais regulamentações não ocorreram por todo o país, mas sim em algumas cidades gaúchas, em Salvador e em São Paulo (TELLES, 2011. p. 37).

Ainda que tenha havido a tentativa de regulamentar o serviço doméstico nesse período do fim do século XIX, a implementação de tais posturas não ocorreu da maneira como se esperava em São Paulo por conta dos limites de sua aplicabilidade. A maior parte das punições estipuladas se direcionavam aos criados e protegiam os patrões em casos de dispensa pela conduta dos criados, por “doença ou moléstia” ou por danos; enquanto ao patrão, só cabia a indenização ao criado no caso de perdas e danos e por não pagamento de salário.

---

<sup>16</sup> A implementação de tais posturas visavam, sobretudo atender à vontade das elites da Capital em realizar uma transformação social baseadas em ideais europeus de civilização e progresso, projetando na formulação de leis e normas um ideal de futuro para o Brasil que alcançasse formas de trabalho que se afastassem do antigo regime (TELLES, 2011. p. 42-43). No entanto, tais normas e leis se distanciavam da realidade social e encontraram dificuldades para serem postas em prática, uma vez que uma parte dos patrões temia perder o seu poder diante de tais mudanças, fazendo com que boa parte das regulamentações não fossem cumpridas, perpetuando a informalização do serviço doméstico, aspecto que se mantém até os dias atuais.

Além disso, cabia também multa para o caso de não inscrição do criado após contratação de serviço. Por conta de tantos critérios que a lei buscava atender, segundo Telles (2011, p. 41): “a polícia e os agentes fiscais não dariam conta da missão hercúlea de prender e multar aquela lista de potenciais infratores, numa população de migrantes que se avolumava”.

Lorena Telles (2011) expõe que a regulamentação sobre o trabalho doméstico retorna como uma questão discutida nos jornais após os anos 1900, mantendo a argumentação de que o controle social dos criados seria essencial por conta da conduta destes, pois persistia por parte da sociedade o medo comum do furto doméstico e do contágio de moléstias (TELLES, 2011, p. 44). A citar Juliana Teixeira (2021):

Como destacou Margareth Rago (1985), a desconfiança gerava a necessidade de um controle permanente, o que se tornou uma estratégia utilizada sobretudo pelas patroas, já que as mulheres eram as responsáveis pelos assuntos que se referiam ao serviço doméstico.

As criadas eram consideradas ameaças para a família a qual trabalhavam, especialmente quanto ao temor de transmissão de doenças e de maus costumes, o que, em última análise, refletia a ideia da pobreza como uma ameaça (TEIXEIRA, 2021, p. 33-34).

Apesar da desconfiança e dos riscos, as elites não abriram mão do serviço doméstico e, ainda que tenha havido certa pressão por uma parte da sociedade para que as relações de trabalho fossem regulamentadas, isto não ocorre como se esperava. É nesse sentido que se faz possível indicar, através da contribuição dos trabalhos historiográficos, que existe uma herança escravocrata no trabalho doméstico, pois a maneira como o trabalho foi incorporado e mantido nas residências reproduz muitas das práticas anteriores à abolição e, mesmo com a existência de leis e reivindicações na sociedade para que as dinâmicas na profissão fossem modificadas, certas práticas e ideais resistiram por conta da influência do poder patriarcal, dominante no âmbito privado, onde as leis e transformações sociais teriam dificuldades em adentrar.

### 2.3 RESISTÊNCIA, DIREITOS E MOVIMENTOS POLÍTICOS DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

Fui empregada doméstica durante 4 anos, minha função era lavar, passar, limpar, cozinhar e cuidar da filha do casal de patrões. Interessante a condição que, sobretudo o patrão impunha em dizer que eu era secretária, uma pessoa da família. Hoje sei muito bem a lógica de nos mantermos como pessoas da família, uma forma de não cobrarmos direitos por conta da relação parental que nos é imposta. [...] Como disse no início trabalhei durante 4 anos, sem registro em carteira, só fui registrada quando engravidei. Tive uma gravidez de risco, aliás por conta de problemas de saúde

minha filha veio a nascer prematura, cumpri a licença maternidade, mas não podia voltar mais a trabalhar, pelo menos por um bom tempo prq minha filha necessitava de cuidados especiais por conta da sua prematuridade. Meus patrões sabiam que eu não podia continuar trabalhando para eles, foi então que fizeram uma proposta, que eu assinasse um documento dizendo que estava sendo demitida e desta forma eles não pagariam meu tempo de serviço, nem o três anos sem registro e muito menos um ano de registrada, em contrapartida eu receberia o FGTS e o Seguro Desemprego. Eu sem nenhuma instrução acabei concordando, quando fui á Agência da Caixa Econômica dar entrada para receber, a atendente disse que eu só tinha direito em receber o FGTS no valor de R\$ 220,00 e que no Seguro Desemprego não tinha, prq naquela época empregada doméstica ainda não tinham direito a esse benefício, isso em 2001. Resumindo, trabalhei durante 4 anos, desses três sem registro, e quando saio recebo somente o FGTS.<sup>17</sup>

“Quase da família” é uma expressão utilizada comumente pelas famílias empregadoras para se referir ao espaço ocupado pelas trabalhadoras domésticas. Ao mesmo tempo em que demarca em certo grau uma relação parental, como observa C. F em seu relato, também delimita o espaço de se estar próximo à família: o “quase” não permite que ela seja de fato considerada integrante do núcleo familiar. Sendo assim, a trabalhadora doméstica não é da família, mas ao mesmo tempo não pode ser distante o suficiente para que se descartem os comportamentos que remetam à uma lógica parental; ou seja, ela flutua no espaço liminar de estar sempre no “quase”. Ora a relação é quase familiar, ora outra quase profissional.

Além de ter trabalhado boa parte do tempo sem registro, C. F. também expõe em seu relato as consequências de não ter poder acessar os mesmos direitos que outros trabalhadores, uma vez que não pôde recorrer ao Seguro Desemprego quando foi demitida, fato que ela desconhecia. Até 2013, com a aprovação da “PEC das Domésticas”, as trabalhadoras domésticas formalmente tinham acesso a pouquíssimos direitos, aspecto que será abordado no decorrer desta seção.

Tais aspectos presentes no relato de C. F. não se limitam somente à sua experiência individual, sendo pontos comuns da profissão conforme os estudos mencionados observam. Se por um lado os estudos no campo da historiografia indicam que o trabalho doméstico permaneceu permeado por práticas e noções escravocratas, que reforçam a continuidade desse aspecto “paternalista” das relações, por outro lado isto não significa que não tenha havido movimentos ou atitudes de resistência por parte das trabalhadoras domésticas diante das situações de opressão sofridas por elas, uma vez que não existia amparo do Estado. As trabalhadoras domésticas sempre resistiram, seja por pequenas insurgências através de atos de

---

<sup>17</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de C. F.** [...] s. 1., 3 abr. 2017. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid02QoN7xhqtG7SRb4cbfbSkngeiMhj73CkCSPDdXYWev5Gjv1zTKadKo4SfjVbjHvacl>>. Acesso em: 2 dez. 2022.



“rebeldia”, por recusarem-se a seguir ordens, por adentrar espaços onde sua presença não era permitida, por falar sem que fosse solicitado, por não cumprir com as expectativas dos patrões etc.

Para além das insurgências cotidianas, as trabalhadoras domésticas estiveram ativas em ações do movimento negro e especificamente de mulheres negras no Brasil, como é o caso de Laudelina de Campos Melo (Figura 9), integrante da Frente Negra e do Partido Comunista desde a década de 1930, quando também fundou a primeira associação em defesa dos direitos das empregadas domésticas, em Santos, considerando a ausência de leis e regulamentações que pudessem amparar as trabalhadoras. Após mudar-se para Campinas, Laudelina passou a travar conflitos por conta da preferência dos patrões por trabalhadoras brancas, denunciando os anúncios racistas no Correio Popular e nas reuniões de partido e da Frente Negra. Algumas décadas depois, em 1988, a associação tornou-se o Sindicato das Empregadas Domésticas, status jurídico que Laudelina almejava desde o início da associação, ainda na década de 30. Isto porque, naquele momento, além de serem excluídas da Consolidação das Leis Trabalhistas, as trabalhadoras domésticas também eram impossibilitadas de possuírem organização sindical.

Figura 9: Laudelina de Campos Melo



Fonte: Notícia Preta (2020)<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/google-faz-homenagem-a-laudelina-de-campos-melo-pioneira-na-luta-dos-direitos-das-domesticas-no-brasil/>. Acesso em: 30 nov. 2022.

Com o passar das décadas, o movimento das trabalhadoras domésticas continua em grande medida alinhado às ações do movimento negro brasileiro, mas também encontra outros caminhos de manifestação, como o caso da Juventude Operária Católica, durante a década de 1960. Em 1958, a JOC realizou uma conferência onde se discutiu sobre a regulamentação do trabalho doméstico e, em 1960, o Primeiro Encontro Nacional de Jovens Empregadas Domésticas do Rio de Janeiro, seguido do Primeiro Congresso Regional em Recife em 1961. (BERNARDINO-COSTA, 2007).

Por mais que a atuação do movimento das trabalhadoras permeasse diversas instituições e organizações por todo o país, era percebido por elas que a sua categoria era inferiorizada em relação as demais profissões, seja por não terem organizações sindicais, ou por terem seus direitos negligenciados pelo Estado. Nesse sentido, a tese de Joaze Bernardino-Costa (2007) *Sindicato das trabalhadoras domésticas no Brasil: Teorias da Descolonização e Saberes Subalternos* expõe muitos dos aspectos que permeiam o histórico das organizações sindicais de trabalhadoras domésticas e suas especificidades diante disso. Bernardino-Costa buscou, através da investigação do histórico de luta das trabalhadoras, dos congressos realizados pela categoria, das associações para além dos sindicatos em si e do depoimento das trabalhadoras filiadas aos sindicatos, perceber a narrativa produzida por estes sindicatos e suas integrantes, como estas foram silenciadas no processo de construção do discurso hegemônica de nação<sup>19</sup> e quais saberes são produzidos a partir de seus discursos.

O autor pontua que, segundo as próprias trabalhadoras, o seu sindicalismo pode ser definido como “heroico”, por não terem contribuição sindical, nem desconto em folha dedicado à associação, por não estarem reunidas num mesmo local de trabalho e por não serem remuneradas por assumirem cargos de direção sindical etc. (BERNARDINO-COSTA, 2007, p. 38). No momento da pesquisa, Bernardino-Costa pontua que apenas 1,64% das trabalhadoras domésticas são sindicalizadas (2007)<sup>20</sup>. Assim como nos outros aspectos, a desigualdade que permeia a profissão também reflete nos movimentos de associação e garantia de direitos, fazendo com que suas reivindicações e narrativas fossem silenciadas diante os discursos hegemônicos, mantendo-as marginalizadas. É por conta disso que

---

<sup>19</sup> Bernardino-Costa compreende que a construção da identidade nacional se dá a partir do mito da democracia racial (vide notas 9 e 10) e o mito do bom senhor ou boa senhora, sendo ambos essenciais para se compreender como se constroem também as narrativas sobre o trabalho doméstico a partir da narrativa hegemônica. Sobretudo quando se fala sobre o passado escravista, a citar Bernardino-Costa (2007, p. 50): “de acordo com este mito, em função da intimidade, respeito e consideração existente entre senhores e escravos, não se desenvolveu um clima de hostilidade racial entre nós como outras paragens”.

<sup>20</sup> Em dados atuais (2021), o número é de cerca de 4%, segundo dados da PNAD, o que ainda corresponde a um número baixo quando comparado a outras categorias de emprego.

Bernardino-Costa compreende a importância de se privilegiar as narrativas produzidas pelas trabalhadoras sindicalizadas, pois segundo ele, suas narrativas contrapõem o discurso hegemônico produzido sobre o Brasil – e consequentemente sobre a própria profissão de empregada doméstica.

A partir da tese de Bernardino-Costa, é possível concluir que o movimento político das trabalhadoras domésticas não se limita apenas a resistir à opressão e exploração, mas também é capaz de produzir e difundir conhecimento, de estabelecer laços, produzir narrativas e associações entre as trabalhadoras sobre suas vidas e sua profissão, articula com outros movimentos e ocupa diversos espaços, se torna pauta de discussão em vários âmbitos:

Desde a origem do movimento das trabalhadoras domésticas percebe-se a troca de informações, conhecimento e experiências entre as trabalhadoras domésticas e inúmeras outras pessoas e instituições locais, regionais, nacionais e, recentemente, internacionais: diferentes entidades do movimento negro, diferentes sindicatos, diferentes organizações do movimento feminista, a igreja católica, o próprio Estado, organismos internacionais (OIT, UNICEF), pesquisadores e peritos. Por outro lado, as trabalhadoras domésticas também passam a participar de apresentações, discussões públicas em diferentes espaços: universidades, conferências nacionais e internacionais, eventos promovidos pelos movimentos sociais: negro, feminista e sindicalista (BERNARDINO-COSTA, 2007. p. 96-97).

Ainda, é a partir dos conhecimentos articulados pelos movimentos políticos de trabalhadoras domésticas que se demonstra como é importante utilizar as categorias de raça, classe e gênero para compreender as vivências e experiências históricas das trabalhadoras. Desse modo, interpretações que ignorem qualquer uma dessas três dimensões estariam sendo insuficientes ao não incorporar questões importantes e específicas que somente uma articulação interseccional seria capaz de abarcar. A todo o momento, a experiência das trabalhadoras domésticas reforça tal perspectiva.

Sabendo da importância de mobilizar tais categorias, Juliana Sousa (2019) as utiliza em sua tese, *A moral das Senzalas e o Trabalho Doméstico Remunerado no Brasil Contemporâneo: Luta coletiva e [sub]representação do conflito nos Tribunais da Justiça do Trabalho*, que retrata os conflitos nos tribunais de Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro e a luta coletiva de trabalhadoras domésticas na defesa de seus direitos no contexto de surgimento das leis que compõem a legislação sobre o trabalho doméstico e, mais tarde, da aprovação da chamada “Reforma Trabalhista”<sup>21</sup>, concretizada no ano de 2017, responsável por modificar substancialmente a Consolidação das Leis Trabalhistas.

---

<sup>21</sup> BRASIL. Lei Nº 13.467/2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm)>. Acesso em: 08 mar. 2022.

É importante contextualizar que, antes da chamada “PEC das Domésticas” – no Congresso, PEC 66/2012, as leis responsáveis por regulamentar o trabalho doméstico, além de serem poucas, se dedicavam a versar sobre aspectos pouco expressivos no cotidiano das trabalhadoras, uma vez que o trabalho doméstico no Brasil se manteve como uma categoria cuja mão-de-obra é, sobretudo informal, ao passo que as leis eram elaboradas a partir dos moldes de relações formalizadas de trabalho, o que fazia com que apesar de as regulamentações existirem, não fossem cumpridas de maneira prática.

A citar os aspectos mais importantes de tal legislação, no ano de 1923 o Decreto Nº 16.107<sup>22</sup> regulamenta a locação de serviços domésticos, conceitua a categoria e equipara as atividades com as realizadas em hotéis e estabelecimentos. Assim como nas leis instituídas na cidade de São Paulo, o decreto versava sobre registro em carteira e demissão por justa causa. Quase duas décadas depois, em 1941, o Decreto-Lei Nº 3.078<sup>23</sup> estabeleceu “deveres” de empregadores e empregados, aviso prévio de 8 dias, “período de prova” de 6 meses, multas em caso de quebra de contrato e infrações cometidas. Assim como no regulamento anterior, o Decreto ressalta a obrigatoriedade do uso de carteira profissional para registro de empregados em serviço doméstico.

Já em 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho<sup>24</sup>, a equiparação estabelecida no Decreto de 1923 é revogada pelo Parágrafo Único do art. 7<sup>25</sup>, tornando os serviços de manutenção, limpeza e alimentação em ambientes comerciais distintos legalmente das atividades desempenhadas em ambiente doméstico. Vale ressaltar, inclusive, que na década seguinte, no ano de 1956, a Lei Nº 2.757<sup>26</sup> desconsidera porteiros, zeladores e faxineiros de condomínios como empregados domésticos, e estes passam a serem incluídos à CLT,

---

<sup>22</sup> BRASIL. **Decreto Nº 16.107/1923**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16107-30-julho-1923-526605-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 08 mar. 2022.

<sup>23</sup> BRASIL. **Decreto-Lei Nº 3.078/1941**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3078-27-fevereiro-1941-413020-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 08 mar. 2022.

<sup>24</sup> BRASIL. **Decreto-Lei Nº 5.452/1943**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm)>. Acesso em: 08 mar. 2022.

<sup>25</sup> A premissa original da PEC das Domésticas, quando proposta ao Congresso Nacional, era a de revogar completamente o Parágrafo Único responsável por excluir as trabalhadoras domésticas da CLT, o que gerou conflitos tanto na própria Comissão responsável por elaborar a PEC, fazendo com que a Proposta permanecesse de 2008 a 2012 em elaboração até ser apresentada ao Congresso; além de suscitar discussões e dividir opiniões na sociedade, se tornando um assunto amplamente discutido nos meios de comunicação. Por conta disso, apesar da Proposta ter sido aprovada tanto no Congresso quanto no Senado e ter se tornado efetivamente uma Lei, ela não revogou completamente o Parágrafo Único, tendo ao invés disso alterado a sua redação, incluindo as trabalhadoras domésticas a alguns dos direitos previstos em CLT. Ou seja, em termos legais, o trabalho doméstico continua não tendo direitos equivalentes às demais profissões.

<sup>26</sup> BRASIL. **Lei Nº 2.757/1956**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l2757.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l2757.htm)>. Acesso em: 08 mar. 2022.

permanecendo o Parágrafo Único a vigorar exclusivamente para trabalhadoras que prestam serviços em ambientes privados, das casas de família.

Em 1973, com a Lei Nº 5.859<sup>27</sup>, a categoria finalmente recebe uma regulamentação mais específica, que dispõe sobre a obrigatoriedade da Carteira de Trabalho e adesão à Previdência Social, além de férias remuneradas de 20 dias. Mais tarde, em 1988, a Constituição Federal<sup>28</sup> estende 9 dos 32 direitos trabalhistas da CLT às trabalhadoras domésticas. Em 2001, a Lei Nº 10.208<sup>29</sup> estabelece acesso facultativo ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e seguro-desemprego. Cinco anos depois, em 2006, a Lei Nº 11.324<sup>30</sup> versa sobre a estabilidade da trabalhadora gestante e estende as férias remuneradas de 20 para 30 dias, além de conceder direito ao repouso semanal remunerado. Na tabela abaixo, estão organizados os direitos concedidos às trabalhadoras domésticas no decorrer da construção do histórico legislativo citado:

Tabela 2: Direitos das trabalhadoras domésticas previstos por lei (1923-2015)<sup>31</sup>

Ano de publicação	Resolução	Direitos garantidos
1923	Decreto Nº 16.107	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Formaliza a categoria no que dispõe de suas atividades;</li> <li>• Equipara o serviço doméstico a atividades semelhantes realizadas em estabelecimentos privados;</li> <li>• Estabelece termos para demissão por justa causa.</li> </ul>
1941	Decreto-Lei Nº 3.078	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aviso prévio de oito dias;</li> <li>• Seis meses de serviço permanente, visando seguridade de emprego.</li> </ul>
1972	Lei Nº 5.859	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro em Carteira de Trabalho;</li> <li>• Férias anuais remuneradas de vinte dias;</li> <li>• Previdência social obrigatória.</li> </ul>

<sup>27</sup> BRASIL. **Lei Nº 5.859/1973**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5859.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5859.htm)>. Acesso em: 08 mar. 2022.

<sup>28</sup> BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 08 mar. 2022.

<sup>29</sup> BRASIL. **Lei Nº 10.208/2001**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10208.htm)>. Acesso em: 08 mar. 2022.

<sup>30</sup> BRASIL. **Lei Nº 11.324/2006**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11324.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11324.htm)>. Acesso em: 08 mar. 2022.

<sup>31</sup> A elaboração desta tabela ocorreu em 2019 na Iniciação Científica que antecedeu esta pesquisa, utilizando-se como referência a redação das leis que mencionavam o serviço doméstico.

1988	Constituição Federal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Salário-mínimo;</li> <li>• Irredutibilidade salarial;</li> <li>• Repouso semanal remunerado;</li> <li>• Licença-maternidade;</li> <li>• Licença-paternidade;</li> <li>• Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço;</li> <li>• Décimo terceiro salário;</li> <li>• Férias remuneradas acrescidas de um terço do salário;</li> <li>• Aposentadoria.</li> </ul>
2001	Lei Nº 10.208	<ul style="list-style-type: none"> <li>• FGTS facultativo;</li> <li>• Seguro-desemprego.</li> </ul>
2006	Lei Nº 11.324	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabilidade de emprego à trabalhadora gestante;</li> <li>• Férias remuneradas de trinta dias;</li> <li>• Repouso semanal remunerado.</li> </ul>
2013	Emenda Constitucional Nº 72	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indenização em caso de demissão sem justa causa;</li> <li>• Seguro-desemprego;</li> <li>• FGTS;</li> <li>• Garantia de salário mínimo;</li> <li>• Adicional noturno;</li> <li>• Proteção salarial;</li> <li>• Salário-família;</li> <li>• Jornada de oito horas diárias e quarenta e quatro semanais;</li> <li>• Horas-extras;</li> <li>• Auxílio-escola para filhos e dependentes até os cinco anos de idade;</li> <li>• Seguro em caso de acidente de trabalho;</li> <li>• Proteção contra discriminação à pessoa com deficiência;</li> <li>• Observância de normas de higiene, saúde e segurança no trabalho;</li> <li>• Proibição de trabalho noturno, insalubre ou perigoso a menores de 16 anos.</li> </ul>

2015	Lei Complementar Nº 150	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atualiza a disposição da Lei nº 5.859/1973, sobre o que configura a função de trabalhador doméstico;</li> <li>• Veda a contratação de trabalhadoras(es) que possuam menos de 18 anos;</li> <li>• Estabelece mais especificamente sobre jornadas de trabalho que não sigam o horário tradicional, mediante acordos formais;</li> <li>• Previsão legal em relação a intervalo de descanso intrajornada;</li> <li>• Contrato por prazo determinado e indenização no caso de rescisão;</li> </ul> <p>Dispõe mais especificamente sobre os direitos previstos na Emenda Constitucional nº 72, de 2013.</p>
------	-------------------------	--

Fonte: BRASIL. Decreto Nº 16.107/1923; BRASIL. Decreto-Lei Nº 3.078/1941; BRASIL. Constituição Federal (1988); BRASIL. Lei Nº10.208/2001; BRASIL. Lei Nº 11.324/2006; BRASIL. Emenda Constitucional Nº 72/2013; BRASIL. Lei Complementar Nº 150/2015.

Elaboração própria.

Mesmo o serviço doméstico sendo uma profissão extremamente informalizada, a partir do ano de 2004 a Emenda Constitucional Nº 45<sup>32</sup> inclui os trabalhos desenvolvidos no âmbito da informalidade na competência da Justiça do Trabalho, ou seja, ainda que boa parte da categoria permanecesse em relações de trabalho não-formais, os conflitos oriundos das relações de trabalho poderiam ser resguardados à aplicação da legislação. Antes disso, as trabalhadoras que não possuíssem carteira assinada não possuíam acesso à Justiça do Trabalho (SOUSA, 2019. p. 251). Juliana Sousa identifica que os temas que mais aparecem nas reclamações trabalhistas das empregadas domésticas, em Acórdãos entre os anos de 2006 a 2017, são: o reconhecimento do vínculo empregatício e registro em carteira de trabalho, natureza do vínculo e verbas trabalhistas, estabilidade da gestante e salário maternidade, dano moral, férias proporcionais e remuneradas, multas, penhora, repouso semanal remunerado, 13º salário, salário etc. Dentre todas as decisões, o Tribunal Superior do Trabalho classificou as Decisões como favorável em 47,53% e desfavorável em 52,47% à trabalhadora doméstica, ou seja, mais reclamações obtiveram parecer desfavorável (SOUSA, 2019. p. 287). Ela conclui:

<sup>32</sup> BRASIL. **Emenda Constitucional Nº 45/2004**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm)>. Acesso em: 09 mar. 2022.

Do total dos acórdãos do TST analisados, 51,86% resultaram de recursos interpostos pelas reclamantes e os demais 48,14%, pelas reclamadas [...]. Isso permitiria a formulação de duas hipóteses não excludentes: a primeira, que os Tribunais Regionais do Trabalho brasileiros, de um modo geral, estabelecem decisões mais conservadoras ou avessas à ampliação da cobertura dos direitos sociais trabalhistas, recusando a extensão à categoria doméstica, o que causaria maior contestação na Corte Superior, pelas trabalhadoras; segunda, por lado não se pode desprezar que o desgaste do prolongamento judicial da demanda afetaria mais incisivamente as trabalhadoras, que dispõem de menos recursos, como capital econômico e capital social (rede de relações sociais que propiciariam o acesso à Justiça), para sustentar a reclamação judicial por mais tempo (SOUSA, 2019. p. 311).

Por fim, Juliana Sousa (2019) sintetiza que as relações construídas no serviço doméstico no Brasil podem ser compreendidas através da expressão “recusa histórica”, por conta do “sistema acentuadamente hierarquizado que entrelaça, no tecido social, patriarcalismo, racismo e luta de classes” (SOUSA, 2019. p. 342). Isto porque as domésticas foram tardiamente inseridas nas normas trabalhistas brasileiras, conscientemente excluídas em grandes reformas, como o caso da CLT; e, apesar de que atualmente existem conquistas legislativas oriundas da atuação dos movimentos políticos de trabalhadoras domésticas, ainda persiste a divisão sexual do trabalho, as desigualdades sociais e raciais no âmbito do trabalho doméstico remunerado. Além disso, o acesso à justiça ainda é pouco expressivo à classe das trabalhadoras domésticas por conta de tais desigualdades e, como citado acima, quando as solicitações chegam ao âmbito judicial, as decisões nos Tribunais do Trabalho muitas vezes são desfavoráveis em relação às demandas das trabalhadoras.

## 2.4 O AFETO E A SUBJETIVIDADE NO SERVIÇO DOMÉSTICO

Meu primeiro emprego como doméstica foi em uma casa de mãe solteira. Eu tinha 15 anos. Parecia que as frustrações que tinha na vida, ela descontava nos funcionários. Quando ela estava em casa, ficava ao meu redor olhando para que fosse tudo bem feito. E em quanto eu limpava os azulejos da cozinha com aqueles produtos fortíssimos, pensava apenas nos materiais da escola que ia comprar no início do mês. Quando ela não estava, o filho André\* me fazia companhia, ele era 1 ano mais novo que eu. Trabalhava com mais alegria, ele conversava comigo o dia todo e as vezes punha ótimas músicas pra tocar. Não me tratava com indiferença, e certa vez quando ele estava ao telefone tive que perguntar algo, e creio que a pessoa do outro lado da linha quis saber com quem ele estava conversando, ele apenas disse -é minha amiga.

Bem, eu estava limpando o chão da cozinha com um pouco de pressa pra não me atrasar para aula, e acabei esbarrando o rodo na mesinha de chá, e por consequência derrubei uma xícara... Ouvi um grito que veio do quarto -Ah vai ter que pagar!! E desse jeito aqui não fica!

Senti as pernas tremer na hora e sem que eu esperasse, ouvi um sonoro -Fui eu mãe! Foi sem querer.

Olhei para trás e vi André me sorrindo amigavelmente, respondi com um sorriso tímido e a alma dizendo... Muito obrigada.



Fiquei ainda um ano e meio trabalhando. Hoje passados 15 anos, André ainda vem a minha casa, com sua família linda e sempre deixa bem claro que está visitando sua amiga.

André\* troquei o nome para preservar meu amigo. Agradeço a oportunidade de compartilhar com vcs minha história, apenas uma de muitas que gostaria de contar.<sup>33</sup>

Em seu relato, N. A. traz duas nuances de sua experiência como trabalhadora doméstica: se por um lado, a empregadora controlava seus afazeres através da vigilância constante e a tratava de forma rude e indiferente; por outro lado filho da empregadora, a quem N. A. chama de “André”, a fazia companhia e a considerava uma amiga, tendo eles permanecendo amigos após 15 anos da história relatada. Diferente de boa parte dos relatos publicados na página, N. A. trouxe uma boa experiência vivenciada na profissão, demonstrando como o afeto é um fator importante e complexo nas relações estabelecidas no serviço doméstico.

O trabalho doméstico enquanto atividade realizada pela dona de casa, familiar ou pela trabalhadora doméstica, é o que se pode denominar de “trabalho reprodutivo”, uma atividade que mobiliza cuidado e afeto, sendo responsável pela produção de bem-estar, conforto e manutenção da vida (BERNARDINO-COSTA, 2012. p. 450). Jurema Brites, *Afeto, desigualdade e rebeldia: bastidores do serviço doméstico*, compreendendo a complexidade das relações estabelecidas no âmbito do trabalho doméstico, percebeu nos estudos sobre a profissão a necessidade de se observar os aspectos afetivos construídos a partir de tais relações. Por conta de as trabalhadoras domésticas serem muitas vezes as maiores responsáveis pelas tarefas de cuidado e manutenção das casas e dos familiares para quem prestam serviço, tais relações cotidianas acabam por apresentar uma ambiguidade afetiva<sup>34</sup>, principalmente entre patroas, crianças e trabalhadoras domésticas (BRITES, 2007. p. 93).

Ou seja, num mesmo ambiente onde se estabelecem relações íntimas a partir do cuidado com as crianças, do envolvimento com a rotina da família empregadora, da dinâmica da casa; existe também o entrelaçamento de tais aspectos com a relação empregatícia, monetária e onde as desigualdades sociais se tornam mais nítidas e fazem com que os dois polos da relação – trabalhadoras e empregadores, se tornem mais distantes, ainda que o serviço doméstico adentre a intimidade muito mais do que outras profissões.

<sup>33</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de N. A.** [...]. s. l., 19 ago. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid02SZocU3Rauj2AFhPjh1wnshzVsaJrk13E96hniKAlxGP3F7jyv2YHQjEKTmTK1FJ5l>>. Acesso em: 3 dez. 2022.

<sup>34</sup> Brites (2007) utiliza-se do conceito “ambiguidade afetiva” de Donna Goldstein (2000) para compreender as relações entre as trabalhadoras domésticas e as famílias, que consiste na relação de trocas afetivas entre quem paga pela ajuda doméstica e as mulheres pobres que oferecem seus serviços, ao passo de que neste movimento as relações de classe são praticadas e reproduzidas.

É importante assinalar, no entanto, que tais laços afetivos estabelecidos não impedem que se estabeleça relações de poder entre patroas e empregadas. Ainda que existam trocas e cumplicidade em alguns âmbitos da relação estabelecida entre ambas, não se pode olhar para a realidade do serviço doméstico por um viés superficial de gênero, restringindo o estudo apenas à relação de cooperação entre mulheres (BRITES, 2007, 94-95). Ainda segundo a autora:

Esta, no entanto, não impede uma relação hierárquica, com clara demarcação entre chefe e subalterno, isto é, entre aqueles que podem comprar os serviços domésticos e aqueles que encontram, na oferta de seus serviços, uma das alternativas menos duras de sobrevivência no Brasil.

Trata-se, portanto, de um processo amplo de reprodução de desigualdade (BRITES, 2007, p. 94).

Segundo Suelly Kofes (2001), embora pareça paradoxal, direcionar a análise para a relação entre patroas e empregadas revela alguns aspectos estruturais da sociedade na qual a relação se concretiza, muitas vezes mais do que estudos que buscam enfatizar perspectivas “macroestruturais” (KOFES, 2001. p. 27). Segundo ela, é necessário atentar-se para as discussões e estudos que busquem tratar sobre o serviço doméstico para além do debate se a atividade é ou não de natureza capitalista; se é ou não um contingente de mão-de-obra não especializada; ou ainda sobre a dinâmica do mercado de trabalho em relação à profissão.

No livro *Mulher, mulheres*, fruto de sua tese de doutorado, Kofes descreve a partir da perspectiva etnográfica as relações estabelecidas entre patroas e trabalhadoras domésticas a partir das categorias de identidade, diferença e desigualdade. Ela pontua que tais relações se delineiam a partir de contradições e ambiguidades sob constante tensão, em relações que aproximam e distanciam as trabalhadoras e patroas, a depender da circunstância. Em alguns momentos, ainda que existam situações de proximidade, as demarcações de classe demarcam as relações entre as mulheres que prestam serviços e as que remuneram esses serviços, enquanto em outros momentos a proximidade, as atribuições estruturalmente comuns ao “feminino”, o jogo afetivo dos filhos e com os demais familiares acaba por aproximá-las (KOFES, 2001. p. 373).

Em tal dinâmica parece prevalecer um movimento constante de expectativas entre trabalhadora e patroa uma para com a outra. Em alguns momentos, aponta Kofes, a noção da patroa “amiga” pode ser interpretada como um vínculo que garantiria benefícios à trabalhadora, como chegar mais tarde ou sair mais cedo, acesso a bens, assistência etc. Por outro lado, a ideia de “profissional competente” por parte da patroa afastaria esta noção mais

intimista, que tende a enfraquecer a posição de “amiga” (KOFES, 2001. p. 374). Além disso, também perpassam tais relações a noção de uma casa limpa, do que deve ser feito e como; a desconfiança por parte das patroas e o receio de ser acusada de algo que não cometeu por parte das trabalhadoras, pois apesar de comporem a unidade doméstica da família, ela se mantém fora das relações familiares, e tais aspectos são difíceis de separar (KOFES, 2001. p. 375). Segundo ela:

O mesmo argumento vale para o medo do roubo e a acusação de roubo contra a empregada. Ser acusada de ladra, tendo ou não roubado, caracterizaria o fato de estar fora das relações familiares e dentro da unidade doméstica. Diz quem é quem. Como a empregada está, ambigualmente, dentro e fora, mesmo que nenhum roubo houvesse, como não há em muitos casos, haveria o medo do roubo (KOFES, 2001. p. 375).

Nesta dinâmica, segundo Kofes, é como se constantemente trabalhadora e patroa se questionassem até onde vai o limite da sua interação. Por esse motivo é necessário cautela ao se interpretar as relações estabelecidas, considerando o grau de complexidade e as possíveis contradições e ambiguidades que permeiam. O que ambas fazem – trabalhadora e patroa, é “tornar possível uma relação extremamente contraditória” (KOFES, 2001. p. 383), aproximando-se e distanciando-se a depender da circunstância da interação, é identificar-se em alguns aspectos e repelir em outros.

Através de narrativas de trabalhadoras domésticas, Thays Monticelli, em sua dissertação, *Diaristas, afeto e escolhas: Ressignificações no trabalho doméstico remunerado* (2013), percebe que o contexto empregatício de trabalhadoras diaristas era permeado de afetos e escolhas e em alguns momentos possibilidades de autonomia diante de suas realidades. Tais relações, segundo Monticelli (2013, p. 77), formam “um quadro de afetos, dependências, escolhas, seleções e agências que se entrelaçam e formam novas subjetividades, que levam em consideração os contextos, espaços, trajetórias e percepções das diaristas para o exercício profissional”.

Os afetos, diferente do que se conclui de forma simplificada, não aparecem somente por conta da intimidade dos serviços mantidos pelo trabalho de cuidado e do contato cotidiano, mas sim a partir do estabelecimento de boas relações entre as trabalhadoras e seus empregadores, no respeito às suas atividades e valorização no espaço doméstico, nas conversas e cafés, no pagamento justo pelo trabalho (MONTICELLI, 2013. p. 78). Da mesma maneira em que se estabelecem expectativas em relação ao serviço prestado, por parte das patroas, o mesmo ocorre por parte das empregadas domésticas, que possuem suas próprias

conclusões sobre o que é uma “boa patroa” e um “bom ambiente de trabalho”, onde tais percepções perpassam a dimensão dos afetos e da subjetividade, sendo por isso tão importante compreendê-las.

Ainda, o recorte da pesquisa em questão, que se dedica a investigar apenas diaristas – uma parcela ainda mais invisibilizada pela proteção da legislação do trabalho doméstico – permite compreender de que maneira as trabalhadoras se movimentam a partir de suas escolhas e emoções em busca de seus direitos, uma vez que a esfera jurídica acaba não sendo o caminho principal, pois desconsidera as ambivalências e complexidades do trabalho das diaristas ao não versar sobre suas singularidades.

Diante disso, Monticelli conclui que as ambivalências constituídas nas relações do serviço doméstico interligam afeto, dinheiro, direitos e deveres; e tais aspectos causam consequências nas contratações trabalhistas, nas trocas entre as diaristas e patrões, provocando efeitos inclusive na percepção das próprias trabalhadoras diante de seus direitos e da reivindicação destes. Assim as diaristas criam estratégias e caminhos para evitar sofrerem situações emocionalmente negativas de novo (MONTICELLI, 2013. p. 159).

Já em sua tese de doutorado, “*Eu não trato empregada como empregada*”: *Empregadoras e o desafio do trabalho doméstico remunerado*, Thays Monticelli (2017) se dedicou a compreender o que chamou de “quadro de ilegalidade” dos contratos de trabalho doméstico remunerado. Assim, a autora expande a análise a partir do que chama de “cultura doméstica”<sup>35</sup>, aspecto abordado já na sua dissertação, mas que toma aqui mais profundidade em sua análise como categoria central de sua tese. Assim, Monticelli (2017) buscou compreender os significados atribuídos ao ambiente doméstico, seus símbolos e representações através de entrevistas realizadas com patroas na cidade de Curitiba, como também se embasando em pesquisas em obras literárias, manuais, filmes e documentários sobre o tema.

Ainda, a autora aborda aspectos importantes no histórico de ascensão feminina ao emprego, enfatizando a percepção entre a integração de parte da população feminina ao mercado de trabalho formal, enquanto outra parcela permanece na informalidade do trabalho doméstico remunerado, justamente nas casas das patroas que puderam ocupar as vagas de emprego formal no mercado de trabalho. Desse modo, Monticelli buscou compreender nos discursos das patroas as suas expectativas, exigências e desejos em relação à trabalhadora e ao

---

<sup>35</sup> Thays Monticelli (2017. p. 14) define o significado de “cultura doméstica” como um aspecto que estabelece as práticas nos lares, entre intimidade e cuidados e se estende às noções compartilhadas neste ambiente, formando relações de poder familiares, perpassando divisão sexual do trabalho, a questão das dicotomias entre público e privado, além da própria compreensão de direitos trabalhistas.

trabalho doméstico e de que maneira tais discursos poderiam estar conectados com a falta de reconhecimento dos direitos trabalhistas e com a permanência do “quadro de ilegalidade” da profissão.

Durante todo o trabalho, a socióloga enfatiza as dicotomias que permearam os discursos das patroas, que circulavam entre aspectos do afeto e que ao mesmo tempo enfatizavam as questões da desigualdade na relação entre elas e as trabalhadoras domésticas, suas expectativas e concepções sobre o espaço doméstico e sobre direitos. Ao mesmo tempo, ela pontua que em diversos momentos na análise foi possível perceber violência nos discursos encontrados nas produções literárias e audiovisuais que, então, contribuiriam para o chamado quadro de ilegalidade da profissão, se fazendo também presente em alguns aspectos da própria cultura doméstica, como é possível perceber nos seguintes trechos, o primeiro se referindo a um documentário, o segundo as telenovelas:

As fotografias de Lucimar e sua patroa ainda criança, revelados no documentário, mostram perfeitamente tanto a relação afetiva construída nessas relações, como a violência trazida pelas questões de classe e raça interpostas pelas desigualdades de gênero. Se durante muitos anos a literatura em relação ao trabalho doméstico remunerado apenas apontava para as heranças da escravidão, essa sequência de fotografias nos mostra, minimamente, como o processo escravocrata ainda mantém fortes consequências na realidade contemporânea brasileira, através do trabalho doméstico remunerado (MONTICELLI, 2017. p. 128)

A despeito das estratégias globais para manter fiéis espectadoras, é importante ressaltar que em vários episódios houve uma discussão sobre a legislação vigente, os direitos dessas trabalhadoras e representações das violências que, costumeiramente, são observadas nessas relações empregatícias: patroas que não assinavam a carteira de trabalho, exploração de horas extras, abusos sexuais, diferenciações e violências. Algumas vezes um tanto quanto caricato, essas violências eram representadas por estereótipos cômicos e não por meio estratégias veladas de diferenciações – como ter dois distintos potes de sorvete em casa. (MACEDO, 2016). A realidade retratada na novela não está tão distante da realidade de algumas trabalhadoras domésticas renumeradas, principalmente das que estão inseridas em um mercado mais dinâmico dos grandes centros urbanos. (MONTICELLI, 2017. p. 134)

Tanto a sua dissertação de mestrado quanto a tese de doutorado são essenciais para se compreender o que se pode denominar como as duas facetas mais expressivas nas relações de gênero estabelecidas no serviço doméstico: as posições de patroa e trabalhadora.

### 3. “OBRIGADA PELA OPORTUNIDADE DE DESABAFAR”: COISAS DITAS E RESSIGNIFICAÇÕES SOBRE EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

Hoje estou formada, mas jamais esquecerei os 5 anos angustiantes que vivi dentro daquela casa, olhares de insatisfação e de quem acha que não fiz mais que minha obrigação, fui “babá” (cozinheira, arrumadeira, faxineira, passadeira) ouvia reclamações pelos cantos pois não dava conta do serviço, era muita coisa, fazia minha faculdade de manhã e trabalhava de meio dia as 10 da noite mas tinha que dar conta do serviço e no meu último ano de emprego nesta casa adoeci eu não aguentava mais estava exausta e estressada, psicologicamente e fisicamente, a patroa era abusada chegava em casa tirava a roupa que estava usando e jogava no chão não podia sequer colocar no cesto, como chegava á noite precisava de alguém para lhe servir o jantar e fazer seu suquinho, e esse também era o horário que eu estava ajudando as crianças a fazer tarefa de casa eu não conseguia ajudar o mais novo, pois se a mãe chegasse enquanto estava estudando ele corria até ela e depois ia direto para a televisão, eu falava com ela que ele estava fazendo tarefa mas eu só ouvia “deixa que depois eu faço com ele” e ela nunca fazia, no outro dia na faculdade recebia ligação do pai me cobrando a tarefa do filho que estava pela metade, eu chorava mas chorava pq n era culpa minha e n adiantava falar o q tinha acontecido afinal a responsabilidade era minha.(OBS: Um dia o patrão esqueceu o celular em casa e liguei para ele e ví que meu nome estava salvo como “mala” no celular dele, que falta de respeito isoo me corroeu por dentro doeu de verdade). Um dia fui dormir sem ela ter chegado em casa (Já era 22:30), no outro dia ela estava muito revoltada pois era um absurdo ela mesma ter que esquentar seu jantar. Essas coisas magoavam mas eu precisava terminar a faculdade. Eu me sentia cansada o tempo todo, sem forças não comia direito, meu psicológico estava afetado de tanto eu ouvir indiretas que não podia comer as frutas da casa, nem algumas verduras pois eram da família eu sempre odiei mesquinhar, sentia vergonha daquela gentalha. No último ano que estive lá emagreci muito estava com 40 quilos, sem energia para trabalhar, sem energia nem para estudar, foi aí que descobri uma doença auto imune, iniciei um tratamento, e adivinhem fui demitida, mas é claro eu doente não serviria para nada. Eu estava indo para o último ano de faculdade não tinha ninguém para me ajudar não sabia o que fazer mas Deus é maravilhoso me ajudou a conseguir outro emprego, terminei a faculdade, ainda me sinto triste quando me lembro deles já chorei muito e estou profundamente magoada com tanta ingratidão, mas sei que vai passar, vou esquecer.

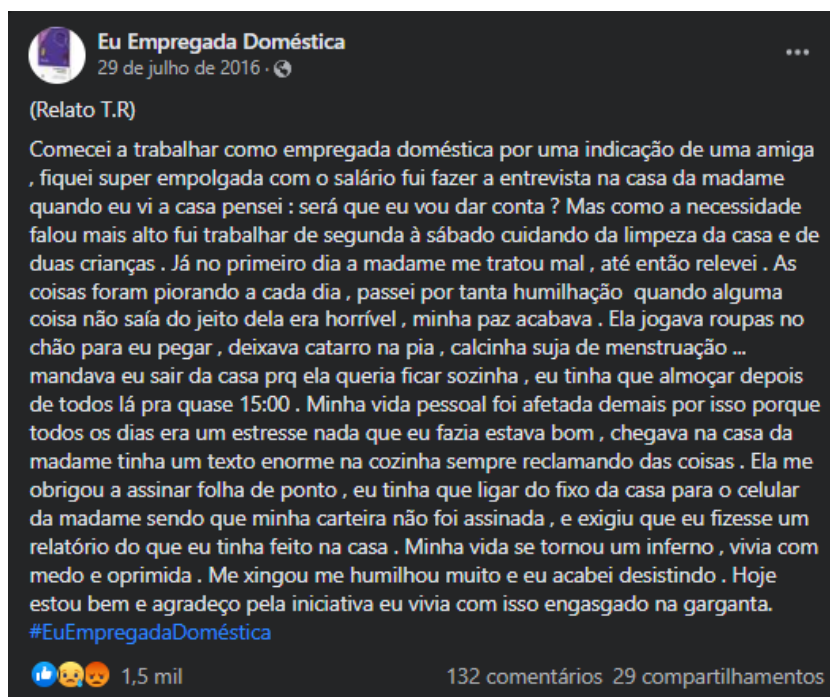
Obrigada pela oportunidade de desabafar.<sup>1</sup>

Acredita-se, primeiramente, que os relatos trazem uma grande quantidade de situações e experiências justamente pelos processos de sobrecarga que as trabalhadoras domésticas são submetidas, como no caso de S. L., que relata ter sido contratada como babá, mas que exerceu também as funções de “cozinheira, arrumadeira, faxineira e passadeira”. Durante o relato, S. L. também expõe as situações em que se sentiu triste e magoada pelo tratamento recebido pelos seus empregadores, por cobrarem responsabilidades que não eram suas, por impedirem

<sup>1</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de S. L.** [...]. s. 1., 14 fev. 2017. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0jujrx3BqZBuzuwn4Sj4o7iziTWJqsWgzJhW6kVLGjewYXwdfvqhDRga4HhYbHUBBI>>. Acesso em: 3 dez. 2022.

que ela comesse os mesmos alimentos que o restante das pessoas da casa, por descobrir um apelido ofensivo dado pelo patrão. Além disso, as trabalhadoras domésticas passam por inúmeros processos de silenciamento durante o exercício de sua profissão, suportando uma série de situações consideradas injustas e violentas por elas, mas permanecendo no emprego por conta da necessidade, no caso de S. L., para terminar os estudos. Tais experiências permanecem na memória e, com a oportunidade de compartilhá-las para outras pessoas através da página, elas o fazem. Por esse motivo, alguns relatos possuem esse caráter de desabafo, encerrando com um agradecimento por poder contar a sua história, pela página possibilitar um espaço onde se pode falar sobre. Muito parecido com o relato acima, T. R. conta:

Figura 10: Relato de T. R.



Fonte: Facebook<sup>2</sup>

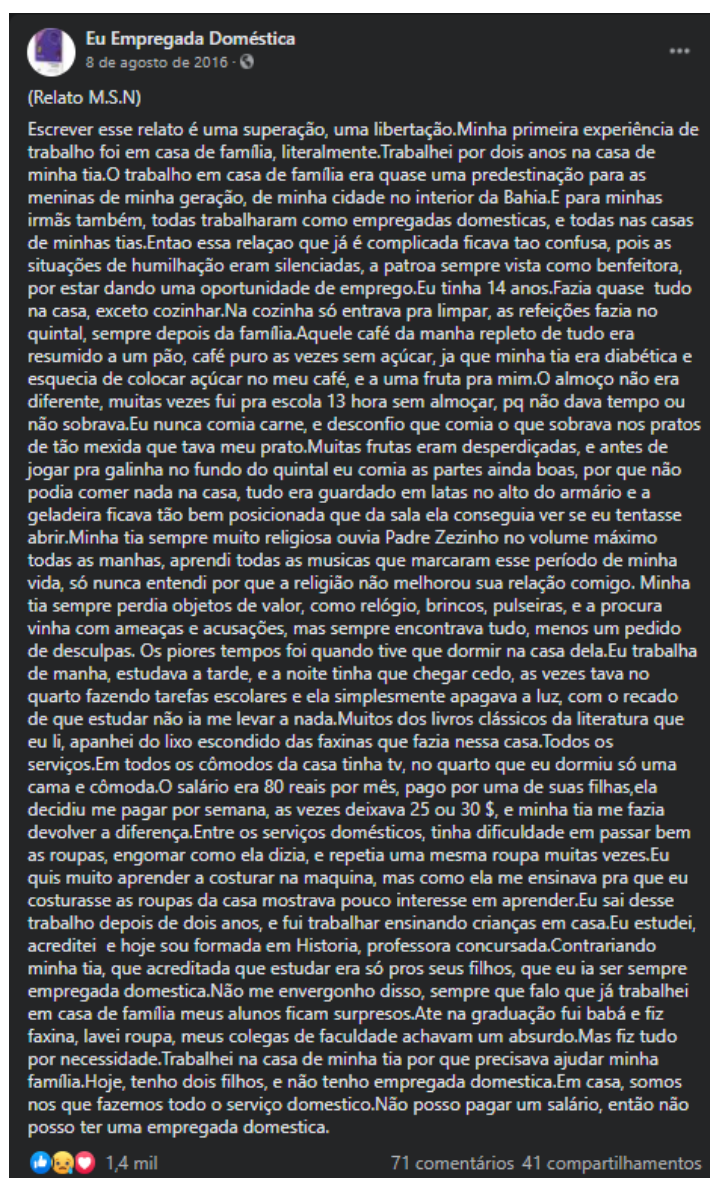
Ambas as narrativas possuem pontos em comum: além do acúmulo de funções, ambas as trabalhadoras relatam terem sido maltratadas pelas empregadoras, não podiam comer as mesmas coisas e nem junto da família, além de terem sido emocionalmente afetadas por tais experiências, alegando se sentirem “profundamente magoada” e “com medo e oprimida”.

<sup>2</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de T. R.** [...]. s.l., 29 jul. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0gHcnhAX41jpFEpftKSwDa1NL7nDP2YeC7d3w9bSGYeVAzWMF7CrFBtdTGp5g2UsTl>>. Acesso em: 30 nov. 2022.

Assim como S. L., o relato de T. R. também finaliza com um agradecimento, dessa vez pela iniciativa de Joyce Fernandes pela criação da página.

Consideram-se tais aspectos nos relatos como uma maneira de ressignificação das experiências vivenciadas, como forma de olhar para as próprias memórias e dar a elas um significado diferente daquilo que se sentiu inicialmente, de poder atribuir novos sentidos para determinadas narrativas através do compartilhamento com outras pessoas.

Figura 11: Relato de M. S. N.



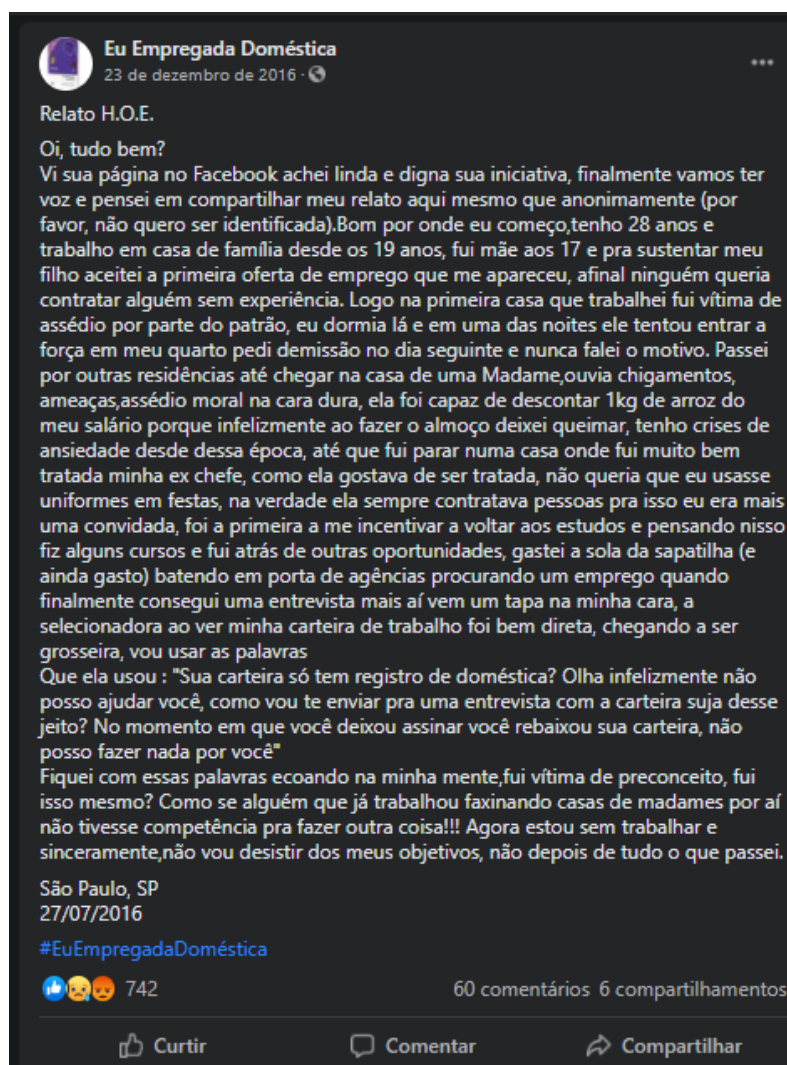
Fonte: Facebook<sup>3</sup>

<sup>3</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de M. S. N.** [...]. s.l., 8 ago. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid02HVxRxVTTHyfePXXKvNV5pJyohCrLpEnZvseU8g87XkfANuKKqfz2VjRrj6eYdGRpl>>. Acesso em: 30 nov. 2022.



Contar a sua história significa, para M. S. N., “uma superação, uma libertação” diante do acontecimento. Ela expõe um extenso relato sobre sua vida como trabalhadora doméstica na casa de uma tia, trazendo em diversos exemplos como ocorre a diferenciação entre os espaços e comportamentos definidos e esperados para trabalhadoras domésticas. De todas as categorias, o que se denominou como “distinção” – 2. Relatos que apresentam uma “distinção” entre patrões, patroas e trabalhadoras – é sem dúvidas o assunto mais recorrente em todos os relatos analisados. Seja por reservar espaços onde a trabalhadora não pode circular, objetos que não se pode tocar, alimentos que não se pode comer, roupas que não se pode vestir, comportamentos que não se podem realizar.

Figura 12: Relato de H. O. E.



Fonte: Facebook<sup>4</sup>

<sup>4</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de M. S. N.** [...]. São Paulo, 23 dez. 2016. Facebook: [euempregadadomestica](https://www.facebook.com/euempregadadomestica). Disponível em:

Em diversos relatos percebeu-se que era da vontade das próprias trabalhadoras domésticas permanecer em anonimato. Com exceção de dois relatos que foram publicados com os nomes das autoras, os demais permaneceram apenas com as iniciais como forma de identificação, mesmo em situações em que não está explícito no texto se por pedido de quem escreve, ou pela ocultação no processo de publicação do relato da página pela administradora. Mesmo tendo escolhido não se identificarem, o processo de compartilhar suas narrativas parece ter sido de grande importância em todos os relatos.

Através do relato de H.O.E é possível perceber que até mesmo quando não se está no exercício da profissão existem estigmas relacionados ao trabalho doméstico, considerada uma profissão que “suja” a carteira de trabalho, o que H. O. E. afirma ter sido uma situação de preconceito. Ela também expõe ter sido vítima de assédio de um ex-empregador, outra situação recorrente nos relatos de trabalhadoras que mencionam homens.

Desta forma, o presente capítulo buscará abordar os assuntos levantados pelas trabalhadoras em seus relatos durante a primeira parte; enquanto que a segunda parte se dedicará aos relatos escritos por outras pessoas, separando por seções de acordo com as categorias de análise. Ao todo, foram analisados 363 relatos, sendo 178 de trabalhadoras domésticas, 114 de filhos ou netos e 65 relatos de outras pessoas, além de 6 relatos que foram desconsiderados. Os relatos foram publicados na página no período de Julho de 2016 a Novembro de 2020.

### 3.1 RELATOS DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

Inicialmente, notou-se uma recorrência maior de relatos que abordam situações de distinção entre empregadores e trabalhadoras (44 relatos), sobrecarga e acúmulo de função (25 relatos) e situações de humilhação (44 relatos). A totalidade de relatos analisados, assim como a disposição quantitativa de acordo com as categorias encontra-se na tabela abaixo:

Tabela 3: Relatos de trabalhadoras domésticas, separados por categorias

<b>Categoria</b>	<b>Quantidade de relatos</b>
Assédio sexual	7

Humilhação	44
Distinção	44
Referências à escravidão	15
Racismo	5
Acusações de roubo/desconfiança	8
Sobrecarga/acúmulo de função	25
Direitos trabalhistas	19
Boas experiências	11
Total	178

### 3.1.1 Assédio sexual

Aos 19 anos, já era casada e tinha uma filha de 3 anos. Tinha que trabalhar para ajudar o meu marido com o aluguel e as despesas da casa! Minha tia trabalhava na limpeza de um hospital das Forças Armadas, e como eu estava desempregada ela me perguntou se eu não queria trabalhar na casa de um casal de Tenentes que eram Cariocas, e a serviço, haviam se mudado há pouco tempo para Floripa e precisavam de alguém para ajudar na casa e com os cuidados com a menina deles de 1 ano de idade.

Minha tia dizia que eram uns amores (talvez dentro do hospital, em serviço, porque em casa, eu tive o desprazer de conhece-los)

Ele pediatra e ela fisioterapeuta.

Ela começava a trabalhar às 13:00 hs, e muitas vezes eu ficava sozinha com ele, ele ficava me olhando e falando obscenidades, perguntando como era a minha calcinha, que me achava muito gostosa, que eu era provocante....e eu ouvia quieta, não sabia o que dizer, era casada, precisava do emprego para pagar o aluguel da minha casa e tinha uma filha que eu queria dar tudo, uma das coisas que na época vinha me preparando, era para a festa de 3 anos dela, juntava cada centavo e comprava uma lata de brigadeiro.

Meu horário era de segunda a sábado até o meio dia, mas nunca saía de lá nos sábados ao meio dia, pois a patroa ia para o salão e voltava às 14:00, eu era obrigada a esperar ela voltar e almoçar, e só depois poderia limpar a cozinha para ir embora.

Comecei a ficar triste, trabalhava para pagar o aluguel da minha casa, e eu nem tinha tempo de limpar, nos sábados chegava por volta das 16:00 hs em casa e não tinha disposição para nada, estava vivendo para cuidar da filha de estranhos e a minha sem os meus cuidados.

Depois de três meses nesse serviço, e aproveitando um dia sem a patroa em casa, perguntei ao patrão se ele poderia falar com a patroa para me liberar dos sábados, ou reduzir os sábados no mês....

Não sei como e o que ele falou a ela, mas a mulher me ligou do serviço me chamando de vagabunda para baixo, que conhecia o meu tipo, que eu não tinha que ter ido falar nada com o marido dela, porque quem me contratou foi ela e não ele, mandou eu pegar as minhas coisas e voltar para o acerto....

Eu porque era nova e burra, porque se fosse hoje, ela ouviria algumas respostas a altura das palavras ditas, mal sabe ela que aquele marido dela era um sem vergonha, quando me dava carona até o ponto de ônibus, vinha secando as mulheres na rua, feito um peão de obra abobalhado, nem parecia ser alguém tão estudado, eu chegava a ficar sem jeito pelo modo como ele agia durante trajeto....

Sem contar em um dia que fiz faxina no banheiro dela, e ela me disse que estava sujo, e mandou eu limpar com escova de dente.

E durante a semana eu terminava o meu serviço as 16:30 ou 17:00 e ia embora, a esposa do zelador fofocou pra ela, ela veio me dizer que independente do horário que eu terminasse, não estava liberada, era pra ficar la, passei a ficar sentada esperando dar o meu horário. Passar do horário aos sábados eu podia, mas sair cedo durante a semana, não podia.

Fiquei tres meses nessa maldita residencia de pessoas mesquinhas e cruéis, de mulher ordinária, que acha que todas as mulheres são idiotas e ridículas feito ela.

Odiava trabalhar nesse apartamento, ia chorando, a necessidade me obrigava, todos os dias me davam em dinheiro o valor do vale transporte, saiam a catar moedas, como se fossem pobres, nunca entregaram o vale transporte cheio de uma vez, talvez com medo que sumisse com o dinheiro, eu precisava de dois onibus para chegar ao apartamento deles, e me davam somente um, o restante do trajeto, eu fazia a pé, caminhava em torno de 4 km a 5 km, porque um medico e uma fisioterapeuta, ambos tenentes do exercito, não tinha dinheiro para o onibus de dentro do bairro Mas, graças a Deus que fiquei somente 3 meses!<sup>5</sup>

Durante o longo relato de P. G., fica explícito que a dimensão dos abusos se estende de maneira complexa na vivência das trabalhadoras domésticas. Ao mesmo tempo em que ela relata as inúmeras situações de assédio sexual por parte de seu empregador, ou como observava este comportamento também com outras mulheres além dela; por outro lado P. G. também conta que sua relação com a empregadora também não era boa, tendo sido ofendida e despedida por ela após propor um possível acordo.

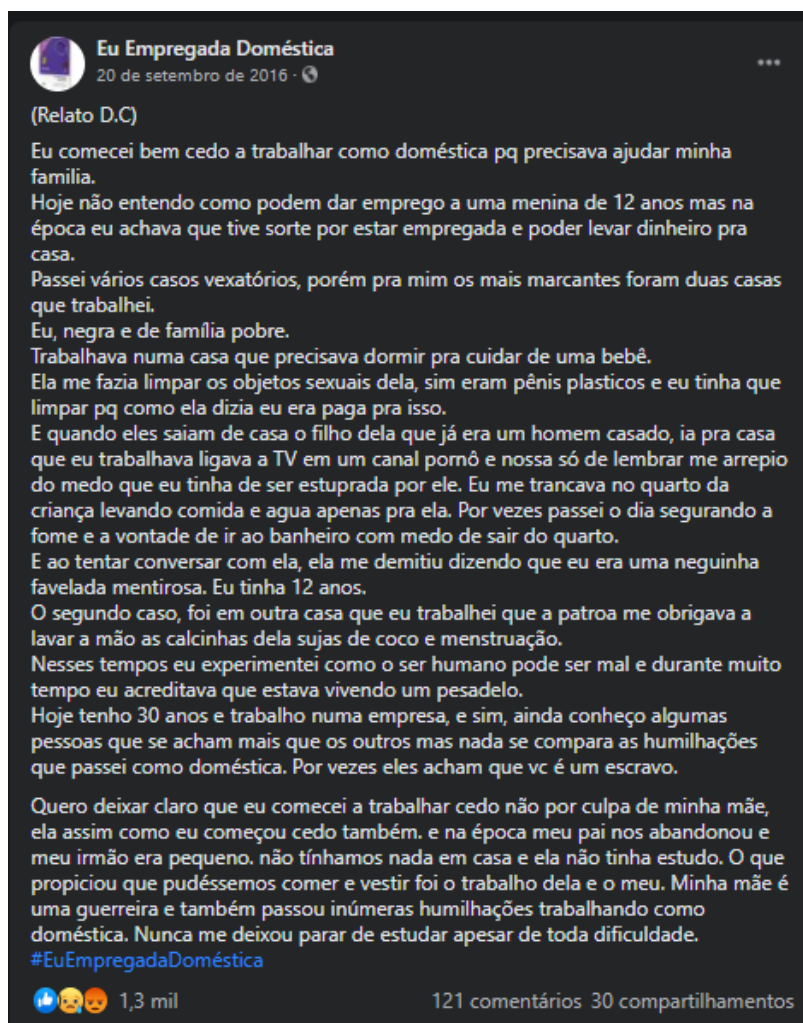
Como já mencionado no capítulo anterior, a relação entre trabalho doméstico remunerado e a escravidão nas pesquisas sobre do campo apresenta ainda atualmente grande relevância quando se trata sobre a profissão, por conta da grande correspondência de costumes e características que ainda permanecem. Isso se dá, conforme indica Lélia Gonzalez (1984), pela posição que antes era ocupada pela mucama ter sido transferida para a figura da trabalhadora doméstica, tanto em sua relação com os homens da casa quanto com as mulheres para quem trabalham.

Sendo assim, enquanto que por parte dos homens, as trabalhadoras sofrem assédio e violência sexual; pelas mulheres o tipo de violência muitas vezes se dá pela demarcação da diferença existente entre ambas. No caso do relato acima, a patroa busca através da violência verbal e de castigos “simbólicos” – uma vez que não são explicitamente indicados enquanto tais, porém carregam em si um teor punitivo – para que a trabalhadora se sinta constantemente numa posição inferior diante dela. Adiante, este aspecto será tratado com mais profundidade, na seção “3. 1. 5. Distinção”.

---

<sup>5</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de P. G.** [...]. Florianópolis, 1 ago. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid02guzDBK4eSn3Zb7sV7yoVuqCTvNTtj2PfQVdnHdHskhYJux2diEcAm7zxFthuLEval>>. Acesso em: 5 dez. 2022.

Figura 13: Relato de D. C.



Fonte: Facebook<sup>6</sup>

Já no relato de D. C. é possível perceber que os abusos nem sempre partem da figura do empregador “chefe de família”, podendo se estender aos demais homens da casa; aspecto que também é compartilhado com o passado escravista. Outra dimensão desse aspecto é que, geralmente quando buscam ajuda, as trabalhadoras são desacreditadas, conforme nos traz Valeria Ribeiro Corossacz (2014) em sua pesquisa:

A continuidade entre o período da escravidão e o presente ainda vive. Segundo uma sindicalista do Rio, hoje, quando é o filho que assedia a trabalhadora, os pais “nem acreditam, porque na época da escravidão os filhos se iniciavam com as mucamas, né? Então tem pais que acham que ainda estão na época da escravidão, né?”. Os pais acreditam que seja um comportamento legítimo, e não que se trate de uma violência, justamente porque, no passado, era algo aceito. Também entre as entrevistadas, as

<sup>6</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de D. C.** [...]. s. 1., 20 set. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0ZWMc8UUXWcuRE6tYVntvCk6gaaUAYGD BviXvH5S9fFNGnAQ8tfMPKQrmdURxqZjl>>. Acesso em: 6 dez. 2022.

relações sociais da escravidão são evocadas para se tentar dar um sentido ao assédio sexual sofrido. Débora, de 24 anos, parda, conta: “Você tá trabalhando ali na casa dele. Você tá fazendo as coisas pra ele. Eu não sei [o que se passa] na cabeça dele: já que ela é minha empregada... Como se fosse no tempo da escravidão, sabe? Patrão que tinha as escravas, que também eram objeto sexual dos patrões. Então às vezes eu fico pensando: será que eles acham isso até hoje também?” (COROSSACZ, 2014. p. 5-6).

Assim como D. C., o relato de G. B também traz uma narrativa de violência que partiu do filho de uma empregadora:

Figura 14: Relato de G. B

**Eu Empregada Doméstica**  
26 de setembro de 2016 · 🌐

(Relato G.B)

Essa história aconteceu aos meus 20 anos, hoje estou com 31!  
Venho de família humilde onde não tenho mãe. Faleceu em um acidente nos trilhos do trem da cidade de Aparecida -SP. Após seu falecimento, viemos para a capital de SP - Capão Redondo. Meu pai sempre foi alcoólatra, nunca foi presente. Sustento meus irmãos de 9 e 13 anos com a ajuda do meu irmão de 21 (na época). Sempre passamos muitas necessidades e até mesmo fome, decidi então aos meus 16 ir trabalhar. Vou resumir se não fica enorme.  
Lembro exatamente da cena... Chegando numa mansão extremamente luxuosa no Brooklin, contratada através das revistas da Folha, a dona da casa viúva chamada Viviane por volta de 46 anos e seu filho Eduardo com mais ou menos 25 anos me recepcionou com bastante nojo! Não encostou em mim em momento algum e manteve distância o percurso todo ao me apresentar a casa (falava até alto para não chegar perto). No mesmo dia comecei ali... Não queria, mas precisava. Ao decorrer dos dias até pareceu que eles tinham o mínimo de empatia por mim! Mas foi aí onde eu me enganei. Me tratavam como lixo! Me humilharam.  
Sempre tive costume de uma vez ao ano fazer exames de HIV no posto de saúde que fica na região da Corifeu de Azevedo Marques... Sempre entrava as 6 AM. E no dia do exame pedi para entrar depois do almoço pois o percurso é longo. Minha patroa perguntou o porque e eu disse que era para fazer exame de AIDS/HIV. E tive que ouvir um "Favelada sai dando para todo mundo tem que até fazer exame pra ver se tem alguma doença, são tantos..."  
Naquele instante não resisti e chorei horrores. Foi talvez o segundo pior dia da minha vida, porque o primeiro foi quando aquele monstro do filho dessa abençoada me assediou. Passou a mão por todo o meu corpo, manteve contato oral com meus seios... enquanto eu o empurrava eu o ameaçava gritar pedindo socorro, e ele disse que se eu fizesse isso ele iria me matar. Disse bem assim "Eu mato você. Minha mãe tem dinheiro e nem para a cadeia eu vou, se eu sumir com algo da casa e dizer que foi você, você apodrece lá. Tem certeza que quer ir contra a palavra de um branco? Eles irão acreditar em quem?"  
Nunca fiquei tão trêmula e desesperada na minha vida. A minha sorte foi que o telefone celular dele tocou e deu tempo de eu sair de perto. Peguei a chave abri o portão e saí correndo dali. Deixei todas as minhas coisas na casa deles, estava desnorteada.  
Fui direto para a minha casa se encontrar com o meu irmão para irmos à delegacia, a sorte é que ela sempre dava o dinheiro da volta e o da ida do dia seguinte assim que eu chegasse na casa dela, abri um boletim de ocorrência e nunca mais voltei naquele lugar que só de pensar me dói!  
Hoje, fico também com a violência psicológica porque até o cachorro comia na cozinha e eu tinha que comer na lavanderia... Minha marmitta porque a comida deles era justamente para eles... E jogavam fora quando sobrava.  
Foi o pior momento da minha vida. Daí em diante decidi crescer na vida. Fui terminar o ensino médio em escola pública, estudei muito e vendia Suflair nos faróis, com o dinheiro arrecadado eu ia em Lan House estudar ainda mais. Até que o meu professor de História chamado Sidney, professor não, um anjo! Me incentivou a prestar para todas as faculdades possíveis e fora as horas na Lan House ele ia na minha casa aos sábados me ensinar ainda mais. Passei na UNIP, entrei na faculdade de arquitetura com 75% de bolsa. Os outros 25% ele decidiu pagar para mim! Graças à ele também, no primeiro ano de faculdade consegui um estágio para ganhar 900 reais por mês. Fui subindo na empresa e hoje comprei um apartamento no valor de R\$ 200.000,00 financiado em 10 anos. Me casei, e continuo morando com meus irmãos menores, pois meu irmão mais velho está em Recife, conheceu uma pessoa e foi pra lá. E esse professor Sidney é padrinho de meu casamento! Venci na vida! Graças a Deus.  
#EuEmpregadaDoméstica

👍❤️ 4,1 mil      147 comentários 74 compartilhamentos

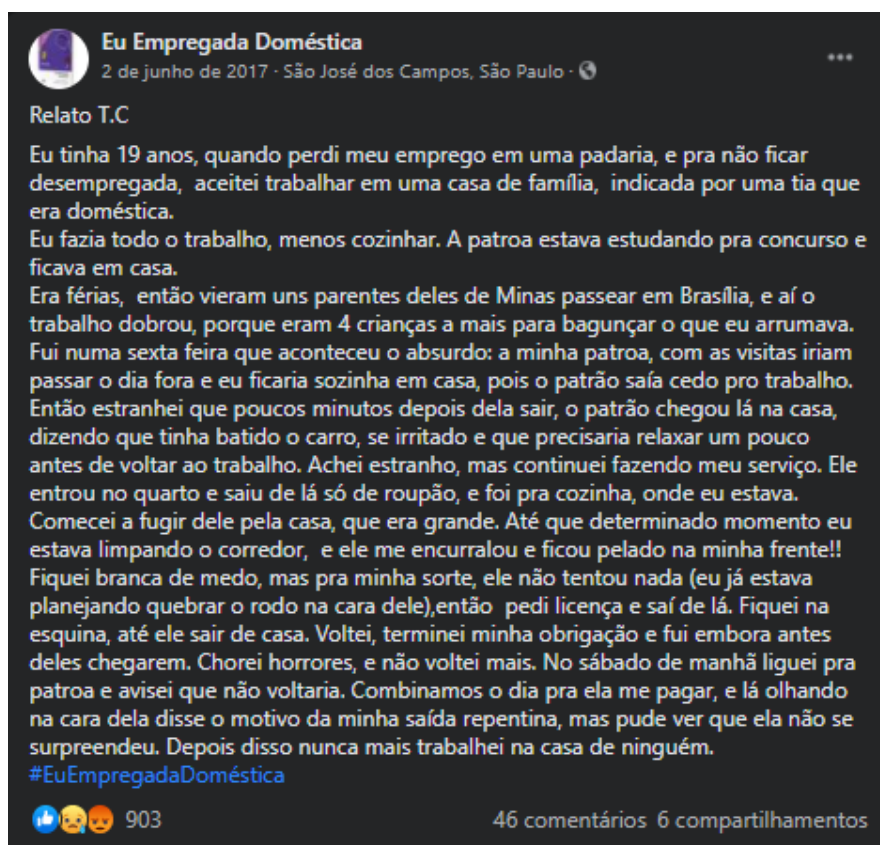
Fonte: Facebook.<sup>7</sup>

<sup>7</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de G. B.** [...]. s. 1., 26 set. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em:

Por vezes, os abusos ocorrem junto a ameaças e outros tipos de violência, como é o caso do relato acima. O abusador, para além de ameaçar a vida de G. B., também utiliza da posição de sua família para desencorajar a trabalhadora a buscar ajuda. Por conta do medo e da relação desproporcional de poder entre ambos, estando a trabalhadora e a família empregadora em polos opostos nesta relação, muitas vezes elas escolhem não denunciar as situações de abuso sofridas.

Ou ainda, quando resolvem denunciar, ou são negligenciadas e nada ocorre contra seus abusadores, ou simplesmente suas denúncias são naturalizadas, como se tais comportamentos não fossem de fato abusos:

Figura 15: Relato de T. C.



Fonte: Facebook<sup>8</sup>

<<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0EHRu5SPMnRzzqvc5sjQyNuacNHEydPijddZKLZW6pdyWdnPe3h9SdndwK3ijkcFAI>>. Acesso em: 6 dez. 2022.

<sup>8</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de T. C.** [...]. Brasília, 2 jun. 2017. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0sDaxnmWfkft3VSYBzqCV1D5vNsvfxkkSEuTTZcEKa2guBACC2kYCKidtfyGvEcLol>>. Acesso em: 6 dez. 2022.

No relato de T.C., assim como no relato de D. C., elas buscaram contar às suas empregadoras as situações de assédio sexual ocorridas e em ambas as situações não receberam qualquer tipo de apoio ou respaldo.

Ainda que os relatos de assédio e abuso sexual não apareçam com a mesma frequência do que outros assuntos na página, todos os relatos analisados perpassam as mesmas características dos exemplos aqui citados: investidas sexuais por parte dos homens das famílias empregadoras, indiferença ou comportamento agressivo por parte das mulheres empregadoras e a denúncia, quando ocorrida, não acarreta em quaisquer consequências para com os abusadores. Assim sendo, relatar parece ser uma maneira de denunciar o ocorrido, uma vez que os meios legais parecem não ser uma alternativa.

### 3.1.2 Humilhação

Eu hoje sou professora aposentada, mas no início de minha vida profissional fui doméstica.

Tive várias patroas e por mais que vc diga que foram boas é possível identificar situações absurdas de discriminação e que te confrontam com quem você realmente é naquela relação.

A última patroa que tive antes de trabalhar como monitora em uma creche me marcou.

Aconteceu que ela resolveu fazer uma festa de aniversário para seu filho e durante os preparativos que durou semanas eu ajudava como atribuição da minha função. No fim da semana fui surpreendida com um convite para participar. Fiquei muito honrada e me senti super valorizada. Nem sonhava participar daquela festa (Nada como hoje, com bufê e tal...). Seria em um sábado à tarde, eu só trabalhava até meio dia. Fui para casa me ocupei por lá e voltei no horário marcado para a festa. Quando cheguei já percebi um olhar indecifrável(Depois eu soube que deveria ter ido mais cedo). Me pediam pequenos favores que não estranhei, pois estava familiarizada com a casa, era a pessoa certa a pedirem. Fiquei na festa meio constrangida, me sentindo um peixe fora d'água. Porém a surpresa maior estava reservada para o final quando descobri o porquê de ter sido convidada. Eu tive que lavar a louça e organizar a casa... é triste amigas. Que decepção! Vocês podem imaginar a vergonha com que voltei para casa. Vergonha e humilhação. Não falei nada pra minha família. Nunca toquei neste assunto antes de hoje. Estavam felizes por mim. Faz muito tempo, foi em 1982 que isto aconteceu. Mas tem coisa que marca negativamente as nossas vidas e nem o tempo apaga. Depois disto me mudei do Paraná para o Mato Grosso, estudei, trabalhei trinta e tres anos como professora. Aprendi a reivindicar bravamente meus direitos e os dos outros tambem. Tenho fome e sede de justiça.

Apesar das dificuldades da vida de doméstica agradeço a Deus, pois me forjou para as batalhas da vida. Nunca me envergonho das minhas raízes e sempre contei para os colegas de trabalho como foi que comecei.

Abraços.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de M. S.** [...]. s.l., 20 mar. 2017. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0zYde6nacop8hA9ZG8iXJe8FkFubvfpKLhvJfLr6Wfm9btamTGwFYUFHYBwKuWG1LL>>. Acesso em: 7 dez. 2022.



Os relatos que apresentam situações onde quem narra se sentiu “humilhado” são, juntamente aos da categoria “Distinção”, os mais recorrentes nas publicações da página *Eu, Empregada Doméstica*. É perceptível que ambas as categorias se associam quando nota-se que as situações onde as trabalhadoras se sentem humilhadas são normalmente onde existe uma expectativa de que fossem tratadas como “iguais” aos seus empregadores e, por outro lado, ela não se cumpre. Na ocasião trazida pelo relato de M. S., ela acreditou ter sido convidada para a festa de aniversário do filho da patroa, porém, quando chegou foi notando aos poucos que havia sido chamada apenas para auxiliar na organização do evento e limpar a casa após a festa ter terminado.

M. S. não contou aos seus familiares por se sentir humilhada e envergonhada, pois seus familiares, assim como ela, acreditaram que o ato de ter sido convidada para o evento significava de algum modo que a trabalhadora e a família de empregadores eram equivalentes. Essa dinâmica, que inicialmente parece contraditória ao analisar a maneira como a violência está introjetada no cotidiano do trabalho doméstico remunerado, se dá segundo Jurema Brites (2007) por conta da “ambiguidade afetiva” presente na profissão, pois

Nas negociações de pagamentos extra-salariais, na troca de serviços não vinculados ao contrato, nas fofocas entre mulheres e trocas de carinhos com as crianças é impossível deixar de reconhecer a existência de uma carga forte de afetividade (BRITES, 2007. p. 93-94).

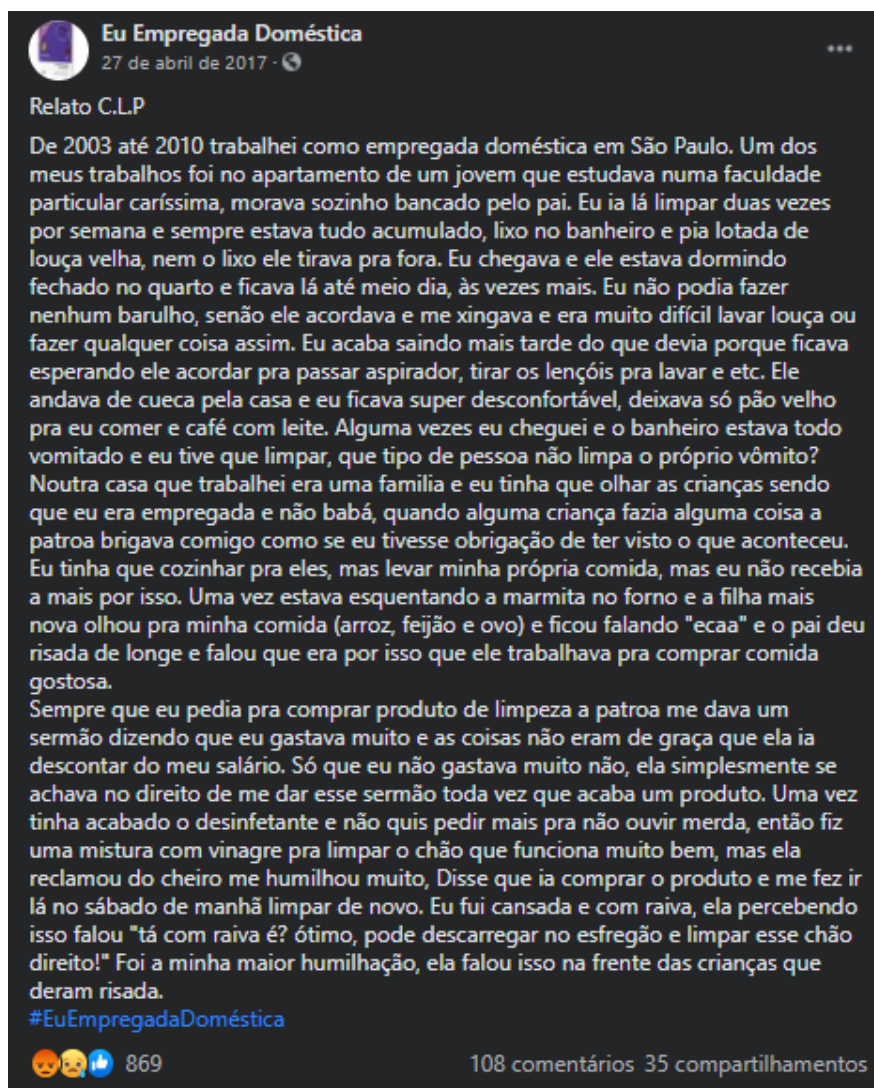
Isto significa que, apesar de que o cotidiano no trabalho doméstico seja permeado por inúmeras situações de violência oriundas da relação hierárquica neste caso entre chefe e subalterno, existem também situações neste meio que tornam as relações inevitavelmente mais íntimas do que em qualquer outra forma de trabalho, o que faz com que certas expectativas se criem, sendo que muitas vezes estas não se cumprem.

Em relação às patroas, as expectativas quase sempre estão relacionadas à idealização de uma casa extremamente limpa e organizada, onde nada esteja fora do lugar, onde nenhum cheiro indesejado possa ser sentido ou sujeira possa ser vista<sup>10</sup>; que todo o cuidado remetido à reprodução seja realizado pela trabalhadora e é através disso que as desigualdades são reproduzidas entre patroas e trabalhadoras.

---

<sup>10</sup> Thays Monticelli (2017) aponta para tais características como componentes do que chama de “cultura doméstica”, vide nota de rodapé 35 do capítulo primeiro.

Figura 16: Relato de C. L. P.



Fonte: Facebook<sup>11</sup>

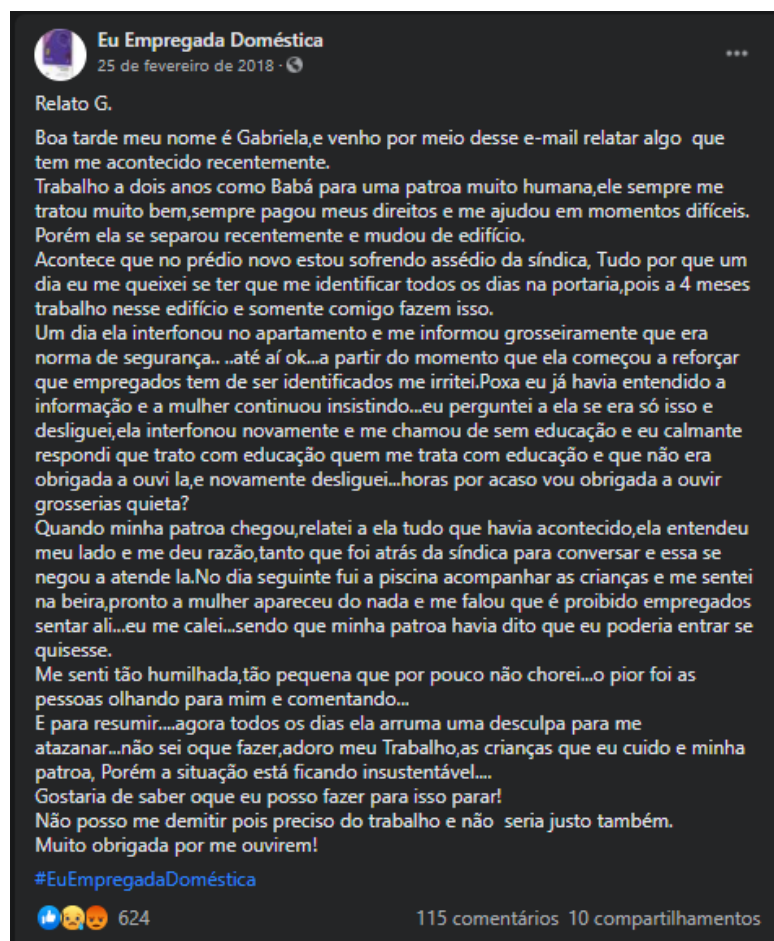
No relato de C. L. P., mais especificamente na segunda experiência contada por ela é possível perceber como tais expectativas que são entendidas pelas patroas como atribuições da profissão são, para as trabalhadoras, acúmulo de outras funções. Ainda que seja comum que trabalhadoras responsáveis pela limpeza e manutenção da casa também cuidem das crianças, ambas são de fato atribuições distintas, como bem pontua C. L. P. ao afirmar que “era empregada e não babá”.

<sup>11</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de C. L. P.** [...]. São Paulo, 27 abr. 2017. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid02z331te9Xng31uPR7fL3Hx3EqxKtJGmMp87ngDf36SaVbpbgM6FPxKLZ7ERbd1CyTI>>. Acesso em: 7 dez. 2022.

Já no final do relato, percebe-se como se pratica a influência da cultura doméstica sobre as expectativas em relação à casa: ao não ter os produtos necessários para realizar a limpeza, a trabalhadora se viu numa situação onde precisou improvisar uma mistura para limpar o chão e que, apesar de funcionar, deixava um cheiro característico que desagradou a patroa, que a fez limpar novamente o chão, dessa vez comprando o produto adequado.

Por outro lado, conforme se buscou discutir em outros momentos, os estigmas relacionados à profissão não se limitam ao ambiente das casas, entre patrões e trabalhadoras, mas se estendem à sociedade brasileira como um todo, através dos comportamentos, falas e espaços, como a existência de elevadores de serviço, quartinhos de empregada etc. Percebe-se a manifestação de tais aspectos no seguinte relato:

Figura 17: Relato de Gabriela

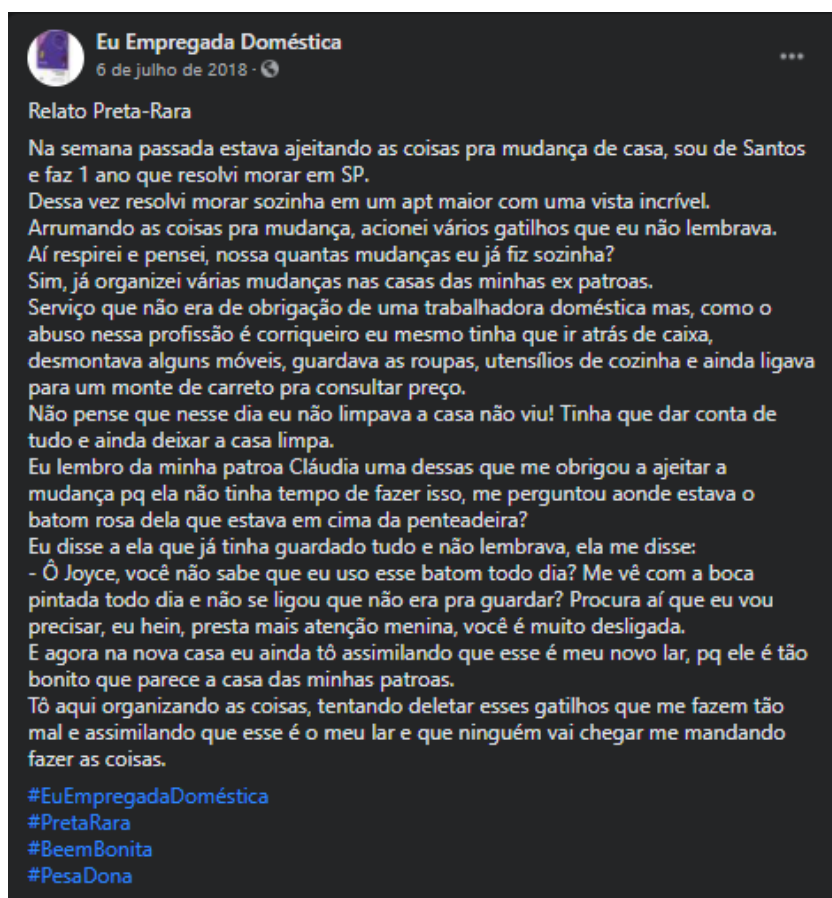


Fonte: Facebook<sup>12</sup>

<sup>12</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de G.** [...]. s. 1., 25 fev. 2018. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0QJKTefThd1LsNr1TW69jHofLcd6PtcYBTeUe1fap354QCEeftugvX2CVEXbmpzwUl>>. Acesso em: 7 dez. 2022.

Apesar de Gabriela contar que tem uma ótima relação com sua patroa, que também recebe todos os seus direitos e que gosta do emprego, diferente das situações anteriores, quem comete assédio contra ela não é ninguém da família empregadora, mas sim a síndica do prédio em que trabalha. Aqui, novamente, o sentimento de “humilhação” aparece em uma situação onde outra pessoa delimita a barreira da diferença entre a trabalhadora e “as demais pessoas”.

Figura 18: Relato de Preta-Rara



Fonte: Facebook<sup>13</sup>

Entre os relatos publicados, alguns são de autoria da administradora da página Joyce Fernandes (Preta-Rara), onde ela lembra de situações de quando exercia a profissão. Em uma delas, Joyce conta que, ao realizar a mudança de sua casa, vieram à tona situações abusivas sofridas por ela. Ao falar sobre a sua própria casa, Joyce afirma que é difícil assimilar que aquele é o seu lar, por ele ser “tão bonito que parece a casa das minhas patroas”. Essas

<sup>13</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato Preta-Rara** [...]. Santos, 6 jul. 2018. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0gPr4RqJ7V9emXXMHy5HJh7EMguLCst5TYoTXzvoZy5kZ87MefKcQY6zjyVPjUTgWl>>. Acesso em: 7 dez. 2022.

associações, que Joyce chama de “gatilhos”, podem ser relacionadas justamente à constante exposição a situações humilhantes na profissão, fazendo com que não só as pessoas que praticam o abuso enxerguem a trabalhadora como alguém inferior, mas também com que elas próprias internalizem que o seu espaço é, inevitavelmente, inferiorizado.

Figura 19: Vista do apartamento de Joyce



Fonte: Facebook

### 3.1.3 Distinção

Uma patroa minha me trancava dentro do apartamento dela quando saía, com medo de eu roubar as suas coisas!!! Isso me entristecia muito mas precisava do emprego 1986 graças a Deus não lembro do nome dela!

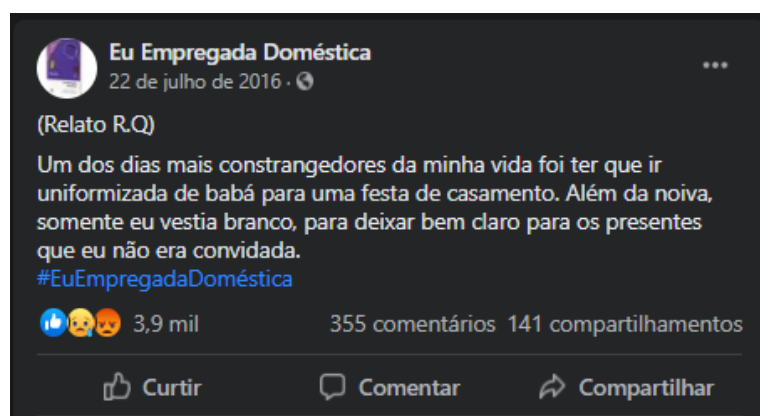
Uma outra não nos dava nada pra comer somente um prato de comida que ela mesmo tirava não podia comer mais nada só tomava água e tínhamos que almoçar no quartinho dos fundos do lado de fora da casa tinha que sentar no chão.

Isso foi no ano de 1987<sup>14</sup>

Por mais que muitos assuntos tenham surgido com certa recorrência ao transitar por entre os relatos publicados, o que se percebe com mais frequência são os comportamentos e falas que reproduzem a diferenciação do serviço doméstico e da trabalhadora doméstica das demais profissões e pessoas da sociedade. Conforme se apresentou na introdução, os dados quantitativos sobre o trabalho doméstico remunerado já indicam que esta é uma profissão que se diferencia das demais em salários, formalização e efetivação de direitos trabalhistas, sindicalização e população empregada. No entanto, para além de tais aspectos, percebe-se pelas narrativas veiculadas na página que as diferenças se demonstram de maneiras muito mais complexas.

No relato de Andréa, ela conta que não podia tirar a sua própria comida e que só podia comer no quarto dos fundos, fora da casa da família empregadora, sentada no chão. Durante esta seção, serão apresentados exemplos de como a diferença se executa, para além de uma relação entre patrões e trabalhadoras, mas como um mecanismo de exclusão e de perpetuação de desigualdades. A diferença, aqui, não é tida meramente como mais um dos aspectos que permeiam o trabalho doméstico remunerado, mas sim enquanto um componente constituinte das noções que estruturam as relações nesta profissão, por isso esta categoria é tão importante para compreender o presente trabalho de maneira geral.

Figura 20: Relato de R. Q.



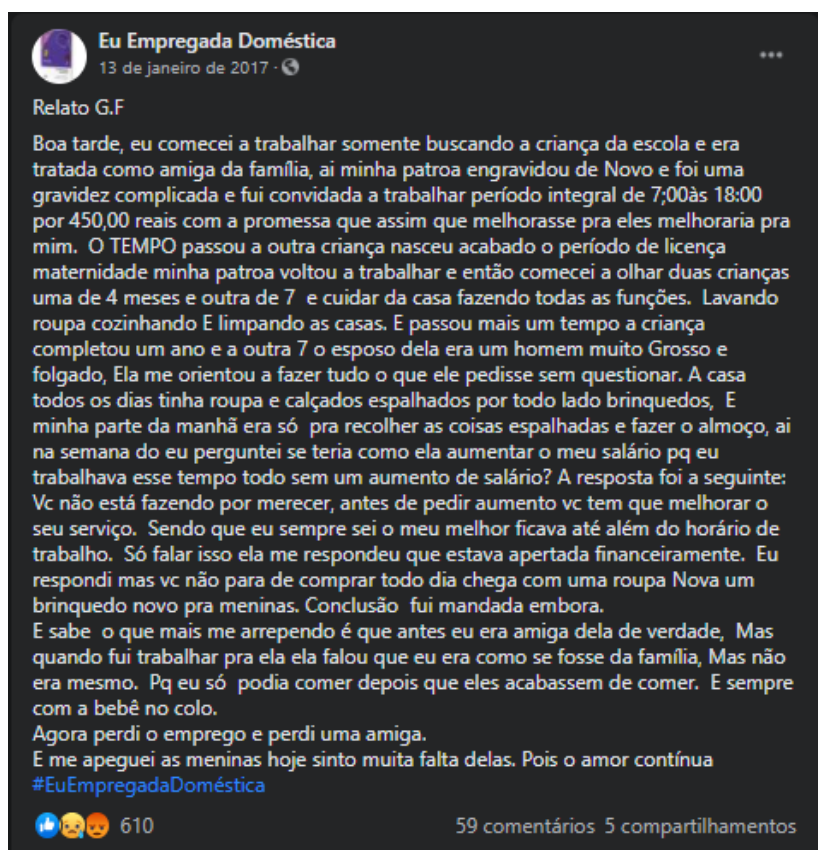
Fonte: Facebook<sup>15</sup>

<sup>14</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato ex empregada Andréa**[...]. São José dos Campos, 21 jul. 2016. Facebook: [euempregadadomestica](https://www.facebook.com/euempregadadomestica). Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid04NsmaSN9UK7cg6WjbawcASreBUsnNZsPStzjYfo6KD1uSaP3wM9uKJRtRaQRkqcm1>>. Acesso em: 7 dez. 2022.

<sup>15</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de R. Q.** [...]. s. l., 22 jul. 2016. Facebook: [euempregadadomestica](https://www.facebook.com/euempregadadomestica). Disponível em:

No relato de R. Q., percebe-se a diferença pela utilização das roupas. Segundo ela, era a única a diferenciar-se dos demais presentes na cerimônia de casamento pois “além da noiva, somente eu vestia branco, para deixar bem claro para os presentes que eu não era convidada”.

Figura 21: Relato de G. F.



Fonte: Facebook<sup>16</sup>

Retorna-se às questões sobre diferença e afeto quando se tratam de relatos como o de G. F. Apesar de que ela indica inicialmente que era “tratada como amiga da família” e no fim afirma ter perdido uma amiga e que sente saudade das crianças da casa, no fim do relato G. F. afirma “ela [a patroa] falou que eu era como se fosse da família, mas não era mesmo. Pq eu só podia comer depois que eles acabassem de comer. E sempre com a bebê no colo”. Ainda que ambas a situações (ser “da família” e ser privada de comer nos mesmos espaços que a família) sejam antagônicas e demonstrem que, de fato, ela não era “da família”, não se pode anular o

<<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid02t9Y1ru6GmvxvZ1Gzb1qrmdi6TXmEBzazEMvwEFSdujgQKHZ2krUd2xAhnfVW8K8fl>>. Acesso em: 7 dez. 2022.

<sup>16</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de G. F.** [...]. s. l., 12 jan. 2017. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid02UcJMRM9fEFnqkv8WXwfokF6FVdvrRqYX1ASoj2if9PYe9nJ41AbwVDRnoZedmzNQL>>. Acesso em: 7 dez. 2022.

fato de que os laços afetivos efetivamente se constroem na profissão, por conta do alto grau de proximidade diária que as trabalhadoras têm com o cotidiano das famílias para as quais trabalham.

Essa distinção nos termos efetivos pode, inclusive, ser percebida em graus diferentes, em casas onde existe mais de uma trabalhadora. Principalmente as babás, que estão em contato um pouco mais próximo com as crianças da casa, possuem um tratamento distinto e consideravelmente superior aos das demais, como é possível perceber no relato de L. A.:

Figura 22: Relato de L. A.



Fonte: Facebook<sup>17</sup>

Por mais que a posição de babá acarretasse um tratamento diferente das outras trabalhadoras da casa, podendo “entrar nos quartos, sentar no sofá, ficar de sapato na casa”, coisas entendidas por ela como um tratamento “reservado” em relação às suas colegas de profissão; ainda assim L. A. não era vista pelos patrões sem as “lentes” da distinção, não

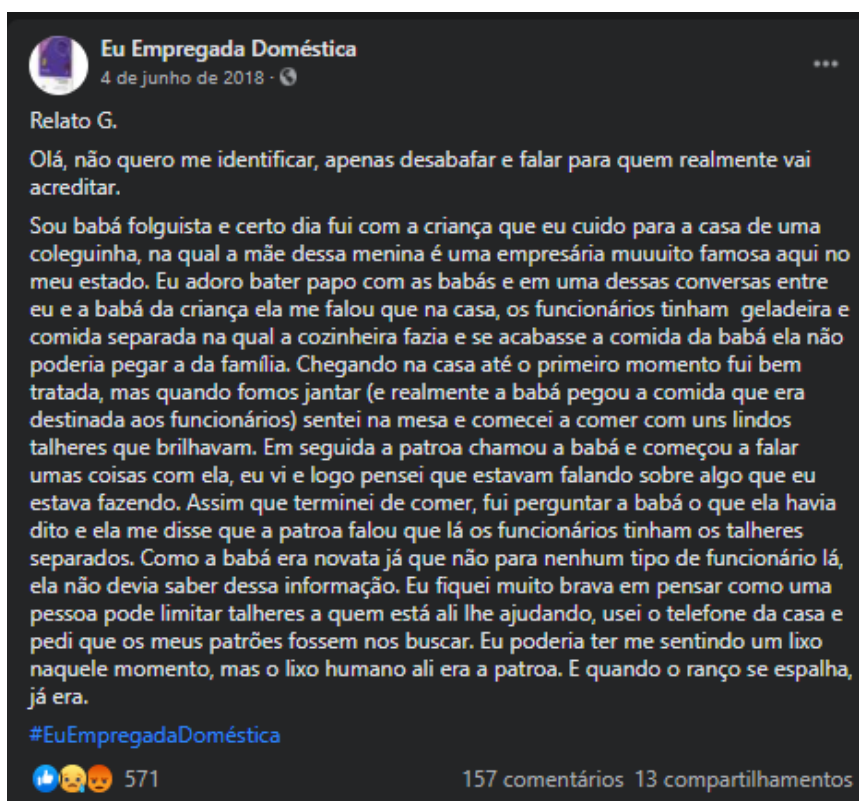
<sup>17</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de L. A.** [...]. s. 1., 29 abr. 2019. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid05GCqVh6Dofs4ZsHS1joV1VH6xiEbSh5uULxwDLZdfyxiBnBnJDg8VTiPztHe7oqml>>. Acesso em: 7 dez. 2022.



tendo o direito de comer as mesmas coisas e sendo repreendida na ocasião em que sinalizou dividir um alimento com uma das crianças.

Da mesma maneira, alguns relatos trouxeram situações onde as trabalhadoras não eram permitidas de compartilhar os mesmos talheres e utensílios da casa, pela recusa dos patrões em dividir tais objetos:

Figura 23: Relato de G.

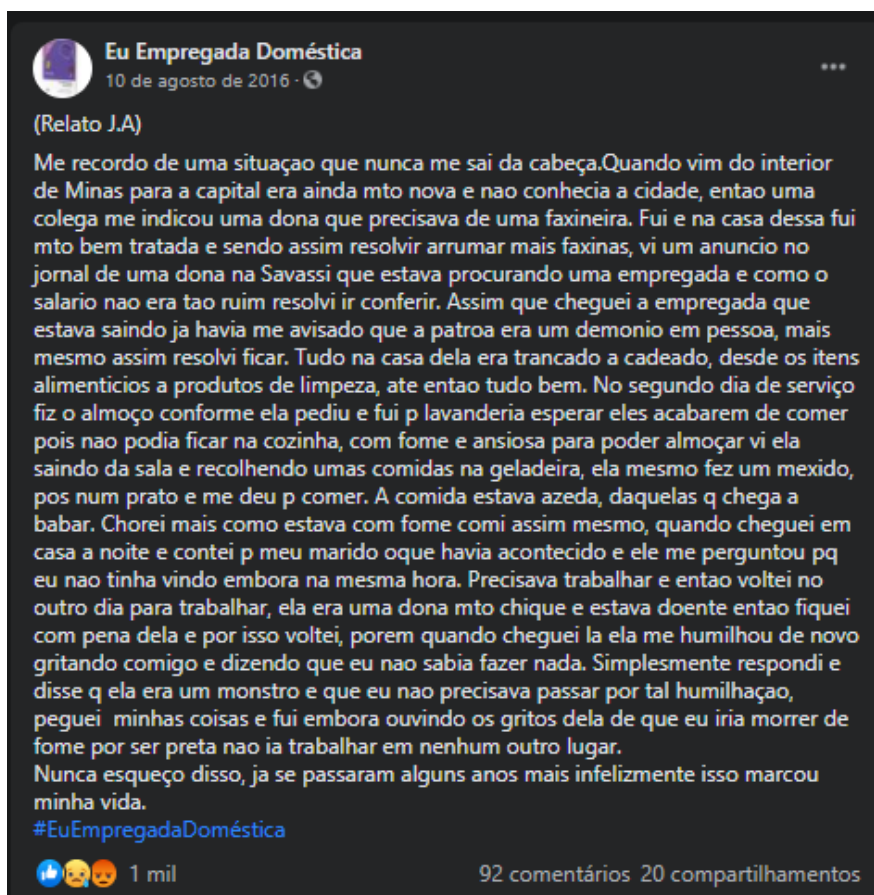


Fonte: Facebook<sup>18</sup>

Além de não poderem dividir os mesmos utensílios, as trabalhadoras também contam constantemente que não podem comer da mesma comida e, em algumas situações, lhes são oferecidos os restos que a família não comeu.

<sup>18</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de G.** [...]. s. 1., 4 jun. 2018. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0FKpjCkPq1gLV4JhVBcoXbSXEGVYqQE8Yr8L9a6Ted7Uu4LgGnmoLHZsPXbWiiTsrI>>. Acesso em: 7 dez. 2022.

Figura 24: Relato de J. A.



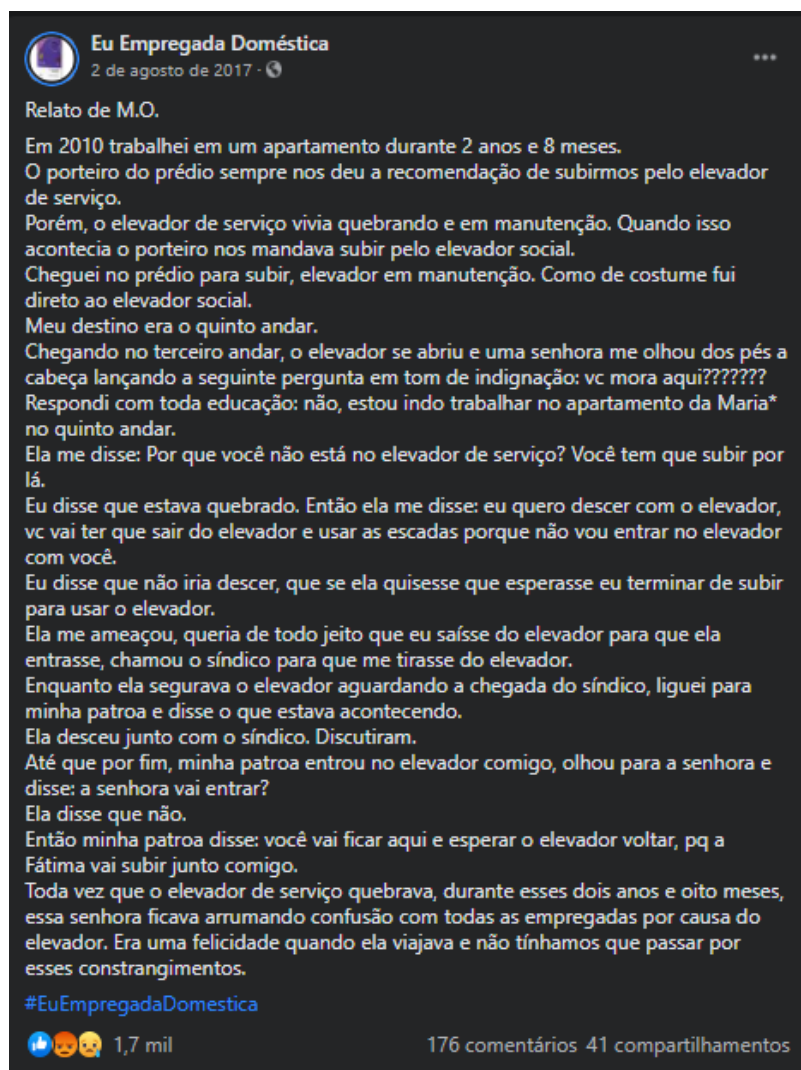
Fonte: Facebook<sup>19</sup>

Além dos alimentos e produtos serem trancados para que a trabalhadora não pudesse acessar sem permissão ou vigilância, J. A. conta que comeu no almoço uma refeição estragada, visivelmente azeda, logo depois de ter feito o almoço da família, o que demonstra o abismo que muitas vezes separa as trabalhadoras dos patrões e patroas.

Retomando experiências fora do âmbito das casas, de maneira semelhante ao relato de Gabriela (Figura 17: Relato de Gabriela), o relato abaixo apresenta uma situação onde a trabalhadora aparenta ter uma boa relação com sua empregadora, mas sofreu constrangimento por parte de outra pessoa:

<sup>19</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de J. A.** [...]. s. l., 10 ago. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0eyB5eQxiiE1Fc6pdWBQv78yr6gBSXCNL62b3Gc9hyM8jVFH1QpbVDCJLcHFA7hXW1>>. Acesso em: 7 dez. 2022.

Figura 25: Relato de M. O.



Fonte: Facebook<sup>20</sup>

Inicialmente, a própria existência dos elevadores de serviço, a maneira como estão posicionados geralmente em locais estrategicamente escondidos e a “recomendação” de que as trabalhadoras somente os utilizem já indica um caminho para o debate da distinção. O que o relato de M. O. traz é justamente um aprofundamento de como esse mecanismo funciona no cotidiano: Na situação em que o elevador de serviço estava em manutenção, ela subiu pelo social e uma das moradoras do prédio, ao se defrontar com M. O., expressou indignação e se recusou a dividir o elevador com ela. Para além, a senhora esperava que a trabalhadora saísse do elevador e seguisse o restante dos andares pelas escadas.

<sup>20</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de M. O.** [...]. s. l., 2 ago. 2017. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0HMSeV2F6sF14HukaFEKEQGwGoEzvxNzfNZqVDJ3ePiAekkA8BZCYpkHUghGzwPwwl>>. Acesso em: 7 dez. 2022.

Espaços como o elevador de serviço e o quartinho da empregada colaboram para a perpetuação da segregação dessas trabalhadoras, pois delimita qual é o espaço do “lugar da empregada”, da mesma maneira que a recusa da senhora ao adentrar o elevador junto à M. O. ilustra justamente o lugar onde ela “não deveria” estar.

Em relação a este aspecto, pontua Juliana Teixeira (2021):

Em geral, seus quartos, pequenos, se encontravam próximos à cozinha. Quarto e banheiro se conjugavam no que se chamou de dependência de empregada – os famosos quartinhos –, algo ainda muito presente nas plantas de apartamentos e casas pelo Brasil, e nem sempre conformes às próprias normativas legais de salubridade. Essa divisão se estendia ainda a outros ambientes. Em prédios residenciais, era e ainda é comum a separação no uso de elevadores. Em geral, são designados como elevadores de serviço e deviam ser usados pelas empregadas e demais trabalhadores domésticos, enquanto os sociais são de uso dos moradores e visitantes (TEIXEIRA, 2021. p. 40).

### 3.1.4 Referências à escravidão e racismo

Já trabalhei em várias casas. Mas nunca levei desaforo e humilhações para casa. Na primeira pisada de bola eu ia embora e ã voltava mais. Hj sou professora, mas lembro bem de tudo de passei. Tudo começou quando minha mãe que tbm era doméstica me deu para a filha do patrão para morar em outra cidade, ela disse para minha mãe que era p estudar. Só que quando cheguei a realidade era outra. Fui escravizada. Isso mesmo, Escravizada. Acorda às cinco da manhã e dormia às 11 da noite, parecia que o serviço nunca acabava, e quando acabava ela dava um jeito de arrumar alguma coisa para eu fazer. Isso eu deveria ter uns 9 anos. Daí fugi de lá. E assim passei metade da minha vida morando e trabalhando nas casas dos outros. Minha última experiência foi como babá. Era obrigatório o uso do uniforme branco. Só comia se sobrava. Saí de lá depois de uma viagem que fiz com a família para Recife, 9 dias sem comida. Só comendo lanche, porque eles saíam para comer fora e trazia lanche para mim e sopinha pronta para o bebê. E no trajeto de volta nem lanche me deram. Era meu último ano de faculdade e ã pensei duas vezes para sair de lá. A patroa psicóloga, chorou e disse que eu estava comendo no prato que comi. Eu disse: que prato?<sup>21</sup>

Durante esta seção, serão abordadas duas categorias, tanto “Referências à escravidão” quanto “Racismo”, por conta dos aspectos em comum compartilhados por ambas as categorias<sup>22</sup>. R. M. conta que foi levada pela família que empregava sua mãe, também

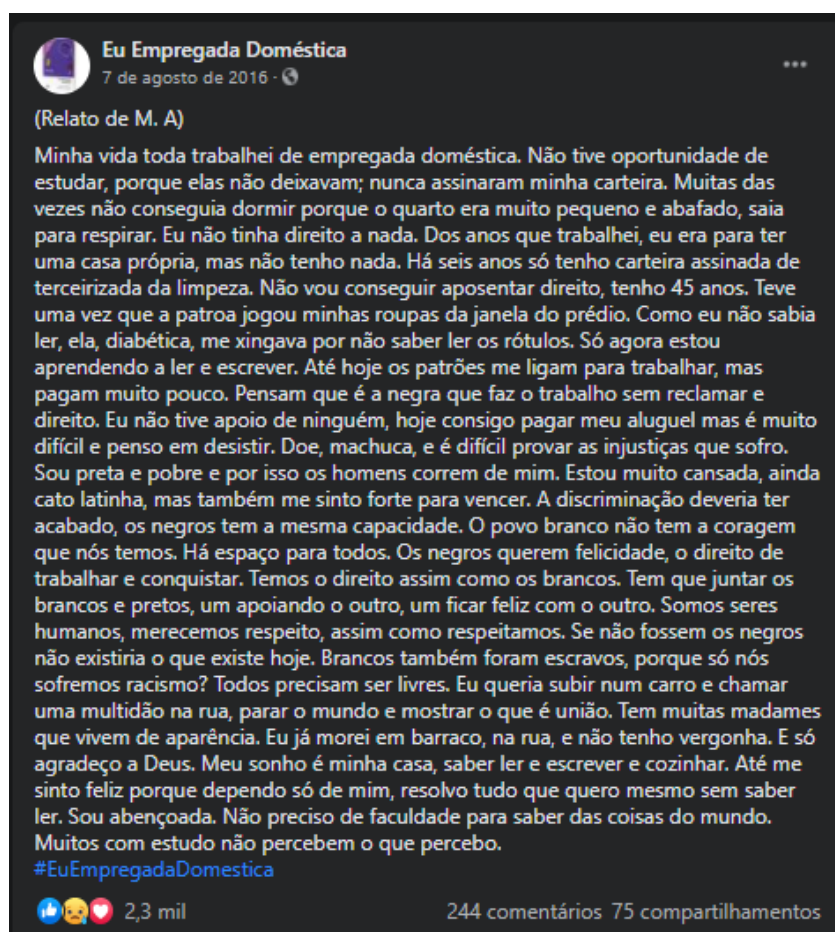
<sup>21</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de R. M.** [...]. s. l., 24 jul. 2016. Facebook: [euempregadadomestica](https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0nDxj2XbTZRk4tf3mx7tv35Wfr9AGnzfnXbjh2Y3YM2jUk3AZgdKepkdKs1BAqXNXI). Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0nDxj2XbTZRk4tf3mx7tv35Wfr9AGnzfnXbjh2Y3YM2jUk3AZgdKepkdKs1BAqXNXI>>. Acesso em: 7 dez. 2022.

<sup>22</sup> Ainda que seja possível trabalhar com elas em conjunto, a decisão de mantê-las enquanto categorias separadas se deu pois, por mais que inúmeros aspectos da profissão atualmente sejam reminiscências da escravidão, nem sempre os comportamentos atrelados a tais aspectos são direcionados às trabalhadoras em atos de racismo, pois tanto as trabalhadoras negras quanto as brancas são afetadas. Ou seja: por mais que a profissão seja permeada por ethos escravista, ele não impacta somente a vida das trabalhadoras que sofrem pelo racismo.

trabalhadora doméstica, para ser “criada” por eles em outra cidade, com a promessa de que iria estudar. Aos 9 anos, ela afirma ter sido escravizada por essa família. Ainda que seja ilegal, o trabalho infantil é um assunto que aparece frequentemente nos relatos publicados, sendo ainda um aspecto muito presente no trabalho doméstico remunerado.

O racismo percebido pelas trabalhadoras ocorre tanto através de comportamentos e práticas dentro da profissão quanto em situações direcionadas individualmente às trabalhadoras, sendo possível notar que elas entendem tais episódios como problemas da profissão e também como algo que ocorre por conta de sua cor.

Figura 26: Relato de M. A.



Fonte: Facebook<sup>23</sup>

O relato de M. A. traz aspectos muito complexos sobre como o serviço doméstico é permeado de discriminações e desigualdades, primeiro quando expõe que ela não teve acesso

<sup>23</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de M. A.** [...] s. l., 7 ago. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid02pbZnm8wXYtayvr7WpDrdcFgWHPND3B7PoTDmYx1hPuyq1vBL8jeuYnyZsnZPcPLl>>. Acesso em: 7 dez. 2022.

aos direitos trabalhistas básicos, não pôde estudar nem conseguiu comprar uma casa própria. Ela também transmite o seu descontentamento acerca das desigualdades enfrentadas por ser uma mulher negra e pobre, expondo sua vontade de mudar a sociedade.

Figura 27: Relato de R. R.

**Eu Empregada Doméstica**  
16 de março de 2017 · 🌐

Relato R.R.

Quando vim para a cidade onde moro hoje estava cheia de sonhos. Mas minhas crianças eram pequenas e não tinha como trabalhar. Então quando elas ficaram grandinhas e a situação econômica minha e de meu marido ruim, resolvi então que era hora de ganhar algum sustento. O que apareceu foi trabalho doméstico, afinal eu não tinha faculdade e experiência na carteira. E ao me apresentar para a futura patroa, a mesma disse que precisava de uma cozinheira pq já existia uma zeladora na casa. Eu aceitei, mesmo relutante e incentivada por meu marido, já que ele gostava muito da minha comida. Mas já na 1ª semana de trabalho eu comeci a me sentir cansada. O trabalho não era só cozinhar, eu também teria que passar todas as roupas( que eram trocadas 2 vezes na semana, como as de cama), limpar a área da piscina, recolher as fezes do cachorro, limpar duas varandas enormes, preparar o café da manhã, deixar a janta pronta, limpar o banheiro da varanda externa e o da empregada e além disso limpar duas cozinhas, aquela utilizada por mim e a que não se podia usar de jeito nenhum. Eu não podia tocar nem nas panelas guardadas lá pq eram exclusivas do marido dela( que aos finais de semana dava uma de chef pra os amigos)...a prataria era deixada somente pra eu lavar nas segundas-feira. A outra empregada era super mal tratada e ainda está lá. Existem duas crianças na casa e uma delas, uma garota de 10 anos, q tem de tudo mas é muito mal criada, e trata mal a todos...faz a empregada subir as escadas e descer pra pegar brinquedos pra ela. A empregada tem quase 60 anos e a mãe morre de rir quando a filha a trata mal. Diversas vezes, nós duas, presenciamos brigas desse casal, palavões do marido e por isso ela descontava em nós. Ela ficava em cima vendo o que eu preparava, me humilhava pq morei fora algum tempo e ela me diminuía sempre dizendo que quem procura a Europa queria era se prostituir. Eu sou evangélica e nunca pensei nisso! Na casa existiam 9 banheiros e teríamos que dar conta de todos pq eu ficava com pena da outra e ajudava a limpar. Também existiam diversas câmeras na casa e como a dona não trabalhava, o seu hobby era nos observar. E foi num desses dias que ela veio com uma piada de mal gosto dizendo que gostávamos muito de comer as bananas dela depois do almoço. Então eu falei pra outra empregada que nunca mais comesse as frutas pq ela veio com piadinhas sem graça. As frutas estragavam pq ninguém comia lá. E o horário de almoço? Muitas vezes não dava tempo de almoçar porque era muito serviço. A dona dizia que eu tinha que me virar pra organizar tudo em tempo. Eu sempre fui muito ágil no trabalho mas aquilo foi me desgastado tanto que eu vivia só no torsilax e chegava em casa...muitas vezes às 20h. O horário era das 7 as 17h com 2h de almoço. Um dia então eu a questioneei sobre a folha de pontos e ela disse que colocaria porque eu e a outra empregada estaria devendo horas para ela. Então a respondi: Pois coloque. Veremos quem está devendo quem...pois nós nunca ficamos 1h sentada na mesa pra comer. Sempre chegamos no horário, sempre fazemos coisas a mais, e saímos mais tarde, nunca no nosso horário! Pq é muito serviço e ai se chegamos 5 minutos depois do nosso horário vc faz um drama danado...Lógico... Ela não fez a folha e eu pedi as contas dias depois cansada dos abusos. Ainda procuram outra escrava pra ficarem lá mas ninguém se firma...até os porteiros ficam pasmos. Arrumei outro serviço, não vou dizer que é maravilhoso esse outro, mas não sofro tanto pq conheço meus direitos e sempre fui respondona rsrs. Hoje curso faculdade e peço à Deus pra que meus filhos não venham passar por certas humilhações. Ainda assim ouço relatos de outras companheiras. Uma delas, a que mais me chocou, foi quando mês passado a patroa dela disse que ela não tiraria férias e também não a pagaria agora porque ela estava sem dinheiro. E que a filha dessa patroa quando adoeceu, a mãe disse pra empregada: "Seus filhos é que deveriam estar ruins, a culpa é sua por minha filha estar mal!!!!". E a outra disse que, quando ela chegar pra trabalhar, não tem nada pra comer porque nessa casa só existem o patrão e sua namorada. E quando ele sai pro trabalho, a namorada pega todos os pães que sobraram e os outros alimentos e leva pra casa da mãe pra minha amiga diarista não comer. Lógico que o namorado não sabe desses abusos! Ela leva uma bolacha e uma fruta de casa. E quando eu as questioneei dizendo que elas deveriam reclamar, elas disseram que precisavam daquele serviço. É inacreditável que ainda existam pessoas escravistas assim em pleno século 21!!!

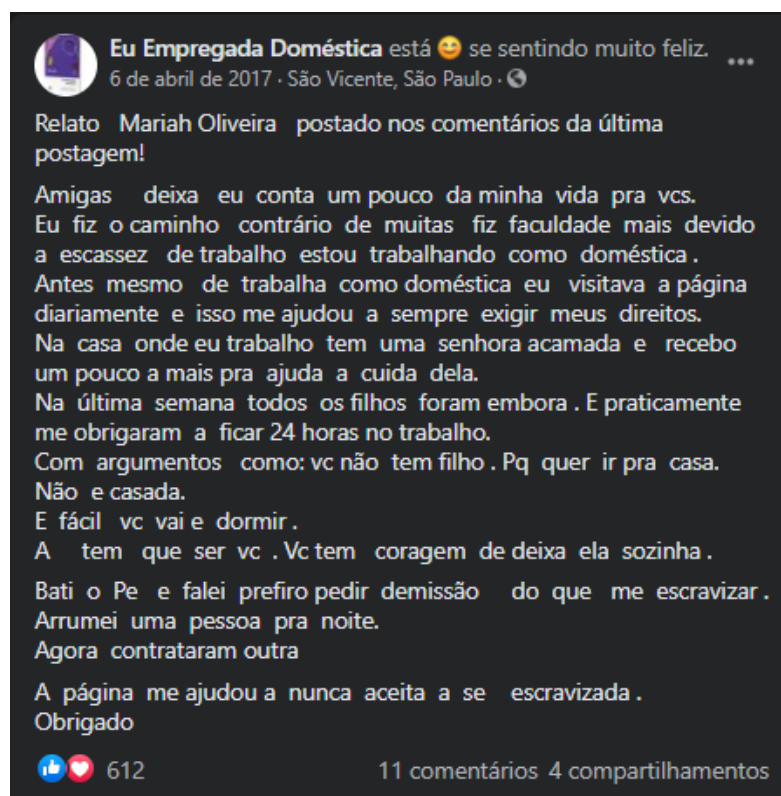
#EuEmpregadaDoméstica

👍👎👉👈 441 6 comentários 14 compartilhamentos

Fonte: Facebook<sup>24</sup>

Em outro caso, como o relato de R. R., ela apresenta uma rotina exaustiva de trabalho e cheia de situações de abuso; e apesar de em nenhum momento apresentar que sofreu racismo, ela relaciona a sua rotina de trabalho à escravidão, afirmando que após ter pedido demissão, seus ex-empregadores ainda “procuram outra escrava” e que se refere a eles no final como escravistas do século XXI. Por conta disso, percebe-se como as reminiscências da escravidão incidem no trabalho doméstico tanto pelo viés das relações de trabalho e das noções construídas sobre a profissão, quanto através do racismo e da discriminação dirigida à trabalhadoras negras.

Figura 28: Relato de Mariah Oliveira



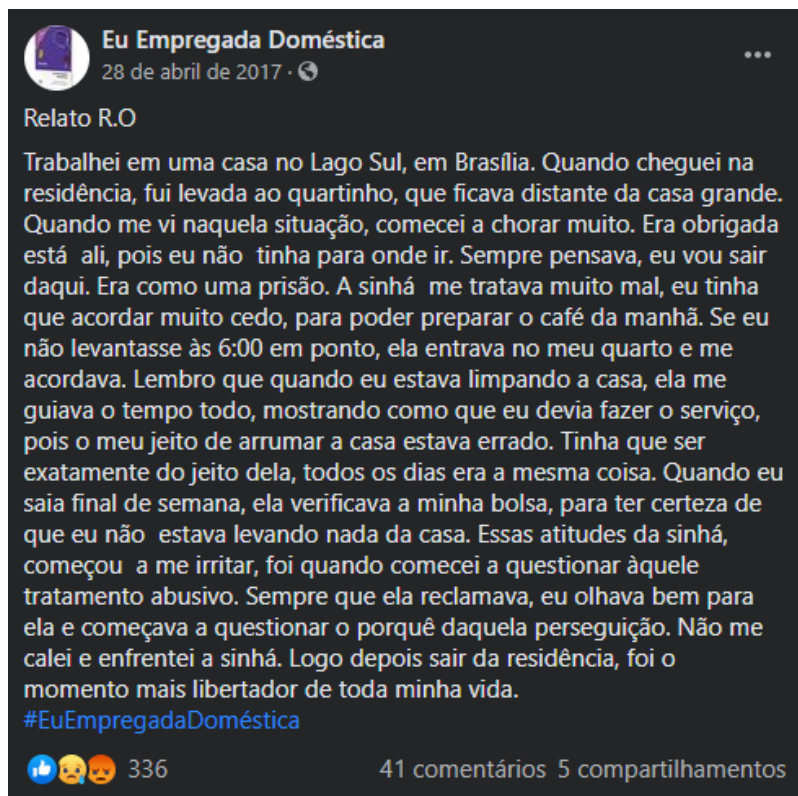
Fonte: Facebook<sup>25</sup>

<sup>24</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. Relato de R. R. [...]. s. l., 16 mar. 2017. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0CwZg1QYFY5R31B6PQUCqovdMvtR2C8j5PNUcVSL1j8QLxgmb2BTLwpaDWgoyVMYnl>>. Acesso em: 7 dez. 2022.

<sup>25</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de Mariah Oliveira**. [...]. s. l., 6 abr. 2017. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid02JMDPxFEpP6QCq1GvH95MBkXjwjCUw6Q7pE9LzNT6pkUuCDvVUTYai6uxx48JyCBrl>>. Acesso em: 7 dez. 2022.

Mariah Oliveira afirma que nunca aceitaria ser escravizada, após se recusar a cumprir uma jornada de trabalho muito longa, segundo ela “praticamente me obrigaram a ficar 24 horas no trabalho”.

Figura 29: Relato de R.O.



Fonte: Facebook<sup>26</sup>

Algo que chama atenção no relato de R. O. é o vocabulário utilizado por ela para contar a sua história. Durante todo o texto, ela se refere à patroa como “sinhá” e à casa como “casa grande”. Acredita-se que a escolha de palavras e a referência à Casa-Grande não sejam ingênuas, por conta do contexto e da maneira como o texto é construído. No relato de P.A (Figura 4: Relato de P.A.) a palavra “senzala” é utilizada de maneira parecida.

É importante ressaltar que o livro publicado por Preta-Rara com os relatos enviados para a página se intitula *Eu, Empregada Doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada*; do mesmo modo que o próprio vocabulário empregada por Preta-Rara pode de certa maneira direcionar certas reflexões por parte de quem acompanha o conteúdo e compartilha suas experiências, também é necessário compreender que, antes de serem

<sup>26</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de R. O.** [...]. Brasília, 28 abr. 2017. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0App5AqrftY2fAGRrEHGzAL1vxptSCEdn2R2zNTigo96E4NyUuuc6gocKD3sWdGY6l>>. Acesso em: 7 dez. 2022.



publicados, os relatos foram lidos e escolhidos por Joyce para estarem na página, portanto isso também pode indicar possíveis direções do conteúdo a ser publicizado.

### 3.1.5 Acusações de roubo e desconfiança

Em várias casas que eu já trabalhei, na primeira semana de serviço. Toda vez que eu afastava o sofá da sala eu “achava” R\$ 100, chegava pra limpar em cima do guarda roupa R\$ 50 e em vários lugares moedas e dinheiro “escondidos” pela casa. Tipo caça ao tesouro, é o jogo que várias patroas gostam de jogar pra saber se a empregada é de confiança!<sup>27</sup>

Sobre os relatos de acusações de roubo e desconfiança ocorridos nas relações no trabalho doméstico, algumas considerações são importantes de serem feitas. Primeiro, que se trata de relações que transitam por dois aspectos muito importantes: 1. De que existe na família empregadora um sentimento constante de desconfiança por conta de uma pessoa de fora do núcleo familiar integrar de maneira tão íntima a sua residência e, 2. De que se constroem nessa relação entre o “íntimo” e o “desconhecido” um jogo de expectativas, sobretudo atrelados aos valores construídos sobre a idealização de “uma boa patroa ou patrão” e “uma boa empregada”.

No relato de Joyce, a desconfiança aparece através de “testes” realizados pela patroa, que por sua vez aposta na “confiança” através do sumiço ou não do dinheiro espalhado em vários locais da casa. Essa desconfiança, por certo, visivelmente incomoda e ofende as trabalhadoras, conforme se percebe através dos relatos.

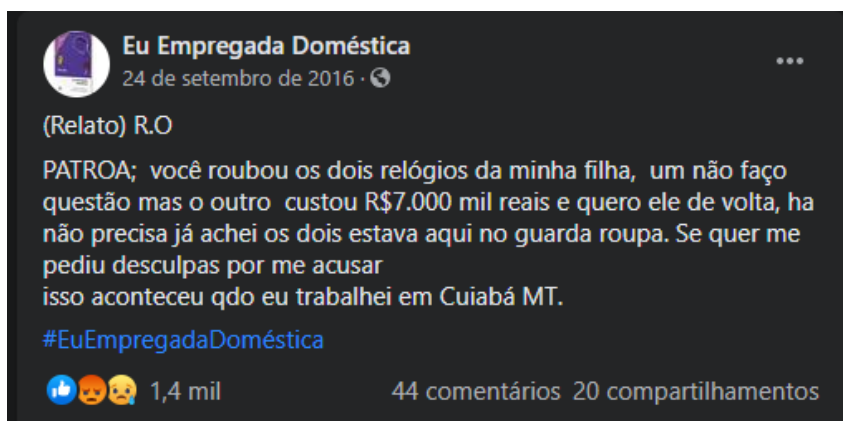
Essa desconfiança, por sua vez, não parte somente do fato de que a trabalhadora doméstica é uma “estranha”, mas também pelo estigma construído ao redor da profissão. No relato de R.O., ela conta que foi acusada de roubar um relógio e, ao ter sido encontrado o pertence, ela não pede desculpas por tê-la acusado injustamente.

O pedido de desculpas, ainda que R. O. apenas mencione que não recebeu, provavelmente era esperado por ela, pois se por um lado a desconfiança permeia os comportamentos e discursos das patroas e patrões, por outro lado as trabalhadoras parecem esperar confiança, valorização e reconhecimento do seu trabalho, dos seus direitos e do seu caráter.

---

<sup>27</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de Joyce Fernandes** [...]. s. l., 26 jul. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0dYB9areCpyoFg1w9DGzKVEKNckLveZpW MWyx4aNPzihTjTUPmZF3nhWpd8MxFmjWl>>. Acesso em: 7 dez. 2022.

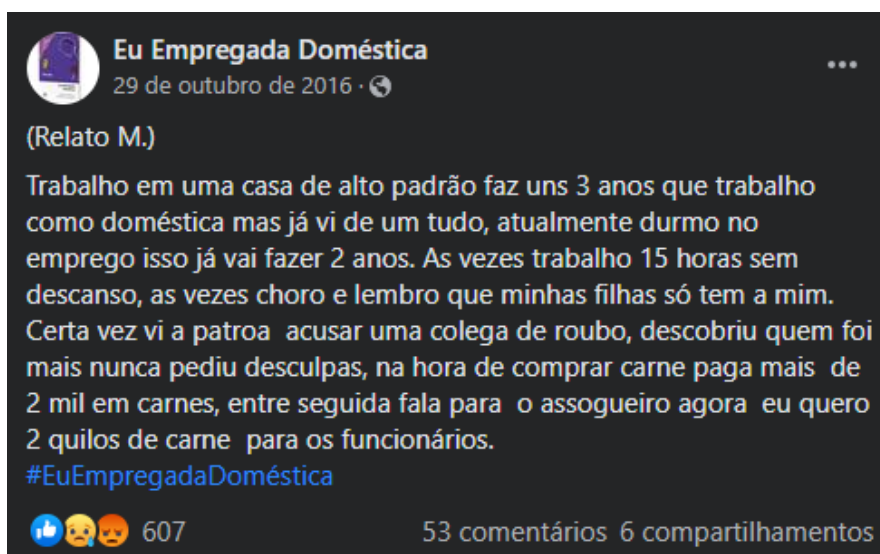
Figura 30: Relato de R. O.



Fonte: Facebook<sup>28</sup>

No relato de M., temos mais um exemplo de como as acusações infundadas de roubo incomodam as trabalhadoras, neste caso o ocorrido relatado acontece com outra trabalhadora, colega de quem escreve:

Figura 31: Relato de M.



Fonte: Facebook<sup>29</sup>

<sup>28</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de R. O.** [...]. Cuiabá, 24 set. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid02qnNKvpRYRbdBBYvsKmmYxyXQr8wwJNrFsz6o96tyRYF5PYmHiHGARTkw5rBNLK1HI>>. Acesso em: 7 dez. 2022.

<sup>29</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de M.** [...]. Cuiabá, 29 out. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0ofwjcdFK6Dd2yHhv3QR8g9TU1uLKiiLR6FRh9DzfnRLb9bGLsTkkL19c2GosjXCI>>. Acesso em: 7 dez. 2022.

### 3.1.6 Sobrecarga e acúmulo de funções

Eu tinha doze anos e minha cunhada falou com a minha mãe que precisava de alguém pra cuidar dos filhos dela, ia ser só por um dia. Acabou que eu fiquei dos meus doze anos até os dezoito anos lá. Na época, meus pais não tinham condições nem de dar uma sandália pra mim, tinha umas sandálias de borracha feia, que era o que ele podia comprar. Até doze anos eu tive minha infância, depois disso eu fui cuidar dos meninos dela. Eu ficava praticamente sozinha com eles. Eu tinha arrumar a casa, cuidar deles, botar pra dormir. Eu quase não cuidei de mim mesma. Nem namorar eu podia.

Ela tinha quatro filhos, o mais velho tinha oito anos, o menor era recém-nascido. E era só eu quem cuidava deles, e, além disso, eu tinha que limpar a casa, fazer comida, fazer tudo mesmo, ela só me dava comida e roupa. Tinha semana que eu passava todinha sozinha com eles, eu tinha que acordar cedo, fazer tudo em casa, e eu estudava à noite. Ela ia pra faculdade e me deixava a semana toda sozinha. E era eu quem tinha que tomar conta de tudo. As pessoas diziam que eu parecia mais velha do tanto que eu envelheci cuidando deles. Ela só chegava sábado, aí eu queria ir pra casa da minha mãe, e ela ficava chateada porque não queria ter que fazer as coisas sozinha. Mas eu precisava ter um dia de descanso, aí eu ia.

Um dia eu resolvi no sábado ir ver minha mãe, por algum motivo não deu certo e eu fui visitar minha irmã, quando voltei na segunda-feira, tinha um cartaz grande, e não tinha meu nome nele. O nome de cada filho dela com os serviços domésticos pra cada um fazer, nessa época eu tinha dezessete anos. Aí a única coisa que sobrava pra mim era fazer o almoço, e eu fui fazer.

Todo dia tinha que ralar cenoura e beterraba, e fazer o suco da beterraba pra gente tomar. Ela me mandava colocar quibe na salada, era uma coisa que eu achava horrível e ela forçava a gente a comer.

Pra eu manter os meninos quietos, eu colocava filme pra eles assistirem, fazia pipoca, eles chamavam os coleguinhas e eles iam pra assistir lá, eles me chamavam de tia, eu ficava com raiva porque eu era muito nova pra ser tia de um monte de menino.

Lá onde eu morava com a minha mãe, a minha tia falava: não sei como tua mãe te deixa ficar lá, tu cuida bem dos meninos, tu não os maltrata e ela ainda fica reclamando do que tu fazes.

Minha primeira menstruação foi lá, eu chorei, chorei, chorei. Eu não sabia o que era menstruação. Isso me afastou da minha mãe. Eu lembro quando minha sobrinha menstruou minha mãe falou tudo que ela precisava fazer. Isso era pra mãe falar, era algo íntimo.

Depois que eu menstruei, ela veio falar comigo, porque tinha um pouquinho de sangue na minha calcinha, e ela viu e veio falar comigo. Minha menstruação veio à noite, e meu short tava todo cheio de sangue de manhã. Meu irmão perguntou o que era. Aí ela falou: ah você menstruou.

Aí eu comecei a chorar, fui pro quarto chorar. Ela cortou um tecido e fez um absorvente, e me deu, e falou pra mim que eu era uma mocinha, que eu já podia engravidar. Mas eu não tinha nem namorado. Aí quando eu fui no fim da semana pra casa da minha mãe, minha mãe não me falou nada. Eu vi que isso me afastou da minha mãe.

Eu não fiquei com o pai do meu filho porque ela mesmo me disse, na época tava tendo carnaval e meu irmão me chamou pra ir pra festa com as crianças. Ia tá a Ivete Sangalo, eu nem dançava, mais queria ir pra ver. Aí eu chamei meu namorado, e ele me falou pra não ir, que não era lugar pra mim. Aí eu fui falar pra ela, e ela falou se eu ia o deixar mandar em mim. Aí eu disse que nem saia de casa e resolvi ir sim. Aí eu o convenci a ir comigo.

Um dia, eu falei pra ela que meu namorado ia ir lá em casa, porque a gente tava pensando em morar junto. Ela falou que se ele sendo meu namorado não deixava nem eu sair, quando casasse não ia deixar nem eu olhar na janela.

Quando eu engravidei eu já tava na cabeça que não queria que meu marido batesse em mim, porque já tinha um caso na minha família que minha irmã tinha um marido que bebia e batia nela. Aí quando ele me deu uma bofetada, eu o mandei embora. Ele disse que eu podia estar grávida.

Eu que falei pra ela que tava grávida, que eu não tinha usado o absorvente do mês passado, minha menstruação não tinha vindo.

Um dia minha irmã viu que eu tava triste, e me perguntou o que tava acontecendo, aí eu contei que ela não falava mais comigo, que estava com raiva de mim. Aí eu conversei com minha irmã e meu cunhado e eles falavam que eu podia morar lá, e que não ia faltar nada pro meu filho.

Quando eu saí de lá ela foi a pessoa que veio falar pra mim que se eu fosse abortar o meu filho ela seria a primeira a me denunciar.

Deus foi tão bom pra mim, nem gosto de lembrar disso, mas a filha dela com 14 anos engravidou. E ela queria forçar o menino a casar com a minha sobrinha.

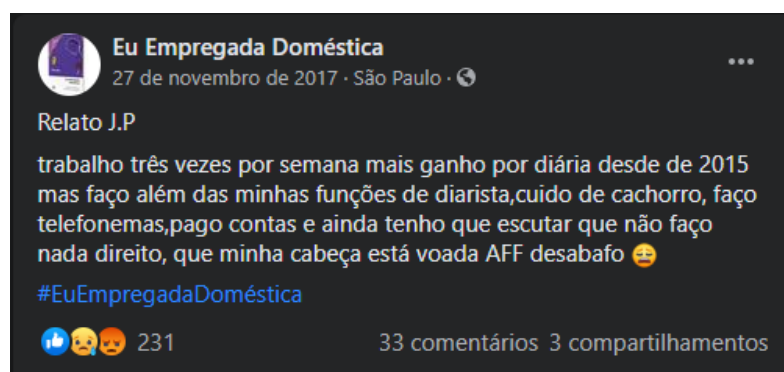
Eu não fazia nada, não saía pra nada. Quase ninguém me via. Eu o tempo todo era colégio e casa. Eu só ia pra igreja no domingo.

Hoje eu já falo com ela, antes eu não conseguia. Tudo isso foi Deus que trabalhou na minha vida. Era pra eu ser uma pessoa rancorosa, pra mim ser uma pessoa depressiva, eu acho. Eu agradeço a Deus. Mas ela nunca chegou pra mim e me agradeceu por ter cuidado dos filhos dela.<sup>30</sup>

Uma característica interessante dos relatos sobre sobrecarga e acúmulo de funções é que, assim como a quantidade de tarefas desempenhadas por quem escreve é extenuante, geralmente os relatos alocados nesta categoria são igualmente longos, expressando um genuíno sentimento de cansaço, como se estivessem sendo escritos num acúmulo tão intenso quanto o serviço de quem escreve.

No relato de I. R., uma série de assuntos é mobilizada, desde o fato de que ela começou a trabalhar ainda criança, aos doze anos, inicialmente cuidando dos filhos de sua cunhada; passando a fazer também a comida e limpar a casa. Diferente de outros relatos, este ocorre entre pessoas de uma mesma família, o que altera um pouco as dinâmicas nas relações.

Figura 32: Relato de J. P.

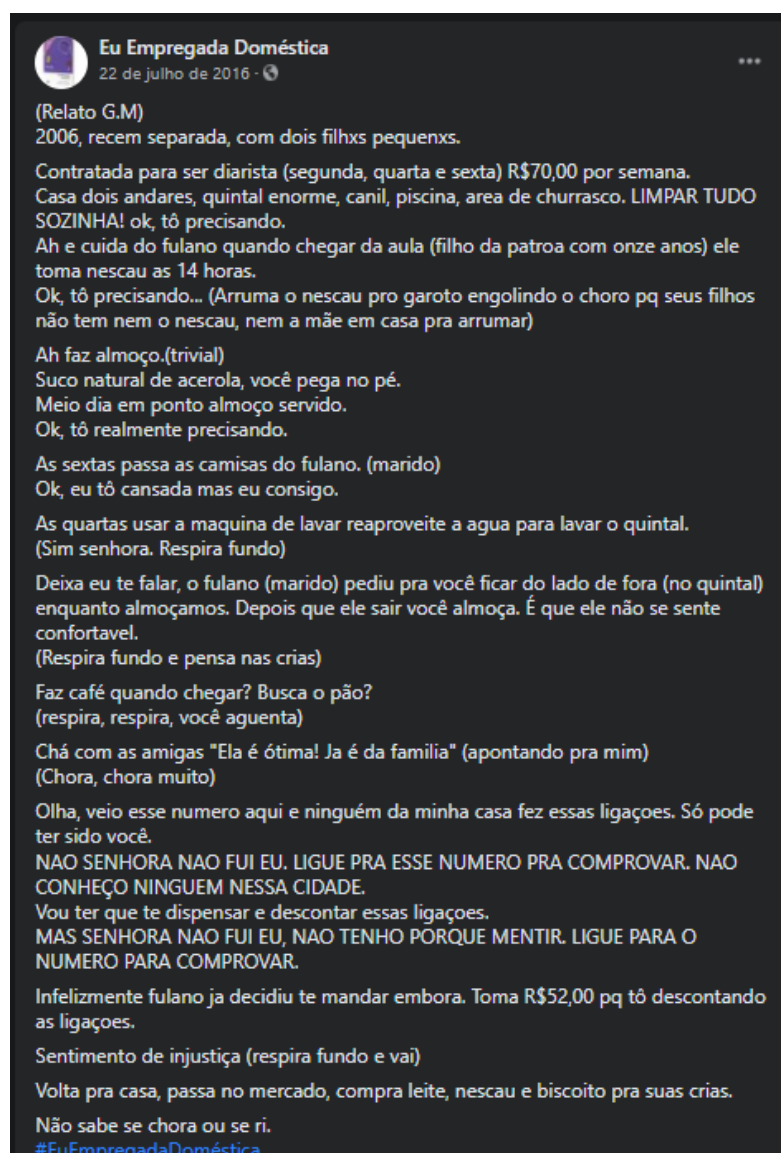


<sup>30</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de I. R.** [...]. s. 1., 4 dez. 2018. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0NLXHdxJjwTBzrkzNc4TYgXyQrKvrFFdkgXeXdkJ1m5Wdtnvox7jyaZCgBz9RG7A1>>. Acesso em: 7 dez. 2022.

Fonte: Facebook<sup>31</sup>

Já J. P. aponta de maneira rápida que considera que trabalha para além das suas funções enquanto diarista. O seu relato é um dos únicos pequenos presentes na categoria.

Figura 33: Relato de G. M.



Fonte: Facebook<sup>32</sup>

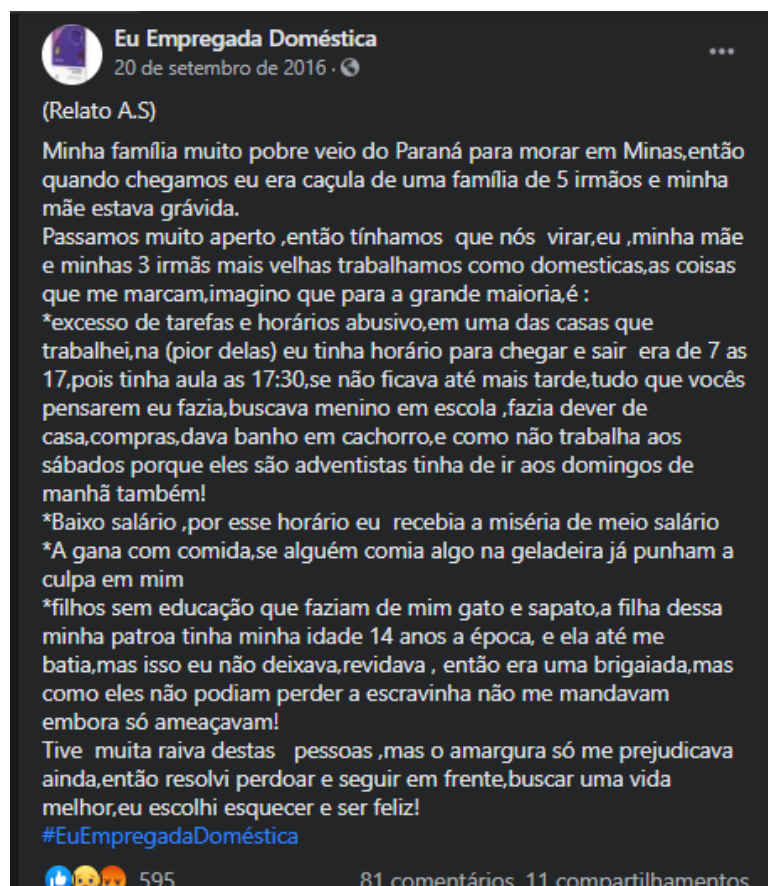
<sup>31</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de J. P.** [...]. s. l., 27 nov. 2017. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid02i2kUvSBQKpKwVDWHodZWrvJB96tPwHnJuQH5gsUhfLDudvmCTbi5bDDiBu9AgQGFI>>. Acesso em: 7 dez. 2022.

<sup>32</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de G. M.** [...]. s. l., 22 jul. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid02pd4wuPTxJevADWYXV8ekNK5akahQ6ydkpzE9ATjACg2KjTwCyDtPfvNxFcKeQGB4l>>. Acesso em: 7 dez. 2022.

Figura 34: Relato de A. S.




Fonte: Facebook<sup>33</sup>

Em ambos os relatos acima, as trabalhadoras expõem uma longa lista de afazeres, os quais A. S. reconhece se tratar de um “excesso de tarefas e horários *abusivo*”, além de má remuneração, quando ela afirma que “por esse horário eu recebia a miséria de meio salário”. Não se sabe quando a situação contada por A. S. ocorreu, mas ainda se transportarmos para números atuais, meio salário equivale R\$606,00 (salário-mínimo de 2022 R\$ 1.212,00).

Entre os relatos desta categoria, um deles especificamente chama atenção pois traz, além de um texto próximo à narrativa dos demais, uma carta de demissão escrita para a patroa. Nela, L. Q. menciona situações em que tentou dialogar para que a demanda de tarefas correspondesse ao valor estipulado pela sua faxina, no entanto, ela afirma que as tentativas de diálogo não surtiram efeito e que “de lá pra cá o serviço aumentou ao invés de diminuir”.

<sup>33</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de A. S.** [...]. Minas Gerais, 20 set. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0T6poZwReZFIEd6CnUZCdJoaw9sQpsS58JjccZamef6B9tjJxe8NEjEMfUca6DsSl>>. Acesso em: 7 dez. 2022.

Figura 35: Relato de L. Q.

 **Eu Empregada Doméstica**  
11 de março de 2017 · Campinas, São Paulo · 🌐

Relato L.Q

Preta-Rara!  
Sou sua fã!

Trabalho como faxineira pra pagar os custos da faculdade, faço serviço social na UFSC.

Segunda de noite fui parar no hospital achando que tinha tido um derrame ou algo na cabeça. Após discutir com minha chefe que me mandou limpar o carpete com a unha pq tinha cabelo. Ela nos serve comida de sobras da refeição deles, sempre diz que somem coisas da casa e nos trata super mal, nos explora na última.

O mais louco é que ela é doutora em antropologia, se diz feminista e das causas indígenas, toda família é de esquerda, risos.

Tudo que dá de fazer ela faz, como jogar o papel higiênico no chão depois que eu limpo o banheiro ou me dar escovinha pra limpar enquanto ela assiste.

Eu e minha amiga limpamos juntas pq a casa eh enorme. Graças a Deus a minha amiga arrumou um emprego fixo e enquanto comemoravamos nos abraçando eu passei mal e corremos pro hospital.

Hj, super cansada ainda e pensando como arrumar dinheiro resolvi escrever pra ex chefe me demitindo.

Se puder publicar a minha demissão agradeço.

Precisamos acreditar em nosso trabalho e que temos força pra vencer.

Escrevi pra ela pensando na próxima que vai pegar o emprego.

Fui irônica na carta, pq a casa eh cheia de livros e ela eh professora universitária.

Dona \*\*\*\*

Não iremos mais, na segunda fui parar no hospital com uma crise de nervos que parecia um AVC.

Ambas precisamos de dinheiro mas mais ainda de saúde.

Espero que não se ofenda, mas não posso me solidarizar com alguém que não se solidariza comigo.

A J\*\*\*\* e eu iríamos para limpar a casa no inicio mas ela tem passado horas passando roupa e lavando. Pra limpar uma casa grande sozinha cobro o dobro do que a senhora paga pra nós.

O que eu podia fazer pela senhora eu fiz.

Vc falou pra J\*\*\*\*\* que eu não aceito conversar.

Mas eh questão de bom senso, já tínhamos combinado tudo quando fomos nos demitir da outra vez.

Falamos tudo como era, de lá pra ca o serviço aumentou ao invés de diminuir.

A decisão de cortar dia nosso foi sua em um dia nao da tempo de quase nada.

Pra que nao fique inimizadas repense a forma que lida com suas empregadas.

A senhora estudou tanto pra entender as relações de poder pra não precisar exercelas com mulheres mais pobres. Barganhar preço é uma das características mais cruéis do capitalismo.

Estude sobre domésticas, assista filmes sobre o tema e entenda a nossa realidade.

Nada justifica a exploração.

No mais agradecemos o trabalho.


Boa sorte na próxima escolha, mas mude um pouco em relação aos funcionários, chamar pra fazer as refeições na mesa não é o suficiente se a senhora quer ter alguém que cuide da sua casa pra você.

A senhora vai entender se tentar contratar outras pessoas, ninguém vai aceitar esses valores e condições de trabalho.

Se "elas fizerem tudo" e pq muitas vezes são mais pobres que eu e J\*\*\*\*, não torne a vida delas mais difícil.

Não se deve lucrar com a pobreza alheia

#EuEmpregadaDoméstica

 1,5 mil

89 comentários 104 compartilhamentos

Fonte: Facebook<sup>34</sup>

<sup>34</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de L. Q.** [...]. s. l., 11 mar. 2017. Facebook: [euempregadadomestica](https://www.facebook.com/euempregadadomestica). Disponível em:

Em dado momento, ela conta que a patroa em questão é antropóloga e “se diz feminista”, mas que por outro lado “nos trata super mal, nos explora nas últimas”. Em relação a isso, L. Q. escreve “Boa sorte na próxima escolha, mas mude um pouco em relação aos funcionários, chamar pra fazer as refeições na mesa não é o suficiente se a senhora quer ter alguém que cuide da sua casa pra você”.

### 3.1.7 Direitos trabalhistas

Venho relata a minha condições atuais. Revoltada pois saber q uma pessoa q e advogado tirar seus direitos, vc fica doente o médico te dar declaração q esteve no pronto socorro e este não vale nada. E vc não pode trabalhar fica em casa p tentar se restabelecer e receber um zap falando q vc e um problema p a patroa sem ter algum momento de trabalho, trabalhar das 08:00 as 18:00hs e as vezes trabalhar sábado até tarde , sem receber horas extras, receber um salário e depois na carteira por outro valor e assim vai , sendo q vc p para pensar e fala ' e isso mesmo? Eu sou um problema? ' então um problema tem q ser cortado , acabado não e? Então vc decide pedir demissão, a pessoa põem na sua demissão o dia q vc foi no pronto socorro, se vc pede demissão no dia 13/11/2016, aí eu falo vale alguma coisa essa declaração do dia 11/11/2016, não vale, pois vc não pode ficar doente e tem q trabalhar como máquina. Direitos trabalhista TBM não vale. Mesmo vc pedindo demissão, e sua carteira sem atualização e válida não e e assim vai toda negligência q uns diz os doutores da Leis, Lei q deveria nós proteger, não acabar com o trabalhador. Mais de tudo eu consegui quebra o círculo de ser empregada doméstica. Só um desabafo p toda essa podridão q e nosso pais. A verdade e q temos q estudar p poder ter os nossos direitos. Desse já obrigada .rosangela.

Ao escrever os seus relatos sobre direitos trabalhistas, para além da intenção de terem suas histórias publicadas na página para que outras pessoas possam ler, carregam um sentido de “o que fazer?” diante da falta de informação sobre a reivindicação de seus próprios direitos.

No relato de Rosangela, ela conta que teve um dia de trabalho descontado mesmo entregando uma declaração de que havia ido ao médico e estava doente. Além disso, conta também que não recebia horas extras e o seu salário divergia do estipulado em carteira de trabalho.

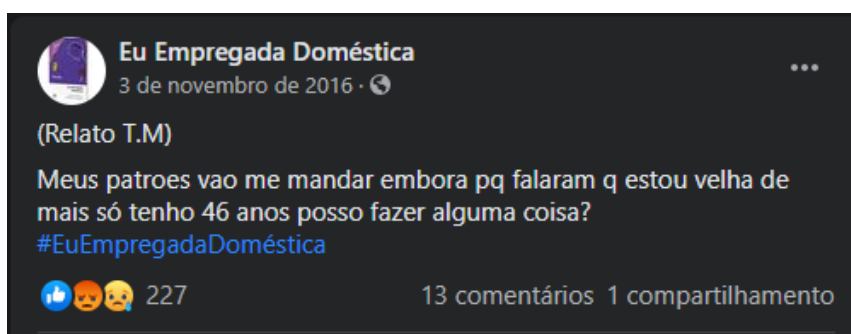
Por mais que a maioria das trabalhadoras domésticas exerça sua profissão na informalidade, conforme exposto anteriormente, relatos como o de Rosangela expõem justamente que, mesmo havendo a formalização em carteira de trabalho, o reconhecimento dos direitos das trabalhadoras pelo Estado e a aprovação de Leis que regem a profissão, ainda



assim tais obrigações não são cumpridas conforme disposto em Lei. As relações de trabalho na profissão continuam a ser regidas informalmente.

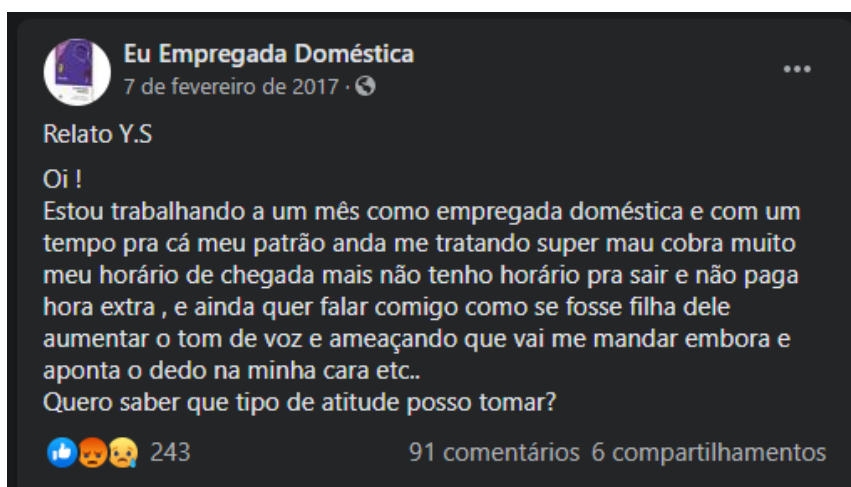
Muitas trabalhadoras sequer sabem quais são os seus direitos ou como reivindicá-los, por isso alguns relatos são enviados com o intuito de tirar dúvidas sobre:

Figura 36: Relato de T. M.



Fonte: Facebook<sup>35</sup>

Figura 37: Relato de Y. S.



Fonte: Facebook<sup>36</sup>

<sup>35</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de T. M.** [...]. s. l., 3 nov. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em:

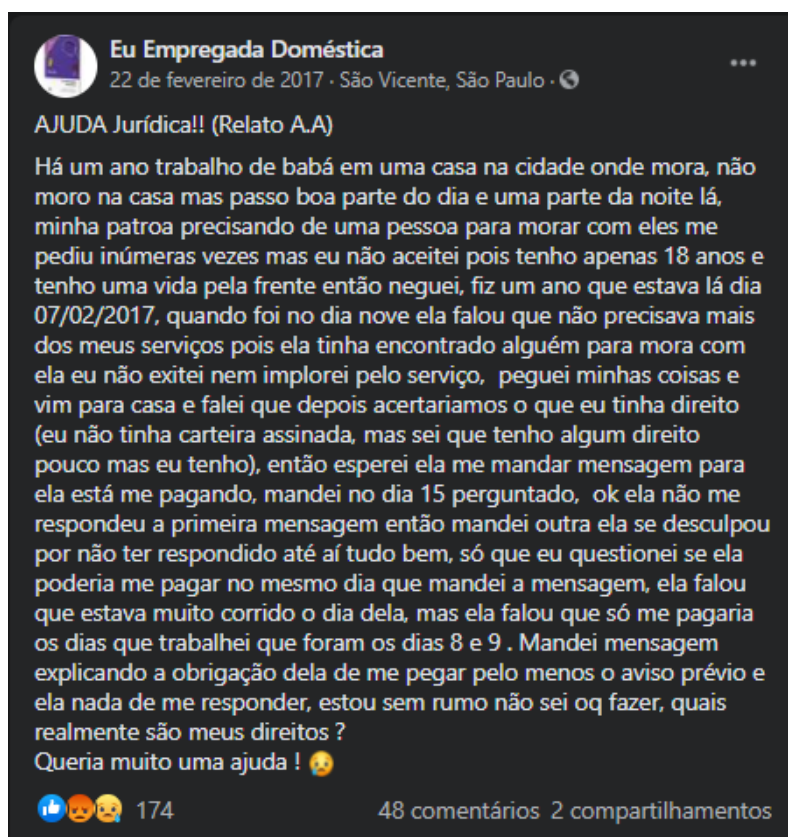
<<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid02AysmugEuMP92KZuHdSkaECfNcqxEkhJyn76AGgRooPJSPpF9g2UyNQHKYrQ7q6vDI>>. Acesso em: 7 dez. 2022.

<sup>36</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de Y. S.** [...]. s. l., 7 fev. 2017. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid02Hcqkrr3N1jPg7Lpbu7x58x1MYbceN9b36rWGEDrjnHdRwG4r7vmDhFvBVXRG7NuHI>>. Acesso em: 7 dez. 2022.

Isto ocorre por conta da rede criada pela página para as trabalhadoras, onde elas podem se comunicar, estabelecerem contatos e conseqüentemente tirarem dúvidas, pois além dos relatos, a página também compartilha publicações informativas sobre a profissão.

Figura 38: Relato de A. A.



Fonte: Facebook<sup>37</sup>

### 3.1.8 Boas experiências

Moro na capital do estado do Tocantins, Palmas.

No ano de 2006 pra 2008 trabalhei pra uma super família , (ia trabalhar lá só por 3 meses até a patroa se recuperar de uma cirurgia. Gostaram tanto de mim, que fiquei por lá quase 3 anos), pessoas super gente boas, era o marido a esposa e 3 meninas. Eu lavava, passava, arrumava a casa e cozinhava. A patroa me ajudava a fazer o almoço, às vezes. Eu ia pra casa todos os dias depois de deixar a cozinha limpa. Então tinha quase a tarde toda livre.

Eu almoçava junto com a família.

Certo dia fiz uma entrevista numa escola e como tinha magistério, arrumei vaga de professora. Neste dia fui liberada pelos patrões pra fazer a entrevista. Começaria a trabalhar na escola 3 dias depois.

<sup>37</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de A. A.** [...]. s. 1., 22 fev. 2017. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0V5PN8Y9ER3LEcJGH2NRVz8Bhb3tFPindTivnJNe5HuGTYyydF9v7mjGqY7nYYtMI>>. Acesso em: 7 dez. 2022.

Pedi demissão e recebi um NÃO como resposta. rrsrs. Isso mesmo, não me dispensaram e disse que eu poderia trabalhar na casa deles e na escola, que dariam um jeito. Então a patroa me ajudava.. isso mesmo... ela me ajudava nas tarefas da casa e fazíamos o almoço mais cedo, e sim, eu almoçava na maioria das vezes antes deles, pra poder ir pra escola. E assim foram 2 anos nessa rotina. Era uma professora e empregada domestica feliz.

Sim, existe patroes “gente”.

Hoje somos muito amigos, moramos na mesma cidade. E nos falamos diariamente. Amo essa família!<sup>38</sup>

Ainda que, em comparação com as outras categorias, sejam poucos os relatos que abordem boas experiências, é muito importante atentar-se especificamente para esta categoria, pois compreender quais sentidos as trabalhadoras atribuem a uma “boa experiência” no trabalho colabora inclusive para o entendimento das outras experiências, em comparação.

No relato de A. A., percebeu-se que uma “boa experiência” para ela está nos padrões gostarem dela, realizarem tarefas em conjunto e poder almoçar junto da família. Além disso, ela conta que foi liberada por eles para realizar uma entrevista em outro emprego, em contrapartida de experiências de outros relatos das categorias acima, onde os empregadores normalmente apresentam descontentamento diante de um possível novo emprego das trabalhadoras. Por fim, A. A. conta que é amiga da família e que os ama.

Tais aspectos perpassam a afetividade que é construída nas relações da profissão, conforme abordado no capítulo anterior (2.4 O AFETO E A SUBJETIVIDADE NO SERVIÇO DOMÉSTICO). Logo no início da seção citada, o relato de N. A. fala sobre uma casa onde a patroa era uma pessoa que a tratava muito mal, enquanto o seu filho era gentil e se tornou um amigo da trabalhadora, tendo a protegido em uma situação em que seria repreendida pela patroa. Relatos desta categoria demonstram como o afeto, a gentileza e o reconhecimento são aspectos muito valorizados pelas trabalhadoras.

Alguns relatos, por sua vez, apresentam um antagonismo entre o que seria uma casa que trouxe “experiências ruins” e uma casa com “boas experiências”. Neste caso, o relato de D. C. F. também menciona que uma boa casa é onde se pode comer com os padrões, onde se pode compartilhar ambientes e utensílios; enquanto uma experiência ruim se caracteriza pela vigilância, por não poder servir sua própria comida, nem escolher a quantidade ou o que se pode comer.

---

<sup>38</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de A. G.** [...]. s. l., 3 ago. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid02srPbdYsrhjcwrcRXohYyiKaTpDKvtsqcApV kHxaSNi19Y76o6dkBupnxZf9mbxGql>>. Acesso em: 7 dez. 2022.

Figura 39: Relato de D. C. F.

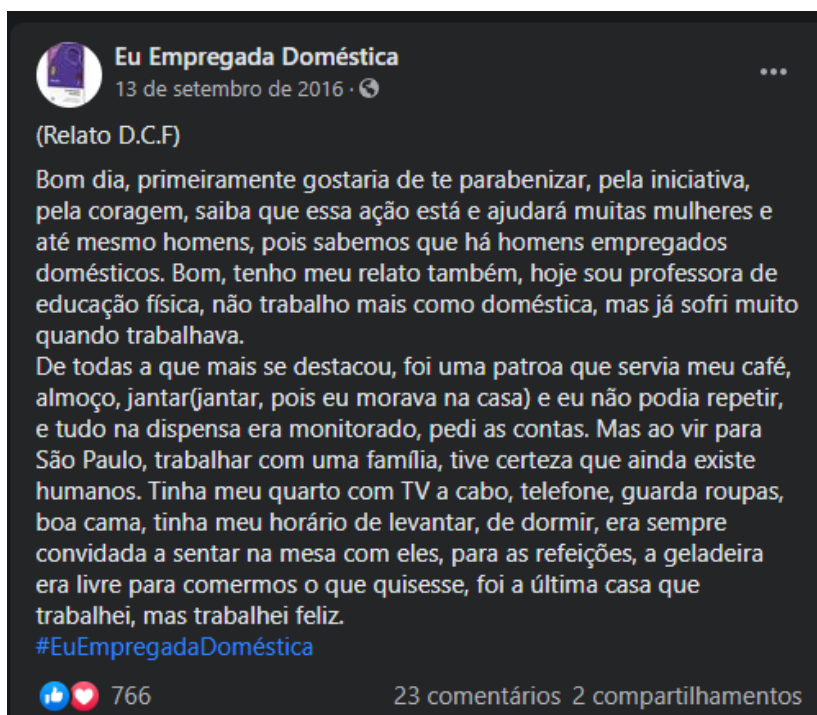
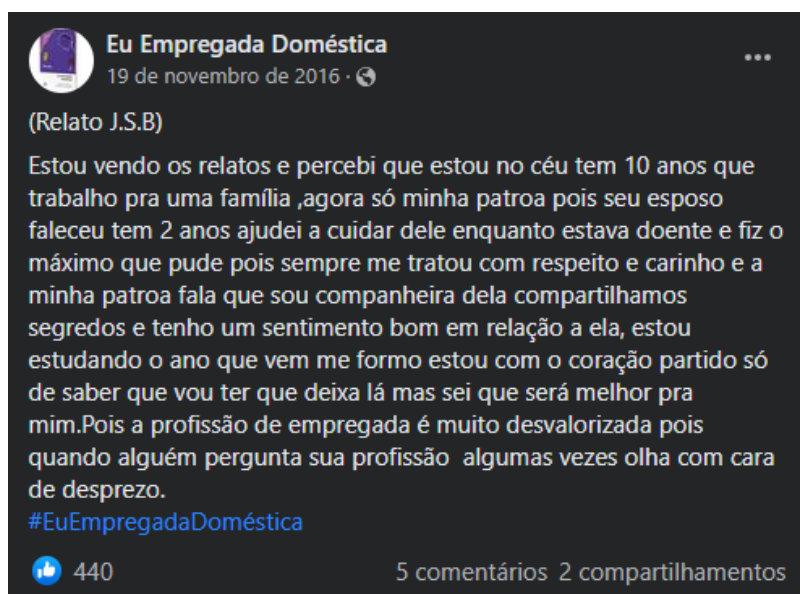
Fonte: Facebook<sup>39</sup>

Figura 40: Relato de J. S. B.

Fonte: Facebook<sup>40</sup>

<sup>39</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de D. C. F.** [...]. s. l., 13 set. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0Ai9gpUpRFwrFr1xDZrV1X6Gs7PeiFDMuoSJDvGsTjLtHEqUPShoe3JQyBuBkPoRml>>. Acesso em: 7 dez. 2022.

<sup>40</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de J. S. B.** [...]. s. l., 19 nov. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em:

No relato de J. S. B., novamente se encontra a associação entre uma boa experiência e certo grau de intimidade com a patroa, que segundo ela “sempre me tratou com respeito e carinho”.

#### 4. “NÃO SOU EMPREGADA DOMÉSTICA MAS JÁ PREENCIEI VÁRIOS ABSURDOS”: A PERSPECTIVA DOS FILHOS, NETOS E OUTROS ATORES SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO

Uma conhecida casou e, como presente de casamento, seus pais mandaram pra casa dela a empregada da casa deles, que era “muito boa de trabalho e ia ajudar neste começo de casamento”. A moça ficou extremamente feliz e disse que foi um dos melhores presentes de casamento.<sup>1</sup>

Diferente dos relatos apresentados no capítulo anterior, durante as próximas seções serão apresentadas as perspectivas de pessoas<sup>2</sup> que enxergam o serviço doméstico “de fora”, produzindo suas interpretações a partir da experiência de outra pessoa, sendo este o motivo principal da separação da análise dos relatos em dois capítulos distintos. Ainda, uma segunda divisão se fez necessária: entre os relatos que foram produzidos por outras pessoas que não trabalhadoras domésticas, percebeu-se a necessidade de delimitar quais destes foram escritos por filhos ou netos delas, pois ainda que enxerguem as experiências com um olhar “de fora”, no decorrer do capítulo pretende-se demonstrar como a construção dos relatos desta categoria tratam tanto de uma experiência vivenciada pela mãe/avó quanto de que maneira o acontecimento interfere na vida de quem relata.

É interessante perceber que, em alguns momentos, os relatos escritos por outras pessoas não necessariamente possuem uma opinião diante do ocorrido; o objetivo de enviar o relato parece estar muito mais associado a simplesmente compartilhar com outras pessoas. No caso do relato de C. M., ela apenas relata uma situação observada, sem expor a sua própria percepção sobre o acontecimento.

Porém, o que se pode interpretar a partir do seu relato é a causa para que ela tenha escolhido compartilhá-lo, ainda que ela não indique o porquê. Ela conta que uma conhecida “recebeu” de presente de casamento a trabalhadora que já prestava serviços para a família, como uma herança, um objeto. Isto se dá, por sua vez, pela desumanização da trabalhadora, considerada como uma “coisa”, podendo, portanto, ser entregue como um presente. Este aspecto retornará na discussão no decorrer do capítulo.

<sup>1</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de C. M.** [...]. Brasília, 25 nov. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid02nZHtctChy5epzUX7TsG6Z9gXT6YXQk8AQjgXK8TJrdLzVT1qyvAWDH8EczKuzDBU1>>. Acesso em: 8 dez. 2022.

<sup>2</sup> Durante este capítulo, nem todos os relatos possuem indicação do gênero de quem escreve, portanto, na ausência de identificação, serão utilizados pronomes femininos pela concordância com o substantivo feminino “pessoa”.

Em relação às categorias, pretende-se abordar tanto os relatos dos filhos e netos quanto os relatos de outras pessoas em conjunto, por conta do número total de relatos, indicando as divergências existentes entre ambas perspectivas. Desse modo, abaixo as duas tabelas apresentam a relação de relatos, separados pelas categorias.

#### 4.1 RELATOS DE OUTRAS PESSOAS

Diferente dos relatos de trabalhadoras, aqui alguns assuntos não se encaixavam em nenhuma das categorias elaboradas, abordando acontecimentos muito pontuais ou questões que não aparecem em outros relatos. Ainda assim, optou-se por não os descartar por acreditar que demonstrar tais “pontos fora da curva” enriquecem a análise.

Tabela 4: Relatos de filhos e netos, separados por categorias

<b>Categoria</b>	<b>Quantidade de relatos</b>
Assédio sexual	3
Humilhação	13
Distinção	33
Referências à escravidão	18
Racismo	5
Acusações de roubo/desconfiança	7
Sobrecarga/acúmulo de função	4
Direitos trabalhistas	6
Boas experiências	7
Outros	18
Total	114

Do mesmo modo, abaixo se encontra relação dos relatos escritos por outras pessoas.

Tabela 5: Relatos de outras pessoas, separados por categorias

<b>Categoria</b>	<b>Quantidade de relatos</b>
Assédio sexual	3
Humilhação	10

Distinção	20
Referências à escravidão	4
Racismo	3
Acusações de roubo/desconfiança	4
Sobrecarga/acúmulo de função	5
Direitos trabalhistas	6
Boas experiências	3
Outros	7
Total	65

#### 4.1.1 Assédio sexual

Minha mãe trabalhava em uma casa e lá morava a senhora e seus três filhos mais uma nora é um neto, era uma casa enorme e minha mãe trabalhava sozinha isso quando não tinha que olhar o neto, a nora se achava a dona da casa mandava em tudo principalmente na minha mãe, a dona da casa era “boazinha”, mais também gostava de explorar um pouco minha mãe, os filhos então nem se fala todos uns folgados, em um certo dia minha mãe chegou em casa falando que tinha sido demitida, perguntei porque, ela disse que um dos filhos da patroa chegou nela e pediu pra ela fazer sexo oral nele, ela disse que não que era uma falta de respeito dele com ela e com a esposa dele, aí ele saiu fora, aí minha mãe chegou na patroa e contou o ocorrido e a patroa preferiu demitir minha mãe pra não acabar com o casamento do filho. Hoje minha mãe trabalha numa empresa, e é respeitá.<sup>3</sup>

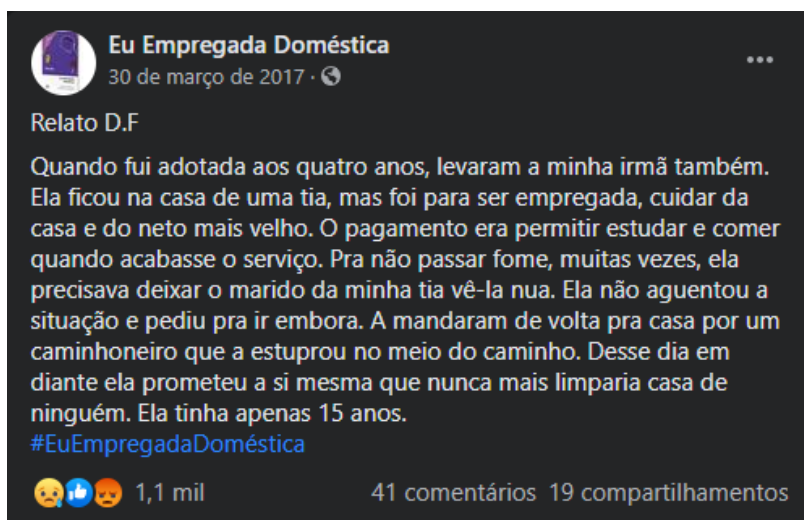
Conforme já discutido anteriormente, a questão do abuso sexual se faz ainda muito presente no cotidiano do trabalho doméstico remunerado, sendo muitas vezes relativizada e velada pelas famílias empregadoras, principalmente quando são os filhos os abusadores. No relato de L. R., ela conta que sua mãe foi assediada pelo filho da patroa, que optou por demiti-la para não “acabar com o casamento do filho”.

De maneira parecida, D. F. conta que ela e a irmã foram adotadas – ao que o relato indica, por famílias diferentes –, tendo sua irmã sido levada por uma tia, onde realizava as tarefas domésticas e recebia como “pagamento” comida e a permissão para estudar. Nesse contexto, D. F. conta que a irmã sofria assédio sexual do marido da tia e que, ao fugir dessa situação, acabou por sofrer outro abuso. No fim, ela afirma que a irmã “prometeu a si mesma que nunca mais limparia a casa de ninguém”, indicando que a irmã vincula os abusos sofridos com o trabalho doméstico.

<sup>3</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de L. R.** [...]. s. l., 22 set. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0LGB7XZ9WEis7ygf1BrdEqMh67TiTJDsaj2w5yCyfqeNiZT6ecVXLLB7XuA4SnSFJl>>. Acesso em: 8 dez. 2022.

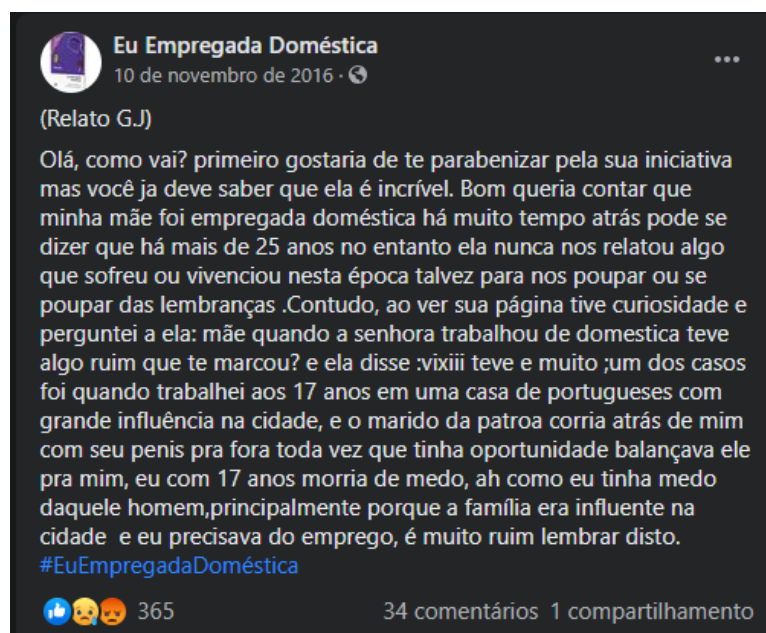


Figura 41: Relato de D. F.

Fonte: Facebook<sup>4</sup>

Em outros casos, como o relato de G. J., que fala sobre uma vivência de sua mãe, ela afirma que a mãe “nunca nos relatou nada que sofreu ou vivenciou” e que ela, ao se deparar com a página teve curiosidade e perguntou.

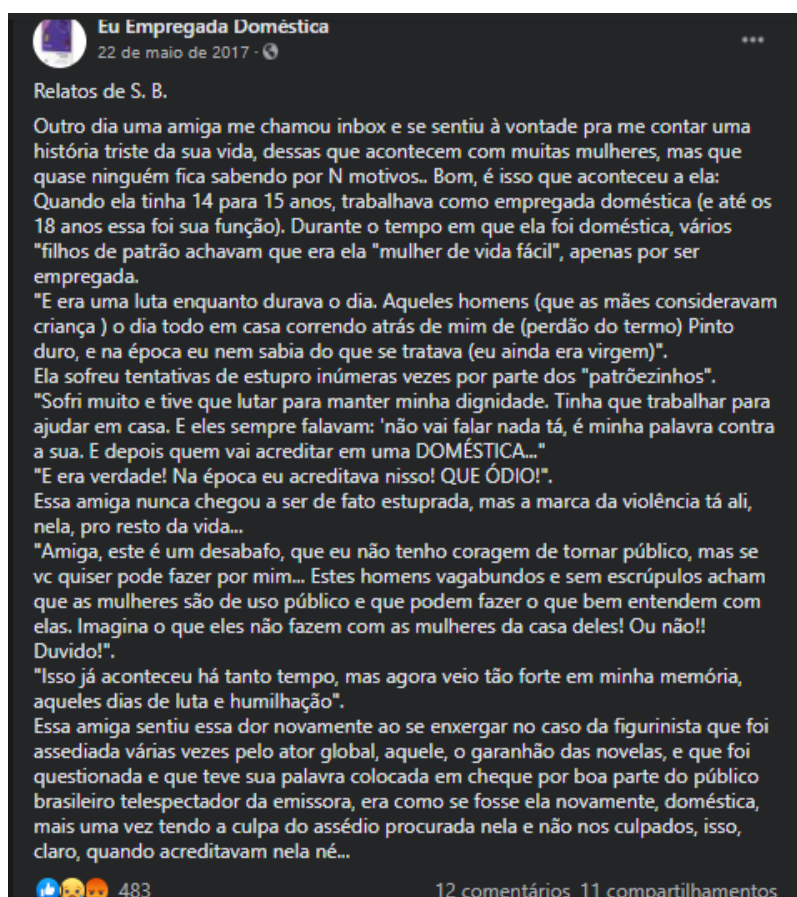
Figura 42: Relato de G. J.

Fonte: Facebook<sup>5</sup>

<sup>4</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de D. F.** [...]. s. l., 30 mar. 2017. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid06eUcU4fBCM5dsynrcTdRWqhzUhrNUvDCn4yahnuwB2mj4yJb13bLeNGRc21q94fl>>. Acesso em: 8 dez. 2022.

Já no caso de S. B., ela traz um relato de uma amiga. Assim como neste, outros relatos trazem a informação de que a trabalhadora não se sentiu confortável para compartilhar o relato na página, mas permitiu ou solicitou que outra pessoa o fizesse.

Figura 43: Relato de S. B.



Fonte: Facebook<sup>6</sup>

Além disso, todos os relatos ocorreram com jovens entre 14 e 18 anos, que precisavam trabalhar para complementar a renda de suas famílias ou para garantir o próprio sustento, fazendo com que ficassem dependentes e conseqüentemente mais suscetíveis a tais situações abusivas por não terem recursos para sair delas.

<sup>5</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de G. J.** [...]. s. l., 10 nov. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em:

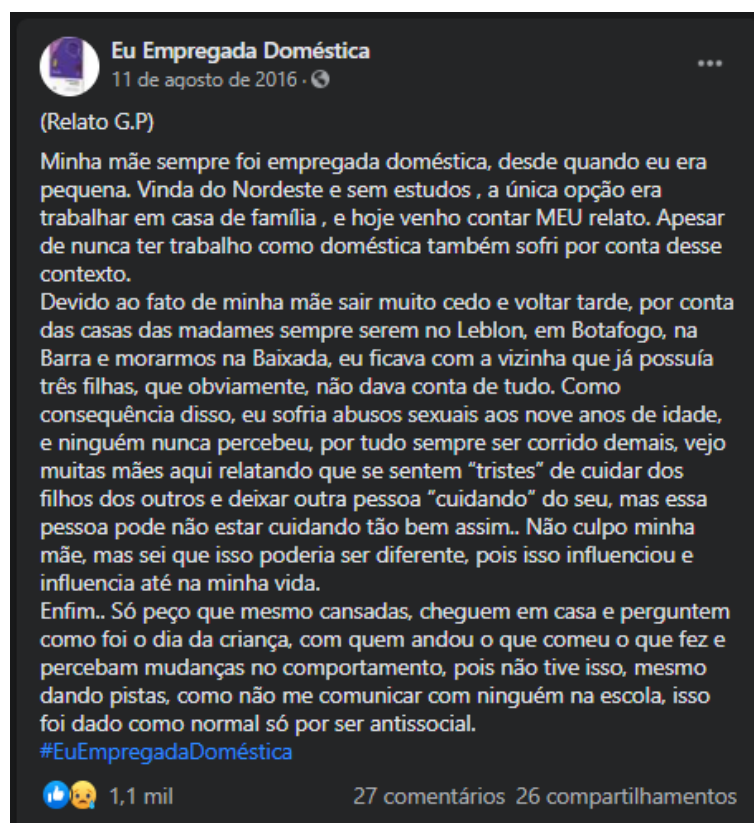
<<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid022p1qfF1CWpuR7C794VhTZF5Zwbztzd8s11x14Jbzf8Z7KaCtQkTKdbzJAsXhFrXPl>>. Acesso em: 8 dez. 2022.

<sup>6</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de S. B.** [...]. s. l., 22 mai. 2017. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0EaUCqhbuVEgkfV9kUAX4wUv6s8UfhhuD3CdQce8ZUL9XauxS4MK8aa1vyF3enqGbl>>. Acesso em: 8 dez. 2022.

Por outro lado, algumas situações relatadas pelas filhas e filhos não contam somente a perspectiva de suas mães enquanto trabalhadoras domésticas, mas também trazem as suas próprias vivências diante da profissão exercida pelas mães, como é o caso do relato de G. P.

Figura 44: Relato de G. P.



Fonte: Facebook<sup>7</sup>

Ainda que ela não culpabilize a sua mãe pelos abusos sofridos, ela atribui o ocorrido ao fato de que percebe que muitas mães trabalhadoras domésticas cuidam “dos filhos dos outros” enquanto seus próprios filhos estão sendo, por sua vez, cuidados também por outras pessoas.

#### 4.1.2 Humilhação

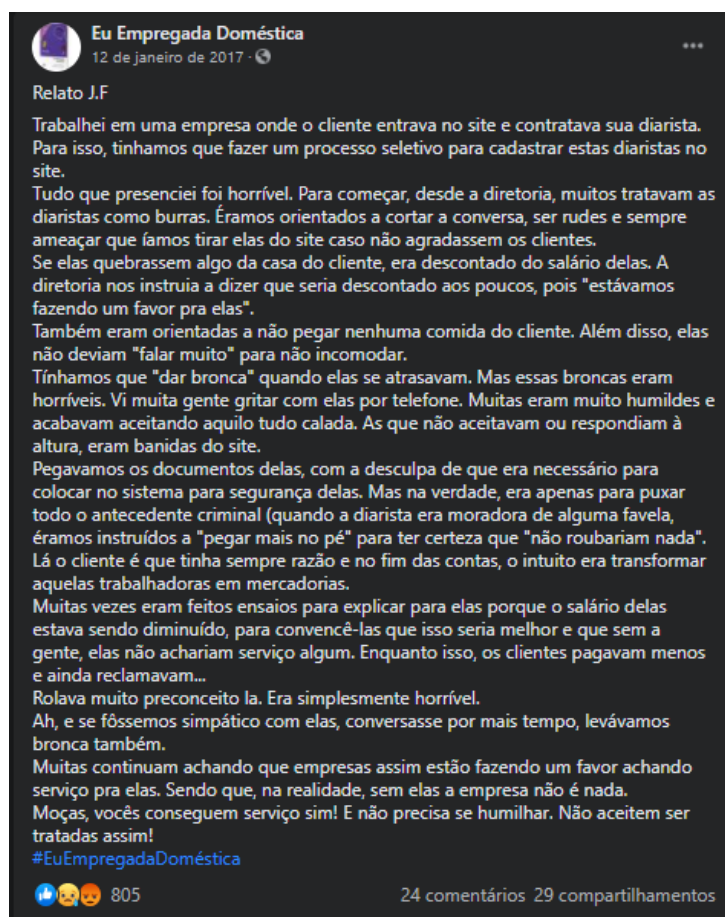
Sou filha de uma dona Maria, sofrida como tantas outras, mulher forte que batalha desde quando se entende por gente. Aos 13 anos saiu de casa, pois era punida por ser fruto de uma traição, foi trabalhar como doméstica e tinha os braços tão franzinos que o esforço para dar conta do serviço tinha que ser sobre-humano. Certa ocasião

<sup>7</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de G. P.** [...]. s. l., 11 ago. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid02MHurTC64d3j6ZbP2iHSR2uQCtR53hj7o6dThRjmM18BbxR9W7zExCub3aQKuY9ial>>. Acesso em: 8 dez. 2022.

uma peça de roupa não fora lavada o suficientemente bem, segundo a patroa, então a menina teve a roupa esfregada no rosto até o nariz sangrar. Após passar por isso, ainda foi molestada pelo dono da casa, e já se era de imaginar que a esposa dele não acreditaria na confissão daquela simples empregada. Foi expulsa e voltou para sua cidade de origem, onde teve uma filha, que desde criança a acompanhava no trabalho e assistia toda humilhação que a mãe sofria, e ainda ter que se calar ao ouvir pessoas “bem sucedidas” dizerem que tudo é apenas uma questão de esforço e merecimento.<sup>8</sup>

No relato de F. A., ela conta a história de sua mãe, que começou a trabalhar aos 13 anos, após ter saído de casa onde era maltratada pela família; desse modo, começou a trabalhar como doméstica para se sustentar. Ela conta que acompanhava a mãe quando criança e que “assistia toda a humilhação que a mãe sofria”.

Figura 45: Relato de J. F.



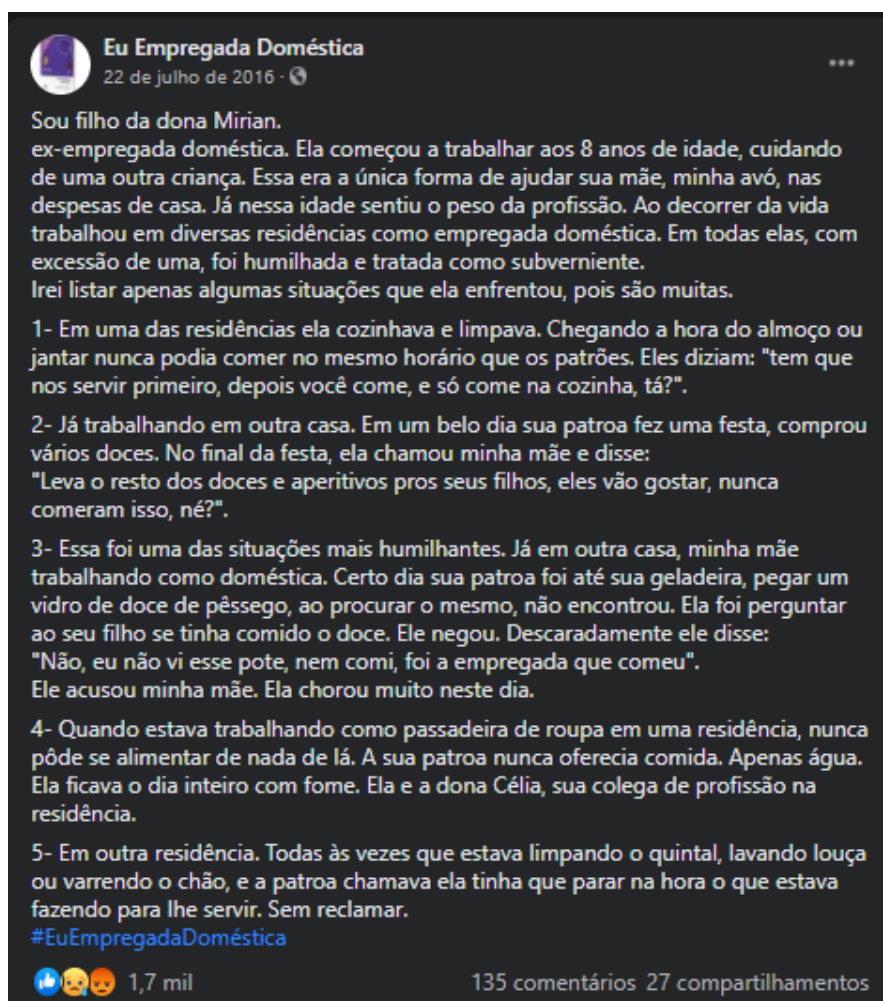
Fonte: Facebook<sup>9</sup>

<sup>8</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de F. A.** [...]. s. l., 4 set. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid035fMiKd8io7cNWpsCmnYfc2s2MY9KsesdZEgq99Htv1k3oXpjpqqjHyUzb3vM5NB6l>>. Acesso em: 8 dez. 2022.

<sup>9</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de J. F.** [...]. s. l., 12 jan. 2017. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em:

Já o relato de J. F. conta uma situação ocorrida em uma agência de contratação de diaristas, onde ela trabalhava e era orientada a “cortar a conversa, ser rudes e sempre ameaçar que íamos tirar elas do site caso não agradassem os clientes” e que “se fôssemos *simpatico* com elas, conversasse por mais tempo, levávamos bronca também”.

Figura 46: Relato de filho de Mirian



Fonte: Facebook<sup>10</sup>

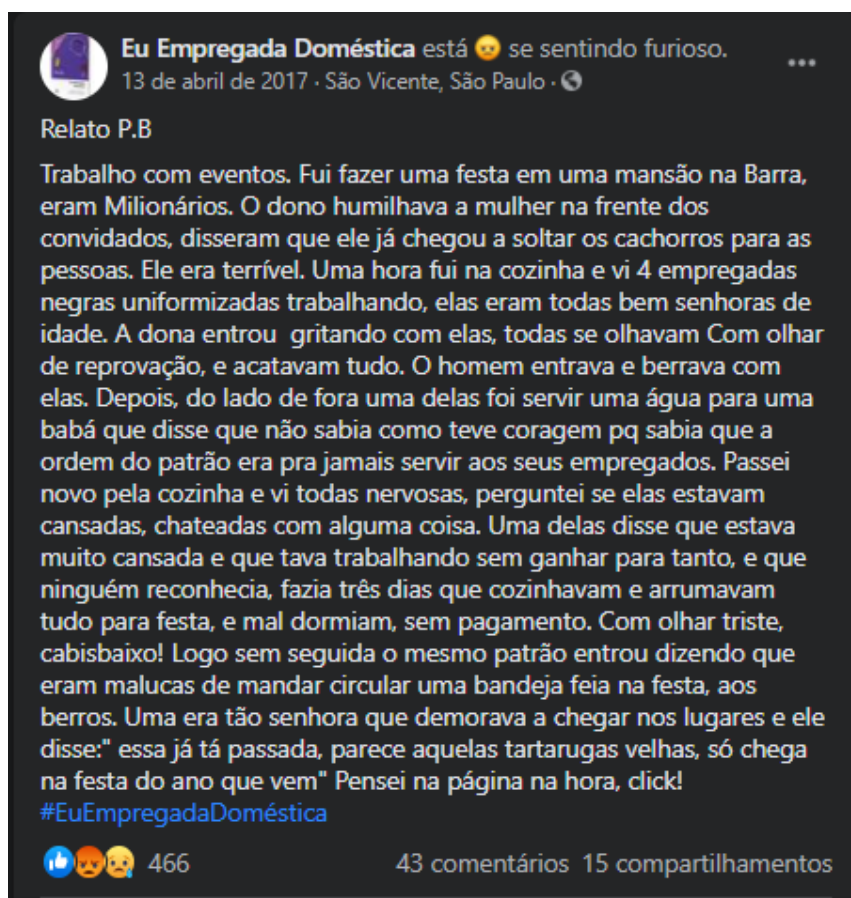
Em outro caso, um relato cuja única identificação é “filho de dona Mirian”, ele nos conta situações em que considera que sua mãe foi humilhada e tratada como “subserviente”.

<<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0J3rSjRLKQDj4U2x85ndzZcPWU6c7m4iXB4E1Tv4hWqAnAMNK1JRJVMkCGGWwGPUgl>>. Acesso em: 8 dez. 2022.

<sup>10</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Sou filho da dona Mirian**. [...]. s. 1., 22 jul. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid02a7JgdzD3sh17rnHPRxxjJ2cY4MXuXyPA8vSfqokyw48cVgg2NGWkt2gy63hRkrRJI>>. Acesso em: 8 dez. 2022.

Assim como em grande parte dos casos, Mirian começou a trabalhar ainda criança, aos 8 anos. Durante o seu relato, é possível perceber que diversos aspectos presentes em relatos de outras categorias são considerados como situações humilhantes, como não poder comer junto dos patrões ou as mesmas coisas que eles, ser vítima de acusações de roubo ou passar por desconfiança, por exemplo.

Figura 47: Relato de P. B.



Fonte: Facebook<sup>11</sup>

Os relatos de outras pessoas muitas vezes se trata de situações onde a pessoa não integra o núcleo familiar contratante do serviço doméstico, muitas vezes se tratando de outros prestadores de serviço contratado pela família ou familiares que não moram na residência, mas que frequentam com alguma recorrência.

<sup>11</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de J. F.** [...]. Rio de Janeiro, 13 abr. 2017. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0n1J7ERtCuWoH9HByx6ExJXPYiZpvo261uHh3RsY7UnncX6yVF2NRQoQ4ccUn7Eo11>>. Acesso em: 8 dez. 2022.

### 4.1.3 Distinção

Gostaria de pedir que a publicação fosse anônima minha tia ficaria chateada pois ela não vê nada de mais nisso ...ela acha normal que esse é o lugar dela  
Tenho uma tia que é empregada doméstica e dorme no trabalho. depois que ela bota o jantar da família que eles comem e sentam na sala para tomar café e conversar ela tem que ir ao quarto da filha mais velha que é médica para retirar a colcha o lençóis de cima posicionar os travesseiros para sinhá deitar para dormir.. com a cama desfeita e afogada

Leblon ..RJ .. 2016 ..Brasil

Como minha mãe e tias que foram e são empregadas domésticas até hj\*

Minha mãe e negra meu pai loiro de olhos verdes eu nasci branca de cabelo liso e meu irmão mais branco ainda e loiro ... Todas as vezes em que íamos em praças na zona Sul do Rio as pessoas achavam que minha mãe era nossa babá.<sup>12</sup>

\*As palavras abreviadas podem ser consultadas no anexo Glossário.

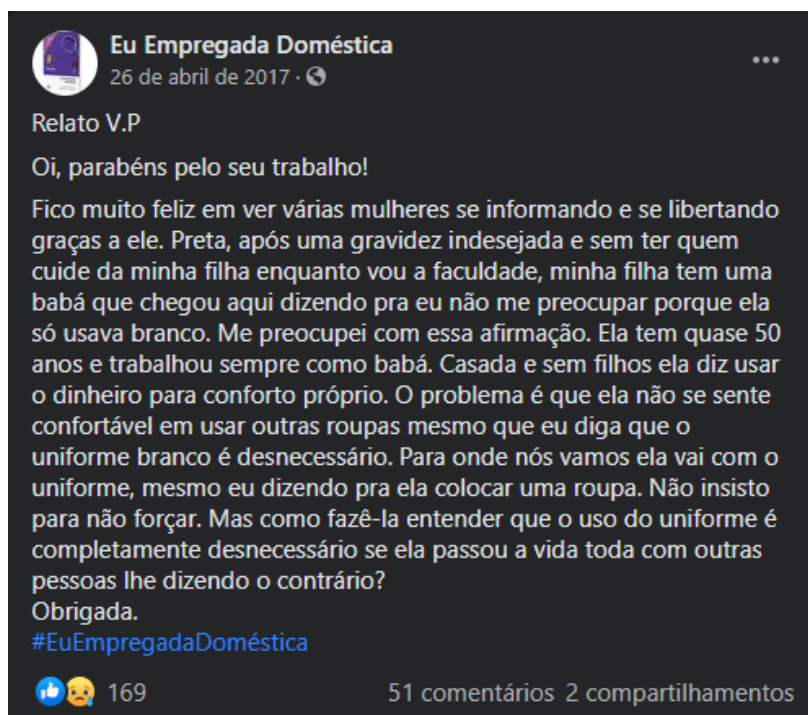
A distinção, conforme abordada no capítulo anterior, desvela uma percepção negativa por parte das trabalhadoras em situações em que elas são tratadas como “diferentes”, ao passo que acontecimentos onde elas se sentem mais “próximas” e iguais aos seus empregadores são vistos como positivos para as trabalhadoras. Por outro lado, em alguns casos como o exposto pelo relato de A. G., que conta a história de sua tia, “ela acha [a diferença] normal que esse é o lugar dela”. Para que a tia não se sinta chateada, ela pede que seu relato não seja identificado.

De maneira muito parecida, o relato de V. P., que é uma patroa, conta que ao contratar uma babá para realizar os cuidados com sua filha, foi surpreendida ao ouvir que ela não se preocupar pois “ela só usava branco”. A. G. conta que “ela [a trabalhadora] não se sente confortável em usar outras roupas, mesmo eu dizendo pra ela colocar uma roupa”. Neste caso, assim como no relato de A. G., parece que após outras experiências na profissão o “lugar” de distinção da trabalhadora foi internalizado, na maneira de agir, de se vestir e de concepção de si própria, principalmente quando A. G. diz que a tia acha que “esse é o lugar dela”.

Quando a situação é contrária, muitos empregadores expressam ter a concepção de que existem locais estipulados para si próprios e o “lugar da empregada”, estando em campos opostos. Ao acompanhar tais relatos, fica nítido que essa diferenciação não só é muito presente como incide fortemente sob o comportamento tanto das trabalhadoras quanto das patroas e patrões. Ainda que, neste caso em específico a patroa não exija que essa distinção seja cumprida pela trabalhadora, ela o faz. As estruturas permanecem as mesmas.

<sup>12</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de A. G.** [...]. Rio de Janeiro, 13 abr. 2017. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0nucD2k3MS5B2LeUbuRe265if88jqR2g2WKDLxezzjACKhizPtUKWJep277xqMYdKl>>. Acesso em: 8 dez. 2022.

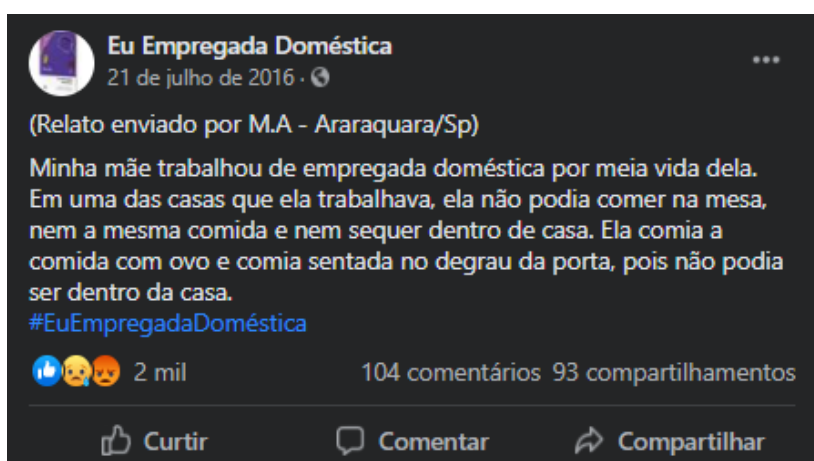
Figura 48: Relato de V. P.



Fonte: Facebook<sup>13</sup>

No relato de M. A., ela conta que sua mãe não podia comer nem a mesma comida que a família empregadora, sentar-se à mesa e nem mesmo dentro da casa; por conta disso ela comia sentada nos degraus da porta da casa.

Figura 49: Relato de M. A.



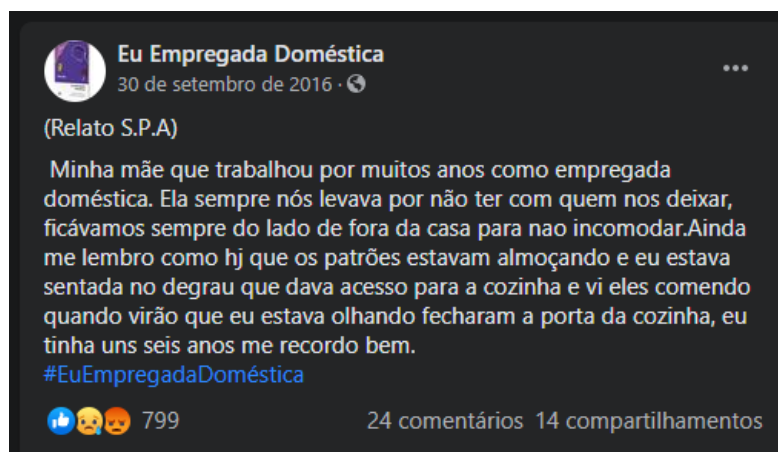
Fonte: Facebook<sup>14</sup>

<sup>13</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de V. P.** [...]. s. 1., 26 abr. 2017. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid03ASNH8Q7i9pcAUsEBjd6B96U94pKLTWmf4mbR6Ei1ug4fJh5Vyb6pG4bqyN3qCrpl>>. Acesso em: 8 dez. 2022.



De maneira muito parecida, o relato de S. P. A. traz uma experiência sua, quando acompanhava sua mãe no trabalho e observava os patrões almoçarem sentada nas escadas. Ao perceberem que ela olhava, eles fecharam a porta. Ambas as situações ilustram muito bem a delimitação dos espaços, pois se a mãe de V. P. só podia comer nas escadas, fora das dependências da casa, já a S. P. A. não podia nem mesmo olhar para a família enquanto eles comiam.

Figura 50: Relato de S. P. A.



Fonte: Facebook<sup>15</sup>

#### 4.1.4 Referências à escravidão e racismo

Ola, tenho um triste relato! Minha mãe tem uma prima que trabalhou na de uma família surreal... Trabalhava de segunda a sábado, dormia no serviço, e no sábado a noite tinha permissão para ir em casa ver a filha, que ficava lá em casa com a gente, em 2008, ficou grávida da segunda filha, a patroa decidiu transferir a empregada para o sítio, no interior de SP, para a empregada morar lá e ser caseira. Lá, limpava, lavava, carpinava, cuidava de cachorro, lavava os cavalos, limpava piscina. Era uma escrava. Quando os patroes vinham pro sitio nos finais de semana e feriados, empregada montava a mesa e ficava ao lado dos senhores, observando, caso algo faltasse na mesa.... depois de tirar a mesa, lavar a louça poderia comer sua comida. Os filhos tomavam banho, e deixavam as calcinhas no chão do banheiro pra empregada, roupa era tudo pelo chão, compraram um sininho, para quando forem chamar a empregada, não gritar... era só balançar que ali estava a empregada. O pior veio em 2009, enquanto a empregada limpava a bagunça que os patrões fizeram no dia das mães, a filha mais velha (que morava com a gente antes dela ir pro sitio) caiu na piscina, e morreu afogada! Foi o maior desespero, a família toda correu, fomos

<sup>14</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de V. P.** [...]. Araraquara., 21 jul. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0XgRcrXrqsH7fsN3n2uYAZTmB3GdzscH5Ds paoQFRAYk7NEWKMH9YDUdQZKwmVPSl>>. Acesso em: 8 dez. 2022.

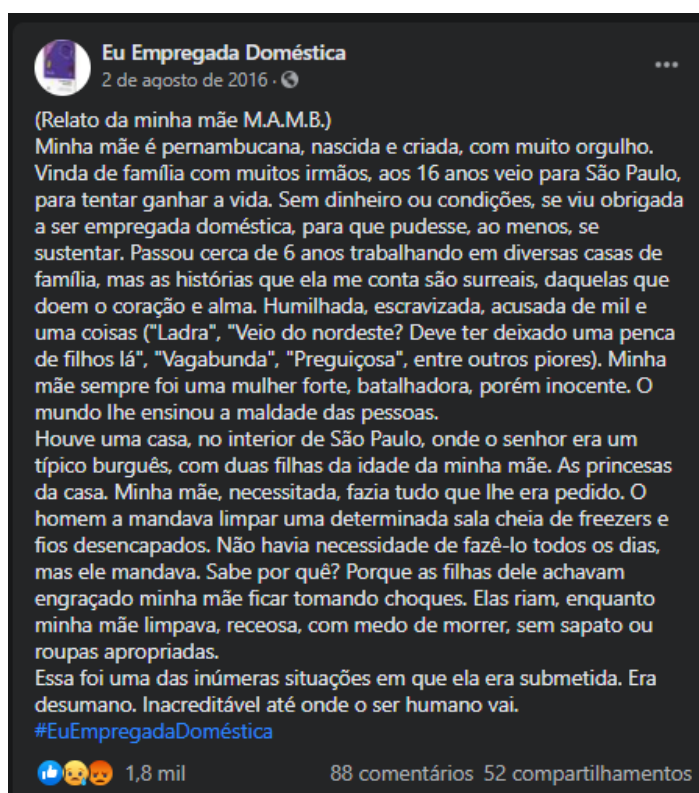
<sup>15</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de S. P. A.** [...]. s. l., 30 set. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid02fAeHR7nbdoNkBoN7E9uNVpRMLPGYJ8v qcMBNMwiUKovjLVXhoeFzpwQxE5fKK15ql>>. Acesso em: 8 dez. 2022.

para o local, chegando lá, os patrões estavam com ela no velório simplesmente foram pra casa descansar, dormiram a noite toda, e nós da família ali naquele sofrimento sem fim! N dia seguinte, dia do velório... apareceram, enterramos o corpo e todos foram embora! Após muita insistência, nossa ela veio embora desse sitio, afinal ali era um lugar de muita dor, mas ainda tinha sua filha! A patroa disse que iria mandar ela embora, com todos os seus direitos, afinal a empregada trabalhou para eles por 18 anos.... quando pegamos a carteira, a patroa antes de transfirir ela.... deu baixa na carteira como se ela tivesse pedido as contas, e recontratou com menos 200 reais do salário mínimo na época, e quando dispensou fez a mesma coisa! Como a empregada não sabe ler, assinou a papelada e saiu com 2 mil reais de 18 anos de trabalho e sem 1 filha! Pode identificar sim, o nome da empregada é Julia! Julia até hoje ora em prol dessa família, afinal a única coisa que eles tem é dinheiro e que de alguma forma Deus cobra.<sup>16</sup>

De maneira muito semelhante aos relatos enviados por trabalhadoras domésticas, quando se menciona escravidão em alguma medida, associa-se com a grande quantidade de tarefas desempenhadas pela trabalhadora, pela remuneração ser considerada muito baixa ou por conta do tratamento da família para com ela.

Figura 51: Relato de filha da M. A. M. B.



Fonte: Facebook<sup>17</sup>

<sup>16</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de T. M.** [...]. s. l., 7 jul. 2017. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid02DZVgf39Sjd5nmZF4UnHwbhMwPLqSVFfWatGPsoDR1bKRb6DmtN9gks3U69Szm251>>. Acesso em: 8 dez. 2022.

<sup>17</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de M. A. M. B.** [...]. São Paulo, 2 ago. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em:

Figura 52: Relato de E. B. M.



Fonte: Facebook<sup>18</sup>

Em ambos os relatos acima, os filhos apresentam no vocabulário empregado nos textos referências à escravidão, o primeiro tendo afirmado diretamente que a mãe foi “escravizada” e o segundo pontuando que a os relatos expõem as atitudes escravagistas da classe média brasileira.

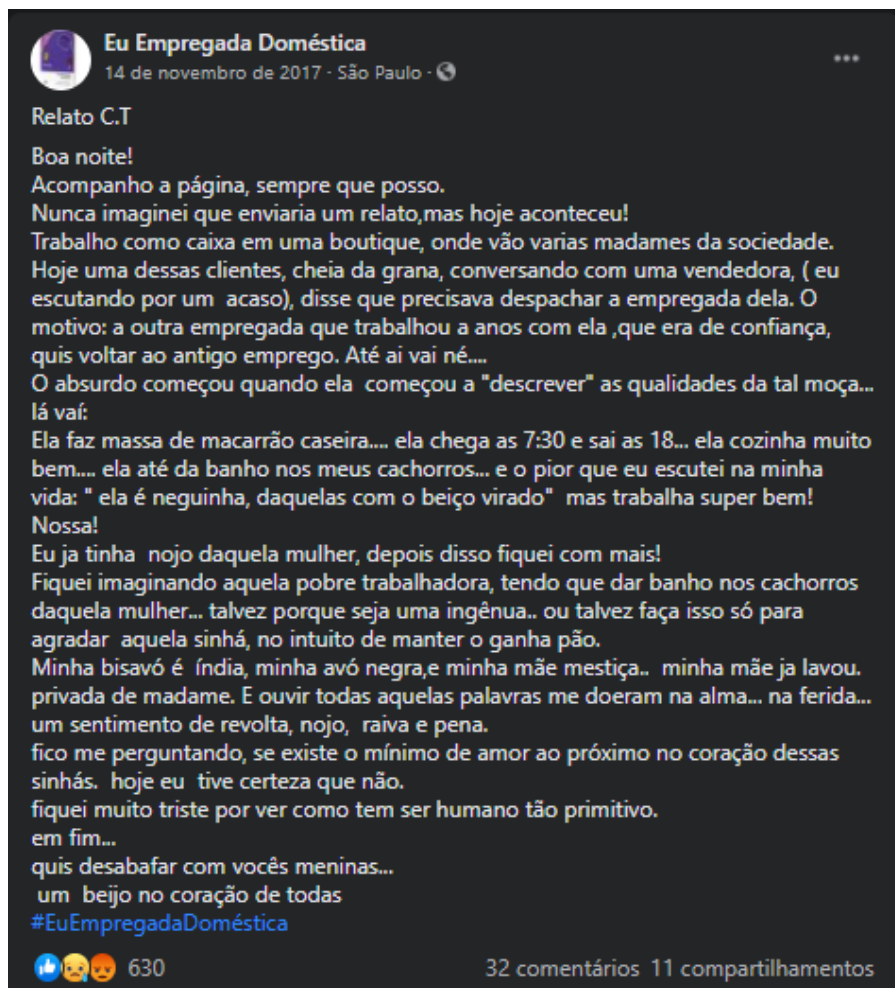
Já o relato de C. T. apresenta uma situação de racismo vista por ela em seu ambiente de trabalho, através do discurso de uma patroa. Em exemplos como este, onde a pessoa não tem qualquer contato com a trabalhadora mencionada no relato, o autor normalmente se apresenta incomodado com aquilo que conta e, por isso, resolve compartilhar com a página. Ainda, existem situações em que quem relata identifica de alguma maneira a si mesmo ou pessoas próximas de sua família ao ocorrido, como é o caso de C. T., que conta sobre uma fala

<<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid034CHP7kCHbVxXy21dt8SiPEfphpQX3AZxdG5H4Eh6DVoaX6xq331pAsR8vt8rMQUwl>>. Acesso em: 8 dez. 2022.

<sup>18</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de E. B. M.** [...]. São Paulo, 9 set. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0F8Mncsz6aAosWY2wVwkTXqB9nkc6PrZsJ3PANazqPh976pDCSex5yCemuhaBkrnFI>>. Acesso em: 8 dez. 2022.

racista que ouviu e conta que sua avó é uma mulher negra, o que de certa maneira pode ter contribuído para a construção da empatia diante do ocorrido.

Figura 53: Relato de C. T.



Fonte: Facebook<sup>19</sup>

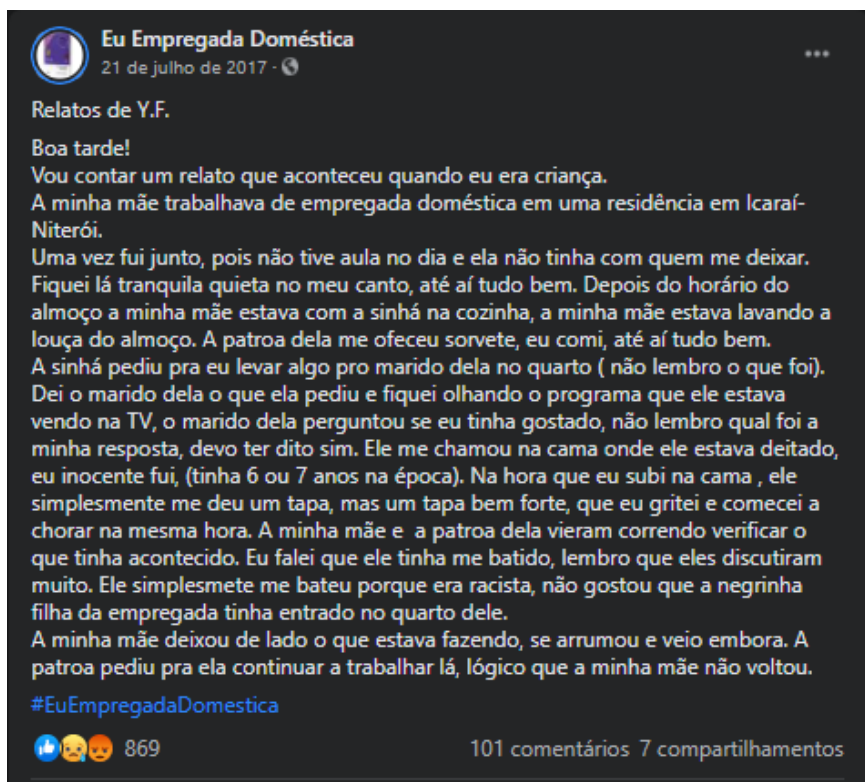
No relato de Y. F., ela conta que sofreu racismo por parte do patrão de sua mãe, pois segundo ela “ele simplesmente me bateu porque era racista, não gostou que a negrinha filha da empregada tinha entrado no quarto”.

Diante de tais situações, percebe-se que a profissão das mães afeta diretamente a vida dos filhos justamente pela proximidade que eles estabelecem com o cotidiano de trabalho delas, por acompanharem-nas nas faxinas, por muitas vezes morarem na mesma casa que as

<sup>19</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de C. T.** [...]. s. l., 14 nov. 2017. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0Q2A9c5bfGDoHj8zye5keJmCrufkoQHTkNcZ5gqbBmr6XmoYG3Qhyeo94ZtRm27H2l>>. Acesso em: 8 dez. 2022.

famílias empregadoras, diferente de outras profissões, onde é cada vez mais difícil encontrar crianças acompanhando suas mães.

Figura 54: Relato de Y. F.



Fonte: Facebook<sup>20</sup>

#### 4.1.5 Acusações de roubo e desconfiança

Uma vez fui fazer um trabalho na casa de uma amiga, e reparei que tinha uma moça fazendo comida, limpando a casa, e mais tarde, no horário em que a irmã mais nova dessa minha amiga voltou da creche (a irmãzinha devia ter uns 3 anos na época), a moça também ficou tomando conta dela. Minha amiga e a mãe dela me apresentaram a moça como se fosse da família, tudo ok e muito lindo. Umás semanas depois minha amiga me conta que estava passando por um problemão em casa, porque na mesinha de centro ficavam algumas jujubas e eles perceberam que o pote tinha menos jujubas que o normal. Eles mandaram a empregada embora, por desconfiar que ela tenha comido umas jujubas, acusando-a de roubo, e disseram que se ela era capaz de roubar um doce, podia decidir roubar qualquer outra coisa (segundo minha amiga, a empregada trabalhava na casa há anos!). No final, descobriram que a irmãzinha estava comendo jujubas escondido antes das refeições, mas eles nunca pediram desculpas à empregada, nem contrataram ela de volta, por orgulho.<sup>21</sup>

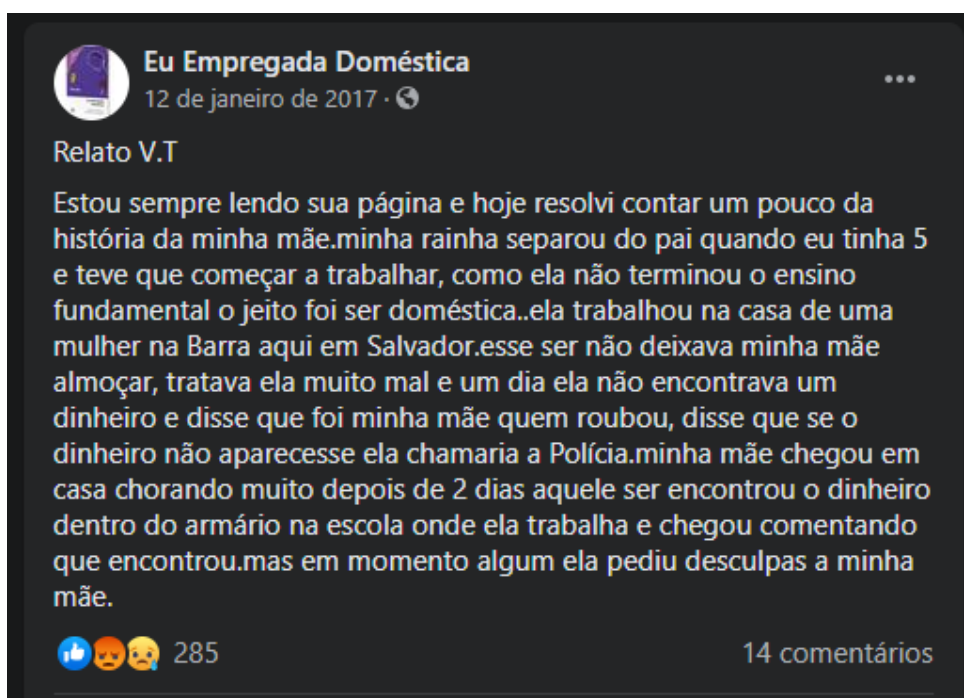
<sup>20</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de Y. F.** [...]. s. 1., 21 jul. 2017. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0PYdw91QTJz6gjuR2pYgX5Eia1ygqE2jYQxS9cDM2mAmtNhVKPH81rLrVBaxsj99zl>>. Acesso em: 8 dez. 2022.

<sup>21</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de B. A.** [...]. s. 1., 9 out. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em:

Os relatos sobre acusação de roubo e desconfiança são de maneira geral muito parecidos com os já apresentados no capítulo anterior, como é possível perceber através do relato de B. A., onde a trabalhadora foi demitida sob a acusação de ter roubado jujubas. Sempre que alguma coisa some ou está fora do lugar na casa, as desconfianças pairam diante da trabalhadora, sem que outras opções fossem antes consideradas, por conta da constante desconfiança alimentada pelas famílias em relação às trabalhadoras em suas casas.

De maneira semelhante, V. T. conta que sua mãe foi acusada de roubar dinheiro:

Figura 55: Relato de V. T.



Fonte: Facebook<sup>22</sup>

Em ambas as situações se comenta que as trabalhadoras não receberam desculpas por serem acusadas injustamente de roubo. É provável que o pedido de desculpas não tenha ocorrido, pois, se a desconfiança é encarada de maneira natural pelas famílias, colocando a figura da trabalhadora num patamar de “estranha” que pode vir a cometer tais delitos, logo ela não está na posição de receber desculpas. Por outro lado, as trabalhadoras se sentem

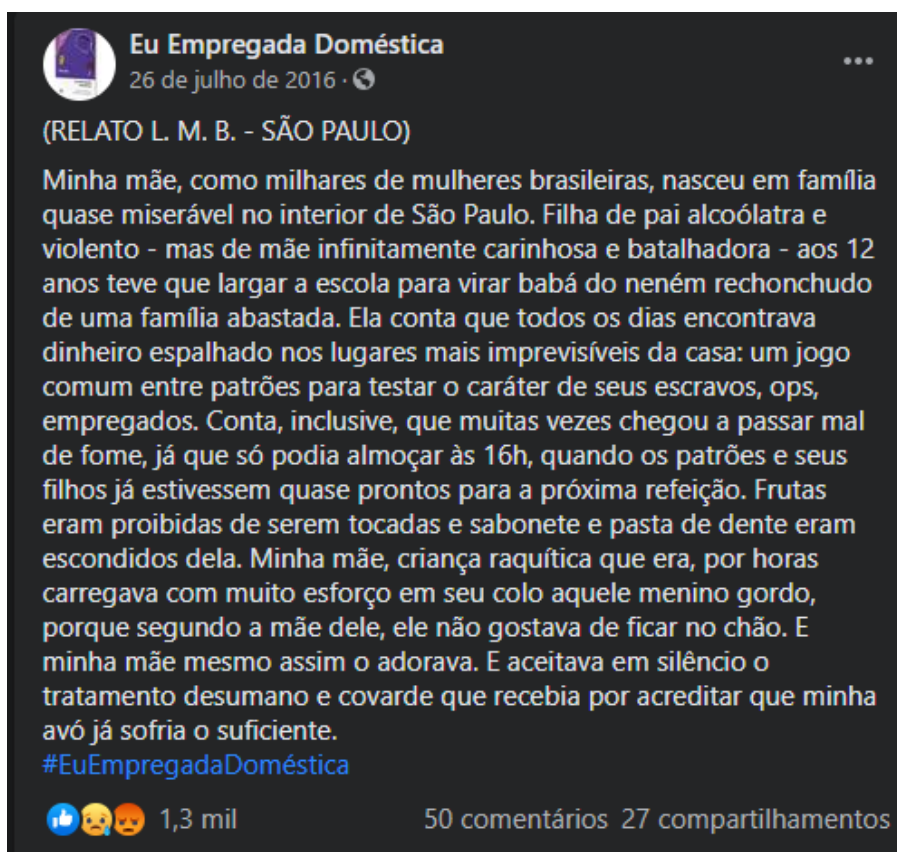
<<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0PYdw91QTJz6giuR2pYgX5Eia1yggE2jYQxS9cDM2mAmtNhVKPH81rLrVBaxsj99zl>>. Acesso em: 8 dez. 2022.

22 EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de V. T.** [...]. Salvador, 12 jan. 2017. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0XakGPEFfS8XUMDXJwZyvLZgvVoHXkfeFxirm22Hik4GwfRWCsdajtLNhEsRw29sFI>>. Acesso em: 8 dez. 2022.

extremamente ofendidas nessas situações e parecem valorizar muito a confiança e o bom relacionamento estabelecido com as famílias, o que explicaria o porquê as desculpas serem realmente importantes tanto para elas, quanto para suas famílias.

Figura 56: Relato de L. M. B.



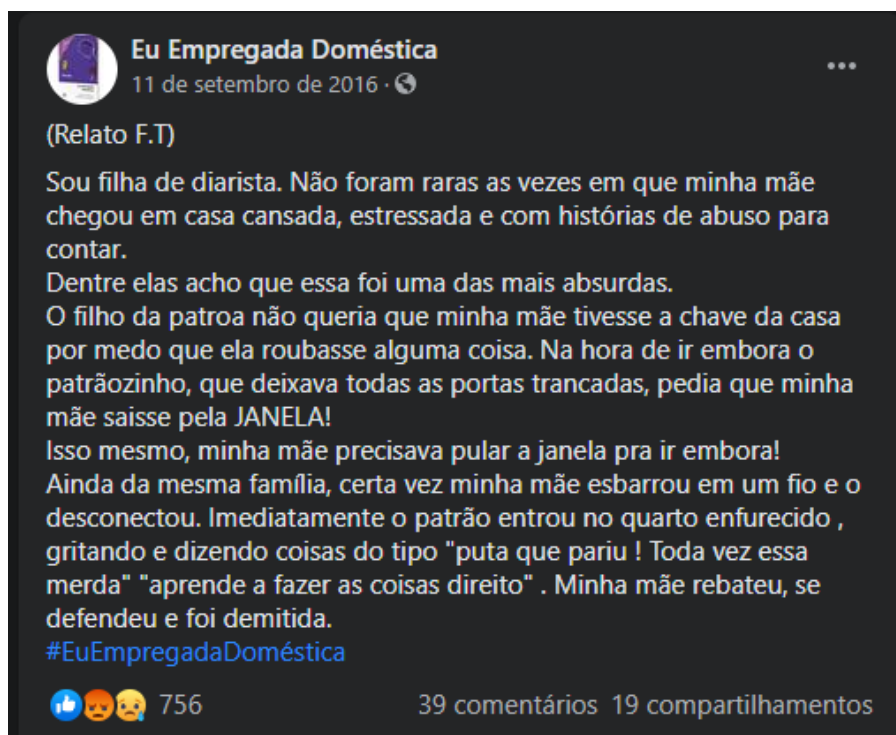
Fonte: Facebook<sup>23</sup>

Assim como menciona L. M. B., um comportamento comum entre patrões e patroas que foi citado algumas vezes entre os relatos é o de esconder dinheiro e pertences pela casa para “testar” o caráter das trabalhadoras, assim como no relato de Preta-Rara citado anteriormente (Nota de Rodapé 27, capítulo 3).

Por conta da desconfiança, alguns relatos contam que os patrões submeteram trabalhadoras ao cárcere, trancando portas e impedindo-as de ir embora sem supervisão, para que não roubassem nada.

<sup>23</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de M. L. B.** [...]. São Paulo, 26 jul. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0RSq8PVw438oEHDBUU4dk5r4VbsRv4nWL Gp5E62576kGB5ZtnKmWCZDUg7zcGtKPMI>>. Acesso em: 8 dez. 2022.

Figura 57: Relato de F. T.



Fonte: Facebook<sup>24</sup>

#### 4.1.6 Sobrecarga e acúmulo de funções

Dia desses eu estava na van e pude escutar uma senhora comentar com a amiga que iria pedir um aumento. Sim, algo que ela considerava um aumento. Estava se queixando pois limpava exatos 3 banheiros, 1 varanda em baixo, 3 quartos sendo todos com sacada, cozinha, sala, copa, sala de jantar e o quintal da casa. A senhora que pedia o aumento, estava falando de nada mais do que 30 reais. Tem noção? Ela fazia TODA essa faxina por míseros 70 reais, e iria pedir para que a patroa passasse a pagar 100 reais. E o pior, além de alguém ser desumano a ponto de pagar 70 REAIS por tanta faxina, é a senhora que achava que iria se dar bem caso recebesse 100 REAIS para lavar em média 15 cômodos. As vezes a gente não sabe se fica com ódio do patrão ou com pena do funcionário ser condicionado a esta situação a ponto de achar que tão pouco é válido pelo seu serviço. Até quando?<sup>25</sup>

Aqui, assim como nos relatos de trabalhadoras, as questões abordadas são muito parecidas, onde as pessoas buscaram expor situações em que consideravam injustas as remunerações pela quantidade de tarefas realizadas pelas trabalhadoras, ou que estas estavam

<sup>24</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de F. T.** [...]. s. l., 11 set. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0dJJq9HzL84ckziZ3iEBufp7ETy3FnVQ1BehH3LEivYHFt11xC8Y9js519hM2KZAZI>>. Acesso em: 8 dez. 2022.

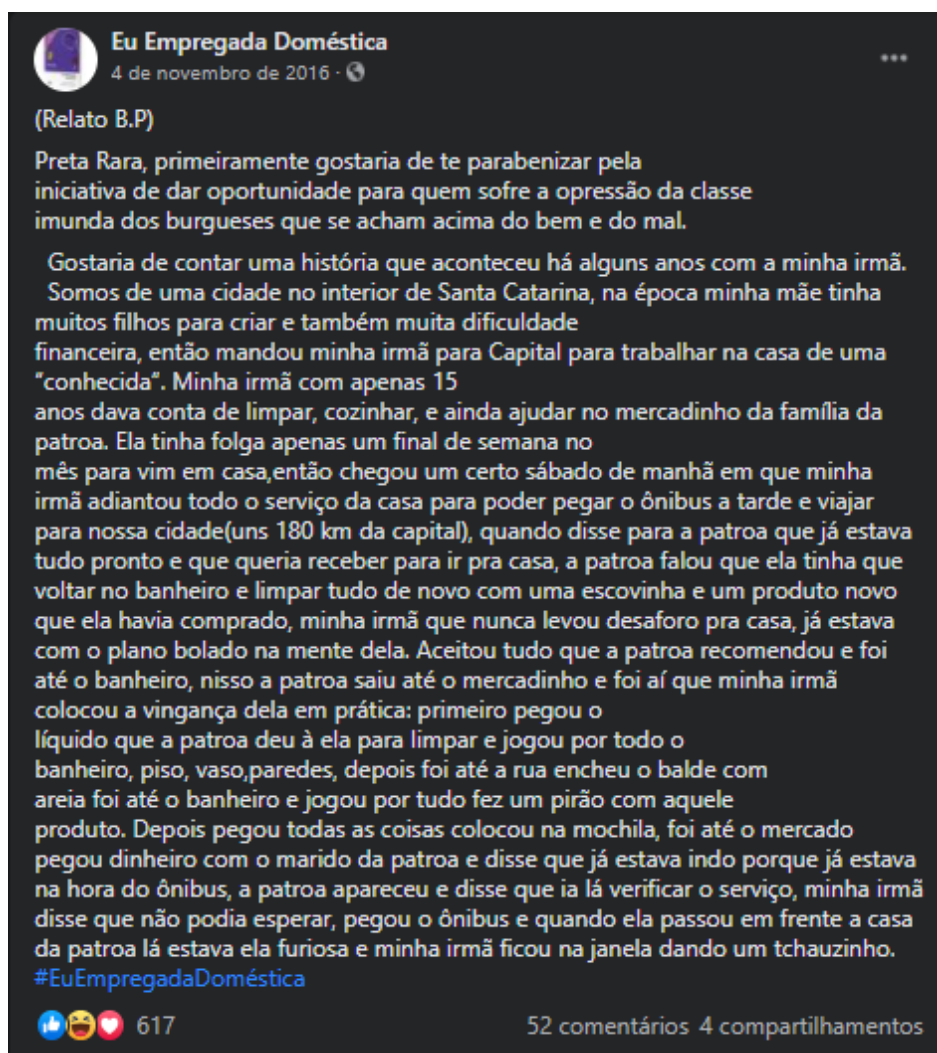
<sup>25</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de F. I.** [...]. s. l., 17 nov. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid02CgbxGbsU7k8JcQp17SLtdQfps86qd4agpDRmoCK1tQp1Gh9CBnypHNRDemzUAXAI>>. Acesso em: 8 dez. 2022.



sendo excessivamente exploradas em suas funções. No relato de F. I., ela se espanta ao ouvir a trabalhadora doméstica dizer que recebia apenas 70 reais por uma diária de uma casa de 15 cômodos.

Figura 58: Relato de B. P.



Fonte: Facebook<sup>26</sup>

Já relatos como o de B. P. demonstram que, ainda que as trabalhadoras sejam submetidas a jornadas extensas e listas de tarefas intermináveis, elas respondem de alguma forma diante das atitudes que consideram injustas ou abusivas, não aceitando situações em que as patroas e patrões agem de uma maneira que as ofende ou violenta de alguma forma.

<sup>26</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de B. P.** [...]. s. 1., 4 nov. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0GBQbcAt7XkLrnS3buLritvAkpxWFmo18koJveNjCshwaSCJPTH5KViXBVJ4ur1DI>>. Acesso em: 8 dez. 2022.

#### 4.1.7 Direitos trabalhistas

Tenho na família uma mulher que sempre teve e tem MUITOS empregados. São incontáveis às vezes que presenciei as humilhações que ela fazia com seus empregados. Desde gritos com a empregada (perto de toda a família) porque ela não limpou a panela adequadamente, ao ponto dela poder ver seu reflexo nelas. Ou quando a empregada do seu comércio pediu que ela acertasse o período em que ficara sem carteira assinada, e ela novamente deu berros que podiam ser ouvidos da rua. Certa vez, fui trabalhar pra ela em um outro pequeno comércio, eu anotava todas as minhas horas extras (no sábado, por exemplo, eu trabalha das 7h até 22h.) quando ela revirou alguns papéis e encontrou minhas anotações perguntou porque eu fazia aquilo e ainda disse: “Assim não dá, né, fica difícil pagar tudo isso.”

Sim! Era possível eu trabalhar todo aquele tempo, mas me pagar era difícil. A mãe e a filha seguem os mesmos passos dessa moça. Acham que empregados não têm horário pra ir embora e muito menos merecem o pagamento de suas horas extras. Antes de dar um basta a essa relação familiar que mantinha com essa moça, eu ouvi dela: “pobre tem que ouvir e baixar a cabeça mesmo.”

Não é a toa que todo mês ela recebe uma notificação de processo trabalhista.

Se é certo que tudo que vai, volta...eu não quero estar na pele dessa moça quando o karma bater a porta.<sup>27</sup>

Um aspecto diferente entre os relatos publicados por trabalhadoras e outras pessoas quando o assunto são direitos trabalhistas, é o fato de que, enquanto os primeiros possuem quase sempre um teor de “o que fazer?” diante de uma situação em que não se conhecem exatamente quais são os seus direitos; quando os relatos são escritos por outras pessoas, eles se aproximam do teor das demais categorias, que buscam expor uma situação, fazer uma denúncia ou realizar um desabafo.

Em seu relato, M. B. conta como sua mãe dedicou-se durante 48 anos a trabalhar numa mesma casa, durante grande parte desse tempo recebendo meio salário pois ambos moravam, comiam e dormiam na casa dos patrões, que se tornaram padrinhos do menino. Após terem se mudado, a mãe de M. B. passou a receber um salário-mínimo e vale transporte até o local de trabalho, aposentou-se alguns anos depois mas, ainda assim, continuou a trabalhar para a família como cuidadora da patroa, que desenvolveu Alzheimer, recebendo apenas 500 reais de acréscimo, ainda que a jornada de trabalho tenha aumentado consideravelmente.

Com o tempo, a situação foi piorando e os filhos da patroa não quiseram mais cumprir com nenhum dos direitos trabalhistas de sua mãe e, por conta disso, demitiram-na. O valor referente a todos os direitos de uma vida de trabalhos foi de R\$ 5.710,00.

---

<sup>27</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de I. R.** [...]. s. 1., 27 ago. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid0346PMt35ZJW7gzaiNDVeE3AnNLdzLa1puNH7rzMJq2GmwX8P1Un7caDsu3XaE388nl>>. Acesso em: 8 dez. 2022.

Figura 59: Relato de M. B.

**Eu Empregada Doméstica**  
28 de agosto de 2016 · São Vicente, São Paulo · 🌐

(Relato M.B.)  
Minha mãe foi empregada doméstica por 48 anos na mesma casa, demitida em Julho de 2016 com seus 67 anos de idade. Eu tenho 36 anos, e nasci na casa dos patrões dela (que são meus padrinhos)...morávamos na casa deles...lembro muito bem que até os meus nove anos de idade, dormia junto com minha mãe no quartinho da empregada. Depois passei a dormir em um quarto junto com um dos filhos deles (eles possuem 3, Marcio (juiz), Daniel (engenheiro) e Walkyria (biomédica)). Eles pagaram uma das melhores escolas para que eu estudasse (mesmo sendo o único negro que pagasse a escola, pois os outros poquíssimos restantes eram filhos de funcionários). Minha mãe recebi algo equivalente a metade do salário mínimo pois morávamos, comiam e dormíamos na casa.

não irei relatar todo o ocorrido, pois acaba se tornando clichê de cada uma das histórias relatadas na página. Para resumir, quando nasceu o primeiro neto deles (filho do Daniel) acabou por o próprio fazer a cabeça do meu padrinho para que ele me tirasse da escola (estava na 6ª série) e me colocar em uma escola pública (mal sabia ele que isso me faria "desembranquiçar"). Terminei o 1º grau na escola pública, e para o 2º grau (como já trabalhava) resolvi fazer o técnico e eu mesmo paguei a escola.

Durante este período, fui aprendendo coisas, observando o modo que minha mãe era tratada, enfim, enxergando a verdade.

Terminei o 2º grau técnico no ano em que completei 18 anos. Tinha o sonho de fazer faculdade, mas não aguentava mais as humilhações que minha mãe passava e eu tb.

Resolvemos alugar uma casa no ABC paulista e dividir o aluguel com uma prima minha...enfim "liberada";

**Ledo engano**  
A partir daí, não sabia mais o que e como minha mãe era tratada, mas pelo menos começaram a pagar um salário mínimo para ela, juntamente com o vale transporte.

Nos anos subsequentes minha mãe começou a "viver", não feliz, mas viver! tinha seus finais de semana em casa, férias...

Mais anos se passaram e minha mãe aposentou-se (perdendo 10 anos de carteira assinada, pois quando chegou da Bahia, ninguém auxiliou-a a tirar uma) e conquistou o direito de andar gratuitamente no transporte público; mas continuou trabalhando na mesma casa. Já em 2013/14, o patrão dela (meu padrinho) veio a falecer e aí as dores de cabeça começaram em um nível insuportável.

Minha madrinha tem Alzheimer e precisa de cuidados, aparentemente a filha dela (Walkyria) tem a curatela dela e assim responsável pelos pagamentos e afins. Os filhos da patroa são muito gananciosos, e resolveram contratar somente uma cuidadora para ficar com minha madrinha e colocaram minha mãe para cuidar tb. Minha mãe começou a trabalhar "24 por 24", com um aumento de 500,00 no salário.

Dai começaram os pedidos absurdos e humilhações extremas...Esta filha não possui feeling em trato com um ser humano e sempre gritou e tratou todos como cachorros, (minha mãe começou a responder a altura), não queria pagar o vale transporte para minha mãe alegando que ela era aposentada (algo em torno de 200), já não recolhiam mais o INSS, e raramente minha mãe sai no horário (o que a levou a começar a chegar bem mais tarde).

Bem como todos sabem, quando uma doméstica começa a tomar consciência dos abusos, vem o patrão demitir!

Até aí estaria tudo bem e tranquilo, até que veio o depósito referente a demissão: 5.710,00 por todo o período trabalhado, isso incluindo férias vencidas e referencial de 13%. Sim, exatamente, cinco mil setecentos e dez reais por 48 anos de trabalho, dedicação, humilhação e afins.

#EuEmpregadaDoméstica

👍👎👏 1,5 mil 82 comentários 23 compartilhamentos

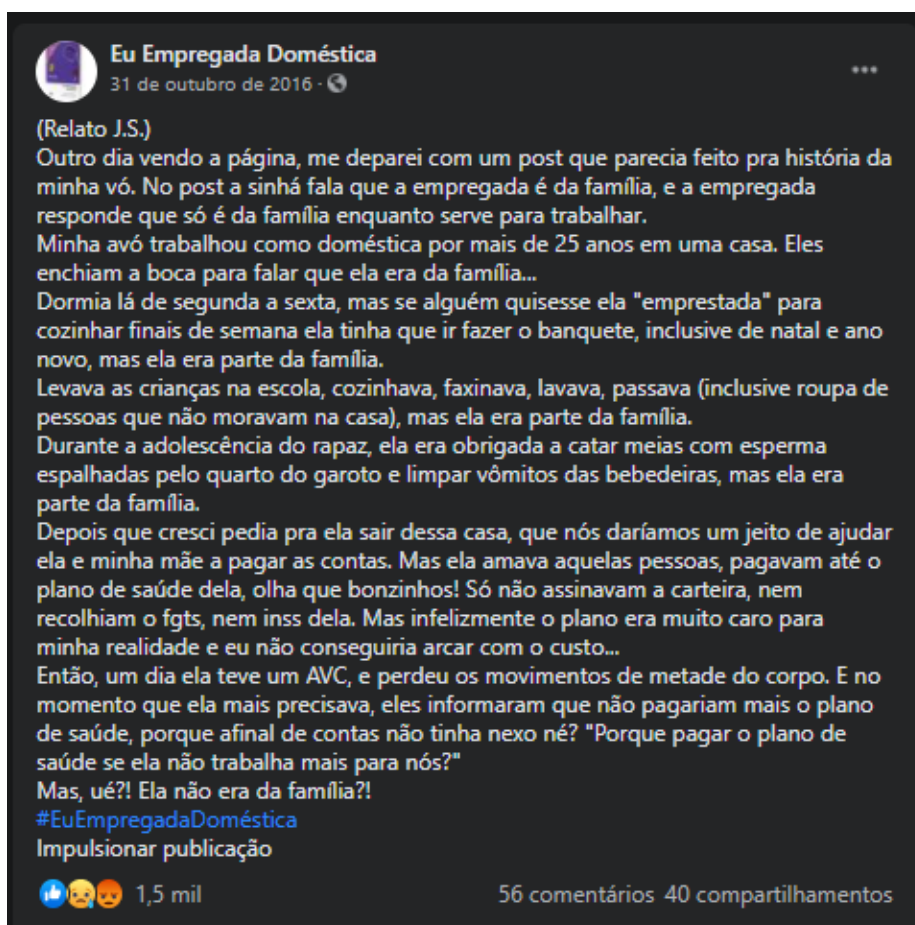
Fonte: Facebook<sup>28</sup>

<sup>28</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. Relato de M. B. [...]. s. l., 28 ago. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid02w4boi6aJqvVEwbJbY38SaNkdcQyxbbzKcGfBhU8y6fJ8gzs8b5QePM9ZUBQkCpDql>>. Acesso em: 21 dez. 2022.

Em outra situação, dessa vez contada por um neto, o relato trata sobre ser considerada “da família”. a avó de J. S. era tida em diversos momentos pela família contratante como alguém que fazia parte do núcleo familiar, dormia na casa durante a semana inteira e fazia parte do plano de saúde familiar. No entanto, eles não pagavam seus direitos trabalhistas, nem assinavam a sua carteira.

Para além de situações que o neto considera humilhantes, um dia, sua avó teve um AVC e perdeu os movimentos de metade do corpo; então a família parou de pagar o seu plano de saúde pois “*porque* pagar o plano de saúde se ela não trabalha mais pra nós?”. Por fim, J. S. questiona: “Ela não era da família?”.

Figura 60: Relato de J. S.

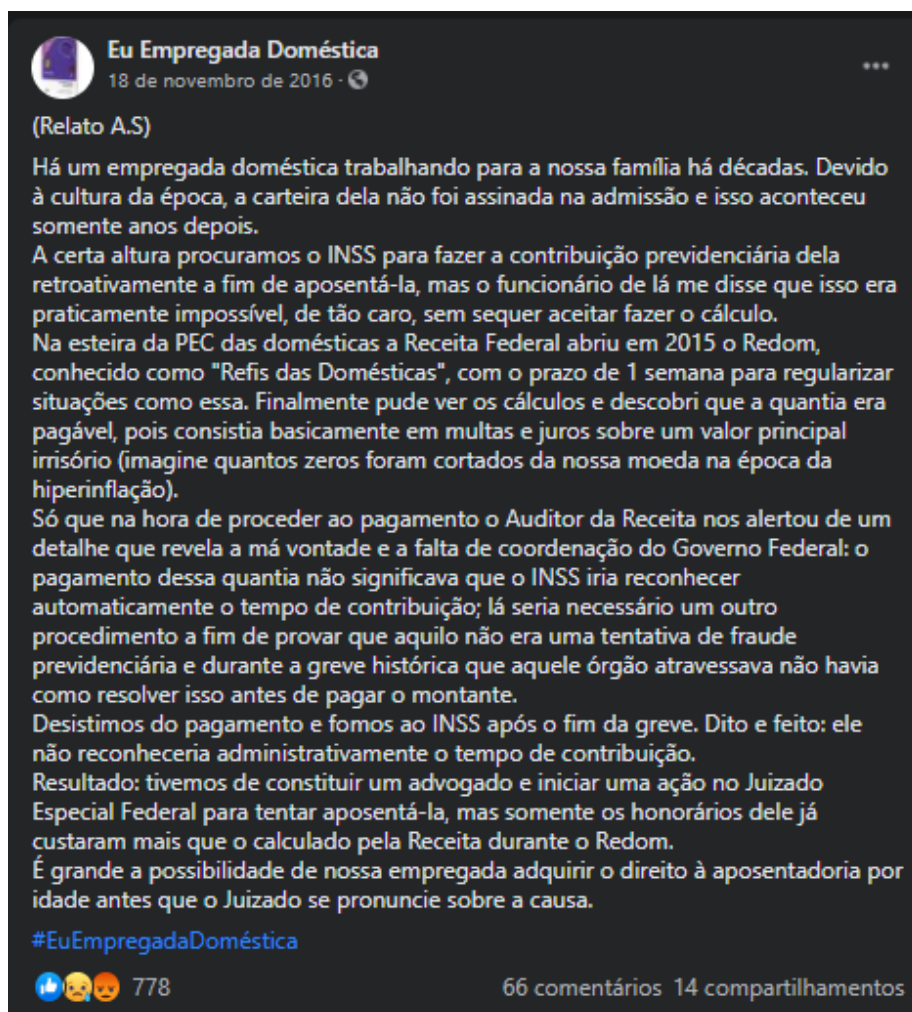


Fonte: Facebook<sup>29</sup>

<sup>29</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de J. S.** [...]. s. 1., 31 out. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid02qjCm17jahPpmCenbLNMdU6tWP489W9D4TLmDmPVfLbKjn5PeY9H44aQxhSsp71Fr1>>. Acesso em: 8 dez. 2022.

Já o relato de A. S. apresenta um outro aspecto complexo da formalização dos direitos das trabalhadoras: as dificuldades encontradas para oficializar no âmbito institucional as relações que durante muito tempo foram informais. Ela conta que procuraram o INSS para fazer a contribuição retroativa para que a trabalhadora pudesse se aposentar, mas que não conseguiram, nem sequer aceitaram fazer o cálculo. Após terem conseguido calcular a quantia, a família descobriu que pagar a contribuição previdenciária de forma retroativa não significava que o INSS reconheceria o tempo de contribuição automaticamente, o que significava que talvez isso não seria o suficiente para solicitar a aposentadoria da trabalhadora. Por fim, mesmo a família tendo entrado com uma ação jurídica, é possível que a trabalhadora não consiga se aposentar por tempo de serviço. Este relato demonstra que nem todos os obstáculos para a efetivação dos direitos das trabalhadoras estão na relação entre elas e seus patrões; e que apesar de formalmente tais direitos estejam assegurados, o cumprimento deles depende de diversas instâncias, pessoas e circunstâncias que muitas vezes não levam em consideração a própria realidade da profissão.

Figura 61: Relato de A. S.



Fonte: Facebook<sup>30</sup>

#### 4.1.8 Boas experiências

Sou filha de empregada doméstica e tenho muitas histórias tristes que minha mãe passou. Mas hoje quero contar uma boa, de gente humana que faz o que deveria ser normal. Fui em uma cidade vizinha participar de um congresso e combinei com uma amiga de nos encontrarmos, como a palestra terminou antes do previsto, liguei para minha amiga e ela me disse que aquela hora não dava porque ela descobriu que era aniversário da cuidadora da vó dela, que tem uma data nos documentos, mas o dia do aniversário era aquele. Ela tinha saído pra comprar bolo e salgados para comemorar! Me convidou pra ir e eu claro, fui!

Esta amiga mora em um bairro nobre, quem conhece Salvador sabe que a Graça é um bairro tradicional. Cheguei e a mesa estava linda; brigadeiro, bolo, salgados, balões e um espumante para comemoramos. Sentamos as cinco; eu, minha amiga, sua vó e as duas empregadas. E ficamos ali conversando sobre preventivo, sexo, sabão em pó com melhor custo benefício, viagens, maridos e todos os outros assuntos comum quando se junta um monte de mulher. Fui embora feliz porque no

<sup>30</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de A. S.** [...]. s. 1., 18 nov. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid02Y5MmD76TEcad4uqAGCotZgLPgmoHRF7gMDDZmcBjqAcpt1RttUPubuX6yXfnfkgI>>. Acesso em: 8 dez. 2022.

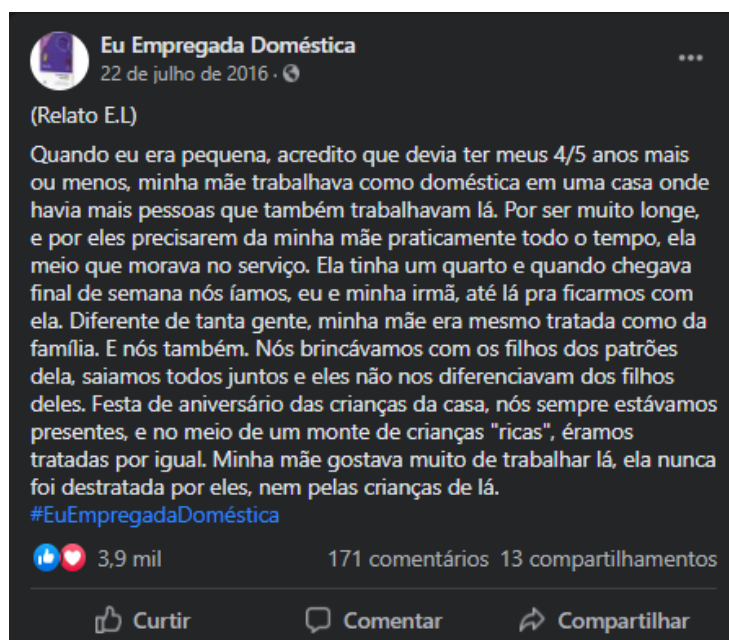
meio de tanta gente egoísta, mesquinha, pobre de espírito ainda tem pessoas normais, que trata o outro com empatia e respeito.<sup>31</sup>

As boas experiências aqui, como nos relatos do capítulo anterior, perpassam uma noção de intimidade e afetividade; pegando como exemplo o relato de F. C., que considerou uma “história boa” o dia em que uma amiga e sua avó organizaram uma comemoração pelo aniversário da trabalhadora que prestava serviços para a família. No fim, ela afirma que se sentiu feliz por saber que existem pessoas que tratam o outro “com empatia e respeito”.

Já para E. L., um exemplo de boa experiência é sua própria infância, onde podia brincar com os filhos dos patrões sem serem diferenciados, poderem frequentar as festas de aniversário das crianças e serem tratados por igual. Para E. L., sua mãe era de fato tratada como “alguém da família”, diferente de boa parte dos outros relatos enviados para a página. Ela conta também que sua mãe nunca foi destrutada e que também gostava muito de trabalhar nesta casa.

A intimidade e a sensação de “ser igual” são características muito valorizadas ao tratar-se das boas experiências no serviço doméstico, aspectos que se opõem justamente às reclamações de situações onde as trabalhadoras são tratadas com indiferença ou como inferiores.

Figura 62: Relato de E. L.

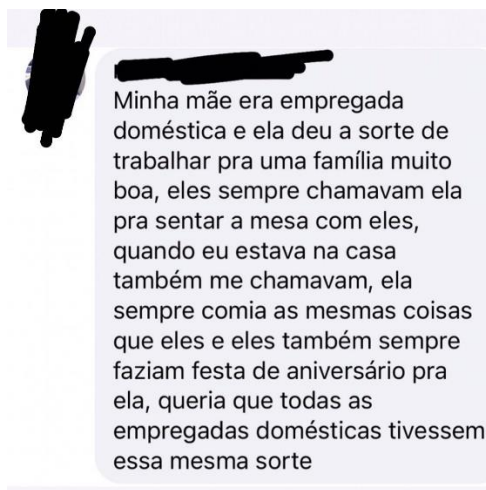


Fonte: Facebook<sup>32</sup>

<sup>31</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de F. C.** [...]. Salvador, 7 out. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid02BYCnxcCbWU73zEiPLUZEYJZsH4GoV5iZPADajNCB2p5ktrGCqpZg2G9MqDDk9wZel>>. Acesso em: 8 dez. 2022.

O relato abaixo é uma das únicas postagens da página que não foi publicado de forma escrita, tendo sido uma captura de tela de uma mensagem enviada pela caixa de mensagens da página.

Figura 63: Relato sem identificação



Fonte: Facebook<sup>33</sup>

Novamente, aparecem enquanto características valorizadas poder sentar-se à mesa junto da família contratante, comer as mesmas coisas que eles e poder participar das festas de aniversário como alguém que integra aquele ambiente e que verdadeiramente é querido pelas pessoas da família.

<sup>32</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **Relato de E. L.** [...]. s. 1., 22 jul. 2016. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid02aeKbMYZ3Xg1vwkrW37ZRmsjVErggeMTigS2pWQzw821BU3mtmhGDhCVSUsKu5Cf9l>>. Acesso em: 8 dez. 2022.

<sup>33</sup> EU EMPREGADA DOMÉSTICA. **É triste saber que[...]**. s. 1., 18 out. 2020. Facebook: euempregadadomestica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/pfbid02YbPe3c1NhNNEswnyaegB7zvPCQ6wRPNeKaTtsymoY1UpJK4CsMDfpmWAuBQ1ZCm1l>>. Acesso em: 8 dez. 2022.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, esperava-se que esta pesquisa pudesse responder a questões muito mais atreladas à formalização de direitos e cumprimento de regras trabalhistas, muito pelo contexto de formação da página *Eu, Empregada Doméstica*, que surge justamente após um período de forte mobilização política de trabalhadoras domésticas, coletivos e sindicatos em busca da criação de uma legislação que regesse a profissão de maneira semelhante à Consolidação das Leis Trabalhistas para as demais profissões, de onde o serviço doméstico foi conscientemente excluído das definições durante décadas.

No entanto, conforme pude entrar em contato mais direto com os relatos e as vivências mobilizadas por eles, pude perceber que direitos trabalhistas eram apenas um dos inúmeros assuntos que as pessoas estavam dispostas a tratar. Por conta disso, acredita-se que a presente dissertação apresenta a realidade do trabalho doméstico no Brasil a partir de vieses diferentes, ainda que estejam todos olhando para um mesmo ponto, que é o trabalho doméstico remunerado. Ou seja, que é enriquecedor o fato de que num mesmo espaço existam trabalhadoras domésticas, familiares, patroas e outras pessoas envolvidas nessas teias de relações complexas, todas e todos dispostos a expor as suas perspectivas diante de situações que foram vivenciadas, em busca de compartilhar tais acontecimentos com outras pessoas.

Isso não teria sido possível, creio eu, sem a agência da internet e das redes sociais no processo, pois tanto a página *Eu, Empregada Doméstica* quanto a maneira com que os relatos foram compartilhados são expressões muito específicas de como a comunicação foi transformada por este fenômeno. Atrelado a este processo, também se acredita que não teria sido possível um movimento como este ter surgido em outro período histórico que não fosse um “pós-PEC das Domésticas”, ponto certamente histórico na garantia dos direitos das trabalhadoras da categoria.

Longe de ser um espaço que “deu voz” às trabalhadoras, a página *Eu, Empregada Doméstica* é um local de ampliação de debates, de construção de redes de apoio e compartilhamento de experiências, onde se pode obter informações, movimentar-se, agir. É onde se pode expressar e acessar um número muito maior de pessoas interessadas no assunto do que qualquer outro meio de comunicação já foi capaz de construir, e por isso a internet é um fenômeno tão importante para grupos marginalizados como as trabalhadoras domésticas. Em mídias de comunicação tradicionais como a televisão e o rádio, uma categoria como as

empregadas domésticas dificilmente conseguiria a mesma visibilidade e acesso como neste caso.

Por conta de todos estes aspectos, a escolha da página e dos relatos enquanto material para realização da pesquisa foram desde o início o ponto principal desta dissertação. Conforme os relatos eram analisados, compreendeu-se que não seria possível analisar somente o conteúdo dos relatos sem compreender antes como a página como um todo constrói um ambiente para que as narrativas sejam compartilhadas. Nesse sentido, entende-se que tanto a agência da administradora Preta-Rara é uma forma de influência dos assuntos e vocabulários empregados por quem envia, quanto a própria página vai se moldando conforme os relatos vão surgindo, onde alguns assuntos são muito mais mobilizados do que outros. Retornaremos neste ponto.

Os relatos apresentam, de uma maneira muito única, a essência da complexidade das relações estabelecidas no âmbito doméstico, apresentando pessoas e situações em que as relações de poder são a todo momento esticadas e flexibilizadas de acordo com a maneira que cada ator age diante uns dos outros. Em alguns momentos, podemos perceber como trabalhadoras, patrões e patroas antagonizam entre si, demonstrando como tais relações podem ser mais ou menos íntimas, afetivas, violentas ou traumáticas, a depender da situação. Por conta disso, perceber de onde os sujeitos e suas narrativas partem é muito importante.

O que se busca transmitir, com os relatos, transita entre espaços muito distintos. Enquanto algumas pessoas esperam apenas serem ouvidas, revisitarem e ressignificarem memórias de suas trajetórias, reconstruindo a memória e o acontecimento diante do “contar para o outro”; outros esperam denunciar uma situação em que se sentiram lesados de alguma forma, ofendidos, violentados ou injustiçados, encontrando na página a possibilidade de um espaço de efetivação para a denúncia.

Ainda, há quem buscasse na página um ambiente para construir alianças ou receber informações para reivindicar direitos e espaços “na vida real”, trazendo dúvidas e situações recentes em busca de respostas. Nesse sentido, a página é muito ampla e plural, abrigando tanto narrativas de um tempo distante, quanto histórias recentes e que ainda estão acontecendo.

Por certo, compreender toda a complexidade contida nos relatos não seria possível sem a contribuição das autoras do feminismo negro, onde pude compreender como as desigualdades operam em conjunto na vivência das trabalhadoras domésticas e, inclusive, em alguns momentos tais aspectos conflitam entre si, pois estamos tratando da realidade material,

que é complexa e contraditória. Sendo assim, ainda que o gênero seja um determinante na profissão de trabalhadora doméstica, ele muitas vezes é posto em xeque quando quem antagoniza tais relações são duas mulheres: de um lado patroa, de outro empregada. E, pelo que se pôde perceber, existe um esforço constante em diversas situações de se ampliar tais distâncias entre ambas, principalmente por parte das patroas. Por outro lado, a questão racial se fez e se faz ainda muito presente no cotidiano da profissão, que carrega um peso muito forte da influência de um passado escravista, mas que ao mesmo tempo constrói novas formas de manutenção de desigualdade racial quando o racismo se mantém como um aspecto presente no cotidiano do trabalho doméstico. E nos relatos se percebe como as relações são constantemente permeadas por embates raciais que estão longe de serem superados.

Do que se pôde concluir com maior assertividade, o aspecto de maior recorrência trazido pelas narrativas é que o trabalho doméstico remunerado no Brasil é marcado pela distinção entre quem trabalha, quem serve, e quem paga pelo serviço, é “servido”. A distinção é um aspecto que não só existe dentro da profissão, mas foi percebido enquanto uma categoria fundante e estruturante das relações, quase como uma regra invisível: existe o “lugar de empregada” e o “lugar da família”, existe aquilo que cada um pode ou não comer, a roupa que cada um pode ou não vestir, como e onde se pode falar ou andar. Existe o elevador onde a empregada pode subir, o quarto onde se pode dormir, os talheres que se permite usar. Desse modo, as relações são o tempo todo extremamente vigiadas e excessivamente delimitadas, para que a distinção seja rigorosamente cumprida e preservada.

Algumas questões, por outro lado, permaneceram ambíguas. Enquanto na maior parte os relatos de trabalhadoras e demais pessoas valorizavam a proximidade, o afeto e condições mais íntimas no estabelecimento de relações entre a família que emprega e a trabalhadora; em outras situações tais aspectos eram vistos como algo negativo. Em concordância com uma parte da literatura consultada para construir a pesquisa, entende-se que essa “intimidade” que perpassa a profissão é muito valorizada justamente pela construção informal que o trabalho doméstico possui, onde a agência das trabalhadoras era muitas vezes o que construía as condições em que se era possível negociar. Isto não significa dizer que sempre era possível flexibilizar questões com patroas e patrões, mas que sempre que isso ocorria, era tido como um aspecto positivo da profissão. Ou seja, em todos os momentos em que os relatos mencionam que se sentir próximo e querido pela família empregadora era algo positivo, isso perpassa um aspecto que é específico da profissão.

Ao mesmo tempo, considera-se que a pesquisa trouxe um ponto forte na discussão sobre afeto: em quase todos os relatos analisados, eram consideradas “boas experiências” na profissão aquelas que mencionavam situações contrárias a uma noção de “distinção” entre trabalhadoras e família empregadora, ou seja, que se considera uma boa experiência no trabalho doméstico quando a trabalhadora e sua família não são tidos como diferentes e inferiores, mas como parte integrante do núcleo e das relações familiares. Tudo o que permeia essa distinção, por outro lado, é tido como um aspecto negativo. Isso se confirma inclusive na recorrência que os assuntos aparecem nos relatos.

Por fim, algumas questões permaneceram como incógnitas no fim desta pesquisa. Não se sabe, por exemplo, porque existem muitos mais relatos nos primeiros anos de existência da página. Ainda que movimentos online tenham como característica a sua rápida “viralização” e, conseqüentemente, um movimento também rápido de diminuição de acessos e popularidade, justamente por tudo na internet atualmente ser muito rápido; não foi possível identificar algo na página que pudesse explicar por que isso ocorreu.

Ainda, não se sabe se quase todos os relatos não são identificados porque as pessoas escolheram assim – uma vez que em diversas vezes esteja explícito no meio do texto que as pessoas solicitaram anonimato –, ou se a administradora optou por ocultar a identificação dos relatos como uma forma de resguardar juridicamente tanto quem escreve quanto ela própria, por estar publicando. Esta questão também permanece sem resposta.

Sem dúvidas, seria possível adentrar e se dedicar a tratar de diversas questões que foram surgindo conforme a pesquisa seguiu seu andamento; no entanto, acredita-se que para aquilo que nos propomos, apresentamos respostas satisfatórias. Assim, trazemos por fim, uma análise sobre a interpretação de centenas de pessoas sobre suas próprias experiências com a profissão de empregada doméstica no Brasil, relatos estes que apresentam significados próprios, mas que apesar disso também possuem significados e ressignificações compartilhados entre si, buscando, entre inúmeras motivações, terem suas histórias conhecidas por outras pessoas.

### Referências legislativas, decretos e normas

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 08 mar. 2022.

BRASIL. **Lei N° 13.467/2017**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm)>. Acesso em: 08 mar. 2022.

BRASIL. **Lei N° 2.757/1956**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/12757.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/12757.htm)>. Acesso em: 08 mar. 2022.

BRASIL. **Lei N° 10.208/2001**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110208.htm)>. Acesso em: 08 mar. 2022.

BRASIL. **Lei N° 11.324/2006**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111324.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111324.htm)>. Acesso em: 08 mar. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei N° 3.078/1941**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3078-27-fevereiro-1941-413020-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 08 mar. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei N° 5.452/1943**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm)>. Acesso em: 08 mar. 2022.

BRASIL. **Decreto N° 16.107/1923**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16107-30-julho-1923-526605-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 08 mar. 2022.

BRASIL. **Lei Complementar n° 150/2015**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp150.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm)>. Acesso em: 05 dez. 2021.

## REFERÊNCIAS

- ALAMBERT, Zuleika. **Feminismo: o ponto de vista marxista**. São Paulo: Nobel, 1986.
- ASSIS, Maria Elisabete Arruda de; SANTOS, Taís Valente dos (Org.). **Memória feminina: mulheres na história, história de mulheres**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2016.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Migração, trabalho doméstico e afeto**. Cadernos Pagu [online]. 2012. n. 39. p. 447-459. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-83332012000200016>>. ISSN 1809-4449.
- \_\_\_\_\_. **Sindicato das trabalhadoras domésticas no Brasil: Teorias da descolonização e saberes subalternos**. Brasília, 2007. 274 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Brasília.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Gênero, raça, classe: Opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades**. Mediações - Revista de Ciências Sociais [online]. 2015, v. 20. n. 2. p. 27-55. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2015v20n2p27>>. E-ISSN: 2176-6665.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças dos velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- \_\_\_\_\_. **O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- BRITES, Jurema. **Afeto, desigualdade e rebeldia: bastidores do serviço doméstico**. Porto Alegre, 2000. 238 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- \_\_\_\_\_. **Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores**. Cadernos Pagu [online]. 2007, n. 29. p. 91-109. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000200005>>. ISSN 1809-4449.
- BRITO, Karina Oliveira. **A evolução da legislação referente ao trabalho doméstico no Brasil**. In: XXIX Simpósio Nacional de História, 2017, Brasília. Anais... Brasília: Universidade de Brasília, 2017. Artigos, 16 p. ISBN 978-85-98711-18-8.
- CARNEIRO, Sueli. **“Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro”**. In *HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 271-289.

\_\_\_\_\_. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro**. Revista Sociedade e Estado. v. 30. n. 1. jan-abr. 2016. p. 99-127.

\_\_\_\_\_. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

\_\_\_\_\_. **“Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição”**. In *HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 271-310.

COROSSACZ, Valeria Ribeiro. **Assédio sexual no emprego doméstico**. Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea. v. 15. n. 2. jan/jun 2014.

COSTA, Hilton. **Horizontes raciais: A idéia de raça no pensamento social brasileiro – 1880-1920**. Porto Alegre, 2004. 148p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Ática, 1978.

FISCHER, Beatriz Daudt. **Foucault e histórias de vida: aproximações e que tais**. Revista História da Educação, Pelotas. v. 1, n. 1, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **Ditos e escritos (vol. V): Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

\_\_\_\_\_. **“Aula de 17 de março de 1976”**. In *Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do Saber**. São Paulo: Forense Universitária, 2009.

FREDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: Mulheres, Corpos e Acumulação Primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003.

GONZALEZ, Lélia. **“A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica”**. In *RODRIGUES, Carla; BORGES, Luciana; RAMOS, Tania Regina Oliveira (Org.). Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Funarte, 2016. p. 399-415.

\_\_\_\_\_. **Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaio, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a.

\_\_\_\_\_. **“Por um feminismo afro-latino-americano”**. In *HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020b. p. 38-51.

\_\_\_\_\_. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984. p. 223-244.

\_\_\_\_\_. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRAHAM, Sandra. **Caetana diz não: Histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1960-1910**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria**. Barcelona: Anthropos Editorial, 2004.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos Pagu. n. 5. p. 7–41. Campinas, 2009.

HOLLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOFES, Suely. **Mulher, mulheres: Identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

LARAIA, Roque de Barros. **Primórdios da Antropologia Brasileira**. Ciência & Trópico, [S. l.], v. 42, n. 1, 2018.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: Por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Loyola, 1998.

\_\_\_\_\_. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2010.

\_\_\_\_\_. **O que é virtual?**. São Paulo: Editora 34, 2011.

LORDE, Audre. **“Não existe hierarquia de opressão”**. In *HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019a. p. 235-236.

LORDE, Audre. **“Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença”**. In *HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019b. p. 239-249.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; PESSOA, Sônia Caldas; MARTINO, Luis Mauro Sá. **Relatos, histórias, testemunhos: modalidades da produção de narrativas autobiográficas a partir de seu contexto político e situacional**. Revista NUPEM, Campo Mourão. v. 14. n. 32. p. 22-40. mai/ago. 2022.

MENDONÇA, Maria Luiza Martins de; JORDÃO, Janaína Vieira de Paula. **Mídia e trabalho doméstico: Quando a lei expõe as desigualdades**. Universidade Federal de Sergipe: Revista Eptic, vol. 15 n. 3. set-dez. p. 87-100. Sergipe, 2013.



MESSIAS, DeAnne K. Hilfinger. **Transnational Perspectives on Women's Domestic Work: Experiences of Brazilian Immigrants in the United States**. *Women & Health*, v. 33(1-2), p. 1–20. doi:10.1300/j013v33n01\_02

MONTICELLI, Thays Almeida. **Diaristas, afeto e escolhas: Resignificações no trabalho doméstico remunerado**. Curitiba, 2013. 160 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná.

\_\_\_\_\_. **“Eu não trato empregada como empregada”:** **Empregadoras e o desafio do trabalho doméstico remunerado**. Curitiba, 2017. 230 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná.

MUNIZ, Lorena. **Eu Empregada Doméstica: uma análise da relação colonial entre patrões e empregadas domésticas brasileiras a partir de relatos compartilhados no Facebook**. *Dignidade Re-Vista*, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 9, dez. 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola, 2013.

ORLANDINI, Maiara Garcia. **Ativismo de sofá ou participação política? Os processos de politização do ativismo por hashtag**. *Belo Horizonte: Mediação*. v. 22. n. 29. jul/dez. 2019. p. 134-151.

PERROT, Michelle. **Práticas da memória feminina**. *Revista Brasileira de História*, São Paulo. v. 9. n. 18. 1989. p. 9-18.

PIOVEZANI, Carlos *et al* (Org.). **Presença de Foucault na Análise do Discurso**. São Carlos: EdUFSCar, 2021.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. v. 2. n. 3. 1989. p. 3-15.

PRETA-RARA. **Eu, Empregada Doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade [online]**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

\_\_\_\_\_. **“Epistemologia feminista, gênero e história”**. In *HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 371-387.

RECUERO, Raquel. **Curtir, compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook**. *Verso e Reverso*. n. 68. v. 28. p. 114-124. São Leopoldo, 2014.

\_\_\_\_\_. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

\_\_\_\_\_. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

\_\_\_\_\_. **O Trabalho Feminino sobre o Capitalismo Dependente: Opressão e Discriminação**. *Anais do I Encontro de Estudos Populacionais*, 1978. p.407-420.

SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. **Fogões, Pratos e Panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico**. Salvador, 1998. 188 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, Rio Grande do Sul, 1990. v.15, n.2, jul/dez. p. 71-99. Traduzido da versão em francês.

SOUSA, Juliana. **A moral das Senzalas e o Trabalho Doméstico Remunerado no Brasil Contemporâneo: Luta coletiva e [sub]representação do conflito nos Tribunais da Justiça do Trabalho**. Campinas, 2019. 356 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas.

SOUZA, Flavia Fernandes de. **Criados, escravos e empregados: O serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920)**. Niterói, 2017. 583 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TEIXEIRA, Juliana. **As artes e práticas cotidianas de viver, cuidar, resistir e fazer das empregadas domésticas**. Belo Horizonte, 2015. 412 p. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais.

\_\_\_\_\_. **Trabalho doméstico**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

TELLES, Lorena Férres da Silva. **Libertas entre sobrados: Contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão**. São Paulo, 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo.

**GLOSSÁRIO**

Pq – Porque, Por que, Porquê, Por quê

Tb – Também

Rika – Rica

Vc – Você

Hj – Hoje